



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**UM CAMINHO BRASILEIRO PARA O SOCIALISMO
A TRAJETÓRIA POLÍTICA
DE MÁRIO ALVES (1923 – 1970)**

GUSTAVO FALCÓN

**PROF. DR. ANTONIO FERNANDO GUERREIRO DE FREITAS
ORIENTADOR**

Salvador, Bahia, 2007

DEDICATÓRIA

Este trabalho vai para minha mãe, Bárbara Elvira de Oliveira Falcón, *in memoriam*, que nos tristes anos da ditadura suportou a dor de ver quatro dos seus filhos encarcerados e um, poeta, morto em meio ao conturbado ambiente do Chile de Salvador Allende, nos anos 70; abalada pelos acontecimentos da época, teve, no entanto, o prazer de vê-los livres e reconhecidos e seus algozes envergonhados e esquecidos; vai também para Pery Falcón, meu irmão, dirigente nacional da *Polop*, responsável pelo nosso precoce compromisso com o marxismo; vai para Natur de Assis Filho, doce amigo, militante do PCBR, que tendo enfrentado tanto combate duro acabou tombando vítima da estupidez de um conflito provinciano, com o qual nada tinha a ver, traiçoeira e covardemente assassinado na Ubaíra que tanto amou; vai para meus filhos, Bárbara, Ernesto e Clara – anjos que Deus me deu, Rafael e Melissa, estes dois descendentes de Mário Alves.

AGRADECIMENTOS

Sem a contribuição de algumas pessoas esse trabalho não teria sido possível. Umás foram decisivas, todas me ajudaram a levar à termo o projeto. Obviamente nenhuma delas tem qualquer responsabilidade pelo que possa ser encontrado nele como deslize ou imprecisão. Quero, por isso, expressar a todas elas a minha gratidão. Em primeiro lugar, ao meu orientador Professor Doutor Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, cuja competência, serenidade e firmeza asseguraram a necessária tranquilidade para a condução das sucessivas etapas da pesquisa: da formulação do projeto à sua redação final. E na seqüência, aos colegas, familiares e profissionais que de alguma forma me ajudaram com documentos, livros, esclarecimentos, conselhos, orientação, trabalho voluntário e alguma espécie de apoio. Lúcia Vieira Caldas, além de nos conceder um longo depoimento que lhe custou enorme esforço e coragem de reviver tanta coisa desagradável, cedeu cópias de vários documentos de seu arquivo pessoal; Silza Tütken sugeriu importantes modificações no projeto, contribuindo para melhor enquadramento do tema e mais objetividade no enfoque dos fatos; Ana Naldi, prestou atendimento gentil e especializado na Biblioteca Nacional; Ângela Oliveira, Bárbara Falcón, Maria Clara Falcón, Sandra Sento-Sé, Pâmela Novaes, Lina Aras, Ana Nossa, Malú Fontes, Pery Falcón, Antônio Risério, Luiz Chateaubriand, Emiliano José, Jorge Nóvoa, Jorge Almeida, Muniz Ferreira, Rafael Falcón, Ernesto Falcón e Kin Pergentino Guerra, deram, cada qual na sua área, uma força para esse trabalho vir à luz. Bartira Galati fez a versão do resumo para o inglês. Valéria Pergentino e Elaine Quirelli deram forma à tudo, com enorme paciência e muita graça, prepararam os originais, corrigiram inúmeros erros, editaram a biografia de Mário Alves, que, de sobra, ganhou excelente capa de Enéas Guerra e Valéria. A todos, meus mais sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

1. RESUMO.....	05
2. APRESENTAÇÃO.....	09
3. CAPÍTULO I	13
4. CAPÍTULO II.....	48
5. CAPÍTULO III.....	78
6. CAPÍTULO IV.....	105
7. CAPÍTULO V.....	129
8. CAPÍTULO VI.....	169
9. CONCLUSÕES.....	191
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	196
11. ANEXOS.....	208

RESUMO

A biografia de Mário Alves de Souza Vieira, um dos mais importantes dirigentes comunistas brasileiros entre os anos de 1940 e 1960, é o tema desta tese. A sua vida política e sua atuação à frente do Partido Comunista Brasileiro ocupam papel de destaque na reconstituição da efervescente conjuntura que se desenrola entre o primeiro governo de Getúlio Vargas, a fase da redemocratização do governo Dutra, o retorno de Getúlio, a eleição de Juscelino Kubstchek, Jânio Quadros, a crise do governo João Goulart, o golpe militar e a implantação da ditadura no país. Jovem talento do jornalismo baiano, Mário Alves inicia sua militância muito cedo, aos 16 anos e desde então se entrega completamente às atividades do PCB, onde dirige as publicações mais importantes e chega, no auge de sua ascensão política, ao Comitê Central e à restrita Comissão Executiva do partido.

Formado em Ciências Sociais na Bahia, Mário fez curso de especialização na Escola de Leninismo do PCUS e representou o PCB em vários congressos internacionais. No famoso processo da luta interna que eclodiu no PCB após a desestalinização, ocupou posição preeminente nos debates, sendo um dos redatores da famosa *Declaração de Março de 1958*, documento que mudou totalmente a orientação sectária do PCB e o inseriu de forma criativa na vida institucional brasileira.

Desde o começo da década de 1960, liderou a oposição de esquerda ao reformismo prestista no Comitê Central e foi o primeiro membro desse organismo a visitar Cuba em 1961. Seu exemplo como aguerrido militante e boa formação intelectual o levaram a papel de destaque entre os dirigentes e seu pensamento crítico em relação às limitações da burguesia nacional no processo revolucionário do país o levaram a uma crítica radical da política de conciliação do PCB. Desde antes do golpe defendia a tese da luta armada, não de forma incondicionada, mas submetida ao projeto de transformação social marxista que previa ampla mobilização popular e rompimento com o pacifismo paralisante do PCB. O endurecimento que se seguiu à implantação da ditadura e o fracionamento da corrente de esquerda revolucionária que ele liderou no interior do PCB junto a outros companheiros, frustraram o projeto político de Mário Alves que se viu envolvido no torvelinho repressivo, em condições totalmente desfavoráveis para a revolução, sendo transformado pelos algozes do regime militar, desde então, num dos mais “perigosos subversivos” do país.

Junto a Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho fundou o PCBR, que preservando o espírito combativo da oposição de esquerda não pôde evitar a tentação militarista e passou a

ser alvo de uma perseguição implacável pela ditadura. Na condição de secretário-geral desse novo partido, foi preso e barbaramente assassinado em 16 de janeiro de 1970.

“Desaparecido” pelo regime de exceção, só quinze anos depois de seu brutal assassinato que em tudo se assemelhou a um martírio, o Estado brasileiro reconheceu a sua responsabilidade pelo seqüestro e sumiço do corpo, que até hoje ninguém sabe onde se encontra. Obliterado pelo comunismo soviético, o militante deixou uma série de ensaios, artigos, resenhas e editoriais que comprovam sua destacada participação no jornalismo, na luta política e na busca incessante de uma saída socialista para a sociedade brasileira.

Este tese é uma contribuição para o resgate da figura do intelectual e dirigente comunista baiano, estranhamente “esquecido” tanto pelo *stablishment* de esquerda no país como pelo *Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro* que a Mário Alves devia a alusão em um dos seus verbetes.

ABSTRACT

The theme of this thesis is the biography of Mário Alves de Souza Vieira, one of the most important directors of the Brazilian communists between 1940's and 1960's. His political life and engagement in the Brazilian Communist Party play an outstanding role in the reconstitution of the effervescent moment when there is the first government of Getúlio Vargas, the phase of re-democratization of government Dutra, the return of Getúlio, the election of Juscelino Kubstchek, Jânio Quadros, the crises of João Goulart's government, the military coup and the promulgation of dictatorship in the country. Mário Alves, a talented young journalist of Bahia, initiates his militancy very early at the age of 16 and since then is completely committed to the activities of the PCB (Brazilian Communist Party). There he is in charge of the most important publishing and at the top of his political life enters the Comitê Central (Central Committee) and the restrict Comissão Executiva (Executive Commission) of the party. He graduated in Social Sciences in Bahia, did his specialization in the Escola de Leninismo of the PCUS and represented the PCB in various international congresses. He held important position in debates of the famous process of internal struggles inside PCB after Stalin. He was one of the writers of the famous Declaração de Março de 1958, a document that changed completely the sectarian direction of PCB and placed it in the Brazilian institutional life creatively.

Since the beginning of the 1960's he conducted the left opposition to the reforms of Luis Carlos Prestes in the Central Committee. He was the first member of this organization to visit Cuba in 1961. His example as strong militant and his good intellectual education carried him to a distinguished role among the other directors and his critical thinking about the limitations of the Brazilian bourgeoisie in the revolutionary process of the country made him a radical player of the conciliation politics of PCB. Before the coup he defended the thesis of the armed struggle, not unconditionally, but rather submitted to the Marxist project of social transformation that foresaw a broad popular mobilization and the break with the paralyzing pacifism of PCB. Mário Alves had his political project frustrated due the hard times of the implementation of dictatorship and the splitting of the revolutionary chain that he oriented inside PCB. He found himself inside the repression whirl, with no conditions for revolution and being transformed by the cruel military regime in on of the "most subversive" persons of the country.

Together with Jacob Gorender and Apolônio de Carvalho founded the PCBR preserving the combating spirit of the left although it could not avoid the persecution of the military. It became a target for the dictatorship and as general secretary for this new party he was arrested and violently assassinated in January 16, 1970.

He “disappeared” through the regime of exception and only 15 years after his brutal assassination which was a nightmare itself is when the Government of Brazil recognized its responsibility for the kidnapping and body remains that no one knows where rest.

He was forgotten by the Soviet Regime and left a series of essays, articles, lectures and editorials that show his outstanding participation in the journalism, political struggle and constant search of a socialist exit for Brazilian society.

This thesis is a contribution to the remembrance of the intellectual and Bahian communist director that was “forgotten” by the left *establishment* in the country as well as by the Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro (Historical and biographical Brazilian dictionary) which owes Mário Alves a remembrance among its entries.

APRESENTAÇÃO

A biografia é um gênero literário com mais de dois mil anos de história. Desde a Grécia antiga é cultivada e apreciada praticamente por todos os povos. Viveu várias fases até configurar-se como um ramo legítimo de pesquisa. Antiga e volumosa, controversa ou não, mais ou menos valorizada, suscetível às influências ideológicas dos diferentes períodos, atravessou os tempos para afirmar-se modernamente como modo particular do labor histórico.

Seu retorno é atribuído em parte, a aproximação da história com outras ciências sociais ou ramos de conhecimento como a sociologia, a antropologia, a literatura, a psicanálise. Ou então, à crise dos grandes paradigmas: marxismo, estruturalismo, história quantitativa e serial. Na verdade, a biografia é uma necessidade permanente do homem prescutar o outro, entender a complexa relação entre indivíduo e sociedade, apreciar a vida e fazer desse ofício um meio para compreender a si mesmo.

Nos anos 60/70, historiadores como Deutscher, Elias e Le Goff, entre outros, deram decisiva contribuição para a retomada da biografia como instrumento de conhecimento no âmbito da história, ajudando a superar as pejorações de "gênero compósito, híbrido ou menor", para conceder a ela uma dimensão de observatório válido e capaz de permitir ao pesquisador exercer sem culpas a sua atividade profissional.

Sobretudo, quando, como lembra Peter Burke, a escolha do personagem recai sobre alguém cujo esquecimento resulta de critérios, supressivos, repressivos ou seletivos do Estado ou de grupos sociais poderosos para os quais certos fatos ou indivíduos se apresentam como incômodos. Ao historiador cabe, nesse sentido, a função de guardião de fatos indesejáveis, retirando esqueletos do armário, numa atividade oposta a do recolhedor de fatos gloriosos da memória social, quase sempre coincidentes com os interesses dominantes e consensuais.

Resgatar uma vida supressa e trazê-la de volta à sociedade é, de alguma forma, conceder ao trabalho de pesquisa uma missão dignificante, muito embora a relevância disso só apareça se o historiador for capaz de articular o seu personagem com os fatos de seu tempo, a sua vida com a do seu grupo de pertencimento, ou como diria Wright Mills, a sua biografia com a história, o indivíduo com a sociedade, o sujeito com a coletividade na qual esteve imerso e viveu.

A vida política de nosso personagem transcorreu durante três intensas e ricas décadas da história recente do país, marcadas, de um lado, por um enorme esforço modernizante, e de outro, pela inserção de novos atores na vida social. Em meio a esse processo, os comunistas

viveram um fecundo aprendizado, em variadas conjunturas desde a ditadura Vargas, passando pelos governos Dutra, Juscelino, Jânio e Jango para, finalmente, cair num novo e mais violento ciclo autoritário. Durante algum tempo, participaram e influíram decisivamente nos embates políticos e nos movimentos sociais, buscando dar a sua contribuição ao processo de desenvolvimento brasileiro. Integraram as forças nacionalistas e democráticas e julgaram poder fazer o país avançar segundo uma estratégia revolucionária que oscilou do mais profundo sectarismo a aceitação das práticas democráticas e, no auge de sua evolução, para a crença na via pacífica para o socialismo. Poucos como Mário Alves se entregaram tão intensa e completamente à busca de um caminho revolucionário para o Brasil, a um caminho socialista. Muito jovem ainda optou por esse objetivo que perseguiu com obstinação, alcançando posições de destaque nas lutas sociais ou na organização comunista, desde a década de 1940 até a década de 1970. Militante, jornalista, estudioso do marxismo, dirigente, combinou todas essas atividades numa complexa trajetória que expressa ao mesmo tempo a grandeza e a tragédia da esquerda no país, uma vez que, encurralado pelo golpe militar fez a opção pela luta armada, atitude que lhe custou implacável perseguição e posterior assassinato.

As circunstâncias de sua morte obrigaram o governo a desaparecer com o seu cadáver para não comprometer a imagem do regime que praticava a tortura, mas a escondia da população e da imprensa por causa das pressões internacionais em prol dos direitos humanos dos presos políticos. Permaneceu por mais de uma década nessa absurda situação de "desaparecido". Seu atestado de óbito só foi expedido depois de encerrado o regime e sem especificação da causa da morte ou local de sepultamento.

O esfacelamento de sua organização de pertencimento, o PCBR, e a obliteração de que foi vítima no interior do PCB já em vida, pela onipresença de Prestes, que não permitia posições divergentes no interior da direção partidária, contribuíram para manter por mais de três décadas seu nome no esquecimento, involuntariamente, favorecendo aqueles que não suportavam a idéia do resgate de sua figura, o estudo da sua contribuição à história do país e, em particular, à revolução brasileira.

Sua contribuição ao jornalismo político e seus ensaios sobre a realidade brasileira revelam um arguto e criativo formulador, dotado de estilo próprio, combativo e erudito, capaz de incursionar por vários e polêmicos temas com desenvoltura e autonomia intelectual.

Como dirigente, chefiou os mais importantes órgãos de imprensa partidária e ocupou assento no Comitê Central do PCB e na sua Comissão Executiva, mais altos postos da hierarquia comunista. No PCBR, foi o seu principal líder, exercendo o cargo de secretário-

geral. Curioso é que nada disso tenha contribuído para romper a cortina de esquecimento a que foi submetido até aqui.

Essa é a lacuna que o presente trabalho busca preencher. Trata-se de uma modesta contribuição acadêmica no campo da biografia histórica, muito aquém do merecimento do personagem, cujo principal objetivo é resgatar a trajetória de Mário Alves e chamar atenção para a importância da sua vida e da sua luta, do seu desassombro e coragem, da sua dedicação e compromisso com o povo brasileiro. Razões mais que suficientes para colocá-lo num lugar de destaque entre os mais ilustres representantes da esquerda brasileira.

Notícia Metodológica

Essa pesquisa muito deve a Lúcia Vieira Caldas que nos cedeu cópias de documentos pessoais, cópia de reportagens e da Ação Declaratória que junto à sua mãe, Dilma Borges Vieira, moveu contra a União contendo, entre outras coisas, depoimentos valiosos das testemunhas do assassinato de Mário Alves. A essas fontes iniciais foram acrescentadas outras informações biográficas advindas das cadernetas escolares, existentes no arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, depoimentos qualificados colhidos entre parentes, contemporâneos, colegas e companheiros políticos, arrolados no anexo dessa tese. Os documentos partidários e os artigos assinados, em sua grande maioria, foram encontrados em duas publicações oficiais do Partido Comunista Brasileiro: a revista teórica *Estudos Sociais* (1958-1964) e o semanário *Novos Rumos* (1959-1964).

Na bibliografia anexa poderá se ver o conjunto dos livros de memória e literatura especializada em que se recolheu variadas impressões, lembranças e confissões de autores e protagonistas a respeito do nosso personagem servindo tais fontes secundárias como rica contribuição para o processo de reconstituição da sua trajetória pessoal ou política.

A combinação dos recursos da história oral com as fontes documentais disponíveis no Arquivo da Biblioteca Nacional bem como a revisão bibliográfica necessária, permitiu a construção dessa biografia que está estruturada, formalmente, em seis capítulos.

O primeiro trata do assassinato do personagem, perpetrado barbaramente na vigência do governo Médici, momento mais duro da ditadura brasileira implantada no país em 1964. Esse capítulo historia a montagem do regime de exceção, seu desenvolvimento e suas trágicas conseqüências para a democracia.

Revela o aparecimento das organizações armadas de esquerda e a brutal repressão que se desencadeou, cujo ciclo mais violento ocorreu entre 1969 e 1972. Desse momento difícil,

irrompe a figura do *desaparecido*, ente desconhecido até então na vida jurídico-política do país, lamentavelmente encarnada pelo nosso personagem. Seqüestros, torturas, assassinatos e uma bem orquestrada campanha de cooptação e publicidade ufanista levam à derrota política e militar da esquerda e à institucionalização da ditadura.

O capítulo II dessa tese trata da vida familiar e da precoce iniciação política de Mário Alves. Resgata sua trajetória como membro de um clã oligárquico, sem, no entanto dele herdar nem bens, nem a mentalidade, seu processo de socialização, formação educacional e ingresso no PCB.

No capítulo III busca-se entender a vida econômica, política e cultural da Bahia dos anos 40 e a inserção dos comunistas num contexto oligárquico, mas de forte mobilização popular em decorrência das manifestações anti-fascistas e, posteriormente, em prol da redemocratização. Nesse ambiente participativo do intervalo democrático, a esquerda se reorganiza e a juventude que dinamiza sua organização constitui-se como uma contra-elite ideológica, movendo-se com grande habilidade em meio aos limitados espaços de atuação institucional. Como grupamento, essas lideranças acabam migrando para o centro-sul, aonde vão desempenhar papel de destaque na estrutura partidária nacional.

O capítulo IV reconstitui a trajetória do personagem como homem da máquina do PCB, do *aparatik*. Cursos, inclusive na antiga URSS, missões, formação e conflito sob a clandestinidade imposta pelo Governo Dutra e o ultraesquerdismo da época de Vargas estão no *pano de fundo* da movimentação do personagem. Aí também é analisada a crise advinda com a desestalinização após o informe de Krushev no XX Congresso do PCUS e as suas graves conseqüências entre a militância.

Nesse cenário difícil, paradoxalmente, cresce a figura do biografado e é de sua ascensão à alta hierarquia comunista que trata o capítulo V, cujo objetivo é denotar a importância de Mário Alves como dirigente partidário, formulador político, formador de *quadros* e influente jornalista em meio ao ambiente político do final da década de 1950 e começos de 1960.

Finalmente, o capítulo VI, retomando o fio da meada do capítulo 1, revela a desilusão com o reformismo à luz da evolução do pensamento político do próprio personagem e o seu engajamento na luta armada. Seus textos e os documentos partidários que redigiu atestam sua inclinação à *esquerda* e a adequação de suas formulações à via da guerra revolucionária como meio de derrubar a ditadura e instituir um governo popular.

Em anexo, encontram-se os documentos citados ao longo da tese e fotografias do personagem em várias fases de sua vida.

CAPÍTULO I

Seqüestro, prisão, tortura, assassinato e ocultação de cadáver.

Desaparecimento político no Brasil dos anos 70.

Reconstituição das últimas horas de vida do dirigente comunista e das circunstâncias que precederam o seu assassinato. Tortura e martírio. O comportamento ativo e exemplar de Mário Alves. Retrospectiva do quadro de endurecimento do regime autoritário, início da onda militarista no interior da esquerda revolucionária, o confronto com a repressão da ditadura e o desmantelamento do PCBR. Depoimentos e testemunhos, a luta da família pela responsabilização do crime e seu desfecho jurídico.

O Regime de Exceção – Preâmbulo e desdobramentos

Por mais que se queira atribuir a queda do Presidente João Goulart à ambigüidade do seu governo, o fato é que a conspiração golpista se iniciou no ato mesmo de sua posse. Setores da direita representando os interesses da burguesia brasileira associada ao capital internacional, insatisfeitos com o populismo de esquerda que marcou a trajetória política de Jango, criavam em novembro de 1961 o IPES, Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, centro que ficou conhecido por sua dupla vida política. Do lado legal, um núcleo de alto nível que reunia homens de negócio voltados para a discussão dos destinos do país. O lado oculto coordenava uma sofisticada campanha política, ideológica e militar contra o governo constitucional. O projeto de desestruturação da democracia populista foi chamado de “desestabilização”.

O IPES atuou em parceria com uma outra organização da direita: o IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, este fundado por empresários e militares nos anos 50. Declaradamente anti-comunista e ligado à famosa Agencia Central de Informação dos Estados Unidos, CIA, o IBAD era financiado por empresários, banqueiros, grandes proprietários de terra e multinacionais. A ambos, estava ligada a Escola Superior de Guerra, de onde saiu o núcleo central do golpe e seu estado-maior.¹

João Belchior Marques Goulart, o Jango, era um rico estancieiro gaúcho, dono de milhares de cabeças de gado, mas ao contrário do que boa parte dos intérpretes da história recente do país apregoa, não estava despreparado para dirigir o país. Formado em Direito,

¹ DREIFUSS, René Armand. 1964: *a conquista do Estado*, p.163.

trilhou longo caminho de aprendizado executivo, iniciado como Secretário de Justiça do Rio Grande do Sul, foi deputado estadual, federal, foi Ministro do Trabalho e duas vezes Vice-presidente da República, ocupando cumulativamente a presidência do Senado. Sem sombra de dúvidas, Jango tinha mais condições para exercer o cargo de Presidente do que Jânio Quadros. Moniz Bandeira é da opinião de que Jango era superior a Juscelino Kubitschek, em 1956.

Tinha um programa do governo – o das reformas de base – e larga experiência da política federal, o que lhe dava uma visão mais ampla, menos provinciana, dos problemas brasileiros. Visão, obviamente, muito avançada para a mentalidade média dos conservadores dirigentes políticos dos grandes partidos de então.²

De um lado, o caráter progressista de seu governo, de outro, o conservadorismo das elites brasileiras, se responsabilizaram pelo impasse a que chegou o seu período de Governo. O pano de fundo era o alentado sonho de um projeto brasileiro autônomo de desenvolvimento, nacional e popular. O medo da burguesia e dos setores conservadores era o de que a aventura janguista acabasse pilotada pela esquerda e o quadro evoluísse de uma república sindicalista para um governo socialista.

Uma série de acontecimentos foi levando o governo Goulart em marcha batida para o abismo. Ora, eram fatos relacionados ao soldo dos militares e a questão hierárquica e disciplinar no interior das forças armadas. Ora, a crise cambial e o descontrole inflacionário (a inflação atingiu o patamar de 70%) e suas conseqüências para a economia do país e o cotidiano da população. A imprensa cooptada para o desgaste levantava as mais diversas campanhas contra Jango. Classificou a desapropriação de terras com pagamentos em títulos do governo como atentado a propriedade privada. Na extrema direita, políticos arrivistas como Carlos Lacerda, punham lenha na fogueira, incentivando a polarização e a contraposição de forças, com artigos e entrevistas responsabilizando os militares, que hesitavam em depô-lo, pela permanência de Jango à frente de um governo visivelmente esquerdista. Os militares exigiam de Jango fidelidade à legalidade e o afastamento dos comunistas. Jango se dizia independente e, de fato, a certa altura, ninguém sabia de onde viria o golpe. Se do próprio governo, para se prolongar, situação que ficou evidenciada no desejo de Goulart e Brizola em alterarem a Constituição para removerem sua inelegibilidade ou, como acabou acontecendo, da coalizão civil-militar de direita que, afinal, derrubou o governo constitucional.³

² BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart, as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*, p. 43 a 45.

³ BOJUNGA, Cláudio. *JK, O artista do Impossível*, p. 601 a 609.

A movimentação militar, a cooptação de políticos da direita, a mobilização da classe média, a ação da imprensa e o apoio logístico e financeiro americano garantiram as condições para a aventura golpista e o seu sucesso. O “dispositivo militar” do governo foi um fiasco. A resistência dos movimentos sociais, nula e a reação do PCB, risível. O despreparo foi tão grande que alguns de seus mais altos dirigentes não tinham sequer onde se abrigar, expostos fisicamente a insegurança do momento, tendo mesmo alguns deles ficado ao desabrigo durante algum tempo. Iniciado em 30 de março em Belo Horizonte, no dia 31 o movimento militar já contava com a adesão de todos os comandantes do Exército e a decisão de Washington de deslocar o porta-aviões Forrestal e destróieres de apoio, garantindo homens projéteis tele-dirigidos e combustível para o caso de haver resistência.

No dia primeiro de abril, Jango passou pela base aérea de Santos Dumont, rumou para Brasília, e daí, à noite, seguiu para Porto Alegre. Logo depois, no dia 4 de abril de 1964, refugiou-se no Uruguai.

A dependência de economia brasileira e os significativos investimentos internacionais no país, criando um arco de interesses comuns entre nacionais e estrangeiros, além é claro, da inclinação conservadora de segmentos importantes da sociedade, caso das forças armadas, do clero, da classe média urbana, setores latifundiários, da imprensa, partidos políticos de centro-direita, entre outros, formam o pano de fundo da conspiração contra Goulart. Ela resultou de uma série de tensões e contradições. Ao restringir os ganhos dos investimentos estrangeiros com a promulgação de uma severa lei de remessa de lucros, de pagamentos de royalties e de transferência de tecnologia, Jango atingiu seu principal adversário econômico. Ampliou a sua antipatia com a criação de uma legislação anti-truste e com a tendência para a nacionalização de corporações importantes. Os subsídios concedidos aos capitais privados nacionais punham as multinacionais em alerta.

O aprofundamento da experiência democrática assustou a muitos. O Governo Goulart foi fértil para a organização da classe trabalhadora. Sem dúvida, com apoio aos setores assalariados, Jango criou um clima político favorável ao desenvolvimento de formas mais profundas e efetivas de organização classista. Nesse sentido, foi mais longe do que o próprio Getúlio. Talvez em nenhum outro momento da história brasileira recente a classe operária e o movimento sindical tenham gozado de tal liberdade.

A descentralização do sistema político e econômico, por sua vez, concedeu aos estados maior autonomia decisória, situação que ficou evidente com as ousadas políticas sociais do

governo Arrais, em Pernambuco e Brizola, no Rio Grande do Sul. A ação política dos setores assalariados e seus representantes ou aliados parlamentares, no executivo e o número crescente de simpatizantes nas mais diversas esferas sociais deram a democracia formal um forte traço popular e uma dinâmica desconhecida na elitista política brasileira.

A rápida organização da classe trabalhadora e do campesinato arrepiou as camadas dominantes, sempre reativas às concessões em questões como salário, condições de trabalho ou mesmo de liberdade sindical. O exacerbamento das contradições, o avanço da organização popular nos limites da democracia formal, mas também a ambígua e discutível condução desse processo pelos que estavam no poder, tudo isso e mais o despreparo das chamadas forças revolucionárias, aí entendidas fundamentalmente como o Partido Comunista, setores nacionalistas radicais e alguns políticos profissionais, levou à crise. A opção pela forma anti-constitucional e autoritária de poder, adveio do medo das classes dominantes de perderem definitivamente o controle da situação e da sua tendência fortemente anti-democrática, já expressa em situações anteriores, como no episódio da posse de Juscelino e do próprio Presidente Goulart que se viu humilhado diante de um parlamentarismo aprovado de última hora com o único intuito de reduzir seus poderes constitucionais e expô-lo publicamente. Ao invés da revolução socialista, a democracia populista de Jango acabou levando o Brasil ao “estado de segurança nacional”, ditadura escancarada, regime que, em matéria de ofensa aos direitos humanos suplantou o famoso “estado novo” de Getúlio Vargas.

Entre 1º de abril 1964, quando os militares depuseram o presidente Jango Goulart, e 28 de agosto de 1979, data de aprovação da Lei da Anistia, quando o regime ditatorial havia silenciado definitivamente o protesto armado da esquerda brasileira, estima-se que 50 mil pessoas tenham passado pelas prisões por motivos políticos. Vinte mil foram torturadas pelos órgãos de repressão, mais de 11 mil foram indiciadas por crimes contra a segurança nacional em cerca de 800 processos. Oito mil delas foram acusadas e centenas de condenações a prisão foram proferidas pela justiça. Quatro pessoas foram condenadas à morte, penas, posteriormente, comutadas em prisão perpétua.

O balanço desse difícil momento da vida do país, inclui 130 banidos do território brasileiro, 780 cassações de direitos políticos por dez anos, milhares de exilados e um número considerável de aposentadorias compulsórias, demissões e reformas no serviço público.⁴

⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, p. 269 e 270.

É claro que nenhum desses números traduz o sofrimento das famílias que tiveram parentes perseguidos pela ditadura, pessoas que, direta ou indiretamente foram, de alguma forma, atingidas pelo arbítrio, passando algum tipo de constrangimento.

De 1964 a 1970, o Ministério do Trabalho destituiu as diretorias de 563 sindicatos, a metade deles de trabalhadores da indústria. Das seis confederações de empregados, quatro sofreram intervenção. Nos dois primeiros anos do golpe se deu a maior parte – 70% - das intervenções do regime nas organizações sindicais. O Governo do general Castelo Branco restringiu completamente o direito de greve, só permitindo aquelas relacionadas a atraso de pagamentos, ao tempo que revogou conquistas importantes de várias categorias profissionais como os ferroviários, portuários e estivadores, marítimos e petroleiros.⁵

Olhado em perspectiva, o estado que resultou do golpe viveu fases bem distintas. A primeira, de institucionalização, sob Castelo Branco, onde o núcleo dirigente do regime e as diversas correntes políticas, pró-militares e até alguns setores oposicionistas, alimentavam a esperança de um retorno à democracia, vencida a etapa de varredura inicial dos golpistas. O esquema geral de institucionalização do regime de exceção, trazido pela coalizão civil-militar, expresso na doutrina de segurança nacional e desenvolvimento, elaborada no interior da Escola Superior de Guerra, sofreu permanentes reelaborações frente aos questionamentos do que existia de vivo da sociedade civil. O projeto “revolucionário” sofria objeções e reagia a isso com a intensidade demandada pela velocidade dos acontecimentos.

Na reorientação do aparelho do estado durante o primeiro governo da chamada “Revolução de 31 de março”, expressão com a qual os setores golpistas buscaram a legitimação do movimento, período que vai de 1964 a 1967, o discurso tecnocrático pela modernização da sociedade brasileira, o fortalecimento da economia e o combate à subversão, a anarquia e a corrupção tinha um forte tom nacionalista, mas não o nacionalismo de esquerda provindo da velha máxima da internacional comunista que apregoava a aliança do operário às burguesias nacionais, vistas ainda como classes capazes de alicerçarem projetos de modernização e mudança. Mas um nacionalismo repleto de ufanismo, uma visão triunfante e militarizada de um Brasil potência. O afetado apelo patriótico se construiu sobre uma proposta de crescimento econômico e desenvolvimento destinada a consolidar a idéia-força de nacionalidade tão cara aos militares, cuja visão já era, a essa altura, do mundo bipolarizado, marcado pelo confronto de dois projetos antagônicos: o comunista e o democrático.

⁵ Idem, p.153.

O redirecionamento da economia foi planejado para garantir o “crescimento do bolo”, isto é, o fortalecimento da economia brasileira, o avanço da sua industrialização, amplos investimentos em infra-estrutura, modernização do estado e contenção do processo inflacionário. A desestruturação do movimento sindical assegurou as condições para a implantação de uma política salarial rígida que permitiu com o “arrocho” imposto altas taxas de lucro aos investidores e fez da classe operária o financista de boa parte do crescimento econômico. O mecanismo era a concessão de aumentos sempre inferiores à taxa inflacionária, fato permitido pelo controle quase absoluto das entidades sindicais.

Sob o duplo argumento da ocupação produtiva do território e da segurança se fez um enorme esforço de incorporação dos espaços vazios, debaixo da idéia de integração nacional, condição estratégica para assegurar a defesa das fronteiras e diminuir as chances de uma pretensa ação subversiva – a guerrilha em Cuba foi um duro golpe, um exemplo inesquecível para os defensores da democracia. A política de segurança se voltou com determinação para os aspectos ligados propriamente à informação e ao poder, aperfeiçoando os métodos de espionagem a defesa, criando instrumentos de controle, centralizando a administração – o executivo e as forças armadas – formando o que depois os analistas vieram a chamar de sistema: “um conjunto de procedimentos, órgãos, instituições e funções militares que seriam responsáveis pela definição dos aspectos mais relevantes do processo político pós-64”.⁶

As medidas de coerção, provocando a solidariedade dos atingidos, levou a relação entre estado e sociedade a saturação, do que resultou o fortalecimento e predominância da “linha dura” no interior do governo, fato que marcou a ascensão ao centro do poder dos grupos militares menos comprometidos com a liberação do regime.

Antes de completar 30 dias de decorridas as eleições de 1965, que representaram uma derrota para o regime em dois importantes estados do país, Guanabara e Minas Gerais, os militantes reagiram. No dia 17 de outubro, promulgaram um “ato institucional”, o de número 2, medida destinada a controlar a atividade político-partidária, cujo sentido era submeter o Congresso Nacional, o poder judiciário e a “classe” política. Para manter sobre controle o Congresso, reduzia de dois terços para a maioria simples o número de votos necessários à aprovação de emenda constitucional apresentada pelo executivo. No plano administrativo, transferia totalmente ao executivo, questões orçamentais e de regulamentação das forças armadas. Num artigo específico, limitava a 45 dias o prazo para discussão no Congresso de qualquer projeto de lei de iniciativa do Presidente da República, e mantinha o mecanismo de

⁶ OLIVEIRA, Eliezer R. de. *Segurança nacional: doutrina e ideologia*, p.100.

decorso de prazo, pelo qual os projetos urgentes apresentados pelo Executivo deviam ser considerados num prazo máximo de 30 dias ou serem automaticamente aprovados.

Para os que ainda alimentavam a esperança de um “retorno democrático”, a promulgação do ato foi frustrante. Ele dava ao executivo o direito de baixar atos complementares, decretos-leis e de decretar o recesso do Congresso, das Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores. Mais que isso, durante o recesso do Congresso podia legislar sobre quaisquer matérias. Em meio ao bizarro arrazoado de restrição do direito e aumento de poder ao executivo, acaba por estabelecer a eleição indireta para Presidente e Vice-Presidente, desfazendo a ilusão de amplos setores que apoiaram ou, ao menos, não se opuseram ao golpe com os compromissos democráticos da “revolução”. Entre eles, o Partido Social Democrático, que nutria esperanças de promover o retorno de Juscelino. Para mostrar que estavam falando sério, os militares suprimiram os próprios partidos que foram reduzidos a dois, por ato complementar posterior.

O endurecimento iniciado com o “ato institucional” tinha, no entanto, uma data marcada para seu termino: 15 de março de 1967. Mas o que veio foi o seu aperfeiçoamento com uma nova Constituição “enriquecida” com elementos revolucionários, cujo objetivo era consolidar o estado autoritário e constitucionalizar a exceção. A modesta contribuição da oposição, organizada em torno do Movimento Democrático Brasileiro, se voltava para a restauração democrática abrindo alguma margem de manobra para os que estavam totalmente cerceados nos seus direitos à organização. A restrita liberalidade não impediu a ação de movimentos importantes, como o estudantil e o operário e permitiu manifestações e protestos de peso considerável naquela conjuntura.

Foi com o marechal Arthur da Costa e Silva, que substituiu Castelo Branco, que o país viveu, a partir de 15 de março de 1967, o segundo ciclo do governo ditatorial, num clima de grande efervescência política nas universidades e escolas secundárias e nas chamadas cidades industriais. Apesar das deformidades democráticas e das restrições das liberdades, Costa e Silva sinalizou para uma política de liberalização que lentamente dissipava as tensões, chamando a oposição ao diálogo com o governo. Esta política de liberalização controlada, então conhecida como política de alívio, envolvia uma interpretação liberal da legislação repressiva contida na Constituição de 1967.

A oposição empenhou-se nessa engenharia institucional e participou de várias reuniões destinadas a construção de uma agenda para a sua implantação, na prática. Mas na prática, o governo estava interessado na cooptação das lideranças sindicais e para isso topava o risco de encetar uma ativa negociação. Em troca de um apoio limitado, estava disposto a oferecer

concessões à oposição. Buscava sua legitimação. Mas, de fato, nunca esteve disposto a discutir a questão do restabelecimento do equilíbrio do poder e tampouco aspectos de sua política salarial e econômica. A liberalização de Costa e Silva, portanto, não incluía a superação dos limites do estado de segurança nacional. Vista de hoje, não passou de puro flerte liberalizante.

Mais embaixo, a panela fervia. A oposição consentida passou a ofensiva. A tendência declinante dos salários, iniciada em 67, a atomização do movimento estudantil, que reagiu nacionalmente à mercantilização da educação e a repressão policial, todos esses fatores – não exatamente na ordem que estão apresentados – suscitaram a unificação de diferentes forças e mesmo políticos que estiveram em campos antagônicos em 64, deram-se as mãos numa frente ampla pelo restabelecimento democrático. As passeatas ganharam as ruas. Os artistas e intelectuais assumiram posições críticas. O movimento sindical recuperava o fôlego. Dentro e fora do PCB, as organizações de esquerda se indispunham com o reformismo e se aproximavam das teses foquistas que inspiraram a revolução cubana. No contraponto dessa onda cívica, os duros se moviam e para impedir o crescimento da subversão e desfechar ampla perseguição à infiltração comunista nas entidades estudantis e sindicais, valeram-se de um inflamado discurso do deputado Márcio Moreira Alves sobre o significado do 7 de setembro, o que levou o Governo a promulgar aquele que ficou conhecido como o mais radical dos atos do período ditatorial: o AI-5.

Maria Helena Moreira Alves resume da seguinte maneira os poderes desse ato: fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes legislativo e executivo em todos os níveis; suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos; demitir, remover, aposentar ou por em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; demitir ou remover juizes e suspender as garantias do judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; decretar estado de sítio, sem qualquer impedimento, confiscar bens como punição por corrupção; suspender a garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crime contra segurança nacional; julgar os crimes considerados políticos em tribunais militares; legislar por decreto e baixar atos institucionais ou complementares; e proibir a apreciação pelo judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do próprio ato. Os réus julgados pelos tribunais militares não teriam direito a recursos. Todas as disposições do ato permaneceriam em vigência até que o Presidente da República assinasse decreto específico para revogá-lo.

A publicação do “ato institucional número 5”, em dezembro de 1968, restringindo ainda mais as liberdades consentidas, instaurou a dialética da violência, institucionalizando a tortura

que ganhou a partir daí, uma dimensão assustadora. Alguns setores da oposição pegaram em armas. A tentativa da luta armada, por sua vez, fortaleceu no interior do “estado de segurança nacional” os segmentos mais ligados à defesa da segurança interna. Eles se valeram de fato do espaço que dispunham para implantar uma terrível estrutura repressiva.

No confronto entre a repressão e a subversão, os demais setores de oposição e o conjunto do movimento social se viram envolvidos por uma brutal onda de perseguições. À ofensiva das forças de segurança, seguiu-se um período de medo, confusão e desânimo. Entre 1969 e 1974, o “estado de segurança nacional” dos militares ampliou seu ciclo repressivo e, sob o comando do general Médici, que foi, sem sombra de dúvidas, o mais cruel e anti-democrático dos presidentes do Brasil, a ditadura escancarou a sua face autoritária, sem qualquer espécie de pudor, nesse terceiro ciclo de sua duração.⁷

Sob Geisel e Figueiredo (1974-1984), o regime viveria seus momentos finais, a sua quarta fase, de distensão e abertura, que iria reconduzir o país à normalidade democrática.

O primeiro ciclo concentrou-se no expurgo de pessoas politicamente ligadas aos governos anteriores, que passaram no filtro dos militares a serem vistas como subversivas ou corruptas. Nessa fase, a repressão física direta foi dirigida contra assalariados urbanos e camponeses, numa estratégia de classe claramente destinada a quebrar a espinha dorsal do movimento sindical. Num segundo momento, entre 1965 e 1967, concluiu-se o expurgo na burocracia do estado e nos cargos eleitorais. Mas até aí, não se praticava ainda o emprego direto e generalizado da violência.

Depois de 1968, o regime se voltou com redobrada energia sobre órgãos políticos representativos, as universidades, os meios de comunicação e o que restava de resquício no aparato burocrático do estado. As manobras militares e a varredura contra o “inimigo interno” se deram de forma difusa contra todas as classes e categorias sociais e, sem nenhuma dúvida, restringindo no limite o espaço de atuação dos setores políticos, acabaram empurrando a classe média radicalizada e os movimentos sociais mais organizados para a mais completa marginalidade política.

A violência repressiva, iniciada sob o pretexto de afastar a ameaça da “república sindicalista”, levou ao bipartidarismo, restringiu a liberdade sindical, instalou a censura prévia na imprensa e aperfeiçoou a bizarra legislação extraordinária para estender o período de

⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, p. 141-142 e 315-316. A autora realiza uma exaustiva análise de todos os atos institucionais, aqui vistos como desdobramento da doutrina de segurança nacional desenvolvida no interior da Escola Superior de Guerra, e a dialética Estado-oposição nos vários ciclos ditatoriais.

vigência do regime de exceção, cujos representantes mais exaltados queriam prolongar indefinidamente. O rebaixamento da vida democrática se operou junto a uma propaganda ufanista que ganhou ainda mais consistência quando a economia brasileira, a partir de 1968, começou a apresentar altas taxas de crescimento, num período de prosperidade industrial que ficou conhecido como “milagre brasileiro”.

Os militares adotaram um modelo econômico de desenvolvimento baseado no fortalecimento da indústria de bens de consumo duráveis e tratamento especial ao capital estrangeiro, na modernização da infra-estrutura e crescimento das exportações de acordo com as concepções doutrinárias liberais e se afastaram completamente das formulações nacional-desenvolvimentistas em voga nos anos 60, buscando a uma só vez o fortalecimento da economia de mercado e a suplantação das teses de crescimento econômico de conteúdo nacionalista.

No campo político-ideológico, foi feito um gigantesco esforço para manter sob controle os vários segmentos nacionais e conquistar base social, dando ao governo de exceção o mínimo de legitimidade. Essa foi a razão para a preservação do processo eleitoral, sujeito, no entanto, ao controle de uma legislação discricionária e da ordem jurídica, submetida às regras da “Lei de Segurança Nacional” e seus “atos institucionais”. Considerável investimento foi feito em propaganda para sensibilizar parte da opinião pública suscetível ao discurso exaltado do Brasil potência, fruto de um governo forte e de um país economicamente desenvolvido.

A consolidação do regime militar teve o seu preço. Logo no início, o rompimento com a institucionalidade. A violação do Estado de Direito. Sob a alegação de combate a anarquia comunista e o controle da subversão, os militares suprimiram as práticas democráticas.

Com o golpe, praticamente não encontraram resistência. Para justificar a permanência, precisaram encontrar motivos consistentes. A instauração de inquéritos policiais-militares foi o caminho para a perseguição de lideranças potencialmente ameaçadoras. Para arrancar confissões dos acusados das práticas de alguma atividade considerada subversiva, os oficiais das forças armadas ressuscitaram a velha prática da tortura, muito usada na época do Estado Novo. Entre 1964 e 1968, foram 308 as denúncias de torturas apresentadas por presos políticos às cortes militares. Em 1970, chegaram a 1206.⁸

A suspensão das regras do Estado de Direito e o endurecimento do regime levou as organizações comunistas ao entendimento de que a saída para o país não adviria das vias tradicionais da atividade político-partidária. Era preciso enfrentar política e militarmente a

⁸ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, p. 159.

ditadura, o que impunha aos militantes revolucionários a adoção da luta armada como caminho inevitável para a sua derrubada. Com maior ou menor ênfase, dezenas dessas organizações, quase todas com alguma inserção nos movimentos sociais de então, (estudantil e operário), voltaram-se para as práticas militaristas inspiradas na revolução cubana ou mesmo na experiência chinesa. A maior parte dos quadros recrutados por esses agrupamentos era oriunda das camadas médias, número expressivo deles das universidades e escolas secundárias e outro contingente significativo provindo de categorias profissionais desse estrato social.⁹

Protesto armado e repressão

Foi sob o governo do general Médici que morreu a maior parte dos 360 militantes da esquerda brasileira, inconformados com a institucionalização do regime de exceção que buscaram com a luta armada contestar, pelo caminho da guerrilha, a ditadura militar. Apolônio de Carvalho definiu o radicalismo dos grupamentos de esquerda de então, classificando-a como protesto armado. Sem terem atingido o estágio de efetivo combate, uma vez que os seqüestros e expropriações não representavam ações programáticas das organizações, mas apenas meios de obtenção de recursos e libertação de prisioneiros.

Mais que o início de uma guerra de guerrilhas ou o convite a uma futura guerra civil, nossa resposta à ditadura militar reduzia-se, simplesmente, a um protesto armado. Justo, digno, generoso – mas sem perspectivas de vitória.¹⁰

Salvo as abortadas operações do Caparaó, em Minas Gerais e do Araguaia, em Tocantins, a guerrilha no Brasil não passou de um desejo romântico da esquerda. A de Caparaó logo foi descoberta e desativada com a prisão de seus despreparados idealizadores. A do Araguaia, resultou na morte de mais de 60 militantes do PC do B.

A interpretação de Apolônio abstrai os limites desrespeitados pelos que se decidiram pela luta armada, colocando sob a designação genérica de protesto assaltos a bancos, seqüestros e até execução. Fato compreensível, uma vez que tais atos eram praticados para finalidades

⁹ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*, p. 168-170. O autor mostrou que mais da metade das 2592 pessoas, com ocupação conhecidas, processadas judicialmente por qualquer tipo de relação com as organizações armadas, provinham das camadas médias intelectualizadas da sociedade.

¹⁰ CARVALHO, Apolônio. *Vale a pena sonhar*, p.195 a 215. Aí, o primeiro secretário-geral do PCBR desenvolve sua análise da fragilidade da esquerda diante no contexto do endurecimento do regime. Diagnostica também o esvaziamento do PCBR, pelas defecções que levaram muitos militantes a aderirem ao PCdoB.

políticas e se justificavam como meios para opor à violência do estado a violência revolucionária. Mas não se pode negar que, se não atingiram a fase da guerrilha, entendida como um movimento político-militar estruturado e capaz de enfrentar as forças armadas excedeu de muito a fase do simples protesto. Os protestos armados, efetivamente ocorreram quando as organizações de esquerda realizaram manifestações proibidas contando com aparato próprio de segurança, mas vai uma enorme distância se classificar uma expropriação a uma agência bancária, com todos os riscos aí implicados, como uma simples manifestação de protesto.

O chamado atalho ou desvio militarista sufocou a vida da esquerda de então e no PCBR ficou evidenciado no testemunho de Álvaro Caldas:

As questões de segurança, do treinamento militar, da aquisição de armas e das ações em geral ganharam a frente das tarefas e, mais do que isso, influíram e alteraram as formas de fazer o trabalho político. As manifestações estudantis de rua eram cercadas de um bem montado aparato de segurança e, quando elas não foram mais possíveis, nos comícios relâmpagos que as sucederam, no momento em que o líder subia num caixote de maçãs argentinas para falar ao povo havia mais gente em volta preocupada com sua segurança do que ouvindo seu discurso. Mais sintomática ainda era a forma pela qual nos aproximávamos do mito que era a classe operária: de 38 na mão. A concepção do trabalho operário, bloqueados todos os meios de atuação legal, era baseada no choque da propaganda armada, que deveria ser aproveitada internamente nas fábricas por simpatizantes ou militantes para a formação de grupos de discussão.¹¹

Seguindo uma trilha parecida, Marcelo Ridenti classifica as ações das organizações que optaram pela luta armada como resistência democrática.¹² A noção é mais que condescendente com os que decidiram se levantar contra o estado de coisas da época. Sugere que a luta armada, nas condições em que foi gerada, poderia ter sido uma forma bem sucedida de não apenas derrotar a ditadura, política e militarmente falando, como também de constituir um caminho para a redemocratização – coisa que não estava entre as prioridades dos programas partidários das organizações revolucionárias de esquerda. Deixa ainda subtendido que a resistência armada tinha um conteúdo democrático implícito, o que é, no mínimo discutível. À luz do pensamento de esquerda de então, as ações armadas se integravam a uma reflexão de fundo foquista e foram promovidas, deliberadamente, como ações ligadas a um

¹¹ CALDAS, Álvaro. *Tirando o Capuz*, p. 88.

¹² RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O Fantasma da Revolução Brasileira*, p. 61,62. Ridenti considera a luta armada como último recurso dos que ficaram sem espaço institucional ou privados de suas próprias atividades. Cerceados no seu direito de sobreviverem ou existirem como oposição, estes segmentos buscaram na luta armada uma alternativa de resistência à generalização da repressão.

projeto de transformação social, não apenas de modificação da natureza do regime político ou uma mera substituição da forma de governo.

Apolônio e Ridenti, por diferentes vias, avocam a defesa parcial da opção armada, uma maneira compreensível, em razão de suas vinculações ideológicas e simpatias pessoais, de não reconhecerem integralmente o equívoco político que levou a esquerda a essa decisão. E de contrapor à designação de terrorista, de amplo uso pelos órgãos de repressão da ditadura, expressão logo assimilada pela grande imprensa, a condição de guerrilheiro ou combatente àqueles que expuseram as suas vidas para defender as suas posições.

Mas é preciso compreender a violência repressiva nos devidos termos, uma vez que ela não voltou apenas contra os que defenderam a via armada. O fato de não defenderem a luta armada como caminho para a resistência à ditadura, não evitou que muitas organizações e milhares de pessoas sofressem constrangimentos e até mesmo fossem assassinadas, quando era de conhecimento do próprio sistema de informação, que não propugnavam formas violentas de luta.

O que aconteceu, de fato, de um lado, foi a desfiguração do projeto da luta armada, oriunda do isolamento das organizações de esquerda e do relativo sucesso do regime, esvaziando as ações do seu conteúdo propriamente político e situando-as nos estreitos limites de um enfrentamento desigual e voltado para a pura e simples sobrevivência física cada vez mais difícil. A lógica das ações armadas a partir de um determinado momento passou e se guiar pela necessidade de multiplicar as formas de enfrentamento com o regime militar, e manter a própria estrutura das organizações, que se tornava mais pesada, cada vez que um maior número de militantes precisava entrar na clandestinidade. Isso as obrigava a entrar numa dinâmica circular da realização de ações para a própria sobrevivência, atraindo a atenção e a fúria dos órgãos de repressão.¹³

De outro lado, provocava o fortalecimento indireto do porão, lado obscuro e violento do regime, sequioso do protesto para o permanente combate duro. Os terroristas do estado, agrupados no DOI-DODI, agindo a sombra do regime e amparados num amplo e caro sistema de espionagem e repressão, para o qual nunca faltaram recursos, enfrentaram a esquerda num campo que ela praticamente desconhecia – o militar – e confinaram seus militantes a dolorosa e sufocante vida do aparelho.

¹³ GARCIA, Marco Aurélio. *PCBR: da formação à tentação militarista*, p. 10 do jornal EM TEMPO, ano III, número 93, 5/12/79.

O Governo do general Emílio Garrastazu Médici, como já visto, compôs o cenário para esse réquiem. Num discurso feito na Escola Superior de Guerra, em março de 1970, ele festejava: “Estamos vencendo o terrorismo da minoria enganada pela falácia de sistemas de vida incompatíveis com a índole de nossa gente.” Dirigindo-se à oficialidade, foi mais direto: “Haverá repressão, sim. E dura, e implacável.”¹⁴

A implantação dos destacamentos de operações e informações – DOI – que representavam o braço operacional do Centro de Operação de Defesa Interna, Codi, organismo que centralizava à época todo o aparato repressivo, era uma clara demonstração do que dizia Médici. Sob ele, o confronto entre as forças da repressão e os representantes da esquerda, viveu seu momento de maior brutalidade e os que julgavam desestabilizar o regime com a luta armada, pagaram enorme tributo pelo equívoco político cometido. Muitos deles, com a própria vida. Quase a totalidade dos assassinatos políticos cometidos pela ditadura entre 1969 e 1976, se deu no período do Governo Médici. Além da quantidade, os órgãos de repressão, nesse ciclo, se voltaram para a execução seletiva das lideranças com maior potencialidade política. O assassinato, a prisão, o banimento e a cooptação, integravam uma única frente de combate destinada a varrer a esquerda do cenário político. Dirigentes históricos da oposição tombaram nesse período. Foi o caso do jornalista baiano Mário Alves de Souza Vieira.

Do pacífico PCB ao ambíguo PCBR

Em junho de 1964, Mário Alves e outros membros do PCB foram presos no Rio de Janeiro. Um ano depois, foi posto em liberdade por força de um habeas-corpus. O regime ainda não se militarizara completamente e convivia com as imposições de uma ordem jurídica democrática herdada do período anterior. A esta altura, Mário era muito mais que um experimentado militante. Esteve no topo da hierarquia comunista e foi membro da sua seleta Comissão Executiva. Tendo ingressado no partido aos 16 anos, aos 22 anos já integrava seu Comitê Estadual na Bahia. Dirigiu importantes publicações como *Novos Rumos*, *Imprensa Popular e Voz Operária*. Sua folha de serviços à revolução era considerável e sua inteligência admirada por quantos o conheciam.

Um dos principais formuladores do pensamento da esquerda no PCB, ele foi o autor de um *Esquema para a discussão*, primeiro documento de reflexão sobre o golpe e seus desdobramentos, produzido pela direção partidária depois da deposição de João Goulart.

¹⁴ GASPARI, Elio. *op. cit.* p. 160.

Neste documento, as causas da derrota do movimento popular eram vistas numa perspectiva de esquerda, visão que seria progressivamente abandonada no curso dos meses seguintes quando voltou a se estabelecer na direção partidária a maioria orientada por Luis Carlos Prestes. A crítica mais ácida era feita ao pacifismo do partido e sua confiança demasiada no processo institucional, sem ter se preparado para um desfecho armado, nem política, nem ideológica, nem militarmente.

Afastado da Comissão Executiva do PCB, foi designado pelo partido para atuar em Belo Horizonte quando ganhou liberdade. Ali esteve entre 1965 e 1967.

Integrante da “Corrente Revolucionária”, como ficou conhecida uma heterogênea tendência crítica desenvolvida no interior do PCB, desde 1966, quando ficou evidente no Comitê Central a maioria refratária a uma redefinição radical da linha que havia conduzido ao fracasso de 1964, buscou na compreensão da derrota e na revisão dos erros do partido a resposta para a grande desilusão do golpe. Desprendido da “Corrente”, que gerou entre outras organizações, a de Marighella e o MR-8, dissidência estudantil da Guanabara e da Bahia que ficou famosa pelo seqüestro do embaixador americano em 1969, ajudou a fundar o PCBR, organização que combateu o pacifismo do PCB e sua política de colaboração com a burguesia nacional, tidos como os principais fatores da derrota das forças de esquerda naquela conjuntura.

Formalmente, o PCBR se constituiu em abril de 1968, quando realizou seu primeiro congresso, num sítio na serra da Mantiqueira com 25 pessoas presentes à assembléia geral fundadora. Sobre esse encontro, diz Jacob Gorender, um dos fundadores e membro do seu primeiro Comitê Central:

Tão grande era o congestionamento de siglas na esquerda que se resolveu aproveitar a velha sigla do PCB (ainda uma vez, a preocupação da legitimação pela continuidade) e lhe acrescentar o adjetivo Revolucionário do qual viria a qualificação distintiva.¹⁵

Alguns exageram ao atribuir ao BR, naquele momento, uma base de cinco mil militantes. Mas o partido, ao surgir, teve, certamente, alguma força no estado do Rio, no Nordeste e no Paraná, a partir da cidade de Londrina.

¹⁵ GORENDER, Jacob. *Op. cit.* p. 113. Ver também Apolônio de Carvalho no livro já referido, p. 193 a 217.

Seu primeiro programa resultou de um texto escrito por Mário Alves e foi muito bem definido por Gorender como “condensador de tendências variadas atuantes na esquerda revolucionária da época. O PCBR veio a ser a mais típica das novas organizações que se debateram no esforço de enlaçar a tradição doutrinária marxista à pressão avassaladora pela luta armada imediata e incondicionada”.

Seu documento constitutivo analisa a conjuntura do final da década de 60 como ofensiva e julgava que o movimento estudantil, vivendo uma fase de plena ebulição viesse a servir de elemento dinamizador de outros setores sociais. No campo militar, sem abandonar a tese da guerrilha rural – instrumento estratégico essencial para a construção de um exército que deveria conduzir a guerra popular prolongada, surge a idéia de guerrilhas locais, aí entendida como grupos táticos locais, em zonas camponesas, operando no campo em forma análoga aos grupos de guerrilha urbana.

A fase de descenso advinda com o AI-5 tem conseqüências para o conjunto da esquerda e se reflete no PCBR pela militarização das ações políticas, mesmo aquelas consideradas ações de massa e pela crescente “proletarização” de seus quadros.

A militarização decorreu da escalada repressiva e a “proletarização” para compensar o enfraquecimento do setor operário, provocado pela perda de inúmeros militantes saídos para o PCdoB. As estruturas organizacionais herdadas do PCB foram revistas e adaptadas a uma conjuntura vista como essencialmente de preparação para a guerra popular prolongada. Fazer do PCBR uma organização político-militar, superando a dicotomia freqüente desses dois elementos nas organizações revolucionárias era a idéia da direção do partido. Criou-se para isso um Comando Político-Militar, vinculado ao Comitê Central e decidiu-se a criação de organismos semelhantes nos comitês regionais. Operativamente autônomos tais organismos deveriam funcionar, no entanto, sob a orientação política das direções partidárias.

A abrupta reestruturação partidária, sob o influxo da militarização e da “proletarização”, afastou grande número de militantes assustados pelas novas exigências do engajamento e despreparados para esse tipo de profissionalização. A pressão interna para a deflagração da guerrilha fortaleceu a corrente militarista do PCBR e seu ingresso nas ações expropriatórias, em dezembro de 1969, acabou por colocar o partido na mira da repressão.¹⁶

O PCBR ingressou relativamente tarde na aventura armada e suas ações foram marcadas pela ambigüidade. Eram ações de sobrevivência, cujo conteúdo político escapava à

¹⁶ GARCIA, Marco Aurélio. Idem, *ibidem*. Ver também *Imagens da Revolução – Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961–1971*, de Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá.

compreensão da população, sobretudo aos segmentos menos politizados. Por isso, a organização tornara-se alvo preferencial da repressão desde dezembro de 69. No dia 17 de dezembro, aquela que deveria ser a ação afirmativa do partido junto às outras organizações da esquerda armada – o assalto ao Banco Bamerindus da Vila da Penha – resultou num terrível insucesso financeiro e militar. Quase a totalidade do dinheiro roubado foi recuperada pelos órgãos de repressão. E o mais importante: o açoitamento e despreparo dos militantes acabou levando à um confronto perfeitamente evitável com uma patrulha policial que fazia repressão a tóxico e disso resultou a morte de um policial e a prisão de um dos militantes envolvidos com o assalto. Doublé de estudante e bancário, Vicente, um guerrilheiro sem experiência, não só não resistiu ao confronto como entregou aos órgãos de repressão o que conhecia, inclusive o endereço de um apartamento onde havia morado em Copacabana, onde estava o dinheiro do Bamerindus. A partir daí, começaram a acontecer as buscas e as primeiras prisões.¹⁷

A mais importante foi a de Salatiel Teixeira Rolim, apanhado em uma batida policial num cinema na Baixada Fluminense, área aonde o antigo dirigente comunista era muito conhecido e onde não tinha autorização do partido para circular. Fundador e membro da direção nacional do PCBR, Salatiel já estava, de fato, envolvido com a organização de Carlos Marighela, a Ação Libertadora Nacional, cujo líder fora emboscado e morto em 4 de novembro de 1969, em São Paulo. Salatiel, barbaramente torturado, entregou os aparelhos do PCBR, inclusive os dois sítios que haviam sido comprados em Londrina, no Paraná. Por norma de segurança, após a prisão de um dirigente, os aparelhos de seu conhecimento tinham que ser desativados. Não foram e logo no início de janeiro de 1970, as prisões em cascata começaram a acontecer. Caiu toda a direção, exceção de Bruno Maranhão.

Foi na condição de secretário-geral do PCBR que Mário Alves foi preso no começo da noite de 16 de janeiro de 1970 cobrindo um ponto no bairro de Cascadura, Rio de Janeiro. Era a quarta vez que retornava ao local do encontro, de onde deveria seguir para a reunião do Comitê Central, destinada a reavaliar as ações armadas, responsáveis pelo afastamento de grande parte da militância e causa da militarização da organização. A divergência existente entre os seus principais dirigentes sobre o assunto indicava que alguma espécie de recuo teria resultado dessa reunião, caso houvesse acontecido. Ao lado da militância jovem do Nordeste, Mário não pensava em desativação das ações armadas. No que não era apoiado nem por Jacob Gorender, nem Apolônio de Carvalho, dois antigos companheiros que integravam o Comitê Central do PCBR.

¹⁷ CALDAS, Álvaro. *Op. cit.* p. 115 a 117.

Na versão de Apolônio de Carvalho, a reunião do comitê central marcada para o dia 16 deveria decidir os futuros passos da organização. As divergências eram profundas. O comitê estava dividido e a comissão executiva partida ao meio. Estavam previstos dois informes: um, a cargo de Mário Alves, a favor da imediata transferência da direção para as áreas próximas a uma futura guerrilha rural. O outro, a ser apresentado pelo próprio Apolônio, contra.

Gorender é mais explícito. Segundo ele, a pressão pelo desencadeamento imediato da luta armada, vinda especialmente do Nordeste, onde Mário Alves esteve no segundo semestre de 69, dividiu o PCBR e a reunião que não se realizou iria sancionar o racha.

No dia 14, Mário se encontrou com Bruno Maranhão, jovem membro da direção, e confidenciou ao seu companheiro a preocupação com as três falhas anteriores. Advertido por Maranhão sobre o risco de cobrir o ponto de recuperação pela quarta vez, Mário observava que na condição de secretário-geral não podia ficar de fora da reunião para que sua ausência fosse atribuída depois à excessiva prudência.¹⁸

Na seqüência de prisões daquele início de janeiro, caíra José Correia Filho, o Jurandir, motorista da organização política que, junto a Bruno Maranhão, levava o secretário-geral do partido ao Nordeste no segundo semestre de 69. Viagem onde, além do contato com os companheiros da Bahia e Pernambuco, Mário visitou seus pais pela última vez, na casa da Fonte Nova, em Salvador. Preso no apartamento onde haveria a reunião do comitê central, Jurandir delatou o ponto do encontro de Mário Alves no bairro de Cascadura.¹⁹

Álvaro Caldas, militante carioca e autor de um livro de memórias publicado em 1981, dá conta de que no Regimento Sampaio, na Vila Militar, por onde passou boa parte dos 400 militantes do PCBR envolvidos em cerca de 31 processos, circulavam duas versões sobre a prisão de Mário Alves. Uma delas acusava seu Correia, na época motorista da direção. Pesava também sobre Salatiel Teixeira Rolim, a acusação de ter aberto o ponto em que caiu o Mario Alves”. Caldas diz que as duas versões não eram nem desmentidas nem confirmadas entre os remanescentes do partido.²⁰

¹⁸ FILGUEIRAS, Otto. *Guerreiro da Grande Batalha*, p. 21 a 36, Revista Brasil Revolucionário, ano VI, número 20, 1996. A reportagem reconstitui entre outras coisas, a viagem do dirigente comunista pelo Nordeste ao lado de Bruno Maranhão e do militante José Correia Filho.

¹⁹ Idem, *ibidem*. A referência explícita à delação do *ponto* da reunião do comitê central, no entanto, está no depoimento de Antônio Carlos Nunes de Carvalho, que consta da Assentada à ação declaratória movida pela esposa e pela filha de Mário Alves contra a União.

²⁰ CALDAS, Álvaro. *Op. cit.* p. 95. Há controvérsia sobre quem de fato delatou Mário Alves. Apolônio de Carvalho em suas memórias, confessa: “Em março e abril de 1970, concentrados transitoriamente no Regimento Sampaio, na Vila Militar, boa parte dos membros do PCBR presos na

O mesmo Caldas desenvolve uma curiosa reflexão sobre a significação do ponto na prática autofágica da imersão da esquerda na clandestinidade. Ele tinha um lugar de destaque no cotidiano dos militantes mergulhados numa espécie de marginalidade política. “Cobrir um ponto (ir ao encontro de um companheiro num local previamente combinado) era uma prática rotineira na atividade política. Tinha dias que os nossos caderninhos marcavam de 10 a 15 pontos, na Zona Norte à Zona Sul, passando pelo centro da cidade numa correria que não dava tempo nem para comer direito. Você tinha que se contentar com um cafezinho num botequim, um sanduíche no outro e sair correndo que já estava atrasado. Nos momentos em que foi maior o cerco da repressão, os horários tinham que ser cumpridos rigidamente: esperar mais de cinco minutos num ponto era um liberalismo indefensável, que punha em risco não só a sua segurança, mas de toda a organização. E nestes momentos de aperto os pontos serviam para tudo, inclusive para reunião, na falta de locais mais adequados, quase todos já conhecidos da repressão. Você podia chegar de mãos abanando, se já conhecesse o companheiro, como podia entrar com uma revista na mão ou uma senha na cabeça se fosse um primeiro contato. E mais do que isso, o ponto era um local de surpresa e emoção: você podia rever uma pessoa querida, reencontrar um amor perdido, saber de uma ação bem sucedida ou ser informado da prisão de um amigo. Ou até mesmo encontrar a repressão”.²¹ Ou mesmo a morte. É extensa lista dos que caíram num ponto, entre eles, importantes dirigentes comunistas da época.

Mário Alves caiu num desses encontros clandestinos. Chegou ao local portando apenas uma pequena pasta, sem levar qualquer documento pessoal. Os agentes do I Exército que organizaram a cilada não tiveram trabalho para prender o *Vila*, magro, míope, em nada parecia com seu conterrâneo Carlos Marighela, cujo destemor e bravura pessoal era uma lenda, sobretudo após a sua prisão num cinema do Rio, em 1964 quando reagiu a uma batida policial e mesmo baleado no peito enfrentou seus algozes. *Vila* sequer portava arma. Os agentes sabiam que tinham um peixe-grande nas mãos. Tratava-se de um dos mais importantes líderes da esquerda brasileira, com sólida formação e experiência, tido como o intelectual mais preparado do PCB, formado em Ciências Sociais na primeira da então Faculdade de Filosofia da Bahia, em 1945, com apenas 23 anos e especializado em marxismo

época, procuramos elucidar sua morte. Sem instaurar qualquer sombra de tribunal, procuramos colher todos os dados de que dispúnhamos para tentar recompor os passos finais de Mário Alves. Não foi possível, entretanto, chegar uma conclusão”. (p. 296 da obra citada).

²¹ CALDAS, Álvaro. P. 49.

na União Soviética. Mário havia tido seus direitos políticos suspensos por dez anos em 1966 e sofrera, nesse mesmo ano, uma condenação à revelia a sete anos de cadeia. Como principal figura do PCBR tornara-se, em finais de 1969, um dos mais procurados dirigentes esquerdistas do país.

De Cascadura, Mário Alves foi levado para o quartel do 1º Batalhão da Polícia do Exército, localizado na Rua Barão de Mesquita, 425, Tijuca. Ali funcionava a central de tortura do DOI-Codi, o porão da ditadura, numa edificação de dois andares localizada no fundo do pátio. O jornalista Elio Gaspari descreve com minúcias as suas instalações:

Modesto no tamanho, equivalia a um distrito policial. À esquerda de quem entrava, havia uma sala grande, iluminada. Era a central de operações. Num painel, registravam-se as informações de “pontos” e aparelhos recebidas pelos interrogadores. Lá se decidia a saída das equipes de busca. À direita havia um corredor, e nele ficava a Sala Roxa, ou ainda a boate. Tinha um globo de luz azulada colocado acima de sua porta de entrada. Quando estava aceso, só podia entrar quem estivesse relacionado com a investigação. Um vidro espelhado permitia que da sala ao lado se acompanhasse a movimentação da boate.²²

No fundo do corredor havia cinco pequenas celas, cada uma com um colchão de palha no chão, um buraco sanitário no fundo e uma janela gradeada perto do teto. Nelas ficavam os presos que a qualquer momento poderiam ser levados para a Sala Roxa. Não porque houvesse tanta pressa em trazê-los, mas para que ouvissem o que acontecia ao lado. Esse abominável recurso de tortura psicológica, paradoxalmente, foi o que permitiu a reconstituição dos fatos que se iniciaram com a prisão de Mário Alves em Cascadura naquela noite do verão carioca e terminaram com o seu posterior “desaparecimento”.

Oito horas de suplício

Entre a chegada à Barão de Mesquita e o trucidamento transcorreram cerca de oito horas de atrocidades na boate mencionada pelo jornalista. Algumas testemunhas deixaram seus relatos a respeito do que se passou na masmorra daquele “distrito policial” na noite em que Mário Alves foi martirizado. As denúncias sobre o crime só vieram à público muito tempo depois, face as ameaças que eram feitas pelos responsáveis pela repressão aos que testemunharam tais acontecimentos. Mesmo assim, o porão reagiu. (Na sala de trabalho de Antônio Carlos Nunes de Carvalho, eleito vereador pelo antigo MDB, em 1980, explodiu uma

²² GASPARI, Elio. *Op. cit.* p. 171.

bomba que mutilou o seu assessor José Ribamar de Freitas, no mesmo dia que outra bomba, dessa vez na Ordem dos Advogados do Brasil, matou Dona Lydia Monteiro da Silva. A autoria dos atentados ficou desconhecida. Com o apoio da OAB-RJ, tentavam reabrir o caso Mário Alves).

Em 1996, o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Francisco Ernando Uchoa, determinou nova investigação sendo o caso entregue aos detetives particulares. O relatório apontou nove militares e três civis como responsáveis. Os atentados tinham por finalidade intimidar e matar o então presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes e o vereador Antônio Carlos Nunes de Carvalho. O atentado terrorista era uma prova de que o porão não estava disposto ao sangramento. Considerava-se parte do sistema e exigia reconhecimento.

De acordo com o relato de Antônio Carlos Nunes de Carvalho, que estava na Barão de Mesquita desde o dia 2 de janeiro, Mário Alves chegou ao quartel da Polícia do Exército por volta de vinte horas e pela movimentação no lugar soube logo tratar-se de alguém importante. Como as celas não tinham paredes até o teto, ele ouviu durante toda a noite o interrogatório ali realizado marcado por gritos e pancadarias.

Os blocos de tortura eram anunciados antes de serem, de fato, iniciados. À palavra afogamento, seguiam-se as tosses e a agonia do preso. Quando falaram em empalamento com cassetete, foram ouvidos muitos gritos e barulho de luta. O aterrorizado espectador, disse que o prisioneiro foi espancado por maricotas, um bastão de borracha oca de cerca de oito centímetros de diâmetro, que os demais prisioneiros já conheciam por experiência própria. Os torturadores logo aposentaram as maricotas, uma vez que arrancavam pedaços da pele e causavam lesões de difícil cicatrização, com as feridas levando mais de dois meses para sararem. Elas foram os instrumentos usados contra as costas de Mário Alves e que deram a impressão aos poucos que o viriam antes da agonia final de ter sido esfolado com escovas de aço.²³

– Então, você é o Mário Alves de Souza Vieira? [*quiseram saber os agentes do porão*].

– Vocês já sabem. [*disse o dirigente comunista*].

– Você é o secretário-geral do PCBR?

– Vocês já sabem.

– Vai querer dar uma de herói?

²³ Antônio Carlos Nunes de Carvalho, depoimento anexo a ação declaratória contra a União, movida por Dilma Borges Vieira e Lúcia Vieira Caldas. Justiça Federal do Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1981.

– [Silêncio]

– Herói foi Guevara, que morreu lutando com uma metralhadora na mão na Bolívia. Você caiu e não tem nem um canivete...²⁴

Tentaram enfraquecer psicologicamente o dirigente comunista atribuindo sua prisão a um velho e estimado companheiro, o legendário Apolônio de Carvalho.

Apolônio, nascido em 1912, em Corumbá, hoje Mato Grosso do Sul, lutou na guerra civil espanhola e participou da resistência francesa. Militar de origem transformou-se numa figura legendária no movimento de esquerda no país. No episódio da sua prisão, foi notável a sua bravura. Entrou em luta com os agentes, arremeteu o carro do exército contra a parede e mesmo durante a tortura não se submeteu ao algozes, enfrentando-os enquanto pode, fisicamente. Assumiu a sua condição de comunista, guerrilheiro e após dias de tortura foi salvo pelo coração, que ficou por um fio e o levou ao “apagão”. Apolônio foi um dos primeiros da lista dos presos políticos liberados com o seqüestro do embaixador alemão, em junho de 1970, seguindo para a Argélia.

Em meio a uma luta desigual, enfraquecido em decorrência a uma úlcera que lhe perseguira nos últimos anos, submetido a diversos tipos de torturas, o experiente líder viveu na própria pele as recomendações por ele elaboradas para situações adversas como aquela.

Quando um revolucionário se acha em poder do inimigo, enfrenta uma das situações mais duras de sua vida. É o momento que põe à prova sua firmeza ideológica, suas qualidades morais, sua dignidade pessoal. É preciso ter profunda convicção revolucionária, confiança na causa que defende e disposição para enfrentar todos os sacrifícios. O medo surge quando o prisioneiro se sente sozinho, isolado e impotente diante do inimigo. Mas o revolucionário consciente nunca se sente só. Sabe que além dos muros do cárcere, estão seus companheiros, está o povo que luta. Ele se sente parte dessa grande força que há de vencer o regime de exploração e opressão. Dessa compreensão retira energia para enfrentar com coragem seus algozes.²⁵

²⁴ Raimundo Teixeira Mendes, depoimento ao Jornal *EM TEMPO*, de 08/01/1980. Além da reconstituição do diálogo, a reportagem publicada inclui uma declaração de Dilma Borges Vieira, acusando o coronel Alcyone Portela, então chefe do DOI-Codi do Rio, como o responsável pela morte de seu marido.

²⁵ VIEIRA, Mário Alves de Souza. *Sete Normas de Comportamento na Prisão e no Tribunal*, edição mimeografada, s/d., p.1 e seguintes. Bem ao seu estilo, Mário recomenda aos companheiros a altivez no comportamento, mantendo-se sempre na ofensiva. “Para o revolucionário que cai na mão do inimigo, como para todo combatente, a melhor defesa é o ataque. O militante preso e processado deve tomar e conservar a iniciativa, passar de acusado a acusador, a aproveitar todas as oportunidades para desmascarar a polícia, o tribunal, o regime. Isso não significa usar violência de linguagem, insultar inutilmente os policiais ou juízes, fazer fanfarronadas ou cair no desespero. Um revolucionário não tem razão para desesperar-se, porque crê na justiça de sua causa e tem confiança no futuro. Sua atitude diante do inimigo, na cadeia ou no tribunal, deve ser enérgica e serena, firme e tranqüila.”

Preso logo depois de 1964 e torturado, o militante incorporara o aprendizado da cadeia e queria dividir com os seus companheiros o duro ensinamento dessa experiência.

A tortura foi utilizada como instrumento regular para arrancar confissões de prisioneiros de guerra, desrespeitando todas as convenções firmadas internacionalmente e praticada por exércitos de diferentes países. Pelos franceses, na Argélia. Pelos americanos, no Vietnã e ganhou nas ditaduras latino-americanas, o máximo de requinte. O ensaio geral dessa experiência continental que levou muitos dos seus sobreviventes à loucura e ao suicídio e milhares de militantes em muitos países à morte, foi feito no Brasil. Em 1973, no Chile, a ditadura de Augusto Pinochet eliminou três mil pessoas. Na Argentina, estima-se em mais de 20 mil o número de pessoas assassinadas e desaparecidas.

O psicanalista Hélio Pellegrino, resumiu de forma primorosa o sentido e o resultado dessa sórdida manifestação do comportamento humano num texto que parece reverenciar a grandeza e o comportamento de personagens como Mário Alves. Para Pellegrino, a tortura política em nenhum caso é mero procedimento técnico, crispação de urgência numa corrida contra o tempo, destinada à coleta fulminante de informações. Não. Ela é expressão tenebrosa da patologia de um sistema social e político que visa a destruição do ser humano na sua essência mais concreta.

A tortura pretende, em sua empreitada nefanda, diz Pellegrino, uma rendição do sujeito na qual estejam empenhados nervos, carne, sangue, ossos e tendões: cabeça, tronco e membros. Mas vai, além disso, por que seu objetivo é a destruição da totalidade construída por corpo e mente ao mesmo tempo em que joga o corpo contra nós, sob a forma de um adversário do qual não podemos fugir, a não ser pela morte. A tortura quando vitoriosa, conclui o psicanalista, transforma nosso corpo – aquilo que temos de mais íntimo – em nosso torturador, aliado aos miseráveis que nos torturam. Seu objetivo final é a transformação de sua vítima numa desgraçada – e degradada – espectadora de sua própria ruína.

Se o torturado não fala, pode morrer fisicamente. Se fala, e confessa, sucumbe a uma discórdia fundamental e morre como pessoa. Ao torturado, na tortura, só resta a saída – inimaginavelmente difícil – do silêncio. Através dela, garante e afirma, em grau heróico, a sua integridade de pessoa, pela realização de um valor supremo.²⁶

Por outras vias, era o que achava o próprio dirigente comunista. Nas suas “*Sete normas de comportamento na prisão e no tribunal*”, observou:

²⁶ PELLEGRINO, Hélio. *A Burrice do Demônio*, p.19-21.

a delação é a morte política e moral de quem a pratica. O delator se converte num farrapo humano. Pode salvar a vida, mas perde a razão de viver. O que um revolucionário defende não é a sua pessoa, mas a sua causa e seu partido. Não deve preocupar-se apenas consigo, mas com todos os seus camaradas. Dar qualquer informação à polícia sobre a organização ou sobre outros companheiros é cometer um ato de traição, é colocar-se a serviço do inimigo.²⁷

Os que falaram a respeito da tortura de Mário Alves deixaram o testemunho da sua opção diante dos seus algozes. Nenhuma informação foi prestada pelo militante comunista aos seus torturadores. No dia 17, ele teria um encontro com Bruno Maranhão, então com 27 anos, único membro do Comitê Central naquela ocasião ainda em liberdade. Bruno compareceu seis vezes ao mesmo ponto. *Vila* aquela altura já estava morto. Como morbidamente se referiam os agentes da repressão em relação aos esquerdistas assassinados, integrava a Vanguarda Popular Celestial. Em 1978, Bruno homenageou o dirigente comunista, dando o nome de Mário ao seu primogênito, filho de sua união com Suzana Maranhão.²⁸

Segundo o testemunho de Antônio Carlos Nunes de Carvalho, na noite do dia 16 de janeiro, ele foi chamado, junto com o dirigente comunista Augusto Henrique Maria D'Aurelli Olivier, ex-revoltoso de 1930, e Manoel João da Silva, dirigente sindical, ambos membros da direção do PCBR, ali detidos, para realizar uma faxina na cela ao lado, por determinação de um oficial. Lá estava Mário Alves, reconhecido pelos outros dois companheiros, “deitado no chão, em estado de saúde precário”. A cela estava toda enlameada, suja de sangue e de fezes e o preso apresentava várias equimoses. Pedia água e *no estado em que se encontrava não tinha condições sequer de andar*.²⁹

A água foi ingerida com grande dificuldade. Na manhã seguinte, afirmou Carvalho em depoimento prestado espontaneamente perante uma juíza federal, uma testemunha, a advogada da família de Mário Alves e um procurador da República, onze anos depois, o preso foi carregado por quatro homens, aparentemente vivo e *nunca mais o viu*. Seu testemunho virou uma peça-chave na ação declaratória contra a União Federal movida pela esposa de Mário Alves, Dilma Borges Vieira e sua filha, Lúcia Vieira Caldas, em 1980.

O advogado Raimundo José Barros Teixeira Mendes estava detido com Antônio Carlos de Carvalho e dividia com ele e outras duas pessoas a mesma cela. A porta dela fazia um

²⁷ ALVES, Mário. *Op. cit.* p. 1.

²⁸ FILGUEIRAS, Otto. *Op. cit.* p. 36.

²⁹ Antônio Carlos Nunes de Carvalho, depoimento à Justiça Federal do Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1981.

ângulo de 90 graus de referência à sala de tortura. Os elementos do DOI-Codi, no entanto, a fechavam durante as sessões de tortura, para impedirem que os presos assistissem ao seu macabro trabalho. Seus outros companheiros de cela, segundo o depoente, eram Augusto Henrique Maria D'Aurelli Olivier, o ex-militar mencionado no depoimento anterior, o ferroviário Manoel João da Silva e o motorista José Correia Filho. Raimundo estava preso desde o dia 5 de janeiro. Conheceu Mário Alves no ano anterior e disse que, além de testemunhar todos os fatos relatados pelo seu companheiro de infortúnio, subiu no beliche para observar o interrogatório por uma fresta de cerca de uns dez centímetros existente entre a parede e o teto. Essa falha na parede, tudo indica, não era intencional. A urgência da repressão ao PCBR obrigara a unidade de tortura da Barão de Mesquita a começar a funcionar sem que as obras civis do local estivessem concluídas.

Por ali, Raimundo Mendes pode ver Mário Alves no “pau-de-arara” torturado pelos seus algozes com aplicação de choques elétricos. Como estava sem capuz o reconheceu de imediato uma vez que a sala estava normalmente iluminada.

Raimundo acrescenta em seu depoimento, também incorporado a ação contra a União, que o silêncio foi quebrado quando os torturadores insistiram em saber o paradeiro de sua filha. O torturado deu respostas desencontradas, ao que os agentes do DOI reagiram com afogamentos e ameaças de assassinato, uma vez que, alegavam, não havia testemunhas da sua prisão e poderiam, se não colaborasse, sumir com ele. O suplício demorou por toda a noite e pela manhã, cedo, a gritaria findou.

Em depoimento dado ao Jornal *Em Tempo*, de 08 de janeiro de 1980, Raimundo reconstituiu o diálogo travado na noite de 16 de janeiro de 1970, no interior da boate:

– Onde está tua filha?

(A resposta veio rápida e agressiva)

– Na Bahia, disse Alves.

O depoente acredita que naquele momento Mário estava sobressaltado. (A pergunta havia sido feita juntamente com outras relacionadas a uma suposta área guerrilheira em Goiás).

– Nós já sabemos que ela está em Minas Gerais, observou um dos torturadores.

– Então, vão buscá-la.³⁰

Anos depois, em depoimento a mim prestado na cidade de Itabuna, interior da Bahia, o psiquiatra Juvêncio Alves de Souza, comentando esse fato, conhecedor que era do comportamento irônico e insubmisso do irmão, traço de caráter que não raras vezes lhe custou

³⁰ Raimundo Teixeira Mendes, depoimento ao jornal *EM TEMPO*, de 08/01/1980, p.13

inimizades evitáveis, atribuiu ao seu sarcasmo a violência bestial de seus torturadores. Naquela condição, qualquer pessoa, disse Juvêncio, pensaria duas vezes em dar uma resposta como essa, Juvêncio atribuiu a esse fato a fúria dos torturadores.³¹

No seu relato ao jornal *Em Tempo*, Raimundo Mendes prestou novos esclarecimentos que ajudam a elucidar melhor os últimos instantes de vida do secretário-geral do PCBR. Segundo ele, “o lance final entre Mário Alves e seus torturadores, foi a introdução de um cassetete de madeira com estrias de aço que provocou a perfuração de seus intestinos, causando-lhe depois uma hemorragia interna que determinou a sua morte”.³² Um cabo do exército, de nome Gil, teria escolhido Antônio Carlos Carvalho, Augusto Henrique e João Manoel da Silva para realizarem a faxina na cela ao lado. Embora não tenha participado da faxina, Raimundo trouxe ao caso informações importantes. O cabo enfermeiro informara aos outros presos que Mário Alves havia sido conduzido à enfermaria e dali para o Hospital Central do Exército. E os soldados de plantão, comentaram que Mário havia morrido.

Pouco depois do café da manhã, decerto entre 7 e 7:30 horas, ele mesmo viu, da porta de grade de sua cela, Mário Alves sendo conduzido por três ou quatro pessoas da Sala Roxa do DOI-Codi. Do relato de Raimundo Mendes, restou ainda a indicação de três dos torturadores que massacraram os militantes do PCBR: O tenente Correia Lima, o pára-quedista Magalhães e um indivíduo identificado apenas como Timóteo.³³

Um terceiro depoimento confirmou a presença e o trucidamento de Mário Alves no interior do quartel da Polícia do Exército da Barão de Mesquita. Foi o do também advogado José Carlos Brandão, que conhecia o dirigente esquerdista desde os tempos do Partido

³¹ Juvêncio Alves de Souza Vieira, segundo irmão de Mário Alves do segundo casamento de sua mãe, Juvêncio nasceu em 12 de dezembro de 1925. Médico, atuou em Itabuna até 1991, quando se aposentou. Depoimento ao autor colhido em Itabuna, Bahia, em 13/04/2003.

³² Raimundo Teixeira Mendes, depoimento ao *EM TEMPO*, 08/01/1980. Ver também depoimento de Raimundo José Barros Teixeira Mendes à Ordem dos Advogados do Brasil, RJ, prestado em 15 de julho de 1980. Também o deputado Brandão Monteiro, líder do PDT na Constituinte, que esteve preso na Barão de Mesquita em 1970, afirmou ter visto Mário Alves, em depoimento à revista *ISTO É*, de 09/12/87, p. 26: “Foram me transferir de cela e por engano me levaram à sala de tortura. Alves estava morto, no chão, no meio de uma poça de sangue”.

³³ Paulo Sérgio Granado Paranhos, em depoimento prestado à 2ª Auditoria do Exército da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, em 17 de julho de 1970, acrescenta aos nomes arrolados por Raimundo Teixeira Mendes, os de outros torturadores da Barão de Mesquita, entre os quais o tenente-coronel Ney Antunes, capitão Leão, major Jacarandá, capitão Gomes Carneiro e um civil, de nome Boneschi, na verdade um investigador. Álvaro Caldas, amplia essa relação, arrolando o Cabo Gil, o capitão Zamith, o tenente Dulene Aleixo Garcez dos Reis, o major Fontenelle, todos esses, inclusive os mencionados por Paranhos, como diretamente envolvidos com as torturas aos militantes do PCBR. Provavelmente, os responsáveis e cúmplices do assassinato de Mário Alves.

Comunista Brasileiro, em 1962. José Carlos era mais um membro do PCBR atingido pela implosão advinda com a queda de Salatiel Teixeira Rolim. No dia 5 de janeiro, foi preso em seu escritório no centro do Rio, sem qualquer ordem judicial. Passou 70 dias detido e não respondeu a nenhum processo. Na manhã do dia 17 de janeiro, um cabo e dois soldados o retiraram de sua cela, no andar térreo da central de torturas e o conduziram ao que parece, desavisadamente a uma cela no segundo andar do prédio. Ali, na frente de José Carlos, levaram firme repreensão do Tenente Magalhães pelo despropósito.

Mário Alves estava *caído no chão, ensangüentado*. A situação não permitiu que José Carlos falasse com seu companheiro que *estava como se estivesse dormindo ou morto*. Após a cena, foi advertido pelos Tenentes Magalhães, Correia Lima, o “Timóteo” e o militar chamado Jair dos riscos que correria caso viesse a relatar o que presenciou na funesta sala de tortura.³⁴

Bem antes dos militantes do PCBR terem decidido dar seu testemunho sobre os bárbaros fatos que presenciaram - fato que só se verificou onze anos depois dos acontecimentos que levaram ao assassinato de Mário Alves, na 1ª Vara Cível da Justiça Federal do Rio de Janeiro – dois depoimentos prestados na 2ª Auditoria do Exército, ainda no mês de julho de 1970, documentaram a sua passagem pelas dependências da Barão de Mesquita. O primeiro desses depoimentos foi prestado por um ex-funcionário público, que trabalhou no antigo IAPI, depois INPS, Instituto Nacional de Previdência Social, Salatiel Teixeira Rolim.³⁵

Salatiel não resistiu as torturas e revelou a Polícia do Exército importantes informações sobre o PCBR, como já se viu. Mas teve a correção de denunciar em juízo, no mês de julho de 1970, a prisão e morte de Mário Alves numa época em que isso representava perigo de vida. Acusado de desvio de dinheiro e delação, foi assassinado em 22 de julho de 1973 por seus próprios companheiros, três militantes remanescentes da ALN e do PCBR, no interior de um bar do Leblon, aonde trabalhava. Sobre o fato, observou Gorender:

Quando o alvejaram, pouco depois de sua libertação, Salatiel se achava desligado da atividade política e não podia representar qualquer perigo as organizações em via de extinção. Os três que nele atiraram não lhes deram o direito de defesa. Não houve, portanto, justiça, mas um ato de vingança, um assassinato. Uma ação sem conteúdo político, como escreveu Álvaro Caldas.³⁶

³⁴ José Carlos Brandão Monteiro, depoimento à Ordem dos Advogados do Brasil, 17/07/1980.

³⁵ Salatiel Teixeira Rolim, depoimento prestado à 2ª Auditoria do Exército da 1ª Circunscrição Judiciária Militar em 20 de julho de 1970.

³⁶ GORENDER, Jacob. *Op. cit.*, p. 281.

No auto de qualificação e de interrogatório, após confirmar as declarações que deu sob torturas – todas pelas quais passou Mário Alves, inclusive a de introdução de um cassete no ânus – Salatiel reafirmou a sua condição de membro do Comitê Central e da Comissão Executiva do PCBR até agosto de 1969, quando se desligou da organização por não mais concordar com os métodos de encaminhamento prático que destoavam da linha política aprovada. Declarou então que, na condição de dirigente, tinha contatos diretos com Mário Alves e Apolônio de Carvalho. E, o mais importante, que tomara conhecimento da prisão e morte de Mário Alves, falecido em vista do brutal espancamento que recebeu pela introdução em seu ânus de um pedaço de vassoura.

No seu relato um tanto quanto truncado a Auditoria do Exército, Salatiel confessa que tomou conhecimento desse fato através de terceiros (outros fatos) e que, *embora traumatizado, queria declarar que um regime que leva ao cárcere o que há de melhor que é a juventude estudantil, não pode ter futuro.*³⁷

O ato de coragem não o isentava da responsabilidade da delação. Mas era, como disse Grender, uma manifestação clara de que não passara para o campo do inimigo. Para lembrar Helio Pellegrino, era o espectador de sua própria ruína expressando o mínimo que lhe sobrara de dignidade.

Nos mesmos autos de qualificação, um outro prisioneiro político, membro da direção nacional do partido, deu também o seu testemunho. Aliás, ainda na fase de torturas, ficara acertado entre os militantes do PCBR, que ele teria a responsabilidade dessa missão: acusar publicamente a ditadura pelo assassinato de Mário Alves. Nascido na França, René Louis Laugery de Carvalho, 25 anos, era filho de Apolônio de Carvalho. Funcionário do Ministério das Relações Exteriores foi como seu pai, um irmão, Raul de Carvalho e sua cunhada, Mabel, torturado na Polícia do Exército, inclusive com simulação de fuzilamento. Após negar os depoimentos prestados sob o constrangimento que sofrera, denunciou a *morte de Mário Alves, em consequência de hemorragia interna, decorrente das torturas*. Informação que atribuiu a morte do dirigente comunista, à hemorragia que, aquela altura, se suspeitava ter resultado do empalamento feito com um cassete dentado.³⁸

³⁷ Salatiel Teixeira Rolim, depoimento citado.

³⁸ René Luis Laugery, depoimento prestado à 2ª Auditoria do Exército da 1ª Circunscrição Judiciária Militar em 20 de julho de 1970.

Viúva e órfã à busca de um corpo

Poucos dias após a prisão, no entanto, Dilma Borges Vieira, então com 52 anos, já estava à procura do marido. Tomando conhecimento da prisão de outros membros do PCB, já experimentada por longa vida de resistência ao lado de seu companheiro, a maior parte da qual na semi-clandestinidade ou na mais absoluta clandestinidade, ela iniciou uma longa e dolorosa peregrinação.

Mário e Dilma se casaram em 12 de dezembro de 1946. Aqui, cabe um novo parêntesis. Por uma dessas ironias da história, a certidão de casamento dos dois foi expedida por Lincoln Cordeiro Oest, oficial do Registro Civil da vila de Neves, quarto distrito de São Gonçalo, Estado do Rio. Carioca, nascido em 1907, Lincoln participou da “Intentona”, em 1935, foi deputado federal, cassado em 1947, quando o PC foi posto na ilegalidade e acabou como dirigente do PCdoB, posto no qual foi assassinado em 1972, em São Paulo aos 65 anos de idade.³⁹

Dilma e Mário conheceram-se num curso preparatório do PCB um ano antes. Ele tinha 23 anos e a professora carioca, um pouco mais: 28. Da união, nasceu a única filha do casal, Lúcia Borges Vieira, em 1947.

Na ocasião da prisão, a família residia no bairro da Abolição. Desesperada, Dilma se dirigiu ao quartel da Polícia Militar várias vezes, ao Hospital Central do Exército, ao Instituto Médico Legal, às prisões, hospitais públicos e privados e até a cemitérios do Rio de Janeiro e de São Paulo. Recorreu aos oficiais da Marinha, Aeronáutica e do Exército, sem que disso resultasse qualquer esclarecimento sobre o paradeiro de seu marido. Impetrou *habeas corpus* junto ao Superior Tribunal Militar e a informação que recebeu foi a de que Mário Alves havia fugido para Cuba. O então brigadeiro Correia de Melo insinuou essa possibilidade de forma insolente, agressiva e em tom ameaçador.

Por carta, Dilma dirigiu-se ao comandante do I Exército, general Sizen Sarmento, comandante DOI-CODI. Sua ousadia lhe valeu um longo interrogatório e a ameaça de ser processada por calúnia, caso não apresentasse as testemunhas para a acusação que fazia

³⁹ MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*, pgs.198 e 199. Os órgãos de segurança divulgaram a versão segundo a qual Lincoln teria sido morto num tiroteio no Cachambi, versão contestada por presos políticos que asseguram que o dirigente do PCdoB morreu em consequência das torturas a que foi submetido. As certidões de casamento de Mário e Dilma e de nascimento de Lúcia, foram expedidas em 1946 e 1947, respectivamente, a primeira no município de São Gonçalo e a segunda no município de Petrópolis.(Anexo)

ao Exército.⁴⁰ Ora, as testemunhas estavam presas e sob a ameaça direta da repressão. A tortura da viúva era imensa, porque a esta altura já tomara conhecimento dos fatos, inclusive da versão que lhe foi passada por Antônio Carlos de Carvalho e outros companheiros seus do PCBR e que, pelas delicadas circunstâncias da época, não podia se tornar pública no Brasil.

Entre as dezenas de cartas-denúncia que escreveu para quebrar o silêncio em torno da prisão e ocultamento do cadáver de seu marido, uma se destaca, a dirigida a Aparecida Gomide, em 27 de setembro de 1970. Aparecida era mulher do embaixador brasileiro no Uruguai, seqüestrado pelos Tupamaros. Nela, Dilma externa os seus sentimentos, sua solidariedade, dizendo:

Todos conhecem o seu sofrimento, a sua angústia. A imprensa falada e escrita focaliza diariamente o seu drama – seu marido, um funcionário em serviço fora do país, foi seqüestrado, envolvido em acontecimentos de natureza política. A senhora, no entanto, não chora sozinha.

Mas do meu sofrimento, da minha angústia, ninguém fala. Choro sozinha. Não tenho os seus recursos para me fazer ouvir, para também dizer que ‘tenho o coração partido’, que ‘quero o meu marido de volta’. O seu marido está vivo, bem tratado, vai voltar. O meu trucidado, morto sob tortura pelo I Exército, foi executado sem processo, sem julgamento. Reclamo o seu corpo. Nem a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana me atendeu. Não sei o que fizeram com ele, onde o jogaram.

No trecho final dessa correspondência que ganhou grande destaque na imprensa estrangeira, Dilma desabafa:

O seu desespero e sofrimento demonstram que seu marido era bom chefe de família, que faz falta, é muito importante na sua vida. Mário Alves também foi bom chefe de família, faz falta, tinha uma filha que ele adorava. Era inteligente, culto, bom, pessoalmente nunca magoou ninguém. Morreu pelo amor dos oprimidos, dos injustiçados, dos sem voz e sem vez. Desejo um desfecho feliz para a senhora e para os Tupamaros.⁴¹

⁴⁰ CABRAL, Reinaldo e LAPA, Ronaldo (orgs.) *Desaparecidos Políticos*, p.100, depoimento de Dilma Borges Vieira. Ver também carta-denúncia da mulher de Mário Alves datada de 14 de março de 1970, dirigida à Comissão dos Direitos da Pessoa Humana, onde se lê: “Cumpro esclarecer a VV.SS. que a signatária da presente ao tentar fazer entrega do original (...) ao comandante do I Exército, foi encaminhada no dia seguinte à chefia de polícia (...) sendo submetida a longo interrogatório sobre toda a sua família, sobretudo acerca de sua ideologia e meio de vida.” Após o interrogatório sugeriram que seu marido poderia estar morto, talvez pelo interior do país, mas que não se encontrava preso no I Exército.

⁴¹ Carta de Dilma Borges Vieira à Aparecida Gomide, em 27/09/1970.

Sua ativa correspondência inclui dezenas de cartas a deputados, senadores, a Associação Brasileira de Imprensa e ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

O regime renegava seus atos. Para manter uma fachada democrática usava da aparente normalidade jurídica dentro das regras de respeito aos direitos da pessoa humana. Era um excelente artifício para não se incompatibilizar com a opinião pública, de dentro e de fora do país, onde se trombeteava os excelentes resultados econômicos do “milagre brasileiro” e a manutenção do clima de ordem reinante. Esse aparente respeito aos direitos humanos e os resultados administrativos obtidos pelos militares, de alguma forma, justificavam a enérgica repressão às organizações de esquerda, tratadas indistintamente como “grupos terroristas”.

Outra coisa bem diferente eram as práticas terríveis ocorridas nos umbrais do porão. O terror das torturas era mantido como segredo de estado, censurado na imprensa e as informações relativas às prisões e aos interrogatórios, assunto de máximo interesse da segurança nacional. A “máquina” da tortura montada para destruir a esquerda armada não podia atuar à luz do dia e, transformada numa organização paralela, protegida e mantida na cômoda posição de que gozava, agia com eficiência e brutalidade. Produzia, a contragosto, bizarras figuras no campo do Direito, anomalias jurídicas que o regime não apenas acobertava, mas também estimulava por causa da sua eficácia na luta contra a subversão.

Mário Alves de Souza Vieira, depois de morto em consequência das torturas sofridas no quartel da Barão de Mesquita, continuou representando um transtorno para os seus algozes. Sua prisão já fora um estorvo. Com a sua morte, tinham um cadáver nas mãos e uma explicação a dar para a família e a opinião pública. Não quiseram dar. Ou não puderam dar. Prevalecendo a primeira hipótese, para referendar a força do porão. Na segunda, com medo dos possíveis desdobramentos para a imagem do regime, especialmente fora do Brasil. Uma hipótese, entretanto, não exclui a outra. É provável que os “meganhas” da tortura, membros do baixo clero policial-militar, tenham decidido matar Mário Alves e o comando do I Exército tenha optado pela ocultação, para evitar a repercussão negativa do crime. Ou que, “meganhas” e generais tenham resolvido tudo de comum acordo.

No ato da prisão, o I Exército desconhecera tanto os dispositivos constitucionais em vigor, como a própria Lei de Segurança Nacional. A Constituição Federal assegurava no seu artigo 153 que “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente e a prisão será imediatamente comunicada ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal”. A LSN, criada extraordinariamente por Decreto-Lei em 20 de setembro de 1969, estabelecia em seu artigo 59: “Durante as investigações policiais o

indiciado poderá ser preso pelo encarregado do inquérito até 30 dias, comunicando-se a prisão à autoridade judiciária competente”.⁴²

Filigranas jurídicas que todos os que passaram pela experiência sabem que não representavam qualquer inibição nem as prisões sem mandato judicial, nem as técnicas monstruosas de obtenção de informações praticadas pelo aparato repressivo. Ele estava acima dessas regulações que tinham um significado meramente formal naquele embate travado entre o porão e a subversão.

O assassinato de Mário Alves e a posterior ocultação do cadáver deram início a um novo capítulo na história da repressão política no país. A inimputabilidade dos militares envolvidos na repressão política, diz Elio Gaspari, passava a exigir mais que silêncio ou tolerância. Tratava-se de encobrir homicídios por meio de versões insustentáveis. De um lado, o porão demonstrava sua força impondo sua mordaza à oficialidade e ao aparelho judiciário. De outro, ampliava seu contencioso com a sociedade e transformava a tortura numa linha demarcatória entre o repúdio e o apoio ao regime.⁴³

Acuada, abatida, massacrada, a subversão vivia sua agonia nos aparelhos do DOI-Codi. Na Polícia do Exército da Barão de Mesquita, o massacre ganhou sofisticação. Ali se desmontava seres humanos e ali se ouviu falar pela primeira vez sobre a figura do “desaparecido político”. Em 21 de novembro de 1969, Chael Charles Schreier, um quintanista de Medicina, havia sido preso e levado à boate. Membro da Var-Palmares, Chael foi trucidado na Barão de Mesquita. Chael já saiu da sala de tortura sem vida. O diretor-médico do Hospital Central do Exército, general de brigada Galeno Penha Franco, declarou que Chael deu entrada no hospital já morto, sendo o envio do corpo apenas uma formalidade, uma vez que provinha de uma unidade militar. No atestado de óbito, a causa mortis apontada era “contusão abdominal com rupturas do mesocólon transverso e mesentério, com hemorragia interna”.

São muitas as coincidências entre os crimes de Chael e Mário Alves. O lugar, a hemorragia, a intensa e violenta sessão de torturas a que ambos foram submetidos. Em especial, a violência sexual praticada com os choques elétricos no pênis e o empalamento. Esta modalidade era praticada com regularidade nas dependências da Barão de Mesquita e foi recorrente com militantes do PCBR.

⁴² Ação declaratória movida contra a União, 18 de fevereiro de 1981, pg. 27.

⁴³ GASPARI, Elio. *Op. cit.* p.173. Compulsando os números relativos à história dos mortos que constam do levantamento do *Projeto Brasil: Nunca Mais* pode se constatar que as denúncias de torturas feitas por presos políticos às cortes militares passaram de 308 entre 1964 e 1968, para 1027 só no ano de 1969 e 1206 no ano seguinte.

A família de Chael aguardava uma visita assegurada pelas autoridades para o dia 25 de novembro quando foi avisada da morte do estudante. Chocada com as evidências das marcas da tortura, pôde, ao menos, enterrar o seu morto. Esse episódio exemplifica a que ponto havia chegado a autonomia dos órgãos repressivos e a afronta que se permitiam os seus integrantes.⁴⁴

No caso de Mário Alves, para se livrar do crime e de sua repercussão pública, o porão resolveu desaparecer com todas as provas, inclusive o cadáver. O desaparecido, disse Barbosa Lima Sobrinho,

não deixa esposa, nem filhos, nem amigos. Há que apagar tudo que possa recordar sua memória ou sua vida, pois que, na verdade, responde pelo maior dos crimes possíveis, o crime de haver nascido, para o qual não existe perdão, nem piedade, num regime em que todas as práticas tenham o direito de cobrir-se com a bandeira sagrada da segurança nacional. Foi em nome dela que veio a surgir, na crônica dos povos que se supunham civilizados, o rosto sem feições e a figura sem nome dos desaparecidos, a quem se nega até mesmo uma lápide funerária, ou, ainda menos do que isso, o direito a um atestado de óbito.”⁴⁵

Virgílio Gomes da Silva, o Jonas, comandante do seqüestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, morto em fins de 1969, em São Paulo e Mário Alves, no Rio, foram os primeiros dessa macabra lista de desaparecidos que acabou por incluir 136 militantes de esquerda.⁴⁶ Mário, no entanto, foi o primeiro dos desaparecidos a ser reconhecido como tal pela União, após uma batalha jurídica iniciada em 1980 por sua mulher e sua filha, batalha que foi só concluída em 1987, quando, em sentença inédita, o Tribunal Federal de Recursos acatou a decisão da juíza carioca Tânia de Melo Bastos Heine, da Primeira Vara Federal daquele estado, tomada no dia 19 de outubro de 1981.

⁴⁴ MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Op. cit.* p. 433 e 434.

⁴⁵ CABRAL, Reinaldo e LAPA, Ronaldo. *Desaparecidos Políticos*, p. 29.

⁴⁶ Folha de São Paulo, 25 de junho de 2004, p. A5. Em ampla reportagem sobre Virgílio Gomes da Silva, de autoria do jornalista Murilo Fiúza de Melo, o jornal revela documentos que comprovam o assassinato do comandante *Jonas*, morto em razão do afundamento do crânio na Oban, São Paulo, em 30 de setembro de 1969. Com base na revelação a família entrou com um pedido de investigação das circunstâncias do crime e move uma ação civil contra o Estado de São Paulo, requerendo indenização civil pela morte do guerrilheiro e uma pensão para a viúva. A Comissão de Mortos e Desaparecidos do Estado de São Paulo já deferiu pedido de indenização à viúva e a três filhos do casal, embora não haja data marcada para o pagamento. Virgílio foi, a rigor, o primeiro desaparecido político do Brasil. Os documentos oficiais registraram sua situação como “morto”, muito embora as autoridades não tenham reconhecido nem a sua prisão.

Após considerar que não caberia à administração jamais desrespeitar a integridade física e moral do detento e presidiário a juíza concluiu que *emergiu clara a responsabilidade civil da União Federal pela morte de Mário Alves de Souza Vieira*. Sentença acompanhada da exigência de indenização por danos materiais e morais às autoras da ação. O TFR acatou por unanimidade a primeira parte da sentença, mas eximiu a União da indenização por danos morais.⁴⁷

Nesse meio tempo, o Governo já havia sido obrigado a reconhecer a sua responsabilidade em dois episódios ocorridos na área do II Exército, em São Paulo, que culminaram com a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975 e do operário Manoel Fiel Filho, no ano seguinte. A particularidade desses casos residiu no fato de que o “suicídio” pôde ser desmascarado pela justiça, havendo evidentes sinais de tortura nos corpos dos dois presos políticos, do PCB. Em ambos, as vítimas não “desapareceram”, teriam se enforcado, segundo a versão oficial.

Foi sob a estranha condição de desaparecido que Mário Alves permaneceu até 1987. A farsa montada pelo regime em torno desse assassinato gerou situações absurdas. Já morto, em 1972, ele foi condenado a três anos de prisão pela Justiça Militar de São Paulo. A óbvia intenção do aparato aí era sustentar a tese de que o dirigente estava vivo, na clandestinidade, atuando contra o governo. Foi o que insinuaram expoentes do regime algumas vezes à sua esposa.

Só em 1996, nos termos da Lei Federal de número 9.140, foi, finalmente, reconhecido como morto, conforme atestado de óbito finalmente expedido pelo cartório de registro civil da

⁴⁷ ISTO É, 28/10/81, p.30. Em matéria dedicada aos desaparecidos, com o título “Reconhecendo os culpados”, a revista registra: “Em sua sentença responsabilizando a União, divulgada na segunda-feira, 19, a juíza Tânia Maria de Melo Bastos Heine, da 1ª Vara Federal afirma: ‘Pelo que consta desse processo, após a prisão de Mário Alves e da tortura a que foi submetido, que o deixou praticamente morto, ele foi levado para a enfermaria e a partir daí desapareceu. Emerge clara, portanto, a responsabilidade civil da União Federal por sua morte.’ A mesma revista, em 09/12/87, pg. 23, numa matéria intitulada “Morte Reconhecida”, afirma que, finalmente, jornalista sai da lista de desaparecidos. “Passada mais de uma década desde o último confronto entre os órgãos de segurança e a esquerda armada, o Governo brasileiro mantinha-se irredutível em sua posição de não reconhecer qualquer responsabilidade pelo sumiço de mais de uma centena de militantes políticos. Desde a última terça-feira, a inflexibilidade começou a mudar, abrindo a porta para que as pessoas que até agora foram listadas como desaparecidas nos saldos da guerra dos anos 70, tenham sua morte realmente reconhecida. Naquela dia, três juízes do Tribunal Federal de Recursos decidiram que a União é responsável pela morte do jornalista Mário Alves, secretário-geral do PCB, ocorrida após uma sessão de torturas no quartel do Primeiro Batalhão da Polícia do Exército, Rio, no dia 17 de janeiro de 1970”.

primeira zona judiciária do município de Niterói. Um atestado sem causa *mortis* e no qual não consta a informação do local do sepultamento.⁴⁸

Sua mulher, falecida em 1985, não viveu para assistir a *mea culpa* oficial do Governo brasileiro, muito menos para ver reconhecido o seu estado legal de viuvez. E morreu sem realizar a última vontade do marido que era a de ter os restos mortais sepultados na Bahia, seu estado natal. Protegidos pelos seus superiores e beneficiados nos termos da Lei da Anistia de 1979, todos os que participaram das sessões de torturas e assassinatos de prisioneiros políticos acabaram livres da responsabilidade de seus crimes e, portanto, desobrigados de responderem a processos. Como os que assassinaram não confessaram espontaneamente seus crimes e as autoridades se eximiram de qualquer apuração, a localização do cadáver de Mário Alves (e de muitos outros presos políticos) permanece um mistério. E seus familiares e amigos impedidos de lhes prestarem a derradeira homenagem e honrarem a sua memória.⁴⁹

⁴⁸ Registro Civil, Primeira Zona Judiciária do Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1996.

⁴⁹ ISTO É, 28/10/81, p. 30.

CAPÍTULO II

De Sento-Sé a Salvador: das origens sertanejas à luta anti-fascista (1923-1947)

A oligarquia rural na sociedade sanfranciscana. Os Alves e os Sento-Sé. Clãs e lutas políticas regionais. A guerra pelo território. Tenentes, jagunços, cangaceiros e coronéis no mundo rude do sertão da Bahia. Poder familiar e tradição. O périplo dos Vieira: Sento-Sé, Rio, Uruçuca, Espírito Santo e Salvador. A vida escolar e a iniciação política de Mário Alves. A mobilização anti-fascista e o movimento de massas. O Ginásio Estadual da Bahia e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. As Ciências Sociais e o comunismo. O ingresso no PCB aos 16 anos. A militância no jornalismo, o líder estudantil e o jovem dirigente estadual. A Conferência da Mantiqueira e a profissionalização. De volta ao Rio.

Mário Alves de Souza Vieira nasceu em 14 de junho de 1923 na pequena cidade de Sento-Sé, às margens do rio São Francisco, na casa grande da fazenda, onde no início do século XIX se estabelecera o patriarca da família José Nunes Sento-Sé, seu bisavô materno. Ele se deslocara de Salvador, onde residia, para acompanhar de perto o combate entre os Militões e os Guerreiros, dois clãs regionais que brigavam pela posse da terra e pelo domínio político local. Para isso, havia interrompido o curso na Faculdade de Medicina, recém-criado na Bahia. Resolvida a contenda a favor dos Militões, a cujo clã eram ligados os Sento-Sé, José Nunes decidiu ficar à frente dos negócios da família na região, administrando as terras e praticando a homeopatia. Foi nessa condição que viu-se à frente do Partido Liberal na região em 1832 quando já havia ampliado bastante o seu patrimônio rural. Exerceu a posição de chefia em sua plenitude.

Desde os confins do Rio Verde até as Pedras, nas vizinhanças de Juazeiro, a sua palavra era ouvida com o acatamento que impunha um espírito esclarecido, e nas eleições, o seu Partido Liberal triunfava. Os candidatos o procuravam, com o respeito que o seu prestígio legitimava, em uma espécie de prévia da eleição. Por dezenas de anos a sua palavra foi ouvida nos conselhos sertanejos e a sua terra gozou de largo período de paz,

conta o deslumbrado cronista Romualdo Vieira, cuja narrativa é marcada pela manifesta intenção de nobilitar as origens da aristocracia sertaneja, base da família Sento-Sé.

Os Sento-Sé tomaram parte dos acontecimentos mais importantes da história do Império. José Nunes acresceu sua condição de chefe político a de Comandante da Guarda Nacional,

entendendo-se diretamente com os chefes da Capital. Durante o episódio da Guerra do Paraguai, em 1864, José Nunes tomou a iniciativa de organizar um batalhão de voluntários, não poupando seus próprios filhos, um dos quais morreu em combate. O velho patriarca dos Sento-Sé reinou no vale do São Francisco até o ano da Abolição, 1888, data de seu falecimento. Deixou duas herdeiras, Amélia Clara e Brasília Clara, e "órfão" o povo da sua região, para o qual representava ao mesmo tempo vários papéis: de chefe, patrão, conselheiro, médico e protetor. No seu funeral, toda a população da Vila e dos arredores, em excepcional homenagem, tomou vestes de luto.⁵⁰

Amélia Clara, que nasceu em 1854, casou-se com o médico Juvêncio Alves de Souza, seu primo, com quem teve nove filhos: Américo, Julieta (que morreu ainda criança), Raul, Maria, Mário, Estela, Carolina, Amélia Clara e, novamente, Julieta, a mãe de Mário Alves. Esse casamento selou a união de dois potentados locais: os Sento-Sé e os Alves que já contavam com considerável patrimônio, considerando as características da sociedade sanfranciscana. E Juvêncio substituiu com vantagens a figura de seu sogro. Tendo iniciado seus estudos na cidade de Juazeiro, mais importante núcleo urbano da região do lado do território baiano que faz fronteira com o Estado de Pernambuco, seguiu muito moço para Salvador, para estudar no Colégio Sebrão. Aluno aplicado obteve a matrícula na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde formou-se em 1864. Como Cirurgião do Exército serviu na Guerra do Paraguai de onde voltou com os títulos de capitão-médico e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Juvêncio exerceu a profissão algum tempo em Montevideú e no Rio de Janeiro antes de retornar a Juazeiro, em 1875, "onde o chamavam a clínica e a política". O casamento auxiliou os seus desígnios e o levou, na seqüência, ao município de Sento-Sé.

Na casa grande da fazenda, instalou a sua farmácia e ali preparava os medicamentos e muitas vezes matava a fome dos seus clientes, de olho na saúde e nos votos dos seus potenciais eleitores. Nesse sentido, a medicina tornou-se para Juvêncio um apostolado.

Foi fácil a sua projeção entre os agricultores, barqueiros, remeiros e agregados. Juntava ao prestígio da família o exercício dedicado à profissão cujas curas logo se espalharam por todo o São Francisco atraindo doentes de toda parte. Compensava o atraso geral dos meios nesse universo rural, a comunicação espantosa proporcionada pelos colóquios de tripulantes e

⁵⁰ VIEIRA, Romualdo Leal. *Sento-Sé, Rico e Ignoto*, p. 9 a 16. Para a reconstrução da genealogia da família, usamos basicamente o livro de Romualdo, publicado, provavelmente, no final da década de 1960, às suas próprias expensas, assim como entrevistas com parentes de Mário Alves. Embora tenha conseguido se formar em Direito, retomando na década de 1940, os estudos interrompidos cerca de vinte anos antes, ele não exerceu a advocacia, aposentando-se como modesto funcionário público, na condição de Inspetor de Ensino do Estado.

passageiros dos vapores, barcas e paquetes que enchiam de vida e de novas notícias os portos das cidades ribeirinhas e satisfaziam a curiosidade geral da população.

Na sua condição de chefe político, Juvêncio Alves de Souza exerceu vários mandatos como deputado provincial no tempo do Império. No primeiro, foi o responsável pela elevação de Juazeiro à categoria de cidade. Seu prestígio era tal que o Conselheiro José Antônio Saraiva, lhe oferecera a Presidência da Província de Alagoas, que ele, gentilmente, declinou. Essa época eram precisos vários dias de viagem para se ir de Salvador, que dista 500 km mais ou menos, até Juazeiro. Adentrou a República com um mandato em mãos. Em 1901, coroou sua carreira se elegendo senador estadual. Havia alcançado o auge da hierarquia política sertaneja, gozava de enorme reconhecimento e detinha considerável patrimônio. Parte do qual, seria repassado, em termos políticos, para dois de seus filhos: Raul e Américo. O outro varão, Mário, optara pela carreira militar e após dar a volta ao mundo, acabou trucidado na Revolta da Chibata, liderada pelo marinheiro João Cândido. Esse fato merece um parêntesis pelo que guarda de paradoxo em relação à biografia de nosso personagem, cujo nome, aliás, foi uma homenagem ao seu tio, "herói da Marinha Brasileira". O primeiro-tenente Mário Alves de Souza, da Armada Nacional, em cuja ficha existe registro por heroísmo, por ter salvado bravamente naufragos numa ilha do Pacífico, quando estava à bordo do navio Benjamin Constant, era muito admirado e querido pela marujada. Dois anos antes do episódio da Revolta da Chibata, esteve em sua terra, recebido com glória pela vasta parentela e pelos amigos quando do desembarque do vapor da Viação São Francisco, em Juazeiro. O oficial foi homenageado com uma quinzena de festividades e recepções, não faltando o típico Terno dos Marinheiros da festa dos Reis Magos. A chegada a Sento-Sé foi revestida de mais solenidade ainda. Ali, as comemorações se estenderam por todo o mês de janeiro. Mal sabiam, parentes e amigos, ser essa uma festa de despedida.⁵¹

No dia 22 de novembro de 1910 era o oficial de serviço do *scout* Bahia, nas águas da baía de Guanabara. Havia liberado seu auxiliar imediato para resolver problemas pessoais em terra quando ouviu *algararra na proa e tiros em outros navios*, conta Hélio Leôncio Martins. Ao encontrar os amotinados, mandou que a guarda formasse, no que não foi obedecido. Desafiado pelo líder do levante, atirou, matando-o. Não se deu o revide de imediato. A guarnição se dirigia de um para outro bordo, buscando persuadir o oficial que oferecia feroz

⁵¹ *Op. cit.* p. 27 a 32. Dois meses antes de sua morte, em setembro de 1910, o Primeiro Tenente Mário Alves de Souza foi agraciado com uma medalha de bronze por bons serviços. A promoção seguinte foi "post mortem" pelo belo gesto de bravura pessoal no episódio da Revolta da Chibata. A Marinha deu o seu nome a uma embarcação da sua frota de cabotagem – o Aviso Mário Alves.

resistência, a se render. Mas este continuou reagindo, ferindo gravemente outro marinheiro. Depoimento de um dos amotinados dá conta de que a *idéia era intimá-lo a abandonar o navio e não matá-lo*. O que não foi possível. O oficial Mário Alves de Souza tombou com quatro tiros de fuzil, insubmisso.⁵² Para trás ficara o que todos consideravam ser uma carreira brilhante e que se encerrou com a insígnia de mártir.

Seus dois irmãos, Américo e Raul, singrariam águas mais tranqüilas. Na primeira década do século XX, os dois já exerciam atividades políticas. O primeiro como deputado estadual e o segundo como deputado federal. Era a velha prática familiocrática da oligarquia sertaneja de repasse do "curral" eleitoral para os seus descendentes numa tradição que se projetou do Império para a República Velha e que ficou conhecida como mandonismo ou coronelismo político, expressão que encontrava sua justificação no fato de muitos dos próceres políticos possuírem a patente da antiga Guarda Nacional.⁵³ Américo, formado em engenharia, acabou se dedicando às propriedades da família. Raul, encarnou com mais determinação a herança política do potentado. Formou-se em Ciências Sociais em 1897, convivendo na então Faculdade de Direito com vários membros da elite local, entre os quais, Vital Soares, Hermógenes Viana, Celso Espínola. Bacharel em Direito, foi nomeado para a Promotoria Pública de Juazeiro. Logo, adveio a carreira política. Em 1912, foi eleito deputado federal e em 1915, senador estadual. Convidado pelo governador Antônio Moniz, optou pelo cargo de secretário da Justiça, Interior e Instrução Pública. Em 1918 estava de volta à Câmara Federal e sua permanência no Rio acabou contribuindo para que lá estabelecesse a maior parte da

⁵² MARTINS, Hélio Leôncio. *A Revolta dos Marinheiros*, p. 37 e 37. Depoimento utilizado pelo autor, dado por um "marinheiro" anônimo parece confirmar a versão da resistência oferecida pelo Primeiro-Tenente. Eis um trecho dele: "Da temeridade, do heroísmo de Mário Alves sou testemunha ocular. Dezenas de vezes vi-o correr à praça d'armas, recarregar o revólver, e de lá sair atirando sobre a guarnição, que se ocultava por trás das superestruturas. Afinal, um marinheiro atirou contra ele, ferindo-o de morte, em pleno coração. Vi quando ele, sentindo-se ferido, pôs a mão sobre o peito, cambaleou e caiu no convés, à ré, próximo ao camarote dos oficiais".

Provocada pelas duras condições de trabalho impostas aos marinheiros, boa parte dos quais mestiços, a Revolta da Chibata ficou conhecida com esse nome em decorrência dos castigos corporais que eram praticados contra os atos considerados como indisciplina. Rapidamente debelada, serviu, contudo, como denúncia e contribuiu para minimizar o humilhante tratamento dispensado à marujada.

⁵³ FALCÓN, Gustavo. *Os Coronéis do Cacau*, p. 31, 32 e 33. Muito embora o coronelismo tenha se constituído como fenômeno na República Velha, suas raízes se encontram na velha sociedade estamental do Império e no artificialismo eleitoral que engendrava o mandonismo e o bicório. Mas foi a partir de J.J. Seabra, em 1912, que ele ganhou maior vigor na Bahia, tornando-se elemento central na construção da unidade partidária com vistas aos processos eleitorais. Entre 1920 e 1924, ganhou tamanha amplitude que os coronéis sertanejos passaram por cima do próprio Governo estadual, negociando condições e vantagens diretamente com o Governo Federal.

família, o que quer dizer, três irmãs solteironas a quem se dedicava integralmente, pois também não casara.⁵⁴

Um episódio fortuito, mas fundamental para a seqüência dessa reconstituição, foi o casamento em 1922, em segundas núpcias, de Julieta Alves de Souza, irmã de Raul com Romualdo Leal Vieira. Jovem viúva, com três filhos, não passou mais que um ano de luto do marido. Romualdo, velho amigo da família e antigo pretendente de Julieta, voltara da Europa para onde fora durante a Primeira Guerra premido por razões afetivas. A viuvez abriu novas esperanças para o ex-estudante de Direito que na Europa, além de uma bruta gripe espanhola que quase o mata, ganhou também o brevê de piloto. Romualdo e Julieta retomaram seu romance em 1921. Em 1922, os dois estavam de volta à velha casa grande da fazenda onde o velho José Nunes Sento-Sé dera início ao império de quatro imensas fazendas – São Peregrino, Tapuio, Brejinho e Mulungu e várias ilhas. Os filhos do primeiro casal ficaram com as tias que residiam no bairro da Gávea no Rio de Janeiro e que logo se afeiçoaram das crianças, o que facilitou sobremaneira a vida dos dois. O primeiro filho do segundo casamento de Julieta foi Mário Alves de Souza Vieira, nascido a 14 de junho de 1923, nome escolhido pela mãe para homenagear seu irmão querido assassinado na Revolta da Chibata, repetindo uma velha tradição familiar de batizar os filhos com os nomes de tios e avós. Do casal nasceriam ainda Juvêncio Alves de Souza Vieira, em 1925, na mesma casa grande e América Alves de Souza Vieira, em 1927, na Ilha de Paquetá, no Rio de Janeiro. O pai, Romualdo, tinha origem urbana, bem diversa da aristocracia sertaneja encarnada pelo lado materno da família. Filho de juiz, Romualdo conheceu e se aproximou do clã sanfranciscano, porque seu pai, Juvêncio Vieira, havia sido hóspede da família quando exerceu em Sento-Sé a função de Juiz Preparador da Comarca, no começo do século XX. Romualdo, estudante de Direito, ficou fascinado por Julieta, mas foi preterido, por não *estar à altura do casamento*.

A casa grande da fazenda era uma autêntica residência da oligarquia sertaneja. Um avarandado cercado estendia-se por toda a fachada frontal, apresentando três portas e sete

⁵⁴ VIEIRA, Juvêncio Alves de Souza. *Cabral 17*, p. 335 e 336. "Ele era o varão que restara e, portanto, o natural protetor das irmãs enquanto solteiras, e deu o seu apoio incondicional em todos os momentos e situações. Como as irmãs, exceção da mais nova, não tivessem casado, essa situação perdurou para sempre. Muito boas oportunidades lhe foram oferecidas e a todas declinou, anos atrás, em virtude dos pequenos interesses sociais de suas irmãs..." Um longo relato ficcional sobre Raul Alves e a família foi escrito por Juvêncio nesse livro de memória. Sua formação psiquiátrica lhe permite uma reconstrução proustiana da infância e da adolescência. Este livro, junto à entrevista realizada com ele, em Itabuna, onde residia em 2003, foi de grande utilidade para recompor a trajetória da família. Antes de morrer, em 2005, Juvêncio publicou dois outros títulos da sua planejada trilogia.

janelas de jacarandá, almofadadas, salientes e apostas, de uma só peça. Mantinha ainda as características arquitetônicas básicas da primeira reforma feita em 1873. O imenso telhado de quatro águas era sustentado por peças inteiriças de carnaúba e os caibros alinhados e de boa apresentação. Sobre a porta principal, um brasão com uma espécie de pedra dármas sertaneja e o perfil de um índio, o chefe Centocé, a quem a família atribuía o curioso sobrenome da linhagem.⁵⁵

No início da década de 1920, estourara mais uma dessas constantes batalhas de famílias do interior do São Francisco. Esta, em especial, foi fonte de inspiração para um dos romances de Wilson Lins, filho de um dos mais importantes coronéis do São Francisco, Franklin Lins de Albuquerque, cujo auxílio foi indispensável ao povoado de Sento-Sé no episódio em causa. Romualdo e Julieta viveram em intensidade todos os acontecimentos dessa guerra de potentados.⁵⁶

Quem sabe a sua ida até ali não tenha sido a primeira missão do clã para o jovem "tenente". Diz Romualdo: *Vim do Rio para Sento-Sé em um momento pouco propício às*

⁵⁵ LINS, Wilson. *O Médio São Francisco, uma sociedade de pastores e guerreiros*. Ver em especial, o primeiro capítulo, intitulado "O deserto engoliu o homem", onde o autor trata das sucessivas ondas de ocupação do vale, cuja conseqüência mais importante foi o surgimento de currais e ranchos, administrados pelos mamelucos que os invasores do Norte e os bandeirantes do Sul iam fazendo nos seus intercursos com a indiada. A pouca presença negra e a grande mestiçagem resultante da união de brancos e índios no vale do São Francisco é amplamente estudada no livro de Wilson Lins, que, no dizer de Américo Jacobina Lacombe, focaliza uma sociedade original, vivendo um mundo "ermo e estranho", resultante da fusão de diferentes correntes conquistadoras e que gerou tipos especiais, na parte alta e baixa da hierarquia social, cujas figuras mais destacadas foram o chefe político, o jagunço, o cabra, o caatingueiro, o beiradeiro e o brejeiro, tipos ocupacionais gerados pela brutalidade da luta pela terra e pelos mecanismos de submissão ali instalados. Ali, a oligarquia sertaneja assimilou parte da cultura do dominado, de forma que o índio, com o qual os brancos se misturaram racialmente, ressurgiu aqui ou ali em manifestações folclóricas, culinárias, religiosas e mesmo dando nomes a povoados, vilas e cidades. É o caso de Sento-Sé, que foi, inicialmente, arraial, freguesia, vila e depois virou município, cujo nome é uma corruptela de Centocé, chefe indígena local, provavelmente de um dos troncos das tribos Gês, capturado e aculturado, segundo Lins no século XVII e que acabou casando com a filha do seu amo, com quem constituiu a família que aportuguesou o nome próprio do seu chefe, assumindo-o como sobrenome da linhagem. Sobre o vale, ver também o clássico de Donald Pierson, *O Homem no Vale do São Francisco*, 3 volumes.

⁵⁶ LINS, Wilson. *Remanso da Valentia*. Esse romance trata, exatamente da invasão de Sento-Sé, planejada pelo todo poderoso coronel Chico Leobas que só não consumou seu intento pela intervenção realizada por Franklins Lins de Albuquerque, pai do romancista, que tomou a si a proteção do município. Sozinho, Sento-Sé não resistiria. A luta ensinou ao poeta anônimo da literatura de cordel, versos do "ABC da Carreira Grande", onde se lê: "Juazeiro da lordeza/Riachão da carestia/Sento-Sé da nobreza/Remanso da valentia..."

*minhas intenções pacíficas, quando campeava ainda, no Rio São Francisco, o mandonismo de coronéis brancos, sempre dispostos a beneficiar-se de bafejos da politicalha.*⁵⁷

Por volta de 1924, Francisco Leobas de França Antunes, o violento coronel Chico Leobas, chefe dos temidos jagunços de Remanso, aproveitando as desavenças políticas entre o município e o Governo estadual, suscitadas pelo afastamento dos seabristas do Governo Góes Calmón, que vencera Arlindo Leoni, e o ostracismo de Raul Alves, decidira promover uma "sebácea", termo regional que designava o saque, na vizinha Sento-Sé, rica em lagoas piscosas, repleta de carnaubais e onde estava o "brejo da Brazida", um oásis de verdura nas ressequidas caatingas. Frente à ameaça, toda a família se deslocara para defender o município em caso de invasão, inclusive seu chefe máximo, Raul Alves, que residia no Rio de Janeiro. O clima de violência e ataques foi superado graças à intervenção política e armada de Franklin Lins de Albuquerque que viu em Chico Leobas uma ameaça ao seu próprio domínio e resolveu liderar o embate do qual resultou a "pacificação" da região preservando-se os domínios dos Sento-Sé e a liderança dos Martins.

A segunda missão do pai de Mário Alves de Souza Vieira foi dirigir o município de Sento-Sé, cargo para o qual foi guindado em janeiro de 1924. Récem admitido na família, Romualdo já enfrentava missões de grande responsabilidade, mas num meio que não o atraía, nem o agradava, muito menos a sua esposa que imaginava, como todas as representantes da oligarquia sertaneja, educar os filhos em centros mais avançados. Ainda na Intendência de Sento-Sé, em 1926, um outro acontecimento de vulto alcançou o município dirigido pelo pai de Mário Alves. Foi a passagem da Coluna Prestes. Ela entrou na Bahia na noite de 25 para 26 de janeiro. Atravessou o Rio São Francisco entre Várzea Redonda e Jatobá, daí começando uma marcha de mais de 500 quilômetros pela caatinga. Sento-Sé foi um dos vários municípios onde os 1200 homens de Prestes estiveram.⁵⁸ Ali, caso as autoridades tivessem ouvido os conselhos do intendente, os revoltosos sofreriam grande revés. O batalhão das forças de Minas Gerais, as forças de polícia de São Paulo e as tropas do Exército não levaram em consideração as recomendações de Romualdo que conhecia muito bem a topografia das serras

⁵⁷ VIEIRA, Romualdo Leal. *Op. cit.* De volta da Primeira Guerra Mundial, Romualdo enfrentava agora uma guerra particular. Na ausência do Estado, instigados pelo oportunismo eleitoral dos governantes da Capital, os chefes sertanejos mediam forças e sob o pretexto partidário conquistavam à força o patrimônio dos mais fracos. Simulacros de senhores feudais, os latifundiários do São Francisco estendiam às incursões armadas seus interesses comerciais e fizeram da guerra familiar, sempre que possível, o uso necessário. Se dependesse da orientação legalista de Raul Alves, Sento-Sé (e seu clã dirigente) não teria resistido à refrega, chamada por Romualdo de "ofensiva Calmon-Leobas".

⁵⁸ TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*, p.351.

do Mulungu e do Tapuio, aliás, onde estavam duas das fazendas da família. Segundo ele, uma garganta estreita, com margens inundadas, não permitiria outra direção à tropa. Se as forças do Governo montassem guarda à garganta, os revoltosos seriam facilmente emboscados numa situação muito desfavorável, dificilmente permitindo reação. As tropas governamentais alegaram que estavam na região apenas para proteger as vilas. João Alberto, que fazia a vanguarda, atravessou justo aquele ponto e deu disso seu próprio depoimento.

Romualdo não poderia sequer imaginar o que o futuro reservava a seu filho, então, com apenas três anos de idade. O mundo oligárquico do sertão e a rebeldia da classe média urbana brasileira, tão bem expressa pelo tenentismo, travavam no terreno inóspito da caatinga um diálogo de surdos.

Os sertanejos acostumados às recorrentes guerras familiares tinham uma enorme dificuldade para entender as motivações da errante coluna tenentista. E os tenentes, apenas uma idéia romantizada da vassalagem rural do sertão e do domínio latifundiário, muito distante da realidade dos mecanismos de submissão e subalternidade a que se via presa a população rural.⁵⁹

Não só de mandonismo, guerras familiares, jagunços e oligarcas, contudo, vivia o sertão da Brasil. Outro fenômeno, não menos importante, povoou o imaginário dos primeiros anos de vida de Mário Alves com personagens e criaturas extraordinárias. Foi o caso do cangaceirismo, banditismo rural brasileiro que intranqüilizou a vida das populações rurais, sobretudo, nas décadas de 20 e de 30 do século passado. O mais famoso desses bandos foi o de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, apelido atribuído ao cangaceiro por sua destreza no manejo das armas e pelos efeitos dos estampidos resultantes da velocidade com que atirava produzindo sucessivas faíscas que iluminavam o cenário dos combates. A primeira vez que ele apareceu na Bahia, atravessando o São Francisco, provavelmente fugindo a perseguição da Polícia de Pernambuco, foi em 1928. Para a Bahia, diz Billy Chandler, essa travessia foi uma tragédia, mas, para Lampião foi o início de um novo momento. Havia suposições que ele queria se juntar a um bando local, chefiado por Antonio de Engracia. Outra versão dava conta de que fora convidado pelo todo poderoso coronel da Chapada Diamantina, Horácio de

⁵⁹ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889-1934): a Bahia na Primeira República brasileira*. A formação dos batalhões patrióticos pelos coronéis, com ampla subvenção do Governo Federal, é tratada pelo autor, que ressalta a decisiva participação dos chefes sertanejos Horácio de Matos, da Chapada Diamantina e Franklin Lins de Albuquerque, do São Francisco, na perseguição à Prestes e na sua expulsão do Brasil pela fronteira com a Bolívia. O feito emprestou aos coronéis baianos mais prestígio e influência do que já haviam conseguido à base do uso de sua própria jagunçada. Deram legitimidade ao seu poderio.

Matos, no auge do poder. A partir de então, incursionou durante alguns meses pelo interior baiano. No Raso da Catarina, acreditavam, estavam sua alcova, onde podia descansar em paz com sua mulher, Maria Bonita, protegido pela vegetação inóspita da caatinga.

Em 1929, a Bahia tornou-se a sua principal base de operações, face à violenta perseguição das volantes alagoanas e pernambucanas. Nesse ano, num ato atípico, assaltou em abril a vila de Pedra Branca, situada às margens do São Francisco, no município de Juazeiro, saqueando uma fazenda e o comércio local, de onde levou dinheiro e jóias. Montou na Bahia uma boa rede de fornecedores, protetores e informantes, conseguindo levantar considerável soma de recursos e ampliar o seu efetivo. Aprendera a conhecer a região e desaparecia, à vontade, da vista do público por semanas. As polícias baianas e sergipanas não lhe moviam a perseguição igual a dos outros estados vizinhos. Essa condescendência acabou, possivelmente, após o bárbaro crime cometido por Corisco, depois integrado ao grupo de Virgulino, que esfolou em vida, o delegado Herculano Borges, na vila de Santa Rosa, após pendurá-lo num galho de uma árvore, no ano de 1931. Em 1933, esteve próximo a Sento-Sé, de onde partiu o pedido de ajuda das autoridades locais.⁶⁰

Já na condição de repórter do jornal "O Estado da Bahia", Romualdo Vieira, então residindo em Salvador, cobriu os acontecimentos dando notícia dos embates das volantes e dos cangaceiros, resultando na morte de dois policiais e ferimentos graves no rastejador. *Voltei a Salvador, diz o repórter, quando Lampião resolveu transferir o teatro de suas proezas sinistras para outras paragens, contristado eu com as infelicidades das pobres populações sertanejas.*⁶¹

⁶⁰ CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião, o rei dos cangaceiros*, p. 143, 144, 159, 160 e 163. O cuidadoso trabalho do autor, amplamente fundamentado nas suas pesquisas em jornais, arquivos e entrevistas, trata da longa permanência de Virgulino – cerca de 20 anos – na sua vida de salteador. Do livro resulta um perfil do cangaceiro sem exaltações, nem manifestas simpatias, cruzando com sensibilidade as motivações sociais do cangaço com as próprias motivações pessoais dos seus integrantes, deixando transparecer, com fluidez, o drama e as ambigüidades da vida do bando. A vida e os feitos de Lampião não passaram despercebidos aos comunistas. Rui Facó, morto precocemente num acidente de avião em 1963, durante uma viagem ao Chile, interpretou à luz do marxismo da época, o fenômeno no livro "Cangaceiros e Fanáticos", publicado depois da sua morte. O cangaço sempre exerceu, de alguma forma, certa atração sobre a intelectualidade e é provável que, além de sensibilizar a geração dos anos 30 e 40 do século passado, tenha exercido sobre ela algum fascínio.

⁶¹ VIEIRA, Romualdo Leal. *Op. cit.* p. 120 a 123. O autor dedica um capítulo de seu livro e reproduz trechos de suas curiosas reportagens, muito informativas. O cangaceiro aprisionou Janjão Sento-Sé e exigiu resgate de cinco contos de réis, dinheiro pelo qual não esperou depois de ter realizados saques no comércio de Oliveira, distrito municipal. Segundo Romualdo, um Lampião entusiasmado com o botim, saiu-se com a seguinte afirmativa: "Se eu soubesse que a Bahia era um cavalo tão grande, há muito tempo eu o teria montado..."

No singelo livro de recordações da sua vida em Sento-Sé, deixou Romualdo um único registro explícito da sua convivência com Mário. Possivelmente para proteger-se e proteger o seu filho, já tornado uma lenda da esquerda. Trata-se de um relato de fundo religioso, referente à Mãe Tinha, uma antiga empregada da cozinha da casa grande que trabalhou durante 60, 70 anos para a família e que, segundo ele, ali permaneceu em espírito após a sua morte. Em vida, ela se habituara a fornecer pequenos bolinhos de farinha ao seu filho, no que era advertida pelo patrão. Chateada, argumentava, entre resmungos, "que se ela, com a sua dieta de farinha de vazante, estava centenária, porque é que o Mário não podia saborear uns punhadinhos?"⁶²

Em 1927, a família Souza Vieira saiu de Sento-Sé em direção ao Rio de Janeiro. Romualdo foi morar com Raul em Paquetá, ganhando a vida na imprensa carioca. Ficou no Rio até 1932. A residência de Paquetá era um casarão antigo em frente ao mar, num local próximo à ponte das barcas, tendo em torno uma enorme chácara com árvores frutíferas, cercada na frente por grades altas e por muros nas laterais e nos fundos. Tinha bem em frente à sala de visitas um grande e bonito jardim muito bem cuidado. Nessa casa, nasceu a terceira filha do casal, América. Nesse sítio, toda a família acompanhou o desenrolar da Revolução de 1930. Em sua memória romanceada da família, Juvêncio Alves, irmão de Mário Alves, deixou a sua impressão das comemorações revolucionárias na baía de Guanabara:

houve um desembarque de tropas na Ilha de Paquetá sob o pipocar de foguetes e bombas, bombas de São João, tiros de festim e fogo real. Eram soldados e marinheiros, em grande parte embriagados.⁶³

Do episódio restou a lembrança da primeira peraltice de Mário Alves, então com sete anos de idade. Alguns minutos antes do desembarque das tropas fora mandado às compras numa farmácia próxima e tendo demorado, toda a família preocupada pôs um empregado à sua procura. Momentos depois apareceu com um dedo enfaixado, coberto por curativo. Cercado pela mãe, tias e irmãos, blasonou:

⁶² VIEIRA, Romualdo Leal. *Op. cit.* p. 110: "Estou convencido de que o espírito boníssimo da velha Mãe Tinha continuou a perambular por Sento-Sé e, muitas vezes, alta noite, no silêncio do casarão da fazenda, tinha a impressão de que ele andava junto a nós."

⁶³ VIEIRA, Juvêncio Alves de Souza. *Op. cit.* p. 33.

Não tive medo nem me preocupei. Foi uma simples escaramuça! Uma das tias, solteirona, mais nervosa, aproximou-se alisando sua cabeça e perguntou: "Você ficou bem? Não sofreu nada?" Ao que o traquinas respondeu: "Não, apenas uma bala de raspão, coisa sem muita importância..."⁶⁴

Da casa de Paquetá se transferiram para Botafogo, onde moraram alguns anos na Rua Paulino Fernandes. Do Rio, a família seguiu para Uruçuca, onde tentou sobreviver com uma pequena fazenda de cacau. A propriedade foi adquirida com a ajuda do pai de Romualdo, Juvêncio Vieira e todos viveram ali um período de verdadeira aventura, trocando as facilidades da cidade grande pela vida inóspita numa propriedade por fazer em plena mata atlântica. A Fazenda Nova América estava instalada numa antiga aldeia indígena e o desafio do casal era implementar a propriedade para poder ir pagando o financiamento feito pelo pai de Romualdo. A estadia não durou mais que quatro meses. Logo, estranhos fenômenos passaram a perturbar a vida da família e a permanência se tornou impossível. Ora os caboclos entornavam água dos vasos, ora enchiam a residência de flores; em outras ocasiões cultivava, de repente, formosos jardins em meio ao campo. Outras vezes, quebravam o que achavam pela frente: pratos, xícaras, vasilhames com provisões. Socorrida por entendidos locais, a família não resistiu a pressão e assim foi que os Souza Vieira encerraram seu projeto agrícola na região do cacau, literalmente expulsos por acontecimentos inexplicáveis, mas o suficientemente desagradáveis para justificar o imediato deslocamento de todos.⁶⁵

Seguiram, então, para uma curta temporada em Vitória do Espírito Santo, onde Romualdo foi realizar um estágio no Campo de Aviação de Vitória, dependendo a estadia do desenvolvimento dos trabalhos. Na Praia Comprida viveram momentos maravilhosos e que ficaram marcados na memória dos garotos. Por ali estiveram cerca de oito meses e o único filho a estudar, Mário, já se destacava como um dos bons alunos não apenas de sua classe, mas de toda a escola. De Vitória se dirigiram para Salvador, em 1933, indo Romualdo trabalhar como agente administrativo da Air France do Brasil, no Campo de Aviação de Itapuã.

⁶⁴ Idem. *Op. cit.* p. 34.

⁶⁵ Idem. P. 176, 195 e 237. Em várias situações, o memorialista menciona fatos sobrenaturais na vida familiar. A atmosfera espírita está presente na sua reconstrução do passado e parece ter sido fato corriqueiro no cotidiano dos Souza Vieira. Fenômeno comum na cultura baiana, tais manifestações integram o imaginário local muito marcado pela presença das religiões africanas e, a partir do começo do século, pela influência kardecista.

O ano foi marcado também pela transferência para a Bahia do patriarca da família, Raul Alves, padrinho de Mário Alves, mas a quem todos respeitosa e generalizadamente chamavam de *Dindinho*. Ele acabara de ser nomeado Procurador Regional da República. No ostracismo político desde a ascensão de Góes Calmón, Raul passou a viver da renda das fazendas de Sento-Sé e na Imprensa do Rio, inúmeras vezes expressou a sua simpatia por Getúlio Vargas e pelo movimento revolucionário de 1930. Vitorioso, Getúlio mostrou seu reconhecimento.

Para a família, não foi surpresa o cargo de Procurador.

Ele lutou muito pela vitória de Getúlio. Em reuniões, notas de jornal, em entrevistas. E o Getúlio, óbvio, tomou conhecimento disso. Quando assumiu a Presidência, ofereceu a ele o Governo da Bahia. Não era Governo, era Interventoria. Ele não aceitou, mandou dizer a Getúlio que como Interventor ele não queria. Aceitaria um cargo condizente com a sua formação. Getúlio mandou oferecer um cartório. Ele recusou. Então, deram a ele a Procuradoria Regional da República na Bahia.⁶⁶

Foi um período de reencontro para todos. Mário ficou hospedado numa pensão na Avenida Joana Angélica, onde fez parte do seu curso primário na Escola Ana Nery. Completou o curso na Escola Permínio Leite, na Piedade, dirigida por um professor negro e severo, chamado Antônio Café, cujo método de ensino incluía o castigo e a palmatória. Castigos que se justificavam, na opinião do professor, para os maus alunos e que contou com a concordância do jovem estudante, que se livrou da tormenta pelo fato de ser sempre um aluno aplicado. A família ficou residindo no alojamento do aeroporto até que em 1934 todos se reuniram na casa do Tingui. Depois, moraram no Bângala e na Ladeira dos Aflitos. Em 1935, reuniu-se boa parte do clã na casa de Nazaré, na Rua Inácio Tosta, residência que ficou conhecida como Cabral, 17, um sobrado alugado por Raul para acolher todos seus parentes. Nesse mesmo ano, Mário Alves, com apenas 12 anos, prestou exames para o Colégio Estadual da Bahia. Dessa casa de Nazaré, os Souza Vieira iriam se transferir, em 1940, para a Ladeira da Fonte das Pedras, atual Fonte Nova, construindo com muito sacrifício a sua primeira casa própria.⁶⁷

⁶⁶ Juvêncio Alves Vieira. Entrevista concedida ao autor em 13/04/2003.

⁶⁷ Foi em vão nossa consulta ao arquivo do Colégio Estadual da Bahia. Desapareceram do acervo as cadernetas escolares de muita gente famosa da Bahia, entre as quais, a de Mário Alves e Carlos Marighella. Quem sabe os órgãos de informação não as tenham recolhido? Felizmente, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas preservou sua documentação desde a sua origem, em 1941, o que nos permitiu o acesso não apenas à vida universitária de nosso personagem, mas também a cópias

Dois fatos familiares na década de 30 serão marcantes para a vida de Mário Alves. Em primeiro lugar, a intensa convivência com o *Dindinho*, dono de uma biblioteca generosa e que lhe dedicava especial atenção. Culto, com ampla experiência na vida pública, probo, Raul era um intelectual típico. Alimentava também veleidades literárias, tendo publicado dois romances regionalistas, explorando o universo sanfranciscano: *O Canastra* e *Totô Frazão, o Sociólogo Matuto*. Herdara o prestígio dos Sento-Sé e conquistara uma posição própria graças ao seu caráter e inteligência. Sensível e inteligente, logo percebeu o talento de Mário e nele depositou suas esperanças intelectuais e, quem sabe, expectativas políticas. Queria vê-lo formado em Direito e militando no Jornalismo. Para isso, contribuiu bastante o convite recebido por Romualdo Vieira para integrar a equipe do novo jornal dos Diários Associados na Bahia, chamado "*O Estado da Bahia*". O conterrâneo Ruy Santos, amigo da família e antigo jornalista, queria Romualdo como secretário de redação para o projeto que seria dirigido por Odorico Tavares, pernambucano que imprimiu grande inovação na imprensa baiana. A notícia foi recebida com muito agrado pelo que significava de conforto para a família, posição para Romualdo e perspectivas de um futuro melhor. O emprego no Campo de Aviação de Itapuã era longe, as possibilidades de crescimento quase nenhuma e o prestígio da função, inferior a do jornalista. Na década de 1930, na Bahia, o jornalista era não apenas muito reconhecido como respeitado. Muitos deles faziam carreira política, estimulados pelo sucesso na profissão.⁶⁸

Fatos da chamada grande política iriam impactar com muito peso na provinciana Salvador da década de 1930. Inicialmente a reação autonomista à "invasão estrangeira" de Juracy Magalhães, jovem tenente interventor da Bahia, à frente da qual permaneceu no Governo até 1937, quando rompeu com o Estado Novo. Era esse, um espasmo da oligarquia local ferida nos seus brios bairristas. Logo, parte expressiva dela se recomporia com o juracisismo esvaziando seu ímpeto de baianidade ofendida. Outros dois acontecimentos

autenticadas da sua vida ginásial e colegial, inclusive requerimentos do próprio punho do estudante, referentes a suas demandas escolares.

⁶⁸ *Revista da Bahia*, número 17, agosto de 1990, pg. 3. No seu último depoimento, a mim concedido dias antes de morrer, Luís Viana Filho, que construiu sua carreira política na década de 1930, revela como foi importante para o seu projeto pessoal a condição de jornalista, aliás, uma aspiração de boa parte da juventude intelectualizada da época. "Tanto em 1933 como em 1934 eu fui o mais bem votado candidato a deputado federal em Salvador. Isso era decorrência do meu trabalho como jornalista. Eu tinha uma coluna diária no *A Tarde*, uma coluna de oposição e, como toda coluna de oposição, tinha muito leitor e muita repercussão e foi isso, acredito eu, que me deu uma certa projeção". Obviamente que Luís Viana contava, além disso, com um amplo círculo de amigos do seu pai que fora Governador da Bahia e tal fato, eleitoralmente lhe foi muito útil.

tiveram grande influência no curso da vida política local. Primeiro, o levante da Aliança Nacional Libertadora, que ficou conhecido como a "Intentona Comunista", em 1935. Segundo, a posição ambígua e vacilante do ditador Getúlio Vargas frente à Segunda Guerra Mundial, sustentada com habilidade até 1942. Os dois fatos, cada um a seu modo, mexeram profundamente com o imaginário das classes políticas locais e da juventude estudantil, interferindo diretamente na vida das pessoas e gerando desdobramentos significativos tanto para a vida de nosso personagem, como para o movimento de massas na Bahia.

Vejamos mais de perto cada um desses acontecimentos. No final de 1934, o Cominter, órgão que comandava a partir de Moscou a política dos PCs em todo o mundo, estava disposto a estabelecer uma política de frente popular com vistas a conter o avanço do fascismo, ameaça premente à experiência socialista soviética. O expressivo ingresso de militares no PCB e a grande influência de Prestes no país, levaram à organização da Aliança Nacional Libertadora, organismo de massa que teve grande expressão, mas que foi posto na ilegalidade por Getúlio Vargas para refrear a influência comunista. Luís Carlos Prestes, que estava fora do Brasil fazia oito anos, voltara convencido de que poderia liderar um levante militar com amplo apoio das massas urbanas e rurais, para isso se cercando de ampla assessoria internacional. O isolamento manobrado por Vargas levou o PCB a uma situação muito difícil. Muitos dos que admiravam os objetivos da ANL, diz John Foster Dulles, nada tiveram a ver com as revoltas, levadas a cabo principalmente por militares descontentes. A rebelião, que começou no Rio Grande do Norte de maneira a tal ponto descordenada que surpreendeu os próprios conspiradores comunistas, foi esmagada em poucos dias pelo Governo Vargas, com os dois lados sofrendo perdas. Graças ao estado de sítio, as prisões se encheram e toda a direção comunista foi capturada, ficando o PCB completamente esfacelado.⁶⁹ O fracasso da conspiração martirizou a vida da militância e em muitos estados,

⁶⁹ DULLES, John W.F. *O Comunismo no Brasil*, p. 13 a 18. Dulles afirma que "os planos para uma insurreição no Brasil foram traçados em Moscou, em 1934, no curso de reuniões a que estiveram presentes uns poucos comunistas brasileiros e membros da cúpula do Comintern (Terceira Internacional). Naturalmente, Prestes relativiza essa interpretação, atribuindo ao então secretário-geral do PCB, Miranda, a responsabilidade pelo fracasso do levante. "A versão oficial é de que o levante de 35 foi preparado no VII Congresso da Internacional Comunista, o que não é verdade. Não houve nenhuma orientação de Moscou para que a insurreição acontecesse. "A responsabilidade é do nosso partido e do secretário-geral, Miranda", diz o "Cavaleiro da Esperança" em *Prestes: Lutas e autocríticas*, de Dênis de Moraes e Francisco Viana. Os fatos não favoreceram a versão do líder comunista.

como foi o caso de Pernambuco, a repressão se abateu de forma implacável contra os participantes do movimento, especialmente os seus dirigentes mais abnegados.⁷⁰

Na Bahia, o levante não prosperou. E por causa da relativa tranqüilidade aqui reinante, para cá se dirigiram alguns dirigentes comunistas que integraram o movimento em outros estados. Afora isso, o anti-integralismo do interventor Juracy Magalhães dificultava o radicalismo de direita, contido na sua ação pública contra a frágil esquerda então existente. Leôncio Basbaum que esteve no estado por volta de 1936, no seu livro de memórias, diz que o PCB praticamente não existia por aqui. "Foi muito difícil organizar o Comitê Regional, mas nosso pequeno grupo começou a trabalhar, procurando daqui e dali, até conseguir formar algumas células." Pela Bahia a essa época, andava Honório de Freitas Guimarães, carioca, filho de usineiros, que na condição de Secretário-Geral, mantinha vivo o PCB após a queda do ex-secretário Miranda.⁷¹

A decretação do Estado Novo e a demissão de Juracy Magalhães deram novo fôlego ao movimento integralista que fez nas ruas, em 1937 a maior demonstração de massa desde a Revolução de 1930. Basbaum estima em mais de dez mil, os participantes da manifestação. Logo, o clima ficou muito ruim para os comunistas. Já então, Diógenes de Arruda Câmara, pernambucano, estudante de Agronomia e funcionário do Ministério do Trabalho começou a se movimentar para a organização do PCB estadualmente. O pequeno núcleo comunista que arregimentou, retomando velhos contatos e ganhando novos adeptos nas Faculdades e escolas

⁷⁰ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. No seu comovente livro de memórias, o líder comunista pernambucano faz minuciosa reconstituição dos sofrimentos a que foi submetido como participante do levante de 1935. Militar de origem camponesa, só foi alfabetizado aos 23 anos e passou por todos os estágios degradantes da humilhação e da tortura. Corajoso, de uma bravura pessoal incomum, Gregório militou em vários estados brasileiros, e foi preso seguidas vezes na sua longa trajetória no PCB, pelo qual se elegeu deputado com ampla votação em 1945. Preso, logo depois do golpe de 1964, sofreu violentas torturas. Acabou libertado, em 6 de setembro de 1969, junto a 14 companheiros de várias legendas de esquerda, em troca do embaixador norte-americano Charles Burke Ellbrick. Muito doente em decorrência de uma dura vida e dos suplícios das prisões, deixou um testemunho humano e sincero nas suas memórias dos fatos da vida brasileira durante a maior parte do século XX.

⁷¹ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos* (memórias), p.162 a 167. Em 1936, Basbaum esteve pela primeira vez na Bahia. Dirigia os negócios da família e atuava no PC, na época, uma agremiação quase inexistente, segundo ele. Suas lembranças, contudo, são muito imprecisas. Em 1938, assegura, conheceu Diógenes de Arruda Câmara que trabalhava como fiscal do Ministério do Trabalho e "se dizia militante do PCB". De fato, o Arruda não apenas era do PCB como já atuava como dirigente regional. Para isso, ver, especialmente, o livro de João Falcão, *O Partido Comunista que eu conheci*, p. 33 e 74, onde Falcão relata o seu recrutamento para o PCB, no final de 1937, feito pelo próprio Arruda Câmara e sua primeira reunião no Comitê Regional, em 1939, com minuciosa descrição dos presentes, entre os quais o camarada Sidrônio, nome de guerra de Arruda, então com 25 anos, "secretário-político, bigodinho de Stálin, dínamo do Comitê Regional."

existentes, iria ganhar grande impulso com o movimento de massas gerado pelas lutas antifascistas.

A Bahia dos anos 40 do século passado era um estado fundamentalmente agrário. Mais de 65% dos seus trabalhadores estavam alocados em atividades rurais. Os empregados urbanos, além da capital, Salvador, estavam distribuídos, majoritariamente, no Recôncavo ou ao longo do litoral sul e das vias ferroviárias e fluviais. Os têxteis, fumageiros, empregados da construção civil, ferroviários, chapeleiros, pedreiros, carpinteiros, sapateiros, trabalhadores dos transportes e comerciários eram os mais importantes. Trata-se de um operariado em formação, no entender de José Raimundo Fontes, cujo contingente não chegava a representar cinco por cento da população economicamente ativa. De qualquer modo, essa parcela da população experimentava a condição operária e vivenciava a situação de assalariamento em formas concretas as mais distintas, muito embora, na maior parte, em empresas incipientes. O parque industrial baiano era, então, relativamente modesto, caracterizando-se pelas pequenas e médias empresas fabris, por uma divisão de trabalho simples e baixa ocupação de mão-de-obra. Aqui ou ali, algumas fábricas haviam alcançado uma fase avançada em termos tecnológicos e de divisão do trabalho. Era o caso das têxteis e, em algumas situações, do setor fumageiro.

Essa embrionária classe operária já havia ensaiado seus primeiros passos de autonomia desde o final do século XIX, lutando por questões materiais e salariais, organizando associações e organismos beneficentes, culturais e sociais diversos. Em alguns momentos, o setor chegou mesmo a participar de processos eleitorais. José Raimundo Fontes:

Episódios e experiências como a do Partido Operário (1890), da Federação Socialista Baiana (1903), da greve geral (1919), do Partido Socialista e da Federação dos Trabalhadores Baianos (1920-1921), entre outros, amalgamaram a memória coletiva do proletariado regional, não silenciando batalhas e combates passados. Por certo estavam vivos, mormente porque ainda recentes, o ativismo organizatório político-sindical e as agitações reivindicatórias e grevistas dos anos 1933-1935, bem como a polarização ideológica contra o integralismo e as ações dos primeiros agrupamentos de militantes comunistas.⁷²

Mesmo durante a difícil conjuntura do Estado Novo, o PCB atuou na Bahia de forma diferenciada. Aliás, quando toda a organização estava presa, desarticulada e o PCB

⁷² FONTES, José Raimundo. *Marighella e o movimento operário baiano no período da "redemocratização"* (1945-1947), in: NOVA, Cristiane & NÓVOA, Jorge. *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, p. 290 a 296.

completamente esfacelado, os comunistas baianos mantiveram modesta, mas regular atividade e foram, a partir de 1938, decisivos para a reorganização nacional da agremiação.

O cenário que se anuncia com o fim do Estado Novo se mostra favorável à retomada da organização da classe trabalhadora e é, sem dúvida, elemento de estímulo ao desempenho de sua ação sócio-política específica, explicitando para o conjunto da sociedade suas demandas e aspirações. E é aí, exatamente, aonde o PCB vai se colocar como um dos instrumentos organizatórios de educação política.

João Falcão, que militou no PCB entre os anos de 1938 e 1957, afirma que por volta de 1940 o PCB possuía na Bahia vinte células: sete células estudantis, com cerca de vinte militantes e treze células operárias, abrangendo as seguintes categorias profissionais: portuários, estivadores, trabalhadores dos transportes, telefonia e energia, panificadores, sapateiros, gráficos, barbeiros, ferroviários, tecelões, fumageiros, comerciários e da construção civil.⁷³

Mário Alves já estava, nesse período, integrado ao PCB. Ao entrar no Colégio Estadual da Bahia, em 1935, para cursar o ginásio, havia ganhado as suas primeiras calças compridas. Nos anos 30, depõe Jacob Gorender, os jovens tinham a preocupação de chegar rapidamente à respeitabilidade dos adultos.

⁷³ FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*, p. 93 e 94. Armênio Guedes, que nasceu em 1918 e que se ligou muito cedo ao PCB, só saindo do partido em 1983, me disse que em 1934 já integrava um grupo de ateus no Ginásio Carneiro Ribeiro junto a Milton Cayres de Brito, de quem foi amigo por toda a vida. "Estava prestes a entrar para o partido. Não entrei antes porque não havia nada organizado. Em 1935 eu entrei para a Faculdade de Direito, no auge da movimentação em torno do comunismo e do integralismo. Na Faculdade de Direito eu conheci Edson Carneiro, Aydano do Couto Ferraz, de quem fui muito amigo. Tive ligação também com o Artur Ramos. Esse grupo reunia-se sempre e aí o Fernando Santana já aparecia algumas vezes. Ele era estudante da Politécnica. Todas as tardes havia reuniões. Era também bate-papo. Falávamos de literatura, poesia. A gente se encontrava sempre no Bar Madri, que ficava na Sé, em frente a linha de bonde. Lá havia um cara, o Emanuel Assemany, extremamente inteligente, mas completamente desorganizado. Era mais anarquista que comunista. Havia também o Miguel Cunha, o Dias da Costa, um contista baiano, João Cordeiro... A Faculdade de Direito tinha uma célula comunista muito grande. A primeira reunião dessa célula, que marca a sua criação, foi na casa de Edson Carneiro, que morava nos Barris. Era uma casa imensa. O pai de Edson era engenheiro. Era uma casa muito engraçada, esquisita, havia galinhas passando pelo meio da sala. A gente chamava a casa de Brasil Novo. E quem foi o instrutor do partido que foi organizar a reunião? Imaginem! Foi o camarada Stanislaw. Quem era o camarada Stanislaw? Era Carlos Marighella, que na época não era mais estudante de engenharia, já era dirigente do partido, profissional do partido. A Faculdade devia ter uns 350 alunos. A célula tinha 40 membros, todos da escola. A partir de 1935 houve uma debandada, pois o pessoal ficou com medo e a célula foi reduzida a nosso pequeno grupo". (Armênio Guedes, entrevista realizada em dezembro de 2001).

E o tamanho das calças tinha tudo a ver com isso, uma vez que simbolizava a conquista de novo status.⁷⁴ O posicionamento ideológico frente aos grandes temas brasileiros eram marcados por opções extremadas: de um lado, a ação integralista brasileira; de outro, a inegável influência do socialismo, que, apesar de toda a repressão alcançava os setores mais bem informados e exercia sua sedução sobre a juventude. Mário Alves ingressou no PCB exatamente em 1939, aos 16 anos, em meio a inicial mobilização contra a guerra que ganharia um impulso incontrolável três anos depois. Novamente Gorender, cujo depoimento tem um sentido muito especial face às suas referências ao nosso personagem:

Eu devo dizer que a minha entrada na vida política tem algo de comum com muitos outros jovens de minha geração, mas tem também alguns aspectos que são singulares, são próprios da minha condição. Tive uma infância e uma juventude de uma família muito pobre. Minha família era do tipo daquela descrita por Michael Gold no livro "Judeus Sem Dinheiro", que se refere exatamente aos imigrantes judeus de Nova York. A minha família tinha que enfrentar dias em que era difícil até mesmo alimentar-se de maneira razoável. Assim mesmo, eu fiz o antigo Ginásio da Bahia e ali já entrei em contato com outras idéias, com um universo mais amplo. Eram os anos 30, da Interventoria de Juracy Magalhães e logo depois veio o Estado Novo. 1942 foi um ano de grandes movimentos populares em Salvador. Nesse ano, nós tivemos os torpedamentos de navios no litoral de Sergipe e da Bahia. E a massa, espontaneamente, foi às ruas. Tivemos uma semana de agitações em Salvador, de comícios incessantes, três secretários de segurança se sucederam porque não conseguiram se sustentar e essa agitação só se encerrou quando o Governo Getúlio Vargas declarou estado de beligerância contra a Alemanha e a Itália. Aí, já estava em contato com um ambiente muito amplo de colegas de várias universidades. Eu era aluno da Faculdade de Direito. Neste ano, foi que entrei para o Partido Comunista, que então era clandestino. Convidado ou recrutado, como se dizia, por Mário Alves. Então, eu fui fazer parte de uma célula, junto com Mário Alves e Ariston Andrade. Nós três éramos a célula estudantil.⁷⁵

No episódio de "recrutamento" de Jacob Gorender, Mário tinha 19 anos. Há três anos participava do PCB que no Ginásio da Bahia possuía vários membros, entre os quais Antônio Santos Morais, Célio Guedes – assassinado pela ditadura na década de 1970 quando entrava no Brasil pela fronteira com o Uruguai, Milton Tavares, João Batista de Lima e Silva, Alberto Vita, Heron Alencar, Alderico Mascarenhas e Milton da Costa Lima. Nos anos 40, integrou a diretoria da Associação dos Estudantes da Bahia, AEB, destacando-se como um dos mais

⁷⁴ Revista da Bahia, número 11, dezembro de 1988, p. 5. No seu depoimento, Jacob Gorender, que, aliás, nasceu no mesmo ano de Mário Alves – 1923, sendo apenas meses mais velho, chama atenção para a precoce necessidade de amadurecimento de sua geração. Havia uma compulsão pela fase adulta e uma necessidade incontrolável de deixar a juventude para trás.

⁷⁵ Revista da Bahia, número 11, dezembro de 1988, p. 10.

atuantes militantes do partido. Nas manifestações anti-fascistas vamos encontrá-lo na linha de frente dos comícios atuando como combativo orador.

No começo de abril de 1942, uma enorme manifestação anti-fascista ganhou as ruas da Bahia. Com o apoio prévio do comandante da 6ª Região Militar, a Comissão Central Estudantil pela Defesa Nacional e Pró-Aliados, a Legião dos Médicos para a Vitória, a União dos Estudantes da Bahia e outras organizações encheram a Praça da Sé. Alguns dias depois, sob o pretexto da comemoração do aniversário de Vargas, um imenso desfile cívico na avenida 7 de Setembro colocou na rua carros alegóricos homenageando o Exército, a Marinha e a Força Aérea. Os manifestantes conduziam retratos de Vargas, Roosevelt, Churchill, Stalin e Chiang Kai Schek. Seguiu-se um grande comício na Praça da Sé, no qual falaram o secretário do Interior e Justiça, Artur Berenguer, o criminalista e professor de Economia, Edgar Mata, ex-dirigente da ANL na Bahia e o estudante Mário Alves de Souza Vieira, representando a União dos Estudantes da Bahia (UEB).⁷⁶

Seu nome ganhou projeção ainda maior quando liderou, em 1942, o movimento de expulsão do professor integralista Herbert Parente Fortes, do Ginásio da Bahia. Lembra João Falcão:

No dia 9 de maio, os extremamente ativos estudantes do Ginásio da Bahia, que reunia a maior população estudantil do Estado e era um colégio público, denunciaram ao povo e às autoridades o professor integralista, renitente e impertinente pregador fascista, Herbert Parente Fortes. Após realizarem um comício no qual os diversos oradores apontaram-no como um quinta-coluna, percorreram as ruas centrais da cidade, carregando legendas e dísticos antifascistas, sendo muito aplaudidos pela população. Esta manifestação teve repercussão nacional e o seu principal articulador foi Mário Alves.⁷⁷

Nesse mesmo ano, Mário estreou na carreira de jornalista, trabalhando como repórter de setor no jornal "*O Estado da Bahia*", seu primeiro emprego. Concluiu também seu curso complementar em Direito, no Ginásio da Bahia, uma espécie de habilitação que antecedia o Vestibular. Passaram-se sete anos, desde que ingressara no Ginásio Estadual da Bahia, em 1935. Nova fase se abria em sua vida com a perspectiva de ingresso na Universidade.

Petilda Vasquez, que estudou o movimento sindical no que ela chamou muito apropriadamente de "intervalo democrático", ocorrido entre 1942 e 1947, chama atenção para

⁷⁶ TAVARES, Luis Henrique Dias, *op. cit.* p. 432.

⁷⁷ FALCÃO, João, *op. cit.* p. 198.

o fato de que o esforço de guerra foi fundamental na formação de uma ampla aliança que resultou na redemocratização. Segundo ela, vários fatores contribuíram para destacar a Bahia nessa conjuntura, entre os quais o isolamento de suas elites tradicionais, alijadas do poder na vigência do Estado Novo e a constituição de uma ampla frente composta por estudantes, intelectuais, representantes dos trabalhadores e da pequena burguesia local, sem esquecer, é claro, dos comunistas que tiraram amplo proveito desse aprendizado. O PCB cresceu muito no movimento de massas, na sua ação sindical e soube aliar com criatividade o combate ao integralismo à luta pelo restabelecimento da democracia. Durante um bom intervalo de tempo, a aliança em torno aos interesses democráticos uniu pólos os mais variados e foi capaz de aproximar até mesmo publicações antagônicas como *O Imparcial* e *O Momento*. O primeiro, um jornal democrata pró-americano e anti-comunista, é óbvio. O segundo, o porta-voz do PCB na Bahia. O flerte do esforço de guerra virou guerra verbal entre as publicações logo após a redemocratização. Esse capítulo da aproximação e dissenso entre as forças da direita e da esquerda baianas foi devidamente enfrentado por Petilda Vasquez.⁷⁸

No início dos anos 40 do século passado, Salvador era uma cidade provinciana, culturalmente atrasada. A vida universitária oferecia poucas perspectivas para a juventude: a antiga Faculdade de Medicina, Farmácia e Odontologia, a Academia de Belas Artes, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito. Desde algum tempo, o educador baiano, Isaías Alves de Almeida, entusiasmado com as idéias do filósofo da educação John Dewey, de quem se fizera discípulo no Mestrado do Teacher's Collge da Columbia University, vinha lutando pela implantação de uma verdadeira universidade na Bahia, capaz de integrar as escolas isoladas e criar as condições necessárias para uma efetiva vida acadêmica.

No início de 1940, aproveitando a excelente oportunidade que se abriu com a nomeação de seu irmão, Landulpho Alves para a Interventoria da Bahia e se valendo do cargo de Secretário de Educação do Estado, lançou-se ao desafio que alimentava há muito: criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras capaz de formar professores universitários em várias disciplinas, condição que julgava indispensável para elevar a qualidade do ensino no Estado e abrir o caminho para a constituição da sua sonhada universidade.⁷⁹

⁷⁸ VASQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo Democrático e Sindicalismo – Bahia, 1942-1947*. P. 36, 37, 42, 43,44, 60, 61, 186, 193 a 196.

⁷⁹ Universitas, número 40, dezembro de 1991. Thales de Azevedo, no seu artigo *Quarenta e cinco anos da Universidade da Bahia*, recupera a trajetória da vida universitária baiana que, tendo se iniciado com a Escola de Artes dos jesuítas, em 1572, só ganhou vida em 1941.

Com o apoio dos empresários locais, organizados em torno da Associação Comercial da Bahia, e do seu irmão Interventor, aprovou em 1941 os estatutos da Faculdade de Filosofia. Para seu funcionamento, o Governo cedeu o prédio da antiga Escola Normal situado à Avenida Joana Angélica. Ali morou num confortável palacete, o Barão de Geremoabo. Como a mansão estava emprestada ao Exército, a Faculdade funcionou provisoriamente na Piedade, onde hoje funciona a Faculdade de Economia. Isaías era um renomado educador, mas era politicamente de direita. Integrava o comitê dirigente nacional da Associação Integralista Brasileira. Sua respeitabilidade como educador, no entanto, era consensual. A primeira turma de calouros, de 1943, incluiu três estudantes comunistas: Mário Alves, João Batista de Lima e Silva e Alberto Vita. Todos três aprovados para o Curso de Ciências Sociais. O historiador Luiz Henrique Dias Tavares, afirma que os três prestaram o vestibular na Filosofia para desmascarar a "agência integralista" de Isaías. Acabaram, com suas inteligências, contribuindo para afirmar a Faculdade que, de fato, inovou o ensino universitário estadual e foi a grande responsável, cinco anos depois, pela criação da Universidade Federal da Bahia.⁸⁰

Até então, as faculdades isoladas serviam a uma sociedade oligárquica cujos filhos faziam carreira com vistas à política, administração pública ou voltados para cuidar dos seus próprios negócios. A rigor, não havia vida científica fora dos muros da Faculdade de Medicina e de Direito, núcleos onde durante algum tempo a juventude podia entrar em contato com autores e idéias que circulavam em outros centros desenvolvidos. A professora Leda Jesuíno, que integrou esse primeiro grupo de 80 jovens, cursando Filosofia, afirma que Isaías Alves sofreu muitas críticas da elite e da intelectualidade baianas.

Tratava-se de algo inusitado: formar bacharéis e licenciados para o ensino primário e ginasial, quando o mercado era constituído de médicos, advogados, engenheiros que ensinavam as ciências exatas e sociais. Nossa primeira turma iria dizer do acerto ou do erro de Isaías.⁸¹

Em 1945, Mário diplomou-se em Ciências Sociais, sem solenidade, muito embora seu diploma só tenha sido expedido em 1964. Sua vida escolar aponta claramente suas preferências pelas disciplinas mais próximas ao marxismo. Aliás, isso já se esboçara, com nitidez, no curso complementar, onde as médias mais altas estavam em Sociologia, História

⁸⁰ Luís Henrique Dias Tavares. Entrevista concedida ao autor em abril de 2003.

⁸¹ Leda Jesuíno. Entrevista concedida ao autor em junho de 2004.

da Filosofia e Literatura. Na faculdade, centrou seu interesse em Sociologia (média 9), Economia Política (média 9) e Ética (média 9).⁸²

Leda Jesuíno guardou do colega boas recordações.

Mário se destacava não só no âmbito do curso de Ciências Sociais, mas no âmbito de todos os cursos, de toda a faculdade, pela sua inteligência ágil, pela sua capacidade de articular, de convencer, de dialogar. Tinha uma aparência jovial, parecendo mais jovem do que era de fato. Parecia um garoto, essa é que é a verdade. Eu tinha 18 anos de idade, ele devia ter uns 20.

Sempre presente nos círculos femininos, Mário concentrava suas atenções, contudo nos temas ligados à política. Lembra Leda:

Ele era muito engajado, mais preocupado com a política do que com a aquisição de conhecimento. Era o mais ativo dos comunistas da Faculdade. Sua inteligência aguda, com argumentação bastante causticante, envolvente, ajudava seu trabalho político. Ele envolvia tanto que eu fui para a União dos Estudantes da Bahia por sua causa.⁸³

Da primeira turma de Ciências Sociais, composta de onze estudantes, localizamos dois colegas de Mário Alves: José Newton Alves de Souza, aposentado pela Universidade Federal da Bahia e Lygia Zitelman de Oliva, mulher de Zitelman de Oliva, que foi membro do PCB. Em depoimento prestado na sua agradável residência no Horto Florestal, Lygia trouxe do passado várias cenas do convívio com Mário, rapaz educado, inteligente, ativo e atencioso. Teve a atenção de listar para a pesquisa todos os integrantes da turma e os seus mais destacados docentes. Segundo a sua listagem, a primeira turma de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia incluía, além dela própria e de Mário, Alberto Vita, João Batista Lima e Silva - que iria ficar famoso na luta interna do PCB em 1957 por causa do seu artigo não consentido *Uma discussão que está em todas as cabeças*, responsável pelo rebuliço crítico pós XX Congresso do PCUS - Acácio Ferreira, Joaquim Costa Pinto, Maria Lessa Ribeiro, Sarah Orenstein, Dalva Matos, Zózima Safira e José Newton Alves de Souza. Formou essa primeira geração de sociólogos baianos o seguinte corpo docente: Nelson Sampaio

⁸² Todas as informações referentes à vida escolar de Mário Alves, inclusive cópia do diploma em Ciências Sociais, foram obtidas junto ao arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, conforme já relatado, cujos principais documentos encontram-se em anexo.

⁸³ Leda Jesuíno, entrevista ao autor.

(Sociologia), Thales de Azevedo (Antropologia), Frederico Edelwiess (Etnologia) e Augusto Machado (Economia Política).⁸⁴

A escolha pelas Ciências Sociais causou grande desconforto familiar para Mário. Ele havia feito o curso complementar em Direito e todos julgavam que trilharia as pegadas do *Dindinho* Raul. Quem sabe tomando gosto pela carreira política. Mas a vida já o havia levado para outro caminho. Dois anos antes, em 1943, tomara parte da Conferência da Mantiqueira, realizada no Rio, e que unificou os remanescentes comunistas paulistas e cariocas, reunião da qual resultou a Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB, sob a liderança incontestável de Diógenes de Arruda Câmara, baiano por adoção e que havia casado com Aldeir Paraguaçu, irmã de Armênio Guedes, outro integrante da Conferência, que também vivia em São Paulo em companhia de Milton Cayres de Brito. Tinha apenas 20 anos de idade e levava muito a sério, assim mostravam os fatos, a vontade de sua geração em antecipar o uso das calças compridas. Seu irmão, Juvêncio, lembrou o fato de uma perspectiva pouco solene para uma reconstituição histórica, mas nem por isso menos verdadeira:

Me lembro bem que numa certa feita, ainda no Cabral 17, ele ainda estudante de segundo ano de colégio, simplesmente sumiu de casa. Sumiu por três, quatro, cinco dias. Foi procurado em hospitais e nada. Quando ele chega de volta papai tinha sabido da reunião na Mantiqueira. Quando ele botou o pé no corredor, papai vinha de lá e foi a primeira vez que vi papai dá um cachaço em Mário. Deu um cachaço que ele saiu catando ficha pelo chão.⁸⁵

Na literatura comunista, o arroubo juvenil ganhou outra leitura. E a reconstituição dos fatos, confere ao episódio mais solene dimensão. Eliezar Pacheco, usando a abalizada informação de Moisés Vinhas, relaciona Mário Alves como um dos membros eleitos do Comitê Central saído da conferência de 1943 quando os agrupamentos comunistas de vários estados se encontram no dia 27 de agosto no município fluminense de Engenheiro Passos. Relacionado como advogado (sic!) e jornalista, aparece o nome de Mário ao lado de uma dezena de experientes comunistas elevados à condição de altos dirigentes do partido.⁸⁶

⁸⁴ Lygia Zitelman, entrevista ao autor realizada em maio de 2005.

⁸⁵ Juvêncio Alves de Souza Vieira. Entrevista concedida ao autor em 13/04/2003.

⁸⁶ PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro* (1922-1964), p. 182. A lista completa fornecida pelo autor, extraída do livro de Moisés Vinhas, e por mim conferida, inclusive com a repetição do erro da profissão de Mário Alves, que ainda nem havia ingressado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e que aí está arrolado como "advogado", é a seguinte: Diógenes de Arruda Câmara, ex-funcionário do Ministério do Trabalho, da Bahia; Pedro Pomar, ex-universitário, Pará; Maurício Grabois, ex-oficial da Aeronáutica, Rio; Amarílio Vasconcelos, jornalista, Rio; Francisco Gomes, operário da construção civil, Rio; Júlio César, ex-militar, Rio Grande do Sul; Sérgio Olmos,

Marco Antônio Tavares Coelho e Dinarco Reis, dois expoentes do comunismo brasileiros, relatam em suas memórias fatos diretamente relacionados com Mário Alves nessa época. Marco Antônio, representando Minas Gerais, se encontrou com Mário Alves, juntamente com Darcy Ribeiro e muitos outros membros do PCB, no Congresso Nacional dos Estudantes, no mês de julho, no Rio de Janeiro. O encontro tratava da união nacional para a guerra e os comunistas estavam totalmente engajados nisso.

Com habilidade, diz o memorialista, isolamos os poucos colegas que desejavam abrir fogo pela imediata luta pela redemocratização no Brasil. Naquele congresso, eram pouquíssimos os delegados entrosados com o Partido. João Amazonas e Pedro Pomar prestavam assistência quase diária à fração comunista que foi organizada para influenciar as resoluções do Congresso. Mário Alves e eu éramos os mais ativos nessa fração.⁸⁷

Pela relato, fica claro que Mário já estava no Rio um pouco antes da realização da Conferência da Mantiqueira. Dinarco Reis, um dos presentes, confirma não apenas a presença de Mário Alves, como a sua condução ao Comitê Central daí saído. Eis o seu depoimento:

Estiveram presentes à Conferência da Mantiqueira os seguintes militantes: Medina (estivador), Arruda Câmara (ex-fiscal do Ministério do Trabalho), Pedro Pomar (jornalista), João Amazonas (guarda-livros), Jorge Herleim (operário), M. Grabois (jornalista), Francisco Gomes (operário), Militão (cozinheiro), L. Hill (pedreiro), Vanderlei (ferroviário), Álvaro Ventura (estivador), M. Cayres (médico), Mário Alves (estudante), Ivan (ex-militar), D. Reis (ex-militar), Vitorino (garçom), Draga (operário), Mano (militar), J. César (militar), Cabral (ex-marinheiro), Chaves (ex-marinheiro), Valdir Duarte (jornalista), Amarílio (ex-estudante) e Armênio Guedes (jornalista). O Comitê Central ficou constituído pelos presentes à reunião com 15 efetivos e 7 suplentes, com exceção de Militão, Draga e Chaves. Esta direção central do Partido permaneceu até a concessão da anistia e libertação dos presos políticos em 1945, quando então sofreu uma primeira modificação, com a inclusão dos quadros do Partido libertados nessa época."⁸⁸

operário da construção civil, Rio Grande do Sul; Lindolfo Hill, operário da construção civil, Minas Gerais; Dinarco Reis, ex-oficial da Aeronáutica, Rio; José Militão Soares, ex-militar, Minas Gerais; Armênio Guedes, ex-universitário e jornalista, Bahia; José Medina de Azevedo, marítimo, Rio; Milton Cayres de Brito, médico, Bahia; Ivã Ribeiro, ex-oficial da Aeronáutica, Rio; Leivas Otero, ex-oficial da Aeronáutica, Rio Grande do Sul; Mário Alves, advogado (sic!) e jornalista, Bahia; Celso Cabral, trabalhador braçal, Rio; Draga (sem maiores informações); João Amazonas, funcionário do sindicato da construção civil, Pará; Álvaro Ventura, estivador e ex-deputado classista, Santa Catarina e Luís Carlos Prestes, ex-oficial do Exército, Rio Grande do Sul.

⁸⁷ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho, as memórias de um comunista*,. p. 66.

⁸⁸ REIS, Dinarco. *A Luta de Classes no Brasil e o PCB*, v. 2, p. 90 e 91.

Edgard Carone, que identificou no encontro da Mantiqueira a organizada atuação do grupo baiano que se compôs com o agrupamento carioca para formar a Comissão Nacional de Organização Provisória, diz que o novo Comitê Central, embora não tenha sido reconhecido por alguns grupos regionais, vai se tornar uma realidade no "Pleno da Vitória", encontro realizado em agosto de 1945, na primeira reunião legal do Comitê Nacional do PCB. Carone:

O novo CC reconhece a liderança de Luís Carlos Prestes, que se encontra preso, e o nomeia secretário-geral *in absentia*, sendo seu cargo ocupado por um operário, José Medina, que novamente é preenchido por Álvaro Ventura; e como membros são eleitos Mário Alves, Arruda Câmara, Maurício Grabois, Amarílio Vasconcelos, João Amazonas, Pedro Pomar, Ivan Ramos, Álvaro Ventura e mais dois outros.⁸⁹

Apesar do contraditório das fontes com relação a alguns aspectos da composição da direção comunista, o surpreendente é a presença na alta hierarquia comunista de um quase garoto, Mário Alves, em 1943 com apenas 20 anos de idade, em meio a um grupo cuja idade média era bem mais alta.

A família relutava, mas a escolha já estava feita. De certa forma, a consciência crítica de Mário já havia resolvido a contenda com a origem oligárquica da família, com a expectativa pequeno-burguesa de seus pais e caminhava celeremente para o completo engajamento na luta política. Isso não aconteceu de imediato, em 1943, porque ele foi recusado pelo Serviço Militar, que o julgou incapacitado temporariamente para servir às Forças Armadas, segundo certificado de isenção expedido pela 17ª Circunscrição de Recrutamento.⁹⁰ Firme defensor da entrada do Brasil na guerra, Mário alistou-se juntamente com Jacob Gorender e Ariston Andrade para integrar a Força Expedicionária Brasileira, levando às últimas conseqüências o desafio feito publicamente pelo general Dermeval Peixoto, Comandante da 6ª região Militar, segundo o qual os estudantes que haviam clamado pela guerra nas ruas tinham agora uma boa oportunidade de demonstrarem seu patriotismo, aderindo ao voluntariado. Jacob e Ariston foram aceitos e seguiram para o *front*.

Recusado pelo serviço militar, Mário jogou todas suas fichas no front interno. Era uma maneira de expressar a sua solidariedade aos companheiros que foram para a guerra. Em 1945, dois fatos iriam modificar definitivamente a sua vida, estreitando os seus laços com o PCB e aumentando o seu compromisso com a atividade revolucionária. Primeiro, fez uma

⁸⁹ CARONE, Edgard. *O PCB, 1943 a 1964*, p. 3 e 4.

⁹⁰ O Certificado de Licenciamento Militar de Mário, formalmente, foi expedido em 29 de outubro de 1944, conforme documentação em anexo.

escolha: abriu mão do emprego na rede de Diários Associados se desligando de *O Estado da Bahia*, encerrando, desse modo, seu breve vínculo com a imprensa burguesa. Aos 23 anos de idade foi dirigir o primeiro jornal comunista da época da legalidade: *O Momento*. Atividade na qual ganhava apenas o suficiente para se manter. Em segundo lugar, cooptado para o Comitê Regional do partido, aceitou o convite e passou a ser considerado, muito cedo, um dirigente, como lembra muito bem Luiz Henrique Dias Tavares, então foca do jornal comunista:

Nesse início de 1945, Mário deixava de ser apenas jornalista dos Diários Associados e líder estudantil, para ser dirigente estadual do Partido Comunista. Nessa condição eu o vi muito pouco. A última vez que o vi, por acaso, foi no dia seguinte ao empastelamento do jornal *O Momento*, em maio de 1947. Muitos anos depois, no início dos anos 60, eu estava no Rio, na porta da livraria de Carlos Ribeiro e o vi passar. Ele estava diferente, fisicamente, tinha engordado, usava óculos e bigode. Eu tinha alguma notícia das atividades clandestinas de Mário, de modo que não chamei. Ele viu-me e também não se aproximou. Estava obedecendo as regras da clandestinidade.⁹¹

O episódio do empastelamento, ocorrido no dia 27 de maio de 1947, foi lembrado por Aristeu Nogueira, então gerente do jornal, em depoimento a mim prestado em Irará. A destruição das máquinas e a invasão policial, curiosamente realizada no governo democrata de Otávio Mangabeira, certamente como reflexo do endurecimento nacional contra os comunistas, levaram o pessoal de *O Momento* a tirar uma edição especial, numa pequena tipografia, para o jornal não deixar de circular. Eis o resumo feito por Aristeu Nogueira, a respeito do fato:

Eu peguei Almir (Matos), que era diretor do jornal e disse: Almir, como é? Você é afilhado de Dr. Mangabeira, não é? Ele disse: Quem lhe disse isso? Eu falei: eu soube. Ele: Eu sou, mas não procuro, não tenho contato com ele, não. E eu: mas dessa vez você vai procurar Mangabeira porque ele é um homem democrata e ele agora tá no governo do estado da Bahia e não pode estar apoiando esta coisa. Vá procurar ele e diga que ele tome uma providência imediata. A informação que nós tínhamos é que os soldados do Exército foram os responsáveis pelo empastelamento. Eu tinha uma pequena gráfica e por sugestão de Mário Alves fomos fazer o jornal lá, na tipografia. Eu disse: Olha Mário, se você escrever para um formato pequeno, a gente bota o jornal em circulação amanhã. Isso vai ser um desespero para esses oficiais fascistas. Agora, você tem que me dar isso antes da meia-noite. Enquanto Mário escrevia a edição de *O Momento*, eu fui à casa de dois gráficos. Às 8 horas da manhã o jornal estava impresso e nós fomos às ruas vendê-lo.⁹²

⁹¹ Luís Henrique Dias Tavares. Entrevista concedida ao autor em 24/04/2003.

⁹² Aristeu Nogueira. Entrevista concedida ao autor em 28/11/2001.

A redemocratização que sucedeu a entrada do Brasil na Segunda Guerra, a derrota dos nazistas e o amplo clima de liberdade advindo com a queda da ditadura no país, concedeu ao Partido Comunista Brasileiro, pela primeira na sua história, um curto período de legalidade. Poucos meses antes do pleito de 1945, após um longo jejum democrático, o PCB apresentou o nome do ademarista Yedo Fiuza para a Presidência: obteve 10% dos votos, elegeu 14 deputados federais e Luis Carlos Prestes para o Senado. A legalidade engrossou as fileiras do PCB que chegou a ter cerca de 200 mil militantes. Em Salvador, se instalou no número 19, da Ladeira de São Bento, defronte da sede de *O Momento*. Uma excelente localização. Nesse trecho inicial da Avenida Sete passava todo o tráfego da Cidade Alta proveniente da rua Chile e da Praça da Sé na direção do Campo Grande. E vice-versa. Na sessão de instalação do Comitê Estadual do PCB estavam ali Giocondo Dias, seu secretário-geral, João Falcão, secretário de organização, João Torres, integrante do Comitê Nacional, Manoel Batista, secretário sindical, Vale Cabral, Nelson Schaun, Aristeu Nogueira, João do Carmo e Demócrito Moura entre outros. Após o pronunciamento de Antônia Miranda, velha tecelã líder das greves de 1919, falou Mário Alves de Souza Vieira, em nome dos jovens comunistas.⁹³

Do ponto de vista nacional, o PCB se insere nessa conjuntura sob a bandeira da União Nacional para a Democracia e o Progresso, propondo diretrizes programáticas de combate ao imperialismo, aos restos feudais, ao latifúndio, aos remanescentes do nazi-fascismo-integralismo, de apoio ao governo, de colaboração com os democratas, de cooperação entre as classes e de contenção das ações radicais do movimento operário. Estadualmente, o partido emerge na cena de descompressão de 1945 como uma agremiação política prestigiada e sua ação de massa reconhecida. De acordo com José Raimundo Fontes, a sua receptividade se irradia para as mais longínquas cidades do interior, onde são organizados comitês e células, e mantidos contatos com simpatizantes. A materialização da política do partido se direciona tanto à ocupação dos espaços instituídos quanto ao descortinamento de outros lugares e organismos que permitam a vivificação da sociedade civil e dos estratos sociais subalternos,

⁹³ FALCÃO, João. *Op. cit.* p. 281 e 323. A última campanha de massa que Mário Alves participou na Bahia foi a das eleições estaduais de janeiro de 1947. O PCB apoiou e elegeu dois candidatos: Giocondo Gerbasi Alves Dias e Jaime da Silva Maciel. Mas apresentou vários outros nomes, entre os quais os de Mário Alves, Eusínio Gaston Lavigne, José Ferreira de Souza Filho, João Ribeiro dos Passos, Saul Coriolano Rosas, Almir Matos, Aloísio Aguiar, Ariston Andrade, Epifânio Andrade, Fernando Santana, José Maria Rodrigues, Lourival Lemos, Otávio Moreira Cotrim. Paulo Muniz, Eupílio Portela Lira, José Moreira, Ana Montenegro, Maria Lopes de Melo e Carmosina Nogueira. Esta era a Chapa Popular. Mário foi o primeiro suplente, com quase mil votos. Giocondo e Jaime Maciel, eleitos, tiveram quase dois mil votos. Esses números estão no livro de Ronald H. Chilcote, *Partido Comunista Brasileiro, Conflito e Integração*, p. 319.

formalmente desorganizados. Buscando uma presença mais eficaz e orgânica junto aos setores oprimidos, os comunistas impulsionaram a criação de Comitês Democráticos e Populares que logo se espalham pelos bairros pobres de Salvador e pelas mais importantes cidades do interior. Tais organismos não eram necessariamente partidários e funcionavam como uma instância de educação política e organização popular. No fundo, era a base do PCB, resultado do esforço de muito trabalho partidário e das condições favoráveis da conjuntura.

José Raimundo Fontes, que estudou a ação da esquerda na época, afirma que, no terreno sindical o partido atuava em várias frentes. Em primeiro plano, nas entidades oficiais, seja através das direções, quando compostas ou integradas pelos seus militantes, seja por meio das bases das categorias, em cujos quadros houvesse aderentes às suas propostas programáticas. Tais esforços resultaram na organização de dois importantes congressos regionais, em 1945 e 1946, do qual saiu uma delegação para o Congresso Sindical Nacional, em 1946. No âmbito da política institucionalizada, como ocorreria em todo o país, o PCB se jogou de corpo e alma nas eleições de dezembro de 1945. No decorrer de todo o segundo semestre deste ano, desenvolveu intensa mobilização, realizando alistamento eleitoral, campanha de finanças, reuniões, passeatas, assembléias populares e uma grande quantidade de comícios. Resultou desse trabalho a eleição de Carlos Marighella para a Constituinte.⁹⁴

No campo da agitação e propaganda, a imprensa ganhou destaque. Na verdade, muitos dos membros do PCB no final dos anos 30 e começos dos anos 40 do século passado já tinham vínculos com o jornalismo. Almir Matos, João Batista de Lima e Silva, Alberto Passos Guimarães, Rui Facó, João Falcão (editor de *Seiva*) e o próprio Mário Alves atuavam na chamada imprensa, onde além de ganharem a vida profissionalmente, exerciam alguma influência no noticiário, conforme já dito um pouco atrás. Quando os comunistas baianos lançaram o semanário *O Momento*, em abril de 1945, a imprensa partidária era inexistente. Até mesmo *A Classe Operária*, clandestino oficial do PCB, estava fora de circulação. De forma que o jornal baiano, que orbitava na área de influência direta da Secretaria de Agitação e Propaganda do Comitê Estadual - inaugurou novo período na comunicação comunista no país. Um mês depois, saía a *Tribuna Popular*, no Rio. No clima de entusiasmo e efervescência política e eleitoral deste período muitos outros veículos aparecerem em várias cidades brasileiras. Sônia Serra, que estudou a imprensa de esquerda da época, diz que a imprensa popular, como os comunistas chamavam a sua rede de comunicação, ganhou

⁹⁴ FONTES, José Raimundo. *Marighella e o movimento operário baiano no período da "redemocratização" (1945-1947)*, p. 29.

prioridade no trabalho partidário quando o PCB entrou no campo da legalidade. *Hoje*, em São Paulo; *Folha do Povo*, em Recife; *Tribuna Gaúcha*, em Porto Alegre; *Folha Capixaba*, no Espírito Santo; *O Democrata*, no Ceará, e por aí vai. De forma que quando sobreveio a cassação do PCB em 1947, ele já controlava além do órgão central A Classe Operária e revistas teóricas, oito jornais diários, dezenas de semanários, editoras, tipografias e livrarias. Desde fins de 1945 já criara a sua própria agência de notícias, a *Interpress* – para alimentar a imprensa partidária nacional.⁹⁵

Nas eleições estaduais de 1947, as medidas coercitivas contra o movimento operário sucediam-se, uma atrás da outra, sendo visível o clima de hostilidade contra o PCB. Todavia, foi muito bem sucedida a política de alianças do PCB, com apoio nacional, por causa da candidatura considerada democrática de Otávio Mangabeira. Mário Alves esteve na direção da maior parte das ações dos comunistas nesse intervalo democrático da vida brasileira. Nas mobilizações de rua, nas atividades partidárias, nos momentos decisivos dos embates, na frente partidária, foi dos mais destacados nomes do PCB de sua geração.

De certo modo, a geração criada sob a ditadura de Vargas vencida sua primeira batalha. Saída do limbo repressivo, ganhara com a mobilização de massas anti-fascista grande projeção e agora colhia os louros de sua dedicada militância: a conquista da legalidade do PCB. Era o coroamento bem sucedido de um projeto que impunha novas responsabilidades e punha em um plano privilegiado a agremiação comunista no Brasil. A experiência democrática mostrou-se bem mais proveitosa que as conspiratas do período anterior. A ela, o PCB se entregou plenamente. Finda a guerra, as pressões internacionais oriundas das hostilidades entre os Estados Unidos e a União Soviética, nos embates da famosa guerra fria, levaram as elites brasileiras a um recuo no seu compromisso democrático. Valendo-se de expedientes escusos, o Governo Dutra providenciou não só a cassação do registro do PCB, em 1947, como a cassação do mandato de seus parlamentares.

Em 1947, o partido já havia programado a transferência de Mário Alves para o Rio de Janeiro, então capital da República. A rede de comunicação montada com a legalidade e as múltiplas frentes de trabalho que se abriam, levaram para o Rio uma leva de baianos que atuavam na imprensa partidária, nos trabalhos de organização, na tradução de jornais e livros e junto ao meio operário. Os baianos praticamente dominavam os mais importantes organismos partidários e, principalmente, a sua imprensa. Estavam nessa leva Antônio Paim, Moisés Vinhas, Almir Matos, Aydano do Couto Ferraz, Ariston Andrade, Rui Facó, Oswaldo

⁹⁵ SERRA, Sônia de Alencar. *O Momento: história de um jornal militante*, p. 17, 23, 30 e 31.

Peralva, Jacob Gorender (retornado da guerra), João Batista de Lima e Silva, entre outros. Em 1946, em um curso de preparação política realizado no Rio, Mário conheceu Dilma Borges uma companheira da cidade de Bom Jesus de Itaboapana, divisa do estado do Rio com o Espírito Santo. Era cinco anos mais velha, mas estava no esplendor de sua beleza. A atração levou ao imediato compromisso e ao casamento, realizado em 12 de dezembro de 1946, por procuração. Mário na Bahia, para onde retornou a fim de providenciar sua transferência, e Dilma em Niterói. Em Salvador, passaram a lua de mel, no final desse ano e início de 1947. Às obrigações políticas, agora se acresciam outras, irresistíveis. No segundo semestre, aos 23 anos, Mário Alves de Souza Vieira deslocou-se, definitivamente para o Rio de Janeiro, na condição de funcionário do Partido Comunista Brasileiro. Era um militante revolucionário em tempo integral.

Seu deslocamento vai coincidir com a completa reviravolta na estratégia do PCB, provocada pela ilegalidade. Abre-se uma fase esquerdista no partido, responsável pelo grande isolamento da época e por uma radicalidade retórica sem precedentes. O Governo Dutra, pouco antes apoiado pelos comunistas, passou a ser considerado "de traição nacional" e o PCB defendia abertamente a sua derrocada. Foi nesse clima de bruscas mudanças que Mário tornou-se pai, em 22 de novembro de 1947. Ele e Dilma ganharam nesse dia sua única filha, Lúcia Borges Vieira, nascida no bairro de Ipanema. Novas responsabilidades em difíceis condições de sobrevivência e militância, eis o quadro que se abria na vida da família Vieira.⁹⁶

⁹⁶ SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*, p. 22. Em 7 de maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral cancelou o registro do PCB. No dia 7 de janeiro do ano seguinte, foram os mandatos de todos os deputados comunistas. Tais fatos seriam responsáveis por uma verdadeira reviravolta na linha política do PCB que passou a considerar a sua prática parlamentar anterior como "oportunista" e defender com empáfia a queda do Governo Dutra. Ver também o depoimento de Dilma Borges Vieira: "Quando Lúcia tinha um mês e pouco, em princípios de 1948, fomos para São Paulo e lá ficamos na clandestinidade por mais de dois anos". (*Desaparecidos Políticos*, p.98)

CAPÍTULO III

Elites, contra-elites e vanguarda num contexto provinciano.

Salvador, 1930/1950.

"O estudo, o tato intelectual com os problemas da vida, o gosto pelos livros, a tendência para a observação científica levaram-me na lógica formal ensinada no ginásio à indagação teórica em torno da filosofia marxista. Buscava uma interpretação da sociedade brasileira, algo que explicasse as contradições observadas no ambiente em que vivia – operários, estudantes, homens e mulheres do povo, sincretismo religioso, preconceito das elites."

Carlos Marighella, *Porque resisti à prisão*.

Não deixa de constituir um paradoxo o fato de se utilizar a noção de elite, justo para tratar dos comunistas quando todo mundo sabe que tal terminologia nunca foi do agrado dos marxistas. Além disso, a vulgarização do conceito ao longo do tempo colocou em dúvida seu valor heurístico. A epígrafe acima mostra que nem mesmo os marxistas resistem à tentação e que a popularização do conceito não implica necessariamente o seu empobrecimento. Restava saber se o seu uso poderia se dar de forma combinada num quadro onde se trabalha com a noção mais abrangente de classes sociais para a compreensão da dinâmica histórica. E para ser mais preciso: se isso poderia ser aplicado a uma situação de precário desenvolvimento capitalista como a Bahia das décadas de 30 e 40 do século passado. Teria entre nós, a noção de elite alguma consistência analítica e utilidade prática?

A primeira questão remete à revisão da sua trajetória. De Aristóteles a Saint-Simon, de Pareto e Mosca a Karl Mannheim, de Harold Lasswell e Mills a Raymond Aron, existe um longo percurso da sua constituição como verbete das ciências sociais. Antropólogos, sociólogos e historiadores, para não falar dos politicólogos – esses com ênfase incomum – fazem uso corrente do conceito de elite, em diferentes acepções e com múltiplas finalidades. Dois exemplos baianos à mão: Thales de Azevedo, que escreveu um livro sobre as elites de cor na Bahia e João José Reis, especialmente, no "A Morte é uma festa".⁹⁷

Clássicos como Marcuse – que fala da "elite burocrática" – e historiadores do porte de Lucien Febvre dão prova disso. Se bem que o último, com o cuidado devido ao rigor da

⁹⁷ AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira. Um estudo de ascensão social*. e REIS, João. *A morte é uma festa*.

pesquisa, tenha feito uso do termo, como no prefácio que trata do aparecimento do livro na história, ressaltando suas ambigüidades e equívocos. Reportando-se ao cenário de industrialização do papel e do surgimento da imprensa, o autor se refere a uma "elite restrita" e ao desaparecimento de uma sociedade de elite e ao surgimento de uma sociedade de massa. "Fim de uma época, início de uma época", observa ao considerar o período que vai da Renascença ao Romantismo.⁹⁸

Na reconstituição do conceito, identificamos um primeiro problema: o fato de que os marxistas não nutrem simpatia pelo tema pelo que ele releva na crucial questão da luta de classes. Questão que será tratada adiante. Então, como acolher numa análise marxista um "construto" da sociologia "acadêmica"? As objeções "marxistas" seriam suficientes para invalidar a praticidade, a consistência, a relevância e a utilidade, pelo menos descritiva, da noção de elite? Não seriam os conceitos de classe e elite aspectos de distintas esferas da ordem social?

Na adequação ao tema, novo desafio: aportar a construção da sociologia, de origem grega e retomada pela boa tradição da sociologia americana para tentar dar conta de uma base empírica totalmente diversa e referenciada à nata dos políticos, empresários e militares do complexo industrial norte-americano. Teria ela algo a ver com a ação dos comunistas numa cidade provinciana como a Salvador dos anos 40? Não haveria aí algum exagero no uso da noção num contexto tão distinto do que deu origem a sua corrente aplicação?

Passeio histórico pelo conceito de elite

Os usos e os abusos da noção são os mais variados e a sua vulgarização um fato. Senão, vejamos. O verbete respectivo do Dicionário de Aurélio Buarque de Hollanda considera elite aquilo que há de melhor numa sociedade, a flor, o escol, a minoria prestigiada e dominante no grupo e constituída de individualidades merecedoras por si mesmas. Trata-se de uma "cola" decalcada de Pareto, sem dúvida. Ou como diz Norberto Bobbio, do próprio Mosca, cujas idéias acolhidas por Vilfredo Pareto, ganharam dimensão internacional face ao seu grande prestígio e fama.

Essa construção ideológica em torno à qualificação de certas pessoas e grupos, conduz à teoria das minorias governantes, cuja concepção cíclica da história e o pessimismo em relação

⁹⁸ FEBVRE, Lucien. *O Aparecimento do livro*, p. 16,17 e 18.

à natureza humana derivam para o anti-democratismo e anti-socialismo e para um profundo desprezo pelas massas.⁹⁹

De nome de barbearia à site pornográfico para tudo se presta hoje o termo. Mas não é sobre sua apropriação popular e seu uso corrente que se quer chamar atenção. Norberto Bobbio resgata a origem de seu estatuto científico remontando à Itália e discutindo as formulações originais de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, bem como o debate e o uso ideológico e político da teoria de referência à evolução da sociedade de massa e a polêmica com as correntes liberais e marxistas. Examina as interpretações conservadoras e democráticas, discute seu sucesso nos Estados Unidos, por onde aporta via Harold D. Lasswell, questiona o fundamento empírico de suas digressões até enquadrar Wright Mills e realizar uma espécie de balanço teórico do conceito, avaliando suas virtudes e deficiências.

Da exegese de Bobbio, dois aspectos se destacam. Aquele em que se reporta à crítica marxista da teoria das elites, onde revela sua originalidade e acuro intelectual e o que considera como patrimônio ou legado dessa herança heurística da sociologia italiana.

Sob a língua inglesa, ela aparece em sua forma mais ousada e inovadora pela contribuição de Mills. Contra a imagem idílica de uma América como paraíso do homem comum, o polêmico sociólogo norte-americano parte da contraposição entre tal tipo, entendido como aquele cujos poderes são limitados pelo mundo cotidiano em que vive e que parece freqüentemente ser movido por forças que não pode compreender nem controlar, e a elite no poder, composta de homens que se acham em posições tais que lhes é possível transcender o ambiente do homem comum e ocupam posições estratégicas da estrutura social em que estão atualmente concentrados os instrumentos de poder, a riqueza e a celebridade.

Com uma avaliação sintética que lembra, de modo surpreendente, a tese de Mosca sobre as minorias organizadas contras as maiorias desorganizadas, comenta Bobbio, Mills afirma que “no sistema americano do poder, a cúpula é muito mais unida e poderosa, e a base muito mais desunida e impotente do que supõem geralmente aqueles que se deixam distrair na observação dos estratos médios do próprio poder: estratos não exprimem a vontade da base nem determinam as decisões da cúpula”.¹⁰⁰

Após mencionar o debate Sweezy-Mills, que gira em torno da estrutura e dos processos sociais e suas causas determinantes, e referir-se aos juízos “acutilantes” de Lucaks e Gramsci

⁹⁹ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*, p. 386 a 391, examina com grande acuidade a evolução da teoria das elites e submete essas formulações a sua habitual e criteriosa avaliação intelectual.

¹⁰⁰ Idem, *op. cit.* p. 388.

sobre a obra de Robert Michels, Bobbio assinala que a “crítica proveniente dos marxistas funda-se sobre uma interpretação radicalmente diversa da sociedade, entendida como conjunto de relações entre dominantes e dominados.” Para ele, enquanto a teoria elitista parte da contraposição entre elite e massa, esta como elemento passivo da sociedade, e limita o elemento dinâmico ao conflito interno das elites, a teoria marxista parte da contraposição entre as duas classes antagônicas dos donos dos instrumentos de produção e dos proletários e considera o conflito entre as duas classes sociais o principal motor do movimento histórico.

No seu esforço por encontrar os elementos constitutivos e determinantes do movimento social, o marxismo remonta à forma de produção, ou seja, ao momento estrutural, instância na qual a desigualdade se edifica e se projeta para a super-estrutura, guardando com esta uma relação íntima e de permanente interação.

Na visão elitista da sociedade, a relação entre elite e massa não é necessariamente antagônica. Um dos seus expoentes, William Kornhauser, sugere uma tipologia segundo a qual as sociedades podem ser classificadas segundo a dicotomia elite-massa, que implica a maior ou menor possibilidade que têm as elites de serem influenciadas pelas massas ou a maior ou menor possibilidade que têm as massas de serem mobilizadas pela elite. Ademais, a centralidade analítica do elemento relacional está, na teoria elitista, toda voltada para a distribuição do poder, com particular destaque para o poder político.

Utilizada de uma forma mais ou menos progressista conforme a vinculação ideológica/teórica de origem e o contexto cultural onde aflora, a teoria das elites com sucesso alternado, se manteve como uma tendência constante na ciência política ao longo dos anos. A avaliação de Norberto Bobbio é de que como teoria realista da política, ela mantém firme a tese segundo a qual o poder pertence sempre a uma minoria e a única diferença entre um regime e outro está na presença de minorias em competição entre si.

Ideologicamente, nascida como reação contra o advento temido da sociedade de massa, e, portanto não só contra a democracia substancial, mas também contra a democracia formal, a sua principal função histórica, mais do que esgotada, foi a de denunciar, de vez em quando, as sempre renascentes ilusões de uma democracia integral. Se na sua face ideológica pode ter contribuído para dificultar o avanço de uma transformação democrática da sociedade (no sentido em que democracia e existência de uma classe política minoritária não são incompatíveis), na sua face realista contribuiu e contribui, ainda hoje, para descobrir e colocar a nu, o fingimento da “democracia manipulada”.

Depurada de suas pretensões universais e incorporada ao uso acadêmico a noção se presta a enriquecedoras leituras de fenômenos localizados e análises de situações concretas as mais diversas. Para isso, em muito contribuiu a pesquisa empírica e certo desajustamento do enfrentamento ideológico.

Percurso mais denso e consistente faz Suzanne Keller, num ensaio dos anos 60 intitulado *O Destino das Elites*, sem dúvida, um dos mais importantes textos sobre o tema. Seu entendimento é o de que a existência e permanência das minorias influentes constituem uma das características invariáveis da ordem social.

Pequena ou grande, rica ou pobre, simples ou complexa, uma comunidade tem sempre alguns de seus membros situados em posições de grande importância, poder ou destaque. A noção de que existe uma camada superior, pairando acima das massas humanas, pode levar ao conformismo, à indiferença ou ao desespero; mas, a despeito do que sintam os homens, permanece o fato de que suas vidas, como sua sorte e seus destinos vêm dependendo, há muito, do que pensa e faz um pequeno punhado de homens situados em altas posições.¹⁰¹

Seu livro tenta mostrar como se desenvolveu uma teoria sobre essas minorias na história focada na dinâmica desses pequenos grupos e suas inter-relações com os demais. Aristóteles, que inaugurou esses estudos, se fixou na questão do Estado e dos homens escolhidos para servi-lo, cuja virtude era indispensável para manter o bem-estar moral e material da comunidade. Como Platão, Aristóteles vê no Estado um instrumento destinado ao alcance dos objetivos coletivos, uma vez que ele existe não em benefício da vida, em geral, mas sim de uma vida melhor. Para que possa cumprir as suas responsabilidades, precisa de homens extraordinários, capazes de colocar a justiça e o interesse público acima do interesse pessoal. Para isso, devem ser também ricos, pois sem fortuna nenhum homem dispõe de tempo suficiente para governar.

Em Saint-Simon (Claude Henri de Rouvroy), o termo elite aparece relacionado à necessidade da organização da sociedade industrial. Sua teoria se construiu em cima do reconhecimento das capacidades naturais dos homens, tese originada pelos fisiologistas, extraordinariamente desiguais. Diferenças que podiam ser agrupadas em tipos básicos com vistas ao desempenho de suas finalidades: a função inteligente, a quem compete o planejamento das atividades sociais; a função motora, responsável pela execução do trabalho industrial e a função sensorial, ligada às necessidades espirituais dos seres humanos. Os membros de cada uma dessas classes seriam elementos especializados em cada uma das

¹⁰¹ KELLER, Suzane. *O Destino das Elites*. Ver, especialmente, os três primeiros capítulos.

funções. Aqueles que, dentro de cada classe, se destacassem dos demais pertenceriam a uma das três elites: os cientistas, os dirigentes econômicos e os líderes culturais-religiosos.

A emergência dos industriais na nova ordem foi revelação de Saint-Simon. Preocupado também com a regeneração moral da sociedade, advogou um *equilíbrio dirigido ou orientado por especialistas*, reconhecendo que tal tarefa não poderia ser tocada apenas por uma administração racional, mas exigia a adoção de ideais e propósitos elevados.

Saint-Simon compreendeu melhor que Aristóteles as inter-relações existentes entre as elites e as funções sociais e sua obra exerceu influência sobre Pareto e Mosca, autores que acabaram assumindo a paternidade da teoria das elites.

Karl Mannheim, que ressaltou a expansão e o fortalecimento das elites nas sociedades modernas, fez a distinção entre dois tipos: a elite integrativa, composta de líderes políticos e de administradores; e a elite sublimativa, formada por líderes moralistas-religiosos, estetas e intelectuais. A primeira função do primeiro tipo seria integrar um grande número de vontades individuais; o segundo, teria como função sublimar as energias psíquicas de um povo. Enquanto a elite integrativa age através de organizações políticas definidas, as elites sublimativas agem através de canais menos explícitos, como grupos, facções e círculos.

Para Mannheim, é a natureza das funções sociais e não a vontade de mando das elites o que determina sua dinâmica. Vistas como parte de um sistema de relações e necessidades coletivas, devem ser estudadas em suas múltiplas manifestações e seus vários “corpos políticos”. Ele diferencia também os poderes pessoal e institucional, este último dotado de maior funcionalidade e eficiência e por isso mais difundido nas sociedades complexas.

Harold Lasswell concentrou-se numa definição de fundo sócio-psicológico e seus livros, afinal, não permitem distinguir se está interessado, de fato, nas elites políticas ou em todas, simultaneamente.

É Raymond Aron quem enfrenta o desafio de relacionar a teoria marxista à teoria de Pareto, preocupado em entender a sociedade francesa. “Qual, pergunta ele, a relação entre diferenciação social e hierarquia política nas sociedades modernas? Qual, em suma, a relação entre poder econômico e poder político, entre as classes sociais e as elites políticas?”

Aron é o primeiro a conceber as classes e as elites como pertencentes a distintas dimensões da ordem social e a desaconselhar a colocação em pé de igualdade das hierarquias políticas e econômicas nas sociedades industriais, uma vez que exercem papéis muito diferentes. Conhecer as características de uma, diz, não significa possuir um roteiro seguro para penetrar nas características e funções da outra.

Para Keller, os aportes teóricos permitem identificar não apenas a permanência como a multiplicação das elites na evolução histórica, o que exige sua hierarquização, uma vez que umas têm ascendência funcional sobre outras e suas ações exercem efeitos mais duradouros e profundos sobre a coletividade. A estes segmentos mais influentes e marcantes, a autora chama de elites estratégicas, *minoría de indivíduos que têm a responsabilidade de manter em perfeitas condições de funcionamento a sociedade como sistema organizado que é, de maneira a poder enfrentar e superar as crises coletivas*.

O mesmo percurso que fez em relação à noção de elite, a autora faz em relação à noção de classe, sendo particularmente rigorosa ao avaliar as contradições da teoria marxista, especialmente quando destaca certa perturbação de Marx e Engels em sua correspondência sobre o assunto. Sua crítica básica se volta sobre a dificuldade dos clássicos marxistas em sua definição do conceito de classe dirigente e na incapacidade de diferenciarem nela os elementos especializados que são recrutados com a finalidade de comandarem as várias esferas sociais.

Para Keller, as elites estratégicas, ocupantes de posições decisivas na estrutura social, se diferenciam da classe dirigente, por ser esta mais difusa, permanente e única e as elites mais diversificadas e especializadas.

No plano da teoria sociológica, afirma Rocher, prevalece a compreensão da multiplicidade das elites. Vários autores tomam tal fato como dado. Na sua reflexão sobre o tema, Rocher destaca Mills pelo mérito de dissociar a noção de elite da noção de classe, traçar a via de uma sociologia do poder e abrir caminho para investigações empíricas sobre o fenômeno. Mas só levou em consideração em sua definição a noção de autoridade, deixando de lado o papel da influência de alguns grupos que também é decisiva para as ações históricas numa coletividade, seja pelas decisões tomadas, seja pelas idéias defendidas, sentimentos ou emoções que exprimem e simbolizam.¹⁰²

Recorrendo a Weber, que refere-se a três tipos de autoridades – tradicional, racional-legal e carismática – Rocher sugere um alargamento dessa tipologia, incluindo o critério da influência e propõe um modelo com seis diferentes tipos: as elites tradicionais, as tecnocráticas, de propriedade, carismáticas, ideológicas e simbólicas, essas duas últimas, aqui, de particular interesse face ao tema tratado.

¹⁰² ROCHER, Guy. *Sociologia Geral*. Cuidadoso e intelectualmente honesto, à semelhança de Bottmore, Rocher em sua trajetória do conceito e após equilibrado percurso crítico sugere a tipologia. Para maior esclarecimento de seu modelo de classificação consultar p. 9 a 36 do quinto volume.

Compreende as elites ideológicas como aquelas que se desenvolvem e cristalizam em torno de ideologias. São as pessoas e grupos que participam na definição de uma ideologia. São também aquelas que a divulgam de certo modo os seus porta-vozes ou representantes autorizados.

As elites ideológicas, assim como as carismáticas, não fazem parte necessariamente da “elite do poder”, tal como compreendida por Mills. Podem ser elites influentes, mas sem autoridade oficial, como é o caso das contra-elites, ou seja, das elites de oposição, de contestação, que contrariam a elite do poder. Essas elites ideológicas ou carismáticas influentes são muitas vezes as que anunciam as futuras mudanças de estrutura, que provocam uma reorientação da ação histórica.

Em tudo a leitura de Rocher sugere uma reflexão sobre a ação dos comunistas dos anos 40. Mas antes que se faça o cruzamento de seu modelo com nossa realidade, é bom ver mais de perto sua elucidação do tema. Para ele, a crítica que se pode fazer a Mills é precisamente ter menosprezado o papel dessas contra-elites, nomeadamente das contra-elites ideológicas no processo histórico. Sua super-valorização do agrupamento dirigente e sub-valorização das “massas”, quase que suprimiu da cena histórica a ação dos fatores dinâmicos em geral, e em particular, o embate das classes.

A elite do poder considera Rocher, procura geralmente opor-se ou adaptar-se à mudança. Quando propõe a mudança, trata-se geralmente de mudança moderada, muitas vezes destinada a anular a ação dos que propõem mudanças mais profundas. Em contrapartida, entre as elites mais inovadoras contam-se as elites carismáticas e ideológicas que, não estando no poder e não tendo posições de autoridade, têm a possibilidade de se entregar ao profetismo. O sonho, a utopia e certas formas por vezes ineficazes de extremismo são as limitações que dificultam o êxito da ação histórica desses grupos.

A respeito das elites simbólicas, diz Rocher, quase todas têm esse caráter, mas algumas são mais explicitamente simbólicas. Os chefes carismáticos e ideológicos podem assumir facilmente um caráter simbólico. *Trata-se de pessoas ou grupos que se apresentam ou são apresentados como protótipos de determinadas maneiras de viver, de agir, de pensar, ou que encarnam certas qualidades ou valores.*

A questão apresentada sugere um diálogo entre pontos de vistas muito diferentes, mas nem por isso impossível de ser feito, principalmente quando o que se tem em mente não é pura e simples aplicação de modelos canadenses, alemães ou norte-americanos à nossa realidade. Em primeiro lugar, é preciso se estabelecer alguma relação entre o conceito de vanguarda, de pertencimento marxista, para classificarmos nossos militantes baianos na

década de 1940. A julgar pelo que estabelece Lênin, a vanguarda ocupa papel de liderança e organização da “retaguarda”, da sua base social e age segundo uma lógica política dirigista procurando tirar o máximo de proveito das situações em nome de sua ilustração, capacidade teórica e organização profissional. Tomado de empréstimo ao vocabulário militar, o termo encerra uma leitura de guerra onde as classes em oposição erigem seu partido e este, como agrupamento destacado e de linha de frente, faz a história avançar por sua capacidade científica e militante de intervenção.

Não era o que propriamente havia na Bahia. Como já foi visto, numa sociedade acanhada e de débil desenvolvimento industrial, o máximo que poderia se admitir naquela situação era a existência de classes sociais, mas não de luta de classes no seu sentido leninista. A vanguarda não passava por aqui, portanto, de romantismo esquerdista, uma vez que lhe faltava não só a base social necessária, condição objetiva para sua existência, como o impulso revolucionário para a mudança, em decorrência da dominação oligárquica e, posteriormente, da interventoria “revolucionária”. Quando as coisas ganham nova dimensão no curto período da legalidade, que vai de 45 a 47, a centralidade da ação dos comunistas se desloca para a vida institucional com ênfase para o processo eleitoral, mas mesmo nesse curto período o que se forma não é uma vanguarda leninista, mas um partido de massa.¹⁰³

Os militantes e dirigentes comunistas baianos conformaram uma elite ideológica, mas propriamente uma espécie de contra-elite, como sugere Rocher, em meio de um quadro partidário politicamente “atrasado”, isto é, organicamente vinculado a proprietários de terra, grandes comerciantes e camadas médias urbanas ligadas à administração pública, aos setores de comércio e de serviços. Nesse restrito sentido, podem ser chamados de vanguarda, mas de uma vanguarda desprovida de base e, de alguma forma, estranha ao ambiente doméstico da oligarquia local. Talvez por isso, quem sabe, os elementos mais destacados, capazes, inteligentes e abnegados desse agrupamento tenham sido “recrutados” para o sul onde as condições de civilidade e luta política pareciam ter contornos mais claros e a representação orgânica de classe era mais nítida. Visível. Atuante.

Boa parte desses baianos migrados para o Sul, já na condição de militantes profissionais, irá compor a elite dirigente do próprio partido, passando a ocupar cargos de relevância na estrutura da organização. Tal desfecho encerra a ascensão de muitos quadros locais que guindados ao plano nacional do comunismo consumam sua condição de elementos

¹⁰³ No período da legalidade de 1945, o PCB em poucos meses de campanha obteve 10% dos votos do eleitorado e chegou a ter 200.000 militantes. Sem dúvida um fenômeno político-eleitoral.

destacados, líderes revolucionários, membros da nata dos comunistas brasileiros. Integrantes, enfim, de seu destacamento avançado, de sua elite.

Comunismo e oligarquia na cidade da Bahia

O que vai se ver a seguir é uma tentativa de contextualização do conceito de elite num quadro de análise que, sem desconsiderar a presença das classes sociais como elementos decisivos na compreensão da conjuntura, aponta para um entendimento mais factual do desenrolar dos acontecimentos. Trata-se, em suma, de compreender como num ambiente de uma estrutura social marcada por frágil desenvolvimento capitalista, as forças políticas, dominantes e residuais, organizam suas ações, interferem no debate político-ideológico e buscam representação e legitimidade.

As classes sociais que, efetivamente, aparelham o Estado e dominam a política local, estão representadas em partidos ou agremiações tradicionais que têm bem definidos seus horizontes ideológicos. E o quadro, nos anos 40, é muito favorável ao fortalecimento da dominação oligárquica que já era tradição na Bahia. Durante toda a República Velha, a oligarquia baiana, aqui entendida como o consórcio de políticos profissionais, grandes comerciantes e grandes proprietários rurais, usando habilmente os "coronéis" e seus currais, aparelhou o Estado manipulando o limitado universo do corrompido sistema democrático formal. A chegada da Revolução implicou uma ruptura com os mecanismos tradicionais de acomodação política. Para fazer frente a isso, o interventor Juracy Magalhães buscou legitimação na atividade política promovendo uma aliança com lideranças especialmente cooptadas isolando os autonomistas que lhe moviam oposição. Com tal expediente conseguiu se colocar como o mais expressivo quadro revolucionário no interior do sistema de poder local no período de flexibilização democrática da Revolução de 30.¹⁰⁴

O Estado Novo e a ditadura que lhe sucedeu, amesquinhou a atividade política, facilitou o entendimento dos setores mais reacionários, delimitou um campo de forças muito claro e mais restrito. O círculo do poder ficou inacessível a aventuras. O controle social, acentuado.

Paradoxalmente, viveu-se um clima de ascensão do movimento social, suscitado pela reação ao nazi-fascismo. Nesse cenário incomum, os comunistas emergiram. Vanguarda, elite

¹⁰⁴ Ver depoimento de Juracy Magalhães ao autor na *Revista da Bahia*, nº. 10, setembro de 1988, p. 6 e 7. “Eu comecei a organizar a política municipal na Bahia conversando com aqueles chefes e escolhendo sempre os que me pareciam melhor. Todo chefe municipal quer ficar ao lado do Governo, então você escolhe os melhores e eu, quando houve a convocação para a Constituinte de 34, organizei uma chapa para ninguém botar defeito. Veio a eleição e eu fiz 22 dos 24 constituintes”.

estratégica, contra-elite ou elite ideológica? A diminuta quantidade numérica deles no início da década, seu difuso discurso político de fundo democrático e as características especiais da sociedade baiana, sugere que se veja de perto esse agrupamento, que se dê a devida atenção à sua ação para que se possa nominá-lo com mais propriedade, delimitando o agrupamento com o adequado vocábulo. Vamos aos fatos.

A interventoria colocara um elemento externo no cenário local mas não conseguiu desmontar a “ engenharia” política tradicional, adaptando-se a ela e dela alimentando-se. O quadro sobreviveria a Juracy e sofreria novo alento com a redemocratização de 1945.

A “provincia” da Bahia

Província era a designação dada aos estados brasileiros na época do Império. A da Bahia foi famosa, não só pela sua extensão geográfica como, principalmente, pela sua projeção econômica, administrativa e política. No começo do século XIX ainda ocupava lugar de destaque no panorama nacional. Com o avançar do século e a decadência das tradicionais atividades econômicas, a projeção ficou cada vez mais restrita ao campo político, já que os baianos gozavam de grande conceito junto ao Imperador, e logo, ao universo puramente simbólico.

Sérgio Buarque de Holanda, falando sobre a tradição do baianismo, nota que dos trinta ministérios que se sucederam entre 1847 o ano em que oficialmente se criou a figura do Presidente do Conselho – e 1889, mais da terça parte era encabeçada por políticos baianos. A província ocupava também o maior número de cadeiras no Conselho do Estado ou Conselho de Ministros, criado em 1841: um quarto do total, entre ordinários e extraordinários. A influência baiana deitava raízes no período colonial, uma vez que a maior parte dos brasileiros formados na Universidade de Coimbra e em plena atividade política no período, era proveniente da Bahia.¹⁰⁵

A sociedade local desenvolveu uma espécie de nostalgia generalizada e os gloriosos momentos do passado passaram a ter um peso invulgar numa conjuntura onde a economia entrou em estagnação e depois numa longa letargia, portanto, em crise prolongada. A idealização da cidade da Baía, como era chamado o núcleo administrativo e comercial mais avançado do Recôncavo, como um centro urbano de grande notabilidade, era a compensação pelo presente difícil e, resultava de fato, de uma construção ideológica da combalida aristocracia açucareira apropriada pelo “orgulho” popular do baiano médio. Salvo o impulso

¹⁰⁵ HOLANDA Sérgio, Buarque de. *Do Império à República*, p. 271.

da lavoura cacaeira, que compensou a ausência de dinamismo nos outros setores, tal situação perdurou até o advento da atividade extrativa do petróleo, nos anos 50 do século XX. No final dos anos 30, a Bahia era um estado com sua economia estacionária e uma população de menos de quatro milhões de pessoas. Nosso parque industrial – expressão exagerada para contexto tão débil – consistia em meia dúzia de fábricas de cigarros e charutos e pequenas indústrias secundárias, todas em Salvador. O comércio sobretudo o de exportação e o de importação, era o carro chefe da economia, cuja a base produtiva era muito limitada.

No interior, ressaltavam as usinas de açúcar, pequenos laticínios e também algumas fábricas de charutos e cigarros. Espalhavam-se elas pelo Recôncavo e se caracterizavam por baixo uso de maquinário e intensa utilização da força de trabalho, especialmente da feminina. O contingente operário, conseqüentemente, era muito pequeno.¹⁰⁶

Sônia Serra, destaca entre os mais importantes setores do operariado baiano nas décadas de 40 e 50, os portuários, os estivadores, tecelões, ferroviários e transviários. Em 1950, havia apenas 42 mil pessoas ocupadas em atividades industriais em todo o Estado. Na indústria de transformação, ramo que mais ocupava mão-de-obra, cerca de 80% do total, o velho e decadente setor têxtil era o que mais importância tinha. Tudo indicava um fraco implante operário no Estado, a maior parte do qual estabelecido no Recôncavo, ou em atividades tradicionais ou em pequenas indústrias, como era o caso do setor de alimentação – com 11 mil operários.¹⁰⁷

De fato, a economia era primário-exportadora e as mais importantes culturas de exportação eram o cacau e o fumo. A primeira, incorporando trabalhadores assalariados, mas com fraca monetização, dada à existência do sistema de barracão nas fazendas, e a segunda, centrada quase toda no trabalho familiar de pequenos produtores.

A inexpressividade numérica da classe operária se refletia na sua debilidade organizativa. Tratava-se, portanto, de uma realidade pouco sensível ao discurso marxista.

Em 1940, Salvador tinha pouco mais de 300 mil habitantes. Uma cidade acanhada onde se circulava tranqüilamente de bonde para o trabalho e se almoçava em casa, no relato de João Falcão. Mas muito pobre e já tristemente famosa pela concentração de renda. O Rio de Janeiro e São Paulo há muito haviam nos deixado para trás tanto no que se refere ao crescimento demográfico quanto ao desenvolvimento econômico.

¹⁰⁶ FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu Conheci*, p. 56.

¹⁰⁷ SERRA, Sônia. *O Momento: história de um jornal militante*, p. 48.

De vida cultural muito pouco movimentada, não mais que um milhar de estudantes podiam freqüentar suas poucas faculdades, entre as quais a de Medicina, Direito, Agronomia, Politécnica, uma escola de comércio e outra de eletro-mecânica. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras só iniciaria suas atividades em 1942.

No campo político institucional, vivia-se uma situação inusitada. A revolução de 30 impôs à oligarquia baiana a figura de Juracy Magalhães, *ao arripio de todas as forças políticas tradicionais*. Consuelo Novaes Sampaio nos diz que os membros das classes dominantes que aspiravam ocupar altos postos receberam a nomeação de Juracy como um insulto. Além de não ser baiano, era militar e mais do que isso, muito jovem. Juracy se impôs aos autonomistas, como ficaram conhecidos os representantes oligárquicos baianos, e acabou formando a sua própria corrente política, se estabelecendo definitivamente como um super-coronel oligárquico até seu vôo em direção ao plano nacional com a ditadura de 64.¹⁰⁸

À quebra da hegemonia oligárquica baiana pela excepcionalidade da Revolução de 30 sucedeu a composição de Juracy com parte dela, fato que assegurou a sua liderança até 37, quando rompeu com Getúlio. Reativo à elite local, Vargas buscou em novos nomes um substituto à altura para o seu interventor. A escolha acabou caindo, depois de alguns interinos, num jovem agrônomo de formação acadêmica americana, Landulpho Alves, com quem os comunistas baianos, após Juracy Magalhães, vão contracenar de forma criativa.¹⁰⁹

Integralismo x Comunismo, radicalidade ideológica na terra da conciliação

Na atmosfera política do planeta do final da década de 30 e começo dos anos 40, marcada pela tensão da expansão nazista, por um lado, e por outro pela presença ameaçante da União das Repúblicas Socialistas Soviética, o projeto hitlerista aproximou o que no início dos anos 20 parecia impossível: Washington de Moscou.¹¹⁰

¹⁰⁸ SAMPAIO, Consuelo Novaes. *Poder e Representação o Legislativo na Bahia na Segunda República, 1930 – 1937*, p. 76.

¹⁰⁹ TAVARES, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*, p. 420 e segs. “O Estado Novo instalou-se na Bahia com a nomeação do interventor federal interino, comandante da 6ª Região Militar, coronel Antônio Fernandes Dantas”. No breve período em que ocupou o Governo, de novembro de 1937 a março de 1938, Dantas reprimiu os movimentos sociais, queimou obras literárias de autores como Jorge Amado, prendeu comunistas e nomeou diversos integralistas para altos cargos públicos. Foi substituído por Landulpho Alves, irmão de destacado chefe integralista local, Isaías Alves, criador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia.

¹¹⁰ HOBBSBAM, Eric. *Era dos extremos*, p. 17. “A democracia só se salvou porque, para enfrentá-lo o fascismo e seu corolário de movimentos e regimes autoritários, houve uma aliança temporária e bizarra entre capitalismo liberal e comunismo: basicamente a vitória sobre a Alemanha de Hitler foi, como só poderia ter sido, uma vitória do Exército Vermelho”.

A surpreendente aliança entre potências até então irreconciliáveis e a política de alinhamento dos partidos comunistas mundiais ao partido soviético, acabaram levando os comunistas brasileiros a uma ação deliberada pela entrada do país na guerra, pressão intensificada após o bombardeio de navios em nossa costa.

A ambigüidade política de ditador Getúlio Vargas e sua simpatia pelo eixo só desapareceram por completo quando à pressão americana se somou o movimento de massa no país, que na Bahia teve um momento de grande efervescência. O projeto político de Getúlio, baseado numa espécie de nacionalismo desenvolvimentista e populismo trabalhista de fundo personalista, incluía a obtenção de vantagens para seu maior êxito. Atento ao desenrolar dos fatos o ditador aguardou o melhor momento para “vender” sua adesão explícita às forças aliadas.¹¹¹

Internamente, a institucionalização do Estado Novo assegurara as condições necessárias para o processo de mudança social controlada inaugurado pela revolução de 30, chamada por Florestan Fernandes de revolução burguesa. No ambiente açodado do enfrentamento internacional, comunistas e integralistas se batiam em manifestações públicas e se enfrentavam pela imprensa, os primeiros visivelmente interessados em cumprir as determinações dos órgãos comunistas internacionais, comandados por Stalin. Os membros da AIB, com manifesta simpatia pelo eixo, muito embora o que caracterizasse o projeto de ambos não pudesse ser reduzido a essa simplificação. À sua maneira, comunistas e integralistas buscavam um caminho de desenvolvimento para o Brasil sob a influência de ideologias radicais para o contexto da época.

A ação da extrema-direita, simbolizada pelo integralismo e a contraditória prática comunista, que oscilava entre a linha de massa e o conspirativismo militar mais inconseqüente, restringia a influência de ambas as correntes ideológicas ao âmbito atomizado dos quartéis, estudantes, profissionais liberais, jornalistas e dava a Getúlio relativo conforto

¹¹¹ Então repórter da revista *Seiva*, ligada ao PCB baiano, o historiador Jacob Gorender realizou em 1943 uma entrevista com o general Manoel Rabelo, prestigioso líder da Revolução de 30 e membro do Superior Tribunal Militar. Nela, o general atacava frontalmente a política de guerra do Estado Novo. Foi o primeiro sinal público da insatisfação no interior do regime. Nas ruas, as coisas ferviam. “Em 1942, nós tivemos os torpedeamentos de navios no litoral de Sergipe e da Bahia. E a massa espontaneamente foi à rua. Tivemos uma semana de agitações em Salvador, de comícios incessantes, três secretários de segurança se sucederam porque não conseguiram conter a massa e isto só encerrou quando o Governo Getúlio Vargas declarou estado de beligerância com a Alemanha e Itália.” Ver depoimento de Jacob Gorender à *Revista da Bahia*, p. 7 e 8.

para tratar da grande política frente as massas. O que não quer dizer que não tenham obtido projeção pública.

A Ação Integralista Brasileira instalou-se na Bahia no mês de junho de 1933. Diz Luis Henrique Dias Tavares que ela ganhou certa dimensão em Salvador e no Sul da Bahia, em especial nos municípios produtores de cacau. A Aliança Nacional Libertadora, dois anos depois, em maio de 1935.¹¹²

Aqui vale um pequeno parêntesis. Muito embora não tenham conseguido transformar-se em força política dirigente, nem mesmo principal, comunistas e integralistas exerceram relativa influência sobre alguns setores da sociedade brasileira, gozando uns e outros de boa estrutura e apoio logístico em muitos estados brasileiros, inclusive na Bahia.

Do lado dos comunistas, afóra o operariado, os militares de baixa patente, profissionais liberais, intelectuais e estudantes sempre se sentiram atraídos pelo marxismo, ideologia com a qual consideravam poder transformar a realidade brasileira. Lamentavelmente a intenção revolucionária nunca encontrou uma linha programática à altura desses objetivos. Mas os comunistas, sobretudo depois da adesão de Luis Carlos Prestes, passaram a ter projeção nacional.¹¹³

No extremo oposto, liderados por figuras como Plínio Salgado e Gustavo Barroso, os membros da Ação Integralista Brasileira seduziam a classe média alta, parte do clero, setores importantes da oligarquia, como os cacauicultores de Ilhéus, membros da alta hierarquia das Forças Armadas e sob sua bandeira nacionalista e seu ideário de brasilidade, se contrapunham ao comunismo com uma espécie de nacionalismo pequeno-burguês de recusa absoluta da influência estrangeira e de ampla propaganda nativista.

De algum modo, o exotismo ideológico de ambas as correntes políticas atingia mais eficientemente as camadas cultas dos centros urbanos, em especial, a juventude estudantil e, entre ela, os elementos mais interessados em entender e melhorar o Brasil. Nesse sentido específico o fascínio de ambas dividia o interesse dos segmentos mais propensos à mobilização. Os “vermelhos”, empenhados na utopia socialista num país agro-mercantil; os “galinhas-verdes”, num projeto nacionalista de forte inspiração autoritária.

¹¹² TAVARES, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*, p. 403 a 405.

¹¹³ FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*, p.56. Faz alusão ao “punhado de idealistas, operários, jovens estudantes, profissionais liberais, intelectuais e comerciários que estavam tentando manter, na clandestinidade, o Partido Comunista do Brasil, esfacelado e ferozmente perseguido pelo regime”.

Fernando Santana, velho dirigente comunista baiano, confidenciou que muitos futuros companheiros seus naquela época correram o risco de alistarem-se na AIB, tendo ele, pessoalmente, contribuído para evitar isso, alguns pelo fato de serem seus conterrâneos, filhos da cidade de Irará, o que facilitou em muito a sua influência no sentido contrário. Outros, porque teve a felicidade de encontrá-los momentos antes de sua afiliação, ocasião aonde gastou muito latim para impedir o que considerava um absurdo inconcebível para qualquer pessoa medianamente informada então.

É bem verdade que o inverso também aconteceu naquela especial conjuntura que pôs de frente nazistas e aliados, comunistas e integralistas e, em particular, a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira. E continuou a acontecer após essa conjuntura. Se Fernando Santana conseguiu reorientar, por exemplo, um Aristeu Nogueira na sua opção ideológica juvenil, transformando-o sem que pudesse imaginar num dos mais importantes quadros do PCB, o integralismo recrutou na Bahia inteligências poderosas como o jovem economista Rômulo Almeida e o talentoso jornalista Milton Santos, geógrafo de fama internacional e que viria a ser depois um intelectual claramente de esquerda. Alguns encarnaram a dificuldade dessa escolha e acabaram operando uma fusão dessas ideologias opostas. Esse é o caso de Rômulo, por exemplo, chamado de "melancia" - vermelho por dentro e verde por fora.¹¹⁴

A radicalidade ideológica e, de certa maneira, a facilidade da juventude pela pronta adesão a este tipo de ideário de forte apelo prático e fervor político imediatista, se responsabilizavam pelo fortalecimento dessas hostes extremadas. A oligarquia operava com muita habilidade a política como a arte da conciliação, enquanto a juventude urbana demarcava no confronto e no embate aberto suas preferências iniciais no complexo universo em que se iniciava. Nos grêmios estudantis, nos diretórios acadêmicos, nas manifestações de rua e nos sindicatos classistas, comunistas e integralistas buscavam ampliar sua esfera de influência.

A bruma da abertura democrática de 1935, exaltando aliancistas e integralistas logo se desfez sob o fogo cruzado da "intentona". Dois anos depois, Vargas reforçaria seu projeto autoritário com a implantação do Estado Novo. A nomeação do comandante da 6ª região

¹¹⁴ SANTANA, Carlos. *Intelectuais, planejamento e clientelismo*, o autor dedica capítulo especial ao tema e vasculha na ideologia do planejamento, nascida da economia de guerra, as origens intervencionistas do estado a inspirar projetos de desenvolvimento que encantaram intelectuais de diversas matrizes, entre os quais Rômulo Almeida, do *staff* de Vargas e que, sob o Governo Antônio Balbino, nos anos 50, seduziu a sociedade baiana para a idéia. Ver, em particular, p. 119 a 134.

militar, coronel Antônio Fernandes Dantas, como novo interventor, substituindo Juracy Magalhães, levou à Secretaria de Segurança Pública e inúmeros outros postos da alta administração a oficiais integralistas, situação desfeita em 13 de dezembro de 1937, quando Getúlio dissolveu todos os partidos, inclusive a AIB.

A guerra teve uma importância muito maior entre a população do que esse debate puramente ideológico entre os seguidores de Plínio Salgado e Luís Carlos Prestes, a estridente retórica estudantil ou a iniciante prática sindical. Sem dúvida, foi aliada imprevisível dos comunistas na sua reorganização partidária. Por mais estranho que possa parecer, ela foi decisiva para a reorganização do PCB a partir da Bahia e a razão disso reside no grande movimento de massa desfechado pela entrada do Brasil no conflito. Sob a sua influência, os comunistas baianos passaram pelo vexame de carregar em manifestações públicas o retrato do ditador Getúlio Vargas ao lado do seu chefe internacional, Joseph Stalin. A causa, julgavam eles, justificava o sacrifício.¹¹⁵

Na Bahia, contra o eixo

Voltemos um pouco no tempo para entender melhor o favorável ambiente representado pela Bahia para a ação da seção local dos comunistas. Só quase dez anos depois da fundação do PCB, em 1922, se verifica aqui alguma inserção da esquerda na luta política. Muito localizada e sem expressão própria. Alguns militantes dessa velha guarda iriam ganhar certa notoriedade, como é o caso de Carlos Marighella, Fernando Santana e Edison Carneiro, esse, o organizador do II Congresso Afro-Brasileiro que se reuniu em Salvador de 11 a 20 de janeiro de 1937.

O próprio PCB, aliás, não tinha no começo dos anos 30 projeção verdadeiramente nacional. Foi com a maciça entrada dos tenentes e a criação da Aliança Nacional Libertadora que o partido ganhou, em decorrência do prestígio de Prestes, nova dimensão. Incorporando elementos de longa tradição política e integrados na vida nacional, a Aliança Nacional Libertadora, fortemente inspirada no conspirativismo tenentista, de certo modo nacionalizou a esquerda brasileira ao retirá-la do isolamento em que se encontrava encerrada. Para Martins, "considerando a pequena importância do proletariado industrial na sociedade brasileira, o

¹¹⁵ Em abril de 1943, a pretexto do aniversário do ditador Getúlio Vargas, as entidades estudantis e pela entrada do Brasil na guerra, colocaram na rua uma manifestação com carros alegóricos homenageando as forças armadas e enormes retratos de Vargas, Roosevelt, Churchill, Stalin e Chiang Kai Shek. Entre os comunistas que carregavam o retrato de Getúlio, Jacob Gorender que logo se alistaria na Força Expedicionária Brasileira, indo combater na Itália. O fato está registrado no livro de Luis Henrique mencionado, p. 432 e em João Falcão, foto da p. 147.

estado de desorganização e passividade dos setores populares e as dificuldades de atuação entre os trabalhadores agrícolas, a participação na grande política só poderia efetuar-se através de uma penetração do partido nas frações das classes médias e das classes superiores. Em vez de procurar consolidar-se "para baixo", o PCB procurou crescer "para cima", embora continuasse a usar a retórica marxista do proletariado que servia para legitimar a pretensão da hegemonia do partido no interior da "frente única".¹¹⁶

A estratégia insurrecional então adotada levou ao fracasso da "intentona" de 1935, onde violenta repressão neutralizou a presença comunista na cena política nacional. Dois anos depois, sob o pretexto do Plano Cohen, Getúlio intensificou a repressão e em 1940 prendeu toda a direção comunista e esfacelou a sua organização partidária.

Dois fatores locais iriam contribuir para a relativa tolerância em relação à militância da esquerda na Bahia. Primeiro, o anti-integralismo do interventor Juracy Magalhães. Posteriormente, o clima contra o eixo que ganhou particular gravidade em razão da suspeição em que foi posto o interventor Landulpho Alves por causa de seu casamento com uma filha de alemães.

A conotação popular que ganhou o movimento antifascista unificou autonomistas, juracisistas, comunistas e nacionalistas numa luta que ganhou radicalidade quando dos afundamentos de navios na costa brasileira. Casas comerciais alemães foram apedrejadas e os membros da colônia tiveram que ser removidos para o interior em decorrência dos exaltados ânimos da massa. A mobilização anti-fascista, guardadas as devidas diferenças, lembrou em radicalidade muito o movimento anti-lusitano do Brasil recém independente que ficou conhecido como "mata maroto". Casas comerciais como a Danneman, Suerdieck, entre outras foram apedrejadas. A perseguição aos alemães degenerou em xenofobia. O próprio interventor Landulpho Alves, por sua ambígua posição, após declarar-se publicamente contra o eixo, acabou saindo do governo, em fins de 1942, sendo substituído pelo general Renato Onofre Pinto Aleixo, num movimento que incorporou ao seu elevado espírito democrático inegáveis desavenças locais, em especial com o coronel do São Francisco, Franklin Lins de Albuquerque, que havia sido contrariado em seus interesses comerciais.¹¹⁷

A tolerância juracisista e a delicada situação do Governo Landulpho, obrigado a se posicionar a respeito da guerra deu um enorme impulso aos movimentos de rua. Em meio a esse clima de mobilização, o núcleo comunista local desempenhou-se com grande habilidade.

¹¹⁶ RODRIGUES, Leôncio Martins, *O PCB: os dirigentes e a organização*, p. 400.

¹¹⁷ TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*, p.428, 429 e 430.

Nos meios estudantis e em alguns setores do operariado, o PCB realizava seu proselitismo e, vacinado pelo fracasso da “intentona”, exercia com maestria sua ação semilegal debaixo de bandeiras patrióticas e democráticas.

Tratava-se, naturalmente, de uma pequena agremiação cuja influência se limitava a esses segmentos mencionados, sem qualquer presença significativa no quadro político institucional. Sob o céu de brigadeiro local, os comunistas baianos conseguiram organizar de 1937 até 1940 vinte células, sete das quais entre os estudantes e treze entre portuários, estivadores, transviários, trabalhadores da telefonia, força e luz, motorneiros, panificadores, gráficos, sapateiros, barbeiros, ferroviários, tecelões, comerciários, alfaiates, entre outros. Alguns militantes eram profissionais liberais, médicos, dentistas e agrônomos. Em 1939, o número de militantes era tão reduzido que João Falcão recorda as células existentes e quase todos os seus membros, do comitê regional às bases estudantis. Em 1942, o núcleo se expandira um pouco alcançando algumas dezenas de militantes.¹¹⁸

A partir de 1942, a decisiva ação comunista em prol dos aliados destacava suas lideranças em meio à mobilização popular. Militantes e simpatizantes se colocavam à frente dos *meetings* e sob a bandeira da luta contra o eixo rompiam a clausura a que estavam confinados e ganhavam reconhecimento. Emerge das lutas antifascistas uma segunda geração de comunistas baianos que logo vai se reagrupar nos órgãos dirigentes do PCB influenciando expressivamente na sua reorganização. Com a detenção do Comitê Central em 1940, militantes baianos e/ou ligados à Bahia, entre eles Diógenes de Arruda Câmara (pernambucano de nascimento, mas que se formou em Agronomia na Bahia e aqui liderou a seção estadual), Carlos Marighella, Armênio Guedes, Milton Cayres de Brito, Giocondo Alves Dias e Mário Alves de Souza Vieira, então com apenas 20 anos, organizaram, junto a outros companheiros de outros estados, a famosa Conferência da Mantiqueira, que para Leôncio Martins Rodrigues representou um marco no movimento comunista no país. Alguns

¹¹⁸ FALCÃO, João. *Op. cit.* p. 74 e 75. Gorender, no citado depoimento à “Revista da Bahia”, pg. 10, confessa que foi recrutado por Mário Alves nesse ano, quando já estudava Direito. Lembra o historiador que em 1935 o partido era pequeno na Bahia o que fez de Salvador uma espécie de refúgio de militantes perseguidos em outros estados. Para cá vieram Giocondo Dias, Diógenes de Arruda Câmara, Moisés Vinhas, Alberto Passos Guimarães, Leôncio Basbaum, o que, no seu entender, fez com que a Bahia desse uma contribuição significativa ao movimento comunista brasileiro. “O partido era muito pequeno, na época da guerra. Tinha algumas bases nos meios operários. Alguma coisa nos meios intelectuais. Era pequeno o PC organizado. Tinha uma massa, assim, digamos de simpatizantes, que era razoavelmente mais extensa”. Luis Henrique (*op. cit.* p. 404) corrobora de tal ponto de vista. Para ele, em 1935 o PCB era inexpressivo na Bahia. Teria, no máximo, duas dezenas de militantes, somando-se todos que formavam células na estiva, no porto, nas fábricas de tecido, gráficas, ferrovias e escolas de nível superior.

deles passaram a integrar a Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB que foi a ferramenta da sua reconstituição.¹¹⁹

O historiador Luis Henrique Dias Tavares, contemporâneo desses fatos, diz que a guerra de fato só alcançou o Brasil com os torpedamentos de navios brasileiros nos litorais de Sergipe e Bahia. Em agosto de 1942 começaram a se formar na cidade do Salvador organizações importantes na atuação da grande campanha pela entrada do Brasil na Guerra. Foram elas: União da Bahia pela Defesa Nacional, Comissão Central Estudantil pela Defesa Nacional e Pró-Aliados, Legião de Médicos pela Vitória, Sociedade de Amigos da América, entre outras.

A campanha pela participação do Brasil na guerra levou à luta pela democracia e esta à campanha pela anistia aos presos políticos. O restabelecimento do regime democrático em 1945 concedeu, pela primeira vez na longa história do PCB, a sua legalidade. Já então, os baianos ocupavam posições proeminentes na estrutura do partido. Tanto é que na eleição de 45, dos 14 deputados federais eleitos, cinco tinham sólidas ligações com a Bahia: Maurício Grabois, Diógenes de Arruda Câmara, Carlos Marighella, Jorge Amado e Milton Cayres de Brito. A exceção de Grabois, ex-militar, que não tinha o curso superior, todos egressos das faculdades baianas.

Foram os anos dourados do PCB que apresentou candidatura própria à Presidência, obtendo 10% dos votos e se tornando o quarto maior partido na Câmara dos Deputados. Cerca de 200 mil militantes se afiliaram ao partido. Na Bahia, circulou o primeiro jornal legal do PC: *O Momento*, lançado em abril de 1945. Em maio, saía no Rio *A Tribuna Popular*, justamente, diz Sonia Serra, para circular por ocasião do comício de São Januário, no Estádio do Vasco da Gama, que marcaria, em 22 de maio de 1945, a conquista da legalidade.

Em 1947, quando sobreveio a cassação do seu registro, o PCB já controlava além do órgão central *A Classe Operária*, e de algumas revistas teóricas, oito jornais diários e dezenas de semanários. Uma rede nada desprezível de comunicação que incluía tipografias, editoras e livrarias.¹²⁰

¹¹⁹ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Op. cit.* p. 405. Diz o autor: “A Conferência da Mantiqueira constituiu um marco na vida do movimento comunista no Brasil não só porque significou um passo importante na reorganização do PCB, acéfalo depois das prisões de 1940, como também porque assinalou a formação de uma nova equipe dirigente. “Sônia Serra, observa, baseada no livro de Dinarco Reis “*A luta de classes no Brasil e o PCB*”, p. 64, que Mário Alves, então participando de um congresso estudantil no Rio, teria sido conduzido à reunião por interferência de Arruda Câmara.

¹²⁰ SERRA, Sonia. *Op. cit.* p. 46. Antes do seu primeiro jornal legal, os comunistas baianos, diz a pesquisadora, publicaram o jornal clandestino “*Dois de Julho*”, que circulou em 1938 e 1939 e duas

Da Bahia saiu boa parte, senão a maior parte desses jornalistas de esquerda e que logo ocuparam posições relevantes na imprensa e na máquina partidária dos anos 40 e 50: Mário Alves de Souza Vieira, Jacob Gorender e Antônio Paim – que viriam a se transformar, em campos ideologicamente opostos, em importantes intelectuais brasileiros, Aydano do Couto Ferraz, João Batista de Lima e Silva, Armênio Guedes (ainda em atividade), Rui Facó, Ariston Andrade, Osvaldo Peralva, entre outros.

O famoso grupo baiano, que para o pesquisador Jacob Gorender não passa de uma invenção acadêmica e que teve, no seu entender, uma existência puramente anedótica, se não chegou a constituir-se enquanto uma tendência política, não pode ser desconsiderado enquanto um agrupamento identificado por suas origens comuns, seus valores e até por certa identidade cultural, forjada nesse aprendizado das lutas de massa dos anos da guerra e da redemocratização. A geração comunista dos anos 40 era um fato. Os baianos ocuparam nela lugar de destaque. (Em décadas posteriores dariam exemplo dessa “unidade”, especialmente quando secretamente elaboraram, Giocondo Dias, Armênio Guedes, Alberto Passos Guimarães, Jacob Gorender e Mário Alves, em 1958, a famosa Declaração de Março que mudou a linha do PCB).¹²¹

Formados após os trágicos acontecimentos da “Intentona” e do Estado Novo e embalados pelas esperanças da legalidade do PC, extinta em 1947, migraram para o Rio e São Paulo onde se profissionalizaram como militantes em tempo integral, abandonando a vida normal, embalados pela idéias revolucionárias. Muitos mal haviam abandonado as calças curtas. Acabavam de entrar na fase adulta. Alguns, imberbes. Que nome dar a esses baianos migrados para o epicentro de uma presumível revolução comunista no sul do Brasil?

O movimento de massas decorrente das lutas pelo engajamento do Brasil na segunda guerra e a redemocratização que lhe sucedeu, permitiu o acentuado crescimento do PCB. Totalmente desmantelado pelo Estado Novo, renasceu sob a democracia e chegou mesmo a ser um partido eleitoralmente influente. Sob esse vigoroso impulso, milhares de jovens se engajaram na militância e adentraram pelo PCB na sua fase adulta.

revistas: a “*Flama*” e a “*Seiva*”, esta última uma revista de cultura dirigida por João Falcão, cujo nome, dado por Arruda Câmara, bem expressava sua formação acadêmica em agronomia.

¹²¹ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, p. 34: “A par de vícios essenciais, a Declaração de Março conteve um elemento que se revelou acertado e notavelmente fecundo: a indicação da luta pelas reformas de estrutura. Difundidas mais comumente com a denominação de *reformas de base*, foi a luta por elas que permitiu mobilizar e aglutinar grande conjunto de forças sociais e esboçar, de 1963 a 1964, uma situação pré-revolucionária no Brasil”.

Características sócio-políticas do agrupamento comunista

Para usar a terminologia clássica do marxismo-leninismo, os comunistas baianos não eram nem força dirigente, nem força principal no quadro do embate político. A limitada capacidade de influência contrastava com uma ativa retórica e intensa militância, quase toda centrada em questões perfeitamente assimiláveis no ambiente da dominação oligárquica local e mais ou menos tolerada pelo contexto político mais amplo. A luta antifascista e pela redemocratização conflui com a ação de diversos outros setores do centro e até mesmo da direita, facções nacionalistas e democráticas das próprias forças armadas, e, em que pese sua enorme energia mobilizadora, não se inscrevem - a não ser taticamente - em nenhum programa socialista de transformação revolucionária.

São elementos mais que importantes para se compreender a reinserção do PCB no cenário político após a “intentona” e explicam o sucesso do seu trabalho de massa e conseqüente resposta eleitoral obtida no pleito de 45. Prova disso, é que posto novamente na ilegalidade, o partido vai viver um longo inferno de mais de dez anos, inflamado pelo processo do XX Congresso do Partido Comunista da URSS e suas graves denúncias do stalinismo, até encontrar, em 1957 uma nova “linha justa”.

A guerra e a democracia foram, motivações fundamentais para a afinação do partido junto ao movimento de massas, muito mais do que suas palavras de ordem e bandeiras socialistas. Numa cidade como Salvador dos anos 40, tão acanhada do ponto de vista industrial, não era de esperar que a luta de classes no sentido do embate entre capital e trabalho jogasse papel principal no enfrentamento político. Ao contrário, era um elemento residual, secundário, o que não quer dizer que não houvesse manifestações classistas, organização sindical e greves operárias.

Do ponto de vista produtivo o que conferia fisionomia à paisagem econômica local não eram as chaminés e vilas operárias (que existiam no setor têxtil, como herança do final do século XIX), mas intensa atividade comercial e de serviços, pequenos negócios e uma ampla variedade de trabalho autônomo e artesanal. Muitas categorias componentes do que se poderia chamar proletariado, não passavam de atividades de pequenos artesãos (sapateiros e alfaiates) funcionários de pequenos fabricos (padeiros, confeitores, charuteiros) cuja situação efetiva era muito mais de dependência e submissão do que de potencialidade revolucionária.

Aqui e ali, sobretudo no caso dos trabalhadores ligados à empresa de transporte, a Circular, de capital estrangeiro, ou no caso da atividade portuária, entre estivadores, e da ferroviária, afluía um maior grau de organização e consciência de classe.

Nessa tradicional estrutura social – embora tal termo seja tão vago quanto impreciso – de difuso contorno classista e preeminência comercial e agrícola, não haviam as chamadas condições objetivas para comunistas pensarem num cenário de transformação. O que ressaltava era a preeminência da Capital do Estado, Salvador, como centro de negócios, administrativo, político e de exportação, que conferia aos seus habitantes o privilégio de estar na Bahia, como era chamada a cidade de Salvador. Para dentro do território, a partir do Recôncavo, o que havia era uma agricultura rudimentar, boa parte baseada em relações de produção não assalariadas, num círculo concêntrico expansivo que quanto mais se distanciava da zona urbana do Recôncavo mais assinalava seu anacronismo.

Mais que as classes, o que seguramente era traço característico dessa paisagem social, era o elemento étnico-racial. Haviam muitos negros e poucos brancos e muitos poucos letrados e muita gente sem escolaridade. A cor da pele e a educação eram planos perceptíveis dessa sociedade conservadora. Mas, talvez exatamente por isso, quer dizer, pela relativa tranqüilidade permitida pelo marasmo econômico e tácita aceitação das coisas suscitada pela letargia e lassidão, o comunismo tenha sido tolerado e até acolhido pelas chamadas classes dominantes baianas. Diversos fatos em inúmeras ocasiões, constituem exemplo dessa “tolerância” e sublinham a convivência e o apoio velado ou explícito dado aos membros do PCB. Algo deveria explicar essa comunhão entre postulações francamente antagônicas, a convivência cordial entre comunistas e oligarcas. Fato somente compreensível se levarmos em consideração que muitos militantes do PCB eram oriundos dessas altas camadas, outros gozavam de reconhecido prestígio profissional ou familiar, vários eram jovens de muito talento, entre estes, alguns líderes estudantis, outros tantos jornalistas de rara habilidade numa cidade onde a imprensa escrita era o principal, senão único, meio de informação.

Muitas ações da esquerda, então, não apenas eram toleradas, como financiadas pela elite baiana. Facilitava a cumplicidade, laços familiares, de amizade, de apreço e de admiração. João Falcão circulava tranquilamente entre o alto comércio onde obtinha recursos para as publicações partidárias, como a revista "*Seiva*", por exemplo, ou para a compra de matéria-prima e maquinário. Aristeu Nogueira, dirigente de "*O Momento*", cumpriu papel semelhante. Alguns militantes, filhos de grandes comerciantes ou proprietários rurais, como Fernando Santana, freqüentava reuniões da elite nos seus clubes sociais, como é o caso do Baiano de Tênis, sem sofrer nenhuma discriminação. A tolerância se estendia ao aparelho estatal, onde, mesmo em períodos mais duros, a censura se abrandava pela ação compreensiva de um

funcionário mais flexível da ditadura varguista. Gorender lembra o nome de Enéas Costa que tinha uma postura "relaxada" com a revista *Seiva*.¹²²

Evidentemente, não eram apenas essas características sócio-culturais os elementos explicativos para o fato. Talvez o determinante fosse o ideário professado. As bandeiras de luta giravam em torno de questões de grande apelo humanitário, de forte sentido social e de inegável conteúdo democrático. Sem querer exagerar nas tintas, pode se dizer que o PCB, de fato, pouco tinha de revolucionário salvo princípios teóricos marxistas gerais que de tão inadequados ao momento baiano dos anos 40, não se poderia esperar deles algo de ofensivo. E as elites oligárquicas compreendiam isso melhor que os jovens de esquerda.

Há uma outra ordem de fatores a considerar. O primeiro deles refere-se à posição de prestígio e a projeção social que gozavam os profissionais liberais, jornalistas, escritores e poetas na provinciana sociedade baiana dos 40. A educação formal e a cultura são elementos distintivos importantes num meio onde muito poucos podem freqüentar ambientes acadêmicos e literários. Trata-se de um atributo dos mais importantes para se entender, na tradição barroca da Bahia, a respeitabilidade e o reconhecimento que desfrutavam não apenas os diplomados num curso superior, mas também os iniciados no mundo das letras, universos que quase sempre se tocavam e de onde seus interlocutores, médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, artistas de vários talentos, se projetavam sobre uma sociedade quase ágrafa, pobre e mergulhada no contexto de uma cultura popular pouco afetada pelo plano dos de cima.

Numa escala menor, o mesmo se aplicava aos estudantes de nível médio. A reduzida oferta de vagas e a excelente qualidade do ensino os tornavam um segmento notável numa cidade onde chegar a esse nível da educação formal era um privilégio.

A seletividade bloqueava o acesso dos mais pobres que mal passavam da educação primária. O Ginásio Estadual da Bahia, a Escola Duque de Caxias, inaugurada na interventoria Landulpho Alves, a Escola Agrícola e o Instituto Central Isaiás Alves, voltado para a formação de professoras, eram os únicos estabelecimentos públicos de ensino. Só no Governo de Otávio Mangabeira, a partir de 1947, novas oportunidades de educação foram criadas na Bahia pela ação determinada de Anísio Teixeira. Com Anísio, quatro novos centros iguais ao Ginásio Estadual da Bahia surgiram em diferentes bairros da cidade, ampliando a oferta de vagas. Nesses poucos e bons colégios públicos filhos das camadas baixas, em número reduzido, filhos das camadas médias e de ricos conviviam “democraticamente”

¹²² Jacob Gorender, depoimento à *Revista da Bahia*, nº 11, dezembro de 1988, p. 7.

durante a juventude. No plano da educação superior, as oportunidades eram ainda mais escassas. Quanto ao mercado de trabalho, as opções eram muito restritas. Duas áreas, em especial, exerciam forte atração sobre a juventude: a política e o jornalismo. Muitos, mal saíam do ensino médio e já estavam nas redações de jornais. Outros, cedo debutavam na política. Algumas vezes, faziam as duas coisas, simultaneamente. Na Salvador dos anos 30 e 40 do século XX, o futuro do jovem letrado passava por aí. Foi o caso de Luís Viana Filho, exemplo eloqüente de um político tradicional projetado na redação do jornal *A Tarde*. Foi o caso também de Wilson Lins, jornalista, político e escritor, que se iniciou na Ação Integralista Brasileira, dirigiu importante jornal baiano – *O Imparcial* – e se elegeu deputado em várias legislaturas. O mesmo caso de Mário Alves, que noutra variante, iniciando como foca em *O Imparcial*, integrou a redação do *Estado da Bahia* para dirigir *O Momento*. No PCB partido pelo qual se candidatou a deputado estadual, ficou na suplência, em 1947.

Os três tinham em comum, além do fato de serem jornalistas, a origem sanfranciscana de suas famílias.

Oriundos de diversas classes, da oligarquia rural, da pequena burguesia urbana, das camadas pobres da população, de variados grupos étnicos, os estudantes de nível superior, intelectuais ou mesmo artistas, eram vistos e se viam como pertencentes a um estrato especial da formação social da cidade. Negando ou não suas origens sociais, rompendo ou assumindo posições consentâneas com essas origens o faziam de tal modo que isso os distinguiu como grupo de status, segmento culto e diferenciado dos demais.

Outro fator importante, simbólico, mas poderoso, era o irresistível desejo de rápido amadurecimento da juventude em geral, em especial dos estudantes de classe média, cuja obsessão parecia residir em adentrar com imediatismo a fase adulta, queimando etapas, suplantando com velocidade as características contraditórias e vacilantes da adolescência.

De maneira geral, eu notaria que os jovens tinham a preocupação de chegar rapidamente à respeitabilidade dos adultos. Quer dizer, usava-se calças curtas e quando chegava a idade de 11 a 12 anos, a gente já queria logo usar calças compridas e rapidamente ter um tratamento de adulto. O que é diferente dos anos 60 para cá: o jovem procura se conservar como jovem o maior tempo possível.¹²³

O uso precoce de calças compridas e do terno com gravata é notório entre aqueles que almejavam se livrar da condição juvenil e ganhar o reconhecimento dos mais velhos. O

¹²³ Jacob Gorender, depoimento ao autor, em 07/09/2001.

vestuário é a expressão mais visível e ambígua desse processo cultural de supressão da adolescência. A adoção de novas idéias, sua justificativa. Ao rápido progresso intelectual da juventude, corresponde à assunção de novos valores, o proselitismo político ou literário, quando não o salto para nova situação ocupacional. Às vezes, surpreendente. Esse componente geracional é relatado com muita sensibilidade pelo historiador Jacob Gorender, judeu pobre de Salvador que se viu às voltas com todas essas tormentas juvenis de então. Encarnado com muita propriedade por Mário Alves de Souza Vieira, militante aos 16 anos, repórter do *Estado da Bahia*, aos 18 anos, dirigente estadual e redator-chefe do jornal *O Momento* aos 22, formado aos 23, casado no mesmo ano e daí para frente ocupando precocemente postos de relevância aos quais só tinham acesso os mais experientes e maduros. No ritmo veloz de sua geração, Mário Alves se tornaria um dos mais destacados intelectuais e dirigentes do PCB nas décadas de 50 e 60.¹²⁴

A mudança de status e a busca de prestígio eram componentes naturais nessa crise de identidade cultural dos adolescentes dos anos 40 e não deixava de alegrar e surpreender os mais velhos. Ficava-se adulto muito cedo e se ficava adulto para poder participar da vida social naquilo que tinha de mais denso e atraente. Muitos faziam isso aos saltos, trabalhando cedo, casando cedo, decidindo o futuro de forma muito acelerada como se o tempo não pudesse esperar por eles.

Os que, deliberadamente, optaram pela ação revolucionária fizeram disso uma paixão. Alguns para toda a vida. Outros, para boa parte de suas vidas. Desejavam, claramente, migrar da situação de membros da elite cultural provinciana para assumir com todos os riscos disso decorrente a condição de militantes profissionais, integrantes da vanguarda política na concepção leninista do partido revolucionário.¹²⁵ Com tais expectativas e propósitos pessoais

¹²⁴ GORENDER, Jacob. *Combate das Trevas*, p. 29: “O mais brilhante intelectual da direção do PCB, sua cultura não se limitava ao domínio do marxismo e se estendia à produção acadêmica e à literatura. Escrevia com elegância e impressionava pela clareza quase perfeita da exposição oral. Formado em Ciências Sociais, era um intelectual antiacadêmico e colocava todo o pensamento a serviço da ação prática”. Nascidos em 1923, ambos tiveram uma vida repleta. Gorender foi militante profissional, expedicionário, dirigente partidário e, finalmente, historiador, em plena capacidade produtiva, apesar da idade, estuda atualmente a questão judia no Brasil. Mário, não foi um intelectual no sentido tradicional. Mergulhado na atividade partidária submeteu sua atividade teórica e sua produção literária às necessidades da luta política na qual estava enquadrado como militante e dirigente. Tradutor, polemista, interessado por questões nacionais, foi um quadro do *aparatik*.

¹²⁵ A idéia leninista de vanguarda está desenvolvida, principalmente, em “*Que fazer?*”, uma exegese da social-democracia russa, onde Lênin postula a criação de um destacamento profissional da classe mais revolucionária voltado para consolidar a ação do marxismo militante. Combatendo as facções internas mais vacilantes e teoricamente despreparadas, o líder socialista russo, num texto de 1902, formula suas concepções estratégicas sobre a natureza da agitação e da propaganda comunista, as

buscavam novos espaços de convívio, novos desafios e responsabilidades, vocacionados para o desempenho de funções relevantes no processo revolucionário que julgavam em marcha.

tarefas de organização das massas e a criação de uma organização de combate em toda a Rússia. Na sua mais ampla acepção, o termo refere-se ao grupo mais consciente e ativo de um movimento de massa. O partido do proletariado se distingue dos outros grupos da classe operária antes de tudo porque é compartimento de vanguarda, o compartimento consciente que possui o conhecimento das leis das lutas de classe e que é capaz, por isso, de guiar a classe e dirigi-la na luta, dotado, em última análise, da teoria marxista-leninista. Trata-se de uma vanguarda consciente e organizada, de disciplina e têmpera revolucionária, que lidera e aprende ao mesmo tempo com as massas, e que centrada na unidade de ação se impõe como força dirigente.

CAPÍTULO IV

Militância Profissional: um homem do aparatik (1947-1957)

Rumo a São Paulo. Dutra e a vida na clandestinidade. A máquina partidária e a profissionalização. O Congresso de 1954 e a couraça ideológica. Sectarismo no período getulista. O treinamento soviético: oficiais da revolução. Retorno ao Brasil. Em visita ao Oriente: o VIII Congresso do PC chinês. O XX Congresso do PCUS e a luta interna. Renovadores X Conservadores. Nas águas tranqüilas do governo JK. Na direção da Voz Operária e do jornal Imprensa Popular. No coração do poder: um dirigente nacional.

Na fase luminescente do "intervalo democrático", o PCB se transformou num verdadeiro partido de massa, com cerca de 200 mil militantes, o maior de todos os PCs da América Latina, uma rede considerável de jornais, amplo contacto com o movimento sindical e expressiva presença parlamentar, chegando mesmo a eleger a maioria da Câmara de Vereadores da Capital do país, ocupando 18 cadeiras no Distrito Federal. Nas eleições estaduais e suplementares de 19 de janeiro de 1947, saiu-se como o quarto mais forte partido do pleito, tendo realizado a campanha poucos meses antes, e formou a bancada com um senador, 16 deputados, elegendo ainda 46 membros de assembleias estaduais no país. A euforia democrática mal se iniciara e o PCB começou a sofrer a repressão do Governo Dutra. Sinais visíveis do endurecimento em relação à esquerda já haviam sido dados desde abril de 1946. Nesta data, foi fechada a União da Juventude Comunista e no mês seguinte foi iniciada uma espécie de "caças às bruxas" com a demissão dos comunistas dos cargos públicos. Isso apesar de todo o legalismo do Partido e de sua manifesta e aberta política em defesa da ordem e de sua persistente resistência às provocações. No final de outubro desse ano, o Governo fechou o diário *Tribuna Popular*.

Dutra, obviamente, internalizava o clima da guerra fria estabelecida entre os Estados Unidos e a União Soviética, logo após o término da Segunda Guerra. O fim da aliança entre a URSS e as democracias ocidentais e a agressiva política norte-americana afastou os comunistas de governos de coalizão na Itália e na França, onde exerceram papéis decisivos na resistência ao nazi-fascismo. O endurecimento entre os blocos arrastou o Brasil e o Governo Dutra explicitou a sua posição rompendo relações diplomáticas com a União Soviética.

As provocações à bancada comunista aumentam e num embate com Prestes a respeito da posição do PCB caso ocorresse uma hipotética guerra entre o Brasil e a URSS, este da à

direita a deixa para explorar de forma inescrupulosa a ambigüidade do "internacionalismo proletário" dos comunistas, os colocando a pecha de agremiação pró-soviética e anti-patriótica. Juracy Magalhães, então constituinte, em entrevista posterior, confessou ter sido o autor da pergunta capciosa, cujo prejuízo à imagem de Luís Carlos Prestes e do PCB foi irreparável.¹²⁶

Em 7 de maio de 1947 vem o golpe decisivo: o Tribunal Superior Eleitoral cassa o registro do PCB. O braço repressivo se estende à base sindical. A Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros também é posta na ilegalidade, sob a alegação de que sofre influência dos comunistas nas suas decisões. As sedes estaduais do PCB são lacradas e cerca de 150 sindicatos sofrem intervenção. Depois de uma fase de ascensão e de firme crença nos princípios democráticos, o PCB sofre um duro baque. A cassação de seu registro se dá em meio ao processo de preparação de seu IV Congresso que havia sido convocado para 25 de maio de 1947. Mergulhados na preparação do encontro, os comunistas são pegos desprevenidos e esboçam apenas uma tímida reação a arbitrariedade jurídica do Governo Dutra. O excesso de confiança no projeto democrático levou o Partido a subestimar uma reação dessa ordem, de forma que quando ela ocorreu o PCB foi pego de surpresa e desarmado para enfrentar jurídica e politicamente o Governo. Muito militantes e dirigentes, a exemplo do próprio Prestes, logo mergulham na clandestinidade, aceitando de pronto a nova situação. Em janeiro de 1948, finalmente, os mandatos dos deputados eleitos pela legenda são cassados e o Partido assiste ao esvaziamento de suas fileiras e o início de seu isolamento político.

Toda essa querela tem origem em janeiro de 1947, quando o PCB é acusado de ser financiado pela União Soviética, para o que se forma uma Comissão Parlamentar com vistas à análise das contas do partido. O funcionário da polícia responsável pelo levantamento,

¹²⁶ Revista da Bahia, número 10, setembro de 1988, p. 6. Segundo Juracy Magalhães, em depoimento concedido ao autor, os fatos se deram da seguinte maneira: "Passa o tempo e fomos nos encontrar no Parlamento. Ele senador e eu deputado. Ele começou a fazer um discurso em que dava a impressão de que tinha outros deveres que não eram os nossos e eu senti que estava oferecendo o flanco. E fiz a pergunta: Vossa Excelência está figurando a hipótese de uma guerra imperialista que tem sido sempre proibida em todas as constituições brasileiras. Se o Brasil fosse levado a uma guerra, cumprindo os dispositivos constitucionais legais, entraria ou não nessa guerra? Até aí, nada havia de capcioso em minha pergunta. O Prestes disse: A pergunta de Vossa Excelência é capciosa. Eu disse: é uma pergunta clara, mas que exige uma resposta clara que Vossa Excelência não pode dar. Aí começou a desgraça do Partido Comunista, da bancada comunista no Congresso, porque o Prestes não teve vivacidade para me responder. No dia seguinte, fui chamado ao Catete, ao gabinete do Chefe da Casa Militar que era o general Alcio Couto e lá estava o Ministro da Guerra que era o general Canrobert Pereira da Costa. Os dois estavam entusiasmados com o meu gesto e com a posição que eu tinha tomado e me pediam que eu chefiasse no Congresso a expulsão dos comunistas."

solicitou um exemplar do estatuto partidário e verificou que este diferia bastante do registrado no Tribunal Eleitoral, redigido apenas para cumprir a formalidade legal. Baseado nessa informação o deputado Barreto Pinto – anos mais tarde cassado por falta de decore parlamentar – requereu a cassação do registro do PCB. A questão foi levada ao STF que, por 3 votos a 2, aceitou o parecer do vice-procurador da República, Alcer Barbedo, segundo o qual tratava-se, efetivamente, de uma organização estrangeira, pois seu nome, Partido Comunista do Brasil e não Brasileiro o provava (!).¹²⁷

Na verdade, afora as determinantes internacionais, o Governo Dutra se via às voltas com algumas dificuldades internas, como o seguido aumento de preços, provocado pela inflação e um ativo movimento sindical, no qual os comunistas encontravam terreno fértil para sua expansão. Valeu-se do artifício jurídico para impedir a expansão do PCB e, conseqüentemente, atenuar a pressão do movimento social. Aproveitando um dispositivo constitucional mediante o qual os partidos "anti-democráticos" poderiam ser impedidos de participação aberta na política, o Governo livrou-se da convivência comunista.¹²⁸

A frustração e a angústia que se seguem à cassação levam o PCB a uma atitude oposta à da fase legalista onde predominou a expectativa democrática. Imersos numa exagerada clandestinidade, nem sempre necessária, como afirma Moisés Vinhas, "evoluem rapidamente para o gueto. Radicalizam suas posições e por isso sua influência decresce e seus efetivos diminuem. Inconformada coma política anti-popular e repressiva posta em prática pelo

¹²⁷ PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922 - 1964)*, p.196. Como se vê, as razões alegadas para a perseguição aos comunistas se somavam no intuito de legitimar a ação do Governo, visivelmente anti-constitucional. Por sua vez, a ambigüidade doutrinária do PCB em relação à questão democrática, o colocava numa situação delicada. Herdeiro da tradição bolchequive da III Internacional, o partido não tinha, obviamente, nenhum compromisso democrático profundo e estava obrigado, momentaneamente, a aceitar os termos de atuação dados pela conjuntura democratizante. Mas, sem qualquer dúvida, o anti-democratismo da direita nesse curto período de intervalo democrático demonstrou de fato o clima autoritário que prevalecia, doutrinariamente, em todos os partidos de então, não apenas em estado latente no PCB.

¹²⁸ SKIDIMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, p. 92. Para Skidimore, um outro fator, no campo político concreto, iria contribuir ainda mais para a atitude ofensiva do Governo Dutra em relação ao PCB. Tratava-se da firme oposição que o partido fazia aos dispositivos neoliberais inscritos na Constituição de 1946 e à crítica ácida ao apego do Governo ao capital estrangeiro. Mas, diz Skidimore, o que verdadeiramente moveu Dutra para a perseguição aos comunistas foi o seu temor do grande crescimento político-eleitoral da legenda. O país havia saído de uma longa noite de ditadura sob o Estado Novo. Os legendários e heróicos comunistas haviam tido papel de destaque na luta pela redemocratização. O espaço aberto com o ambiente democrático levou a esquerda a uma eficiente ação sindical. Tudo contribuía para o fortalecimento do PCB, inclusive a curiosidade e o interesse de amplos segmentos urbanos que buscavam uma alternativa política de participação. Isso, a direita temia. E essa foi a razão de ter violado suas próprias normas de legalidade, se prevalecendo de um artifício jurídico para golpear a jovem democracia recém estabelecida.

Governo Dutra, a liderança nacional comunista lança um manifesto, em janeiro de 1948, exigindo a renúncia do presidente. Não encontra, é claro, a menor ressonância nacional, nem entre inimigos, nem entre a classe operária".¹²⁹

Aos poucos, o PCB se afasta de sua linha de alianças traçada na 3ª Conferência Nacional, realizada em julho de 1946, e assume uma postura esquerdista, sectária e radical, expressa com todas as letras no Manifesto de Agosto de 1950. Esse manifesto, assinado por Prestes, mas que expressa o conjunto do pensamento dos dirigentes, marca a implantação da linha ultra-esquerdista e de uma fase melancólica, conspiratória e nitidamente stalinista na vida da agremiação. Para Ronald Chilcote, essa involução pode ser compreendida como uma tentativa simplória e pouco produtiva de reagir à situação imposta pela adversidade. No seu entender, a repressão crescente sobre as atividades do partido no Governo Dutra, seu afastamento das eleições e os esforços para diminuir a influência no movimento operário, contribuíram substancialmente para o endurecimento da política do PCB. Disso resultou a substituição do discurso suave do reformismo da frente-popular pela retórica revolucionária ultra-esquerdista. A orientação daí resultante é a da criação da Frente Democrática de Libertação Nacional, liderada pelos comunistas, com vistas a conquista do poder e a instauração de um governo popular democrático, anti-imperialista, cujos principais pontos programáticos são: nacionalização das empresas, reforma agrária, desenvolvimento da economia nacional, liberdades democráticas para o povo, melhoria das condições de vida, educação obrigatória e a formação de um exército popular de libertação nacional.¹³⁰

¹²⁹ VINHAS, Moisés. *O Partidão*, p. 94 e 95. Vinhas faz um balanço detalhado dessa fase, assinalando tanto os elementos repressivos do Governo como a atitude afetada dos comunistas. "Aos poucos, o partido vai abandonando a linha política traçada na Terceira Conferência Nacional, de 1946, e assumindo uma linha política esquerdista, sectária e subjetivista, cuja expressão modelar será o Manifesto de Agosto de 1950, que ficará famoso. O partido não deixa (de todo) de participar das lutas eleitorais e parlamentar, mas essa atividade passa a ser cada vez mais secundária. Em 1950, recusa os acenos de Vargas para uma aliança com vistas às eleições presidenciais e prega o voto em branco. Os magros resultados obtidos - a classe operária vota maciçamente na chapa Getúlio Vargas-Café Filho contra as candidaturas da UDN e do PSD, Eduardo Gomes e Cristiano Machado - não abalam os dirigentes. Suas alianças se estreitam." Vinhas chama atenção também para a perda de influência junto ao movimento operário, resultante dessa esquerdização. Adotando a palavra de ordem de "derrubar o governo", tido como de traição nacional, os comunistas passam a estimular todo o tipo de ação grevista, independentemente de hora e lugar. Tentam tomar as direções sindicais a qualquer preço e quando não o conseguem, partem para o "racha". O pretexto é o atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho e para romper esse vínculo pregam o "sindicato paralelo". "Os sucessivos fracassos dessa política levam a desorganização às bases do PCB, seja porque seus militantes operários são demitidos das empresas, seja porque os novos sindicatos se esvaziam".

¹³⁰ CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro, Conflito e Integração*, p. 107 e 108. "A posição do partido no final da década de 1940 foi reafirmada em seu programa mínimo publicado em meados de 1949, quando o partido pregava a derrubada do imperialismo norte-americano. A

Os próprios comunistas, ao fazerem a retrospectiva dessa época, enfatizam como aspectos marcantes da ressaca democrática o isolamento e o sectarismo da direção. Trauma, aliás, que extrapola o Governo Dutra, se projeta pelo Governo Vargas e que só começa a ser superado no período de Juscelino Kubitschek, na segunda metade da década de 1950. O enclausuramento, o subjetivismo, deformidade analítica que leva os estrategistas comunistas a leituras catastrofistas, extremadas, ilusórias, da realidade brasileira, mas também à arrogância, intolerância e sectarismo dos quadros dirigentes levam-nos à equivocada idéia de que formam no país uma agremiação assemelhada ao partido bolchevique e que a ação exemplar de cada um na defesa constante dos interesses do proletariado levará à inevitável vitória da revolução. O ufanismo analítico, em tudo favorável ao avanço da esquerda, mesmo nas mais difíceis e adversas condições, se alia a um triunfalismo militante que postula a superioridade dos comunistas em relação aos demais agentes políticos e confere ao membro do PCB a áurea de um homem novo.

Assim como, no período anterior, da legalidade, o partido desenvolvera ilusões legalistas, agora dará curso a um anti-legalismo extremo. Subestimado as oportunidades de ação legal, o PCB implementa uma política exageradamente clandestinizante e sectária, à base de uma concepção golpista do processo político e revolucionário, que acaba por agudizar o isolamento a que se vê submetido - nestas condições, o refluxo da militância é sensível: tudo indica que, nos finais de 1950, o contingente do partido equivalia à décima parte do que fora em 1947. Ao mesmo tempo, no interior do partido, fazem-se sentir deformações de caráter burocrático e, sob os influxos do dogmatismo que o movimento comunista internacional viveu sob Stálin, também no PCB reproduz-se a atmosfera do culto à personalidade dos dirigentes, especialmente de Prestes que, ao aderir ao PCB, já era uma figura da saga caudilhesca brasileira, cognominada "O Cavaleiro da Esperança".¹³¹

formalização da hostilidade do partido para com partidos e organizações reformistas, porém, foi claramente realizada no manifesto de Prestes de agosto de 1950, proclamando à "luta direta pelo poder" através da criação de uma ampla organização popular conhecida como Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN)". De prático, a única coisa obtida com essa retórica revolucionária foi uma ordem de prisão contra Prestes, expedida no final do mês de agosto de 1950, sob a justificativa de "sedição".

¹³¹ PCB, 1922-1982, *Memória Fotográfica*, p.93. Publicação semi-oficial do partido, este documento assume, em pleno exorcismo prestista da década de 1980, os erros e abusos do culto à personalidade, fenômeno do comunismo soviético que se reproduziu no interior dos partidos comunistas por todo o mundo. No Brasil, a comissão de *agit-prop* (nome de sonoridade russa para designar os responsáveis pela agitação e propaganda) do PCB, embrião esquerdista do marketing político moderno, exagerava em relação a Prestes. A ele, Jorge Amado, generosamente, dedicou uma medíocre biografia. Selos comemorativos, qualificativos afetados, fotos e feitos do Cavaleiro da Esperança mitificavam totalmente a figura de Prestes, concedendo ao indivíduo, estranhamente, um papel que o marxismo clássico sempre relativizou no processo histórico. A verdade é que Prestes tinha mais prestígio que o próprio PCB e os comunistas buscaram se valer disso se apropriando de sua figura e explorando a sua imagem. Para o que pagaram um preço equivalente, naturalmente. Jacob Gorender faz uma análise rigorosa do significado de Prestes para o Partido e da herança nefasta que legou ao marxismo, muito embora compreenda que a própria posição de Prestes como dirigente comunista máximo expresse o

Salomão Malina, o último secretário-geral do PCB, assegura que o modelo de organização ilegal então adotado pelo partido provinha da experiência dos PCs europeus ao tempo do fascismo.

Tratamos de organizar o PCB à moda da clandestinidade mais absoluta, como se enfrentássemos uma repressão verdadeiramente fascista. Ora, mesmo submetidos à ilegalidade, não nos defrontávamos, então, com um regime que tivesse qualquer semelhança com uma ditadura terrorista aberta do capital. Com o seu registro cassado o partido, ainda manteve deputados e vereadores (eleitos por outras legendas, mas notoriamente comunistas), jornais, etc. Quer dizer: a realidade posta pela legalização não conduzia, necessariamente, à clandestinidade tal como nós a entendemos e praticamos naquele momento. Recuamos para o subterrâneo, perdemos o contato com as massas, retrocedemos na compreensão da realidade brasileira.¹³²

Todo esse clima repressivo do Estado e o comportamento conspiratório-sectário do partido suscitou uma cultura do aparelho, aqui entendida como a excessiva concentração na vida interna da organização partidária, na sobrevivência dos seus dirigentes e em práticas envoltas em segredos só acessíveis aos mais confiáveis. Tamanha prudência foi responsável pelo confinamento de Prestes durante 10 anos, entre 1947 e 1957, tempo em que deixou de comparecer às reuniões do Comitê Central por alegada falta de condições de segurança. Durante boa parte da década de 1950, esse foi o cotidiano do PCB, organização ultra-secreta com precárias e cuidadosas ligações com o movimento social. Os cuidados não eram de todo despropositados. Nos duros anos repressivos de 1948, vários jornais comunistas foram empastelados, resultando num estrago imenso à construção da rede de propaganda. A cadeia começou com o *Hoje*, em São Paulo, a *Tribuna Popular*, no Rio, *O Momento*, na Bahia, a *Folha do Povo*, no Rio Grande do Norte, entre outros. Massacres, como o de Tupã, no interior paulista, com o assassinato de militantes comunistas, além da repressão permanente e deliberada eram razões mais que suficientes para justificar o comportamento defensivo. Mas não a absolutização da clandestinidade.

nível teórico limitado do marxismo brasileiro. Ver Revista da Bahia, número 11, de dezembro de 1988 e Combate nas Trevas, textos relacionados na bibliografia.

¹³² ALMEIDA, Francisco Inácio de. *A luta de Salomão Malina, o último secretário*, p.77. O velho dirigente comunista atribuiu às ilusões legalistas do PCB a surpresa com a cassação do seu registro. E à estreiteza de esquerda, as práticas ilegalistas que sucedem a esse período. A excessiva confiança na aplicação da legislação é acompanhada, após a decepção de 1947, pela indiferença e aversão pela vida institucional.

É nesse momento nebuloso e cinzento da vida democrática brasileira no final da década de 1940 que Mário Alves chega ao Rio de Janeiro. Vinha de uma vitoriosa experiência de movimento de massas. Tinha endereço certo e vida pública na sua cidade de origem. Lá ficando, poderia, sem grande esforço, ser destacada personalidade da vida política e intelectual local. Mudou de vida, mudou de cidade, de estado civil e até de identidade. O país havia mudado, o partido também. Tudo estava mudado, afinal. Foi sob esse signo de mudança e repressão que o líder estudantil baiano, casado e com uma filhinha, ingressou na vida clandestina. *Eu nasci na clandestinidade. E nós moramos em muitos lugares por conta da clandestinidade. Eu nasci no Rio, em Ipanema. Quando eu tinha um ano, moramos em São Paulo*, relembra Lúcia Vieira Caldas, filha única de Mário e Dilma, hoje moradora de Cambinhas, Niterói. Por causa da clandestinidade dos pais, Lúcia morou em mais de 40 casas diferentes, condição de sobrevivência indispensável para quem tinha de conviver com constante perseguição policial.¹³³

No papel de militante profissional, Mário Alves se desloca em 1948 para São Paulo, onde assessora a direção do PCB e secretaria um alto dirigente do partido. Apolônio de Carvalho, que chegou da Europa em 1947, no término na guerra, onde lutou na Espanha e na França, e que conheceu Mário Alves nesse período de "clandestinidade profunda" também foi deslocado para São Paulo, com uma missão, segundo seu depoimento, muito parecida com a do jornalista baiano: *Nós fomos mandados para São Paulo para ajudarmos na instalação, na segurança de alguns dirigentes nacionais. Eu guardava, nesse momento, o João Amazonas. O Mário devia estar ligado mais de perto ao problema do Arruda Câmara.*¹³⁴ Os dois mantinham um relacionamento triangular. Explica-se: suas mulheres se encontravam em

¹³³ Lúcia Vieira Caldas, entrevista ao autor concedida em janeiro de 2002. Dois momentos marcantes na atribulada vida da família são destacados no relato de Lúcia. Os anos que Mário passa na União Soviética, 1953-1955, acentuados pela separação da mãe, quando ela é obrigada a mandar a filha para Bahia, e a dura clandestinidade a que seus pais se vêem submetidos a partir de 1969, com o endurecimento do regime militar. Na infância, o sentimento de abandono e perda foi relativizado pelo acolhimento da família paterna. No início da vida adulta, já no período da Junta Militar e de Garrastazu Médice, prevaleceu a impotência uma vez que a sua disposição de se integrar ao processo de luta política enfrentou a resistência de seu pai, para quem, aquele não era o momento adequado face a intensa perseguição e isolamento impostos pela repressão.

¹³⁴ Apolônio de Carvalho, entrevista ao autor concedida em janeiro de 2002. De acordo com Apolônio, o relacionamento entre os dois iria se estreitar no final dos anos 50, quando Mário já era um dirigente muito influente na imprensa partidária. O trabalho de educação política, entretanto, foi o responsável pela maior aproximação, permitindo convivência regular e até mesmo a amizade das duas famílias. Nos anos seguintes, ficaram politicamente mais próximos, fato que se evidenciou durante a formação da oposição de esquerda no interior do Comitê Central, nos anos 60, e, finalmente, na formação do PCBR, no qual Apolônio foi, por problemas de saúde de Mário Alves, o primeiro secretário-geral.

locais insuspeitos como igrejas e praças e trocavam as suas bolsas com as informações enviadas pelos maridos. É provável que Mário realmente tenha secretariado Arruda Câmara, então, segundo mais importante nome do PCB, com quem teve relações na Bahia e figura responsável por sua participação na Conferência da Mantiqueira. Todos os memorialistas consultados ressaltam o mandonismo, alguns, a brutalidade, enfim, a ascendência poderosa e imbatível de Arruda na máquina do PCB. Seu estilo stalinista, inclusive com o uso do bigode típico dos comunistas da época, impunha simultaneamente medo e respeito aos membros do partido. Suas regulares conexões com o PCUS e o controle efetivo da máquina partidária lhe conferiam a áurea de um pequeno Stálin brasileiro, que ele sempre cultivou abertamente. Poucos os seus contemporâneos que relativizam o caráter autocrático e personalista de Arruda. Caso de Antônio Paim, por exemplo, para quem Diógenes de Arruda Câmara tinha um talento extraordinário para recrutar quadros e grande vocação política. Paim, inclusive, é da opinião de que Arruda seria eleito com facilidade Governador de Pernambuco caso tivesse optado pelo caminho democrático, no que seria facilitado, em muito, por suas ligações familiares e pela projeção que tinha no seu estado de origem.¹³⁵

Voltemos a Mário, a essa altura atuando clandestinamente em São Paulo, aonde deve ter ficado até 1952. De acordo com Osvaldo Peralva, que no seu livro *O Retrato*, por razões óbvias, mistura nomes reais com codinomes, Mário - no referido livro chamado de Máritch Ave - seria, por volta deste ano, secretário de José Souza, um dos principais dirigentes do PCB. Infelizmente, não foi possível apurar a identidade real de José Souza, o que atribuiria mais consistência à informação original de Apolônio de Carvalho.¹³⁶ Os anos de

¹³⁵ Antônio Paim, entrevista ao autor concedida em janeiro de 2002. O baiano Antônio Paim, que entre outras coisas esteve na turma de 1953 da escola superior do PCUS, em Moscou, assegura que Arruda tinha um raro talento para identificar quadros. Isto é: era dotado de uma grande habilidade no reconhecimento e recrutamentos de potenciais militantes. O relato de João Falcão em seu livro de memórias confirma a opinião de Paim, para quem Arruda era o melhor sujeito daquela geração. "Gostava de mandar, como fez comigo, com o Peralva, fez com um bocado de gente. Podia ser tranquilamente Governador de Pernambuco. Eu sempre propus isso a ele."

¹³⁶ PERALVA Osvaldo, *O Retrato*, p. 25. Usando os respectivos codinomes, afirma o autor que Máritch Ave era secretário de José Souza. As evidências nos levaram ao convencimento de Máritch era o Mário Alves, mas infelizmente, não conseguimos obter qualquer informação que nos levasse ao personagem que Peralva chama de José Souza, ficando esse como mais um dos muitos mistérios que encobrem a história dos comunistas em nosso país. Os fatos nos levam a crer, contudo, que Apolônio possa ter alguma razão. Arruda e Mário se conheceram na Bahia, trabalharam juntos no PCB e foi Arruda o responsável pela presença de Mário na Conferência da Mantiqueira. Na época, havia entre eles, portanto, mais do que um simples relacionamento político. Havia uma compreensão mútua de que eram pessoas decisivas na vida partidária e que muito podiam fazer pela causa. Estiveram juntos durante muitos anos na Bahia. Cresceram juntos no partido. A projeção o levava à condição de dirigente e ele tinha por Mário grande apreço. Muito embora não possamos afirmar que José Souza e

clandestinidade, Mário Alves passou dedicado à organização partidária, à redação de discursos e informes, à tradução de livros e à formação de quadros. Gregório Bezerra, que havia realizado o módulo básico do Curso Stálin, dado pelo partido para elevar o nível teórico e ideológico dos seus membros, conta em suas memórias que entre 1951 e 1952 participou de um novo curso de capacitação política. Suas impressões:

Esse curso ajudou-me a compreender certos problemas políticos até então ainda confusos em meu pensamento. Foi mais proveitoso que o Curso Stálin, dado em Goiás. Os camaradas que deram aulas no curso de São Paulo eram do maior gabarito e tinham maior experiência da vida partidária. Entre eles, destaco Carlos Marighella e Mário Alves.¹³⁷

O PCB resultou da confluência de três principais segmentos sociais: os militares, a pequena burguesia intelectualizada e os militantes operários. Dos militares, além da tendência conspirativa herdou a obsessão nacionalista, quase xenófoba e que nunca ganhou acolhimento pelo conjunto da sociedade, nem mesmo junto à burguesia nacional. Os intelectuais primaram pela defesa quase doutrinária do marxismo-leninismo, na década de 50, expresso naquilo que se chamou de marxismo soviético, uma variante stalinista dos postulados de Marx e Engels adaptada aos interesses da URSS. Aos quadros intelectualizados do PCB cabia a responsabilidade pela divulgação da obra marxista e pela educação dos militantes para a prática revolucionária. Operários e camponeses precisavam ser ganhos para a revolução, cabendo a eles a assimilação da doutrina e sua adequação aos movimentos sociais de combate ao regime. A confluência dessas vertentes resultava na "linha" do partido e ela devia ser seguida à risca, para se evitar desvios à esquerda e à direita, que, infelizmente, marcaram a sua trajetória. De qualquer sorte, os cursos de capacitação tinham a maior importância no interior da vida partidária.

Seguindo a máxima leninista de que *sem consciência revolucionária não há movimento revolucionário* e a recomendação de Stálin de que *a prática, sem teoria, é cega*, o PCB encetou desde 1951 grandes esforços na criação e funcionamento de uma rede de "escolas" por todo o país. Nelas davam-se cursos, em sistema de internato, cuja duração variava de três dias a três meses. A mobilização de recursos para essa tarefa foi considerável. Nesses cursos

Arruda sejam as mesmas pessoas, o fato é que foi na condição de secretário de um alto dirigente do CC nessa época que Mário Alves viajou para a URSS. Peralva, no entanto, se refere a Souza e Arruda como diferentes pessoas.

¹³⁷ BEZERRA, Gregório, *Memórias, 1946-1969*, p.114.

transmitia-se a experiência de funcionamento da máquina partidária, forneciam-se rudimentos de Economia Política e Filosofia, tudo de acordo com os compêndios soviéticos. Em alguns deles, marginalmente, ensinava-se a fabricar coquetéis Molotov, a enfrentar a cavalaria jogando punhados de cortiça no chão para que os animais escorregassem e caíssem e outras lições de combate de rua. Mas o principal era sempre o aprendizado da teoria.¹³⁸ Em 1954, durante o IV Congresso, Jacob Gorender, um dos responsáveis por esse setor, deu o seguinte informe: *A partir de 1951, até agora, passaram pelos cursos elementares do partido, de 4 e menos dias, 1960 alunos; pelos cursos médios, de 6 a 15 dias, 1492; e pelo curso superior do Comitê Central, 554 alunos.*¹³⁹

Marco Antônio Tavares Coelho, que militou no PCB até 1976, participou de um desses cursos superiores de longa duração. Sua pós-graduação, segundo suas próprias palavras. Foi no segundo semestre de 1955, no Rio de Janeiro. Era realizado numa escola clandestina, dirigida por Mário Alves, que havia retornado de Moscou, onde estudara na Escola de Quadros do PCUS.

Além de aluno, fui o responsável pelo "coletivo", a fim de ajudar a resolver pequenas questões." Entre os participantes das diversas turmas, encontravam-se militantes latino-americanos que vinham aprender no Brasil os princípios do marxismo segundo o Manual de Economia Política da Academia de Ciências da URSS. Inicialmente havia um grupo de aulas sobre a evolução dos modos de produção, desde o comunismo primitivo até o capitalismo. A seguir, passava-se ao estudo do capitalismo, com ênfase na questão da mais-valia. Depois, entrava-se no exame do imperialismo. Na segunda parte, eram analisados os problemas da construção do socialismo. Num terceiro bloco, havia as lições sobre a situação do Brasil e algumas aulas especiais. A programação repetia mais ou menos o método do Curso Stálin, diz Marco Antônio. "Pela manhã, quatro horas de aula, com três intervalos. À tarde, estudo individual e à noite uma sabatina. A grande maioria das aulas foi dada por Mário Alves, excelente expositor, capaz de transmitir com clareza e sem monotonia qualquer tema. Com brilhantismo e profundidade ele conduzia os debates. Amazonas e Marighella igualmente eram bons professores. Quinzenalmente havia intervalos de um dia para descanso. Nada se fazia nem se estudava. À noite, exibíamos filmes como o *Encouraçado Potemkin* e promovíamos atos recreativos. No fim do curso, outra novidade. Mário Alves, como diretor, fez uma avaliação do aproveitamento de cada um dos alunos, dando notas e conselhos a cada participante.¹⁴⁰

¹³⁸ PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*, p.21.

¹³⁹ Idem, *ibidem*. No livro, o mencionado informe é mencionado como de autoria de Sabino Bahia, codinome de Jacob Gorender. Nome de guerra que evidencia a simpatia do dirigente pelas questões históricas ao referir-se ao líder da Sabinada, movimento mulato-federalista que sacudiu Salvador na primeira metade do século XIX.

¹⁴⁰ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho, as memórias de um comunista*, pgs. 155,156 e 157.

Em 1956, o partido criou uma Seção Nacional de Educação, coordenada por Mário Alves e integrada por vários membros, entre os quais, Marco Antônio Tavares Coelho, Alberto Castiel, que havia retornado de Paris, onde estudou Filosofia, Fanny Tabak e Clara Sharf, mulher de Carlos Marighella. A este grupo dirigente, viriam integrar-se outros quadros, como Apolônio de Carvalho e Renée, sua mulher e João Pedro Francisco.

Aqui é preciso fazer um parêntesis. Para formar seus altos dirigentes, o PCB começou a organizar, já em 1950, embaixadas especiais à URSS, escolhendo para isso os seus mais destacados militantes. Isto porque, os cursos dados pelo próprio partido formavam apenas, segundo Osvaldo Peralva, os cabos e sargentos do exército revolucionário. Os elementos mais categorizados, os quadros da oficialidade, deveriam sair da escola do PCUS. Os soviéticos tinham o PCB na conta do mais importante partido de esquerda da América Latina. Era o mais numeroso, havia passado pelo ensaio geral de 1935, tal como a Rússia passou pelo ensaio de 1905, possuía um dirigente de grande prestígio, dava mostras de combatividade e seguia fielmente a orientação de Moscou. Só lhe faltava quadros marxista-leninistas devidamente preparados. Isso, a URSS estava disposta e tinha interesse em bancar. Queria formar esse pessoal capacitado para a tática e a estratégia revolucionárias, gente capaz de abalar e fazer ruir, através da agitação e propaganda o regime capitalista e edificar uma nova ordem social. Entre 1951 e 1955, o PCB enviou três turmas consecutivas para essa preparação de três anos em Moscou. Mário Alves embarcou na segunda turma, a mais numerosa de todas as três, com cerca de 50 elementos. Permaneceu na URSS de 1953 a 1955. Peralva, que integrou esse grupo, relembra:

Entre nós havia gente procedente de todos os cantos do país, pretos e brancos, homens e mulheres, solteiros e casados, trabalhadores braçais e intelectuais, ex-militares profissionais e reservistas de terceira categoria, militantes de células e altos dirigentes do Comitê Central – mas todos funcionários remunerados do pesado aparelho burocrático do PCB.¹⁴¹

Antes do curso propriamente dito, os alunos passavam por uma espécie de adaptação, predominando as conferências sobre aspectos elementares do marxismo e análises da conjuntura internacional. Depois é que começavam as matérias fundamentais: Filosofia, Economia Política e História do Partido Comunista da União Soviética.

Em verdade, tratava-se aqui de transmitir-nos toda a experiência de lutas do PCUS, que participara de três revoluções – as três maiores revoluções do primeiro quartel

¹⁴¹ PERALVA, Osvaldo. *Op. cit.* p. 27.

deste século (XX) no mundo: a de 1905-1907, a de fevereiro-março de 1917 e a de outubro-novembro de 1917. Todas as particularidades da tática e da estratégia empregadas nessas revoluções, todos os meios e formas de atrair, mobilizar e dirigir as massas trabalhadoras para as lutas insurrecionais, as características daquilo que Lênin chamava de "situação revolucionária", a experiência dos erros cometidos tanto pelo PC como por outros partidos, nesses movimentos, enfim tudo isso que constituía a "arte da revolução" foi compendiado e ministrado em aulas para nós. Tínhamos ainda o estudo do russo, considerado de grande importância porque nesse idioma, falaram e escreveram o gênio da revolução proletária, Vladímir Ilítch Lênin e seu discípulo Ióssif Vissariônovitch Stálin.¹⁴²

Apolônio de Carvalho, que esteve nessa mesma turma, assinala que haviam diferentes níveis de militantes, segundo sua própria estratificação cultural:

Alguns se destacavam, verdadeiramente. Com uma base maior, compreende? Uma base acumulada de domínio da Filosofia, Economia, da cultura em geral. Essas pessoas não encontravam tudo sob a marca do novo, mas como a marca de um estudo mais aprofundado e definitivo. Sobretudo porque essas turmas de alunos refletiam também aquilo que seria o reflexo de nossa sociedade no domínio da cultura. Havia companheiros que tinham um conhecimento muito alto de história, das outras línguas, de conhecimento da Economia. Mas tinham também companheiros que eram camponeses ou operários. Tinha, inclusive, operários que não sabiam escrever nitidamente. Destaco entre os mais qualificados na minha turma, as figuras de Mário Alves, João Amazonas e Pedro Pomar.¹⁴³

Algumas vezes, os camaradas russos se excediam na condução desses cursos, no relato de alguns dos seus participantes. Antônio Paim e Osvaldo Peralva classificam a postura de alguns militantes do PCB na Escola Superior como de submissa de referência à postura arrogante e despropositada de alguns dos instrutores. Dois fatos mencionados por Peralva são dígno de destaque pelo que representam para a reconstituição da vida de Mário Alves. O primeiro está relacionado a João Batista de Lima e Silva, colega de turma de Mário Alves da época Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na Bahia. Em visita a Moscou, secretariando uma delegação de intelectuais, João Batista, então diretor da Voz Operária, foi abordado pelo

¹⁴² Idem, p. 27 e 28. Na Escola Superior do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, os brasileiros deveriam ficar durante três anos, mas os companheiros russos arranjaram um jeito de reduzir esse tempo pela metade. Num casarão onde funcionou originalmente a Universidade Lênin, os militantes do PCB recebiam seis horas de aulas por dia, com intervalos de dez minutos de uma para outra, no turno da manhã. Após o almoço, os estudos continuavam até as 16 horas. Depois disso, havia a consultática, período de meia hora para esclarecimentos com os professores. Depois delas, os participantes entregavam-se ao jogo do dominó até soar a campainha para o jantar. À noite era reservada para os estudos individuais. A rotina só era quebrada aos sábados e domingos, quando era possível patinar e esquiar. No verão, os esportes eram o vôlei e o futebol. Outra opção era o passeio de bicicleta. O confinamento e a disciplina atendiam as necessidades de rápido retorno dos quadros para o país, onde continuava a se supor, a revolução estava em curso e logo se encontraria com os seus comandantes.

¹⁴³ Apolônio de Carvalho, entrevista concedida ao autor em janeiro de 2002.

chefe da Seção Estrangeira do Comitê Central do PCUS, Andriei Mikháilovitch Sivolóbov, funcionário de carreira que, por acaso, era instrutor do curso da Escola Lênin. Queria o burocrata soviético informações, pormenores da vida interna do PCB. Batista argumentou que não tinha autorização para informar coisas desse tipo. Sivolóbov quis saber, então, quantos comitês de libertação nacional haviam sido organizados no país.

João Batista afirmou que uns dois ou três, mas que já haviam se desmobilizado. Surpreso, pois o PCB mentia a respeito desse fato exagerando o seu trabalho, o burocrata russo, pretextando outro motivo exigiu a demissão de João Batista da Voz Operária. A chegada de cada número do jornal em Moscou era acompanhada do protesto de Sivolóbov. Mais uma vez, os dirigentes brasileiros tiveram que mentir alegando que as leis do país dificultavam a demissão de jornalistas de cargos de direção.

A vaidade do burocrata era doentia, diz Peralva. No curso para os brasileiros ocorreu outro episódio expressivo, este relacionado diretamente a Mário Alves. O funcionário russo organizou um seminário sobre questão agrária no Brasil. Mário foi à tribuna e leu o seu trabalho. Tomando por base os dados estatísticos disponíveis na escola, ele chegara à conclusão de que, em bloco, no Brasil, as pequenas propriedades eram mais produtivas que as grandes.

Sivolóbov, que presidia o seminário, interrompeu-o. Disse-lhe, moderadamente, que aquilo era falso, pois Lênin afirmara exatamente o contrário. Mário Alves tentou fazer ver que nessas grandes propriedades arrolados na estatística disponível, certamente, estavam incluídos muitos latifúndios improdutivos. Mário não chegou a concluir seu raciocínio.

Sivolóbov, com o rosto avermelhado como se o houvesse mergulhado numa bacia de sangue, as veias do pescoço intumescidas, ergueu-se e ordenou que Mário se sentasse. Foi então ele próprio à tribuna e, com a fúria de um energúmeno, fez um acalorado discurso em defesa da tese leninista. Nas afirmações de Máritch (pseudônimo usado pelo autor) ele descobriu não sei que diabólicos desvios, não sei que suspeitas implicações reacionárias. Falava, falava em russo, com tradução para o espanhol e de vez em quando esticava o indicador na direção de Máritch, e gritava-lhe: Panimaich íli niet? (Compreendes ou não?) O episódio não acabou aí. O soviético exigiu a demissão de Mário Alves do Comitê Central. A intervenção de Arruda Câmara em favor de Mário Alves e os desdobramentos decorrentes do XX Congresso, tornaram sem efeito as pressões de Sivolóbov.¹⁴⁴

A bem da verdade, Mário Alves, era, nessa época, suplente do Comitê Central, não membro efetivo como sugere Osvaldo Peralva.

¹⁴⁴ PERALVA, Osvaldo. *Op. cit.* p.50 e 51.

Para trás ficara o Brasil e a família. O país mudara bastante desde o retorno de Vargas ao poder pela via do voto. E apesar do sectarismo do PCB, o partido tomou parte em campanhas memoráveis como a de defesa do petróleo, que ganhou dimensão nacional a partir de dezembro de 1951. Em 1952, apesar da resistência da direção, uma resolução devolveu os comunistas à prática sindical, rompendo o esquerdismo contra as entidades oficiais e ajudando o trabalho de massa. A atitude nacionalista de Vargas, a industrialização do país e a ação visível do proletariado anunciam novos tempos nos embates de classe.

Conseqüente com sua firme intervenção em defesa dos oprimidos, o PCB participou ativamente na luta dos posseiros em Porecatu, no Paraná. Salomão Malina, encarregado do setor militar do partido, afirma que no final da década de 1940, se julgava que o movimento camponês na área poderia ser o início da luta armada no país. Tal impressão levou o partido a enviar para a região alguns militantes, entre os quais, Hilário Pinha e João Saldanha. Os comunistas tiveram papel ativo na resistência e na organização camponesa, mas a sensibilidade do Governo impediu o alastramento do movimento, atendendo os pleitos dos lavradores e evitando o confronto.¹⁴⁵

Embora o IV Congresso do PCB em nada tenha alterado a linha esquerdista do partido, sua prática já não obedecia, de fato, aos ditames de cima. A morte de Vargas, impedindo o golpe de direita e a ascensão de Juscelino, assegurada pelo Marechal Lott, vão colocar o Brasil numa quadra de relativa tranqüilidade política e desenvolvimento econômico, sob o lema juscelinista dos "50 anos em 5". Entre os comunistas brasileiros, contudo, o que vai causar impacto violento e proveitoso, são as revelações do Relatório Kruchev, denunciando os crimes de Stálin no XX Congresso do PCUS, fato ocorrido em fevereiro de 1956. O relatório, tido inicialmente como suspeito, cai como uma bomba sobre o PCB. O vendaval que se segue muda completamente o rumo dos comunistas no Brasil.

Quando Mário Alves viajou para a União Soviética pela primeira vez, Dilma e Lúcia, esposa e filha, respectivamente, ficaram em Quintino Bocaiúva, morando com um companheiro de partido e sua família. A menina tinha apenas seis anos de idade. Da época de

¹⁴⁵ ALMEIDA, Francisco Inácio de. *A luta de Salomão Malina, o último secretário*, pgs. 37 e 38. "Na verdade, lá (em Porecatu) havia latifúndios improdutivos que foram sendo desbravados pelos "sem-terra". Estes ocuparam terras abandonadas e foram viver ali com muitas dificuldades, sem nenhum tipo de infra-estrutura. E plantaram café. Quando a guerra acabou, em 1945, o preço do café no mercado internacional foi para as alturas. Então, como é comum no Brasil, apareceram os donos das propriedades que nada valiam, entre os quais Moisés Lupion, governador do Paraná." Ameaçados de expulsão os lavradores reagiram e aí houve um início de luta armada, uma ação de autodefesa dos que viviam ali.

clandestinidade exagerada, Lúcia recorda a dificuldade de convivência com os vizinhos sempre desconfiados da movimentação no "aparelho". No filtro de sua memória vem a lembrança de uma vida marcada pela insegurança psicológica e pela áurea de mistério, coisas acima do entendimento de uma simples criança:

Eu tinha a maior dificuldade para brincar porque eu não podia levar crianças dentro de casa, uma vez que ali haviam coisas do partido, haviam segredos...Eu participava das brincadeiras coletivas mas com restrições, né? Quando as condições de segurança pioraram, fomos para um aparelho em Jacarepaguá. Recordo que quando íamos visitar a família, minha mãe seguia de olhos vendados e eu pelo caminho falava: eucalipto, eucalipto, me referindo às árvores do transcurso. Me mandavam calar para minha mãe não saber que no caminho havia isso. Tudo isso, lógico, me fazia uma criança diferente das outras. Eu nunca sabia o que podia falar, quando podia falar, se podia falar".¹⁴⁶

A dificuldade em manter uma criança durante três anos nessa situação, levou a mulher de Mário à difícil decisão de se separar momentaneamente da filha, enviando-a à Bahia, a casa dos avós paternos. Circunstância que causou ainda mais transtornos à Lúcia que por isso perdeu momentos preciosos de convívio com os pais. À frente, bem à frente, viriam novas separações e novos transtornos.

O radicalismo retórico do final dos anos 40 e começo dos anos 50 foi sendo desqualificado ao longo do tempo. A imposição dos fatos da realidade levava as bases do PCB a políticas descoincidentes com a linha oficial. Foi assim com o movimento sindical e também no campo político-eleitoral. Da pregação do voto nulo em 1950, o partido evoluiu para o apoio a Juscelino em 1955. Ademais, a irrupção do nacionalismo como fenômeno de massa após a morte de Vargas, quebrara a hegemonia comunista no movimento de massa. Era preciso promover ajustes urgentes para superar o sectarismo da fase do "exército popular de libertação nacional" uma vez que o país andava na direção inversa do partido.

A "courage ideológica" resistia, mas não encontrava eco nas bases da organização, muito menos no movimento de massas. O movimento real da sociedade contribuía para o enterro do sectarismo. Após a morte de Vargas, a ala esquerda do PTB se aproximou do PCB e dessa parceria no meio operário, surgiu a unidade de luta em torno a princípios comuns. A reação da direita à Juscelino e a intervenção de Lott, revelaram aos comunistas nuances e diferenças no seio da hierarquia militar. Neoliberais, desenvolvimentistas e nacionalistas radicais irrompiam nos embates jornalísticos e eleitorais e ganhavam uma dimensão espetacular quando opunham

¹⁴⁶ Lúcia Vieira Caldas, entrevista concedida ao autor em janeiro de 2002.

os verdadeiros patriotas aos entreguistas.¹⁴⁷ Em poucas palavras: o país ficara mais complexo e exigia de seus dirigentes respostas mais convincentes aos problemas de seu crescimento, entre as quais, melhores condições de vida para sua gente.

Mário Alves retorna ao país, em 1955, após longa especialização em marxismo-leninismo. Aos 32 anos de idade, com quase duas décadas de militância, amplamente prestigiado entre seus companheiros e já tido como um dos mais importantes dirigentes partidários, começaria no final desse ano sua marcha ascensional para a alta hierarquia comunista. Uma quadra gloriosa se abria em sua vida de "capa preta" permitindo sua livre circulação entre as várias organizações partidárias e, principalmente, devolvendo a ele as condições de atuação com as quais se familiarizara na sua jornada baiana nos movimentos de massa. Vários fatores contribuíram para isso.

Em primeiro lugar, a violenta crise em que mergulhou o PCB e o processo de luta interna que, iniciado em 1956, durou todo o ano de 1957. E em segundo, mas não menos importante, o clima de estabilidade política em que entrou o país no período de Juscelino Kubitschek. O reencontro e a convivência com a família permitiram o conforto e a tranquilidade indispensáveis aos novos desafios a serem enfrentados. As condições para o desempenho de suas missões eram as ideais, pessoal e politicamente falando.

Um duro aprendizado havia se concluído, a familiaridade com os dirigentes lhe permitira conhecer com segurança a capacidade de cada qual, suas qualidades e deficiências. Aliava-se a isso o domínio do funcionamento da máquina partidária. Sob a escola stalinista aprendera os rudimentos do marxismo e como homem intelectualmente sofisticado que era já devia estar saturado dos dogmas e maniqueísmos soviéticos. Lá mesmo, em Moscou, pessoalmente, comprovava as descondições entre as formulações stalinistas e a dura realidade do regime

¹⁴⁷ SKIDIMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*, p. 117 e segs. O autor faz uma excelente análise das vertentes neoliberal, desenvolvimentista-nacionalista e nacionalista radical, reportando a origem do fenômeno ao Governo Dutra, a partir de quando começa a entusiasmar formadores de opinião. Skidimore adverte, contudo, que seria um erro encarar essas três vertentes como posições facilmente identificáveis, adotadas por grandes grupos sociais. "Eram antes posições analíticas assumidas por um pequeno número de escritores e jornalistas. Na prática, nem ao menos se excluía mutuamente. O mesmo indivíduo, ou setor econômico, podia tomar emprestada a linguagem de qualquer uma, ou mais do que uma das três, sem se comprometer inteiramente com a fórmula completa. Era, contudo, possível identificar as tendências predominantes, em termos dessas fórmulas, dentro de cada um dos grandes partidos. A gama se estendia da União Democrática Nacional, cujos membros, em sua maioria, se filiavam ao neoliberalismo, passando pelo Partido Social-Democrático, dentro do qual alguns líderes urbanos eram adeptos do desenvolvimentismo-nacionalismo, até o Partido Trabalhista Brasileiro, mais maciçamente a favor do desenvolvimentismo-nacionalismo, e finalmente, à ala esquerda do PTB ou mesmo do PCB, que adotavam o nacionalismo radical. Essas posições partidárias, estavam longe de ser homogêneas. No entanto, representavam a tendência dominante dentro de cada grupo."

socialista. Mais que isso, pudera ver na prática a dinâmica do dogmatismo que imperava nos ensinamentos do PCUS. Agora, as condições objetivas, pondo em cheque os postulados stalinianos, ofereciam a oportunidade de realizar a sua própria intervenção na orientação política do PCB, tarefa para a qual se sentia não apenas preparado como julgava ser seu dever de dirigente partidário. Vejamos, pois, como a desestalinização, em 1956 e o governo Juscelino contribuíram para levar Mário Alves à linha de frente do PCB e lá, junto a outros destacados companheiros, abrir para o partido uma nova fase em sua longa trajetória, marcada pela enorme influência no meio sindical, estudantil, entre os operários, a classe média, intelectuais e militares de baixa patente e, apesar de não ter representação parlamentar, no Congresso Nacional. Momento, sem dúvida, onde o partido conseguiu a sua mais bem sucedida e criativa inserção na vida política brasileira, vivendo o ápice de seu prestígio.

O XX Congresso do PCUS, realizado em fevereiro de 1956, abalou fortemente o movimento comunista internacional. O relatório secreto de Nikita Krushev, secretário-geral, revelando as atrocidades do período stalinista, caiu como uma bomba sobre a opinião pública e acertou em cheio os PCs de todos os países. Abriu uma etapa de dilaceramentos, traumatismos e dolorosas autocríticas e no Brasil, arrastou o PCB para o olho de um furacão que opôs frontalmente renovadores e conservadores. A direção partidária levou oito meses para reconhecer oficialmente o fato no que foi atropelada pela discussão não autorizada promovida pela imprensa partidária e vários grupos dissidentes rebelados.

Choques, fraturas e cisões empurraram o partido para a sua mais séria e profunda crise e nela se enfrentaram os velhos dirigentes stalinistas e os seus críticos, cognominados, inicialmente, "abridistas" e "fechadistas" por causa das suas atitudes em relação à necessidade de revisar ou não as postulações prevaletentes na direção do PCB desde 1948.¹⁴⁸ Vários

¹⁴⁸ *PCB, 1922-1982, Memória Fotográfica*, p.110. As dissidências internas e as várias cisões do PCB marcaram a vida do partido. Foram mais numerosas do que os congressos – apenas seis, até os anos 60 – e conferências nacionais – quatro. O anarquismo, o obreirismo, o trotskismo e o liquidacionismo atormentaram a vida partidária levando os membros do PCB a lutas ideológicas mais ou menos intensas, sob fortes acusações de desvios daqueles que se desgarravam da linha oficial prevaletente. Nenhuma dessas crises, no entanto, ganhou a dimensão da de 1956. Stálin representou muito para o movimento comunista mundial: líder de primeira experiência socialista no mundo foi guindado a condutor do movimento comunista internacional, aumentando ainda mais o seu prestígio com a vitória militar sobre o fascismo. Sob o culto a sua personalidade, formou-se toda uma geração de líderes mundiais das lutas socialistas. O desabamento político de sua figura, promovido pelo PCUS três anos depois de sua morte, foi um verdadeiro choque para os que militavam no PCB, disseminando o descrédito no interior das organizações ligadas ao partido. A decepção levou muitos à debandada e colocou sob suspeita a áurea heróica e de dignidade que era um distintivo do militante de esquerda na época. A reprodução do culto internamente, com exagerada promoção pessoal de Luís Carlos Prestes, quase leva de roldão o secretário-geral do PCB, salvo por uma habilidosa operação política que custou a defecção de muitos e importantes quadros dirigentes do partido.

autores tratam dessa fase crítica do PCB, mas, sem qualquer dúvida, Osvaldo Peralva foi quem melhor resumiu o clima da luta interna, muito embora sua análise do problema não tenha levado a sua corrente à vitória. Sua ilusão a respeito de uma autocrítica geral com a conseqüente renovação da atmosfera partidária logo se desfez.

A presença e influência do grupo conservador era um fato. Para se ter uma idéia, seu mais importante expoente, Diógenes de Arruda Câmara, delegado oficial do PCB ao XX Congresso, preferiu ir à China após tomar conhecimento dos feitos de Stálin, só retornando ao Brasil muitos meses depois. Os "abridistas" resolveram, no dia 6 de outubro, deflagrar o debate cerceado pela direção. Combinaram uma correspondência entre o editor do jornal econômico do partido, *Emancipação*, Maurício Pinto Ferreira, e João Batista Lima e Silva, redator da *Voz Operária*. Ferreira, na sua correspondência, estranhava a calma. João Batista detonava o assunto. Foi assim que no dia 6 de outubro o debate interno se iniciou no órgão oficial do PCB com um artigo sob o título. *Não se pode adiar uma discussão que já se iniciou em todas as cabeças.*¹⁴⁹

Dois meses antes, o PCB tinha realizado um encontro ampliado com a presença de altos dirigentes, intelectuais, jornalistas, além de quase todos os membros efetivos e suplentes do Comitê Central, à exceção de Prestes, pelas sempre alegadas razões de segurança. Marco Antônio Tavares Coelho, responsável pelo aparelho da reunião, lembra a perplexidade geral prevalecente. Mesmo entre experientes dirigentes como Giocondo Dias, Astrojildo Pereira e Carlos Marighella. A reunião estendeu-se por diversos dias e as maiores críticas recaíam sobre a Comissão Executiva, o grupo Arruda, Amazonas, Grabois e Marighella.

Dessa reunião resultou pouca coisa. Críticas amargas, autocríticas dramáticas, como a de Marighella. Desconversas manhosas, resistências e até ofensas pessoais marcaram o encontro. Prevaleceu ali a tendência de culpabilizar Prestes, o que não deixava de ser uma forma de culto à personalidade às avessas. Marco Antônio assinala que entre alguns velhos militantes a preocupação era o bom senso: o que fazer a partir daí? Entre eles estavam Dinarco Reis, Câmara Ferreira, Ramiro Luchesi e Antônio Chamorro. *Mas, dois deles, de forma especial, com segurança e clarividência, apontavam o caminho – Armênio Guedes e Mário Alves.*

¹⁴⁹ PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*, p. 258. Ex-liderado de Arruda Câmara, Peralva é particularmente duro no seu livro de memórias, publicado em 1960, portanto, muito próximo aos fatos que trata. Os detalhes da luta interna, na intimidade, são dados por ele, que não esquece de assinalar as várias ameaças de dossiês sobre a vida particular dos dirigentes, as agressões físicas e momentos dolorosos como a invasão da sede da imprensa partidária pelo grupo majoritário, fato que causou enorme constrangimento entre a militância. Era a luta, afinal.

Eram, na visão de Marco Antônio Tavares Coelho, dois dirigentes diferenciados. Armênio, dotado de talento extraordinário e enorme sagacidade política. Mário, *uma das figuras mais inteligentes e cultas entre os comunistas brasileiros, dotado de raciocínio ágil, sendo quase impossível vence-lo num debate.*¹⁵⁰

Na reunião de outubro do Comitê Central, foi aprovado um Projeto de Resolução declarando aberta a discussão na imprensa partidária, oficializando assim a discussão já iniciada à revelia da direção.

Mário Alves se integrou ao debate logo que retornou da China, onde foi representar o PCB no VIII Congresso do PC Chinês, realizado em setembro. Ao lado de Jacob Gorender, Giocondo Dias, Armênio Guedes, Alberto Passos Guimarães, Calil Chade e Carlos Marighella participou do esforço de superação da crise, buscando a saída mais realista e politicamente satisfatória para o partido. No entender de Osvaldo Peralva, Mário integrou uma terceira corrente, cuja tática bem sucedida consistiu num primeiro momento, em apoiar a corrente enfraquecida (conservadora), revitalizando-a para que pudesse derrotar a corrente em ascensão (renovadora). Posteriormente, incorporando elementos do discurso renovador, atacou o grupo conservador, amplamente desmoralizado, ocupando o coração político do partido, isto é, o *Presidium* e o Secretariado.

No embate ideológico interno, compunham essas três correntes as seguintes forças e pessoas (alguns com sobrenome), segundo Peralva: 1) *Renovadores*: Sinédrio (um grupo de jornalistas de renome no PC), grupo de Agildo Barata, maioria dos componentes da Comissão Central de Finanças, parte do Comitê Regional de São Paulo, parte do Comitê Regional da Bahia, o Comitê Regional Sul-Baiano, militantes do Rio Grande do Sul e do Ceará; principais dirigentes da União da Juventude Comunista, a maioria da Comissão Sindical, da Comissão de Massas e da Comissão de Agitação e Propaganda do Comitê Central; 2) *Conservadores* – O grupo de João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Marighella, Diógenes de Arruda Câmara (com vacilações), Luiz Teles, Cid, e dirigentes de menor expressão; 3) *Terceira Corrente*, a que Peralva pejorativamente intitulou *pântano*, por não ser nem propriamente terra, nem propriamente água, conforme sua interpretação: Galdino, Mário Alves, Jacob Gorender e muitos outros, inclusive fora do Comitê Central. A este grupo, se incorporou à frente o secretário-geral. Muitos outros realizaram esse mesmo percurso, como

¹⁵⁰ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 167.

Marighella, Luiz Teles e Cid, vindo da ala conservadora, Outros, saindo da ala renovadora em direção à terceira via, como Roberto Morena e Armênio Guedes.¹⁵¹

As divergências da luta interna levaram Mário Alves a se bater com antigos e queridos amigos. Foi o caso de João Batista de Lima e Silva, renovador, do próprio Arruda, ultra-conservador, e duros rivais, como Osvaldo Peralva. A luta pelo controle da imprensa partidária, principal meio de expressão pública do PCB provocou desagradável incidente com Peralva que foi defenestrado, substituído por Mário Alves na direção do semanário *Voz Operária*, em fevereiro de 1957. O episódio deixou seqüelas. No seu livro de rompimento com o PCB, publicado em 1960, Peralva atira para todos os lados e denuncia a máquina desumanizante do partido, salientando o perfil de vários de seus dirigentes. No seu relato, Mário Alves – com um pseudônimo inútil, pois quase homônimo – recebe áspero tratamento, algumas vezes jocoso e mesmo ofensivo.

Em artigo do *Novos Rumos*, o dirigente comunista resenhou o livro sob o título *Auto-Retrato do Sr. Peralva*. Destoando do seu estilo sarcástico, classifica o trabalho de repugnante e o seu autor de desertor, *uma vez que vende o seu passado revolucionário de modo infame e delatou à polícia o movimento a que pertenceu*. Nenhuma palavra a respeito das apreciações de Peralva sobre si mesmo. Curto e duro, portanto.¹⁵² Em junho, Gorender assumiria a *Imprensa Popular*, diário comunista carioca. Os dois localizavam-se na Cinelândia e eram as mais importantes publicações do PCB na época. As mudanças não foram operadas sem traumas. Mas eram, além de necessárias, inadiáveis. O PCB precisava se recompor e o controle da máquina de propaganda era indispensável.

Por cima, na alta política partidária, os baianos articulavam a saída para crise. O responsável direto pelo feito foi Giocondo Dias, que substituiu Arruda como novo homem de confiança de Prestes. Aquela altura, o secretário-geral do PCB estava convencido de que era necessário realizar modificações na Comissão Executiva que abrissem caminho às inovações na linha política. Dias recorreu a Mário Alves e Jacob Gorender para redigirem o documento justificador das alterações na direção. Numa noite de julho de 1957, os dois foram levados a uma casa no subúrbio carioca em que Prestes ainda se encontrava clandestino. No dia seguinte, escreveram o documento a respeito do qual Prestes fez observações menores. Em agosto, Prestes compareceu à reunião plenária do Comitê Central, a primeira em dez anos. Ali se decidiu o mais importante: o controle do poder. Arruda, Amazonas e Grabois foram

¹⁵¹ PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*, p. 338.

¹⁵² *Novos Rumos*, 06 a 12 de janeiro de 1961.

removidos da Executiva e a ela ascenderam Giocondo Dias e Mário Alves. Mas só em dezembro, a alta direção decidiu-se por alterações programáticas profundas. Giocondo Dias, Mário Alves, Armênio Guedes, Jacob Gorender e Alberto Passos Guimarães, alagoano de origem, mas residente na Bahia durante bastante tempo, foram convidados a elaborar um documento alternativo ao da comissão eleita no pleno de agosto, que seria apresentado por Prestes no novo pleno do Comitê Central. Tratava-se de um assunto ultra-secreto, fora do alcance até mesmo da Comissão Executiva.

Entre dezembro de 1957 e fevereiro do ano seguinte os baianos se entregaram a essa missão, da qual resultou a Declaração de Março de 1958. Mas esse é assunto para o próximo capítulo.

Em ensaio especialmente dedicado à crise do pensamento comunista da década de 1950 e a irrupção de novas formulações daí decorrentes, Raimundo Santos considera que o custoso esforço de superação do dogmatismo empreendido entre 1954 e 1957 levou o partido a distanciar-se do populismo russo e chinês *em direção a um pensamento muitíssimo mais moderno que a cultura prevalecente na esquerda da época*. Santos atribui à morte de Getúlio, ao impacto do XX Congresso e a perda de hegemonia da esquerda no meio sindical a necessidade dos comunistas de reverem a sua linha política.

A estreiteza e o sectarismo da leitura da sociedade brasileira advinda com o IV Congresso, de 1954, dificultavam a imersão dos comunistas na dinâmica concreta das forças políticas. Tal visão consagrava uma imagem do país sob iminente risco de colonização, numa relação de dependência completa do imperialismo norte-americano, cujo processo de militarização em curso arrastaria o Brasil à guerra. Os governos da época, Getúlio, primeiro, depois, Café Filho, eram governos de "traição nacional, latifundiários e capitalistas", cujo enfrentamento devia ser operado pela política de confronto de classes.¹⁵³

Os fatos viriam contraditar as interpretações dogmáticas do PCB e desacreditar as teses da direção stalinista já contaminada pela revolução chinesa, ocorrida em 1949, de onde foram extraídas as idéias da Frente Democrática de Libertação Nacional e, principalmente, do Exército Popular de Libertação Nacional. Vinhas foi o primeiro a chamar a atenção para a pressão de fora sobre a "couraça ideológica" que encobria o pensamento comunista de então. Tese retomada por Santos no referido ensaio e que aponta para três mutações significativas que antecedem a Declaração de Março, muito embora ainda não representem alterações estruturais no pensamento anterior. Com a morte de Vargas, arrastado pelas mobilizações e

¹⁵³ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, p. 32 e 33.

com as tentativas de golpe e, sobretudo o contragolpe de Lott, garantindo a posse de Juscelino, os comunistas tiveram que reconhecer a diferenciação no interior das forças políticas atuantes na conjuntura, perderam a ilusão de sua hegemonia no interior de uma coalizão política e, decididamente, passaram a valorizar as liberdades democráticas cada vez mais como via privilegiada para a conquista de direitos e atendimento das reivindicações populares.

A política de princípios do IV Congresso vai cedendo lugar à inserção efetiva na conjuntura aonde os comunistas irão acumulando forças para pressionar o partido para uma orientação mais realista e conforme as exigências da dinâmica social. Aos poucos, diz Santos, os fatos vão quebrando as resistências e a luta interna que explode em 1956 acabará por arrebeitar o "gueto" arrudista estabelecendo uma ponte entre a organização partidária e a sociedade brasileira. A quebra do isolamento tem um preço alto sendo os comunistas obrigados a lavar toda a roupa suja acumulada por anos de stalinismo hegemônico. Rompimentos, deserções, defecções, denúncias e inimizades vão se somar na pesada conta paga para exorcizar o fantasma stalinista, mas a busca de uma reflexão realista sobre a sociedade brasileira amparada na visão marxista da realidade resulta como o mais expressivo benefício desse momento de catarse do partido.¹⁵⁴

Juscelino Kubitschek (1956-1961) teve um papel importante no retorno do PCB à vida institucional brasileira. Não lhe conferiu a legalidade almejada em troca dos votos, decisivos, para sua apertada vitória eleitoral. Mas nunca atrapalhou o funcionamento, de fato, da máquina partidária que pode respirar novamente depois de anos de dupla-militância, de vida em aparelhos e traumas com a polícia. No governo Juscelino o PCB trocou as reuniões

¹⁵⁴ SANTOS, Raimundo. *Crise e Pensamento Moderno no PCB dos anos 50*, p. 135 a 155: "Diante da crise do stalinismo e ante uma conjuntura em mutação, o núcleo dirigente em ascensão adotará uma nova política ambígua em muitos pontos, mas guardando pertinência com a situação do país, e com ela procurará dar maior eficácia à ação do partido, obtendo a sua legitimidade reprodutiva como novo grupo dirigente". Gorender, em seu *Combates nas Trevas* e Moisés Vinhas em *O Partidão* fazem uma reflexão ponderada da crise da época e dos avanços que suscita. Já Peralva, ressentido pelo fechamento da abertura que resultou da condução do processo, desconhece completamente os seus benefícios, seja do ponto de vista político, seja tão somente do ponto de vista de uma melhor compreensão da sociedade brasileira. O fato é que a inserção do PCB na vida institucional brasileira entre 1958 e 1964 será tão profunda quanto o abalo que viveu na crise pós XX Congresso do PCUS. A ascensão do grupo baiano tem muito a ver com esse processo renovador, marcado por uma análise mais criteriosa da sociedade brasileira, pelo reconhecimento de forças políticas progressistas verdadeiramente interessadas no desenvolvimento do país, pela necessidade da aliança dos comunistas com outras forças sociais, pela defesa do regime democrático, pela determinação dos comunistas em obedecerem as regras dadas e seu compromisso de aprofundá-las, abrindo mão de estratégias conspiratórias e violentas como meio de conquista do poder. De alguma forma isso era o oposto ao que se defendeu no PCB entre 1948 e 1954.

secretas por encontros à luz do dia e pôde dedicar todas as suas energias ao seu trabalho de massas. Tal fato aconteceu pela competência política de JK em conduzir a sociedade brasileira naquele momento. Seu nacional-desenvolvimentismo introduziu o país num momento glorioso de industrialização. Valeu-se para isso do grande potencial do mercado interno brasileiro, boa disponibilidade de matérias-primas essenciais, como o ferro e o aço e a disposição de investidores internacionais em investir no país.

Aos capitalistas estrangeiros foi concedido incentivo especial e por causa do tratamento diferenciado as fábricas de automóveis aqui se instalaram e o país, de repente, se movimentava sobre rodas, confortavelmente, e a classe trabalhadora encontrava o que mais queria, emprego. Os investimentos privados eram seguidos de investimentos públicos externos conseguidos com uma boa política de vizinhança com os americanos. O marketing do Presidente JK o apresentava sempre sorridente e confiante num país cuja saída estava no desenvolvimento. O entusiasmo, a esperança e as realizações apontavam para um novo momento no Brasil que deveria avançar meio século em apenas cinco anos para compensar as suas carências e necessidades acumuladas.

Brasília, o símbolo material de todo esse projeto desenvolvimentista, tornou-se o melhor resultado dessa fase otimista do Brasil que, finalmente voltava-se para o seu coração geográfico instaurando uma cidade-política moderna, cuja inauguração representou, sem dúvida, grande momento de afirmação nacional. A presença de Oscar Niemeyer nesse projeto – já então um arquiteto mundialmente conhecido – era o reconhecimento do Presidente pelas nossas "belas artes" e uma viva demonstração de que JK não tinha impedimentos ideológicos.

Niemeyer era, além de um grande arquiteto, notório comunista. De sorte que, até nesse fato, foram os comunistas felizes porque puderam dar a sua contribuição inestimável à arquitetura da nova política brasileira, edificando a cidade que iria sediar o poder.

É claro que as boas relações com o PCB nem sempre prevaleceram. Logo em 1956, por exemplo, ordenou o fechamento do Sindicato dos Trabalhadores Portuários e da Liga de Emancipação Nacional, ambas orientadas por comunistas. Contudo, para contrabalançar a sua repressão à esquerda, em agosto do mesmo ano, aprendeu o jornal direitista *Tribuna da Imprensa*. Tais atitudes, diz Skidmore, se destinavam a suprimir os extremismos políticos e pretendiam convencer as opiniões centristas nas forças armadas e no país de que seu Governo

não permitiria que os radicais de esquerda ou da direita tirassem o Brasil da sua trilha democrática.¹⁵⁵

Se aqui ou ali, no varejo da vida política, JK contrariou de alguma forma, os comunistas, no atacado, foi um amigo do partido. Senão vejamos: as sedes dos comitês espalhadas pelo Brasil afora jamais foram reprimidas; sob o seu governo, o PCB encerra a edição de seu portavoz clandestino *Voz Operária* e inaugura o semanário legal *Novos Rumos*, em 1959, publicação moderna e influente dirigida por Mário Alves e Orlando Bonfim. Para concluir o capítulo: o Brasil viveu sob a influência do Presidente "bossa-nova" um curto e feliz período de sua história recente. De alguma forma, ele contribuiu também para o revigoramento da esquerda e mesmo que não tenha diretamente desejado isso, ajudou o PCB a se por de pé outra vez. Sem essa fase juscelinista, o partido não teria conseguido reunir forças necessárias para o seu desempenho na década de 1960 quando mergulhou no turbilhão golpista de Jânio e exerceu o papel de ator-coadjuvante no governo populista do presidente Jango Goulart.

Mário Alves havia alcançado, então, o auge da sua condição de militante comunista e o coração político do partido. Membro do Comitê Central (30 dirigentes) e da Comissão Executiva (9 dirigentes), era então, o diretor do principal jornal do PCB, integrava a Secretaria Nacional de Educação Política, o conselho da Editorial Vitória, organismo do PCB dedicado à publicação de obras marxistas, onde, aliás, sua esposa trabalhou durante algum tempo, e representante oficial do PCB em várias solenidades, nacionais e internacionais. Vivia no Rio de Janeiro, de certa forma, a situação de reconhecimento e prestígio que desfrutou na Bahia dos anos 40. Numa escala, obviamente, muito maior e, portanto, mas representativa. Na prática, Mário já era o terceiro homem na hierarquia comunista. À sua frente, apenas o velho Prestes, com o dobro de sua idade, 70 anos à época, e Giocondo Dias, antigo dirigente do tempo da Aliança Nacional Libertadora, de 1935, também bem mais velho que Mário. Com certeza, nenhum dos dois com a cultura geral e a capacidade intelectual do sociólogo baiano.

¹⁵⁵ SKIDIMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*, p. 203 a 230. Num capítulo sugestivamente intitulado "Anos de Confiança" (1956-1960), Skidimore analisa o desempenho de JK e sua rara habilidade em se deslocar (peixe-vivo) de um a outro ponto da política brasileira, livrando-se da comparação com Vargas e firmando seu próprio estilo na vida política nacional. De certa forma, os cinco anos de Juscelino superaram em muito o governo de quase duas décadas de Vargas, somados os dois períodos. As liberdades democráticas, o dinamismo da economia e a auto-estima do país devem muito ao modo como JK desempenhou o seu papel e principalmente ao entusiasmo que imprimia a sua administração, combinando intervenções as mais ousadas e modernas, desde a economia, com a implantação definitiva da indústria automobilística, à política, como representou a construção de Brasília – retomando velha indicação constitucional num projeto inovador do urbanista Lúcio Costa e do arquiteto comunista Oscar Niemeyer.

CAPÍTULO V

Na alta hierarquia comunista: dirigente e formulador (1958-1964)

Membro do Comitê Central e da seleta Comissão Executiva. Saída para o impasse: a Declaração de Março de 1958 e a guinada na linha política do PCB. Lott, Jânio e Jango. A via pacífica e as reformas de base. Aliança de classes e revolução social. Dirigindo Novos Rumos. A revista Estudos Sociais. Pensamento político e ação revolucionária. A visita a Cuba. Questão agrária e Ligas Camponesas. Nacionalismo e radicalização. A oposição de esquerda no Comitê Central. Um desfecho inesperado: golpe militar e nova clandestinidade.

Mário Alves emergiu da luta interna travada a partir do XX Congresso do PCUS como um dos mais importantes quadros do PCB. Aos 35 anos, manobrou com habilidade por entre o furor que se apossou da militância e, ora contra os conservadores, representados pela facção stalinista, ora contra os "liquidacionistas" – cuja decepção com os soviéticos levou à renegação do próprio marxismo – contribuiu decisivamente para encontrar o ponto de equilíbrio necessário para vencer a crise, curar a ferida causada pelo grande número de deserções e formular uma linha política adequada à situação do país no final da década de 1950. Prestes foi salvo graças a suas profundas ligações com Moscou e ao grande prestígio de seu nome entre os comunistas. Mas, principalmente, pelo fato de ter aceito de imediato a renovação política e se aliado ao grupo que buscava salvar o partido da dissolução completa. Particularmente duro com o secretário-geral do PCB, Jacob Gorender, para quem Prestes era uma negação na arte da política, inclusive do ponto de vista teórico - não tendo deixado sequer um único estudo relevante na sua vida longa - afirma que já naquela época, 1957, ele e Mário Alves estavam convencidos da inépcia do velho dirigente. Mas não desconheciam seu carisma, indispensável naquele momento crítico.¹⁵⁶

Aliás, naquela quadra, a estratificação intelectual voltara a ser um distintivo entre os militantes. Sem o vírus obreirista da década de 1920, o PCB formara então uma geração ou

¹⁵⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, p. 31. Particularmente duro com Prestes, o autor afirma que naquele momento, ele e Mário Alves consideraram o problema do "culto à personalidade" como coisa de segundo plano, principalmente porque o secretário-geral havia emitido claros sinais de aceitação da linha política. Na verdade, Prestes começou a mudar quando trocou seu homem de confiança, diz Gorender. Essa operação política renovou o partido por cima e a prova disso é que a comissão secreta encarregada da Declaração de Março foi feita para promover a transição e com a total concordância do secretário-geral que a apresentou como sua à direção partidária.

mais de quadros de considerável aporte teórico e alguns dotados de ampla cultura e grande talento político. Tal condição, ao tempo que conferia prestígio ao dirigente, também provocava inveja, fato que causava grande espécie e por vezes, mexia, profundamente com a vaidade de alguns. Leôncio Basbaum, um antigo militante iniciado nos anos 30 e que muito ajudou o partido, mas a quem o PCB nunca deu a atenção que merecia, confessa em suas memórias que convidado por volta de 1957 para comparecer a uma reunião na sede da *Imprensa Popular*, no Rio, cujo objetivo era o planejamento da revista *Estudos Sociais*, viveu um enorme constrangimento. Diz:

Lá compareci. Dos convocados, só havia eu e o Astrojildo Ribeiro. Mas lá encontrei dois dos baianos do CN, dos mais recentes: o Mário Alves e o Gorender, Este fora, durante algum tempo, uma espécie de secretário de Prestes, depois que o partido fora fechado, substituindo o João Falcão, outro baiano, que por sua vez havia substituído outro baiano, o Armênio Guedes. Aqueles dois camaradas, que haviam passado uma boa temporada na URSS, durante todo o tempo em que permaneci na redação, duas horas mais ou menos, falavam em russo. Como nem eu nem Astrojildo falávamos russo, língua da qual sabíamos apenas meia dúzia de palavras, aquilo me pareceu uma provocação: era para não entendermos.¹⁵⁷

Basbaum, aliás, deve ter ficado mesmo traumatizado com o fato porque em mais de uma ocasião nas suas memórias expressa sua antipatia pelos baianos de forma pouco ponderada. Às vezes, de maneira desrespeitosa e ressentida: (...) *Todo baiano que se tornava comunista, a primeira coisa que fazia era viajar para o Rio e entrar no Comitê Nacional*. Outras, de forma preconceituosa, como quando se referiu não sem imprecisões, à reorganização do PCB no início da década de 1940:

(...) eles, os 'salvadores do partido', o bando de pulgas que o havia invadido, vindo da Bahia, Arruda, Grabois, Marighella, Amazonas (sic!), Mário Alves, Giocondo, Gorender e tantos outros, somente o haviam levado à falência, acoitados à sombra de Prestes. Haviam transformado o PC em um meio de vida.¹⁵⁸

¹⁵⁷ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos* (memórias), p. 238. *Estudos Sociais*, dirigida por Astrojildo Pereira e que começou a circular em maio de 1958, contou com a colaboração de Moacyr Paz, Carlos Marighella, Fragmon Carlos Borges, Miguel Costa Filho, Jacob Gorender, Mário Schenberg, Frederico Curie, Moacyr Werneck de Castro, Rui Facó, Nelson Carneiro, Hermínio Linhares, Aristóteles Moura, Manoel Paiva, Maurício Vinhas, Antônio Bulhões, Paschoal Leme, Alberto Passos Guimarães, Josué de Castro, Gilberto Paim, Hugo Regis, Jorge Miglioli, Geir Campos, Josué Almeida, Leandro Konder, Armênio Guedes, Fausto Cupertino, Helga Hofman, Wanderley Guilherme, Menandro Novaes e Ary de Andrade, entre outros. Circulou até 1964.

¹⁵⁸ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos* (memórias), p. 234 e 208. Algo abalou a relação de Leôncio com os baianos, ou com a maior parte deles, pelo menos. Pelo fato de ter algum dinheiro, sempre foi usado como fonte de renda para as inescotáveis necessidades do partido. Quem sabe,

Ciúme e vaidades à parte, o fato é que a projeção dos novos dirigentes estava intelectualmente amparada. Moacir Werneck de Castro, que foi contemporâneo de Mário Alves, relembra em artigo escrito muito tempo depois:

Ao lado da atividade prática (Mário) sempre mostrou um grande pendor pelos estudos teóricos centrados na realidade brasileira, nas experiências do movimento operário. Sabia várias línguas e era um leitor insaciável. Com notável facilidade de exposição, voz clara e cheia, expunha numa linguagem acessível as teses doutrinárias que orientavam sua atividade. Era todo intelectual, até no físico: míope, muito magro, tinha um certo ar monacal. Poderia passar por um místico que, como Inácio de Loyola juntasse a fé à ação: mas detestava o misticismo. Sua produção intelectual se dissolveu nos artigos para a imprensa partidária, nos informes, nas teses. Essa limitação impediu que sua lúcida inteligência desse o que era de esperar dela. A militância sujeita a um rigor absoluto pela fúria da repressão, pelos rachas, pela luta política exacerbada, como que matou o intelectual antes de levar à morte o próprio homem.¹⁵⁹

O PCB sacrificava o trabalho intelectual autônomo, seria mais preciso dizer, a propósito das observações de Moacir Werneck de Castro. O engajamento político e a militância partidária impunham a aceitação de um pensamento comum e a prioridade da ação revolucionária subordinava todas as demais atividades a isso. Mas se a disciplina partidária limitou muitas vezes a atividade intelectual, não suprimiu em muitos dirigentes a capacidade de interpretação original dos fatos e a formulação de um pensamento inovador mesmo no interior de uma organização com forte tradição stalinista. Aliás, a própria vida de Mário Alves transcorreu nos marcos desse processo. Isto é, sua condição de comunista se deu historicamente com o engajamento numa organização sob influência soviética e a evolução de seu pensamento (e o de seu partido) ocorre num contexto internacional renovado, marcado, de um lado, pelo surgimento de novas nações socialistas, de outro, por mudanças substanciais no cenário histórico nacional. Formados sob o bolchevismo, os comunistas brasileiros lutaram com muita dificuldade para produzirem uma leitura original sobre a sociedade brasileira.

João Quartim de Moraes, que estudou a influência do leninismo de Stalin na formação do comunismo brasileiro considera que a bolchevização do movimento comunista internacional na década de 1920, iniciada por Lênin, foi concluída sob a particular e firme condução de Stálin, já então, todo-poderoso dirigente soviético no final dessa década. Sua opinião é a de

algumas vezes demasiadamente. O fato é que sendo ponderado e cuidadoso com suas afirmações, deixa escapar essas "deselegâncias" gratuitas em seu amargo livro de memórias.

¹⁵⁹ CASTRO, Moacyr Werneck de. *Mário Alves, um fio para puxar a meada*. Nesse artigo publicado na Folha de São Paulo em 1981, o ex-companheiro de Mário Alves ressalta as suas qualidades morais e intelectuais.

que Stalin erigiu em doutrina a elaboração teórica de Lênin, como este erigira, sem dúvida com mais rigor e menos esquematismo, a teoria de Marx em doutrina marxista. Descontadas as imperfeições da analogia tanto no que se refere às condições históricas em que foram gestadas quanto no que concerne ao conteúdo de ambas, Quartim chama a atenção para as semelhanças, destacando a importância que os dois atribuem ao trabalho teórico como um aspecto da luta política. Sem dúvida, diz o autor, tanto Lenin quanto Stalin consideravam a luta teórica como política e economicamente motivada e, nessa medida, são profundamente irritantes para os intelectuais "puros", isto é, aqueles que pretendem pensar e elaborar teorias com total independência em face das condições sociais (econômicas, profissionais, políticas, culturais) que caracterizam sua existência como intelectuais.

Ambos, como também Gramsci, partem da hipótese de que, segundo a fórmula deste, os intelectuais não são uma classe, mas toda classe tem seus intelectuais. Lenin, entretanto, não se contenta (como tampouco Gramsci) com a refutação da tese de um adversário pela mera identificação dos condicionamentos de classe que a teriam inspirado. Combate um argumento filosófico com uma crítica filosófica, um argumento econômico com uma crítica econômica, uma teoria com uma crítica teórica. Em Stalin, ao contrário, é nítida a tendência em reduzir a teoria à sua dimensão meramente instrumental e os teóricos a meros agentes dessa instrumentalização.¹⁶⁰

A tese de Moraes, com a qual concordamos, é a de que o stalinismo reduziu a teoria a uma técnica de análise de situações e conjuntura e sua finalidade prática à concepção tática da conquista de posições. Esvaziada de seu compromisso com a verdade, a teoria se presta, portanto, a formular a concepção (do partido) sobre as contradições de uma situação dada e o "ponto de vista de classe" mais agudo e capaz de responder aos desafios do embate político. Trocando em miúdos: Stalin opera um rebaixamento da teoria e uma super-valorização da tática, niveladas na sua formulação como "instrumentos da revolução proletária". Nem por isso, adverte Moraes, o marxismo-leninismo da era Stalin perdeu sua operacionalidade enquanto técnica de "análise concreta de situações concretas". Ao contrário:

Stalin utilizou o corpus comunista, formado pela osmose do marxismo e do leninismo, com extrema eficácia, não somente durante os anos da luta pelo poder na cúpula do partido bolchevista (1924-1929), mas também ao longo dos anos 30 e durante a Segunda Guerra. No que se refere aos anos 20, nem Trotski, nem Kamenev, nem Zinoviev, nem Bukharin careciam de qualidades intelectuais e políticas para assumir a direção da República dos Sovietes. Se Stalin conseguiu sobrepujá-los, aliando-se com Kamenev e Zinoviev contra Trotski, a Bukharin

¹⁶⁰ MORAES, João Quartim de. *A Influência do Leninismo de Stalin no comunismo brasileiro*, História do Marxismo no Brasil, p. 51, 69, 82 e 87.

contra Trotski, Zinoviev e Kamenev, até enfrentar juntos Bukharin, Zinoviev e Kamenev e, vencendo-os, erigir-se em ditador da URSS, não há de ter sido apenas, como sugerem os que o esconjuram como o Diabo, por um manobristo rasteiramente maquiaveliano. Em todos esses embates, ele foi taticamente mais consistente e politicamente mais conseqüente do que seus adversários: compreendeu antes e melhor que eles por onde passavam as linhas de força de cada situação concreta e (muito mais maquiaveliano que marxista) apressou-se, em cada uma delas, a fazer de uma só vez todo o mal necessário para assegurar o seu próprio triunfo."¹⁶¹

Ganhou o poder, é óbvio. Quanto à teoria científica, dele nada herdou.

A longa citação de Moraes tem o objetivo de demarcar a grande influência do stalinismo sobre sucessivas gerações de comunistas brasileiros, entre os anos 30 e 50 do século passado. Da sua reflexão, resultam duas questões importantes para o entendimento do PCB e dos seus luminares. Primeira: os comunistas brasileiros chegaram ao marxismo por meio do bolchevismo e conheceram o bolchevismo por meio do leninismo, isto é, da síntese doutrinária do pensamento de Lenin tal como a elaborou Stalin. Na base teórica dos dirigentes comunistas brasileiros estava o Manual de Economia Política da Academia de Ciências da URSS, compêndio seguido – melhor seria dizer, repetido – à risca pelos teóricos do marxismo nacional. Segunda: a formulação de uma etapa nacional e democrática para o caminho brasileiro para o socialismo, incontestavelmente, tem sua origem na influência do próprio Stalin. Foi sob tal influência que se formou, entre outras, a geração de Mário Alves.

A constituição da ciência social marxista em doutrina e sua adequação à política externa soviética, bem como a instrumentalização do movimento comunista internacional, tudo isso, criou uma massa de seguidores por todo o mundo. No centro de tudo, a idolatria do PCUS, considerado um patrimônio do movimento comunista, e o culto à personalidade do camarada Stalin, a quem os articulistas e as revistas do PCB, até 1956, não poupavam expressões como "glorioso", "grande condutor", "guia genial da revolução proletária" etc. O bloco cristalizado de aderência à doutrina criava uma espécie de religião sem Deus, cuja Bíblia eram os manuais da Academia de Ciências da URSS e cujo "Papa" era o Chefe do Partido Comunista, o todo poderoso secretário-geral do PCUS. Quando o relatório de Kruchev fez desabar o "santuário stalinista" o trauma foi muito forte. Um dos testemunhos da época, Salomão Malina, acredita que a stalinização do PCB atendeu também a determinantes autoritários da própria sociedade brasileira cuja tradição de mandonismo tem raízes históricas. Eis a sua recordação do desastre: *Não era stalinista apenas a direção, mas os seus militantes, o PCB como um todo.*

¹⁶¹ idem, *op. cit.*, p. 54 e 55.

Dado o choque inicial, a experiência foi dilacerante. E, no limite, ela se tornou para muitos, verdadeiramente traumática. ¹⁶² Um preço alto para décadas de submissão ideológica.

A geração de Mário Alves emerge da crise marcada pela cicatriz da dura formação soviética, mas supera o trauma atribuindo as responsabilidades pelos desvios autoritários e condenáveis do Estado soviético ao próprio Stalin. As conquistas essenciais do proletariado russo precisavam ser preservadas e a luta de classe em plano internacional exigia a defesa da URSS e da revolução bolchevique. Guindado a Comissão Executiva e participando ativamente da recondução do PCB ao eixo marxista-leninista Mário Alves assiste a debandada de antigos companheiros e inteligências brilhantes de sua geração, entre os quais João Batista de Lima e Silva, Osvaldo Peralva e Antônio Paim, para falar apenas de alguns baianos. Participa da expulsão de quadros históricos, como é o caso de Agildo Barata. No *front* interno, enfrenta companheiros mais experientes e antigos, como Arruda Câmara, João Amazonas e Maurício Grabois. Coopta para seu grupo, outros não menos experientes, como Carlos Marighella, que integrou a direção do PC no período áureo de stalinismo. Enfim, revela a ascendência intelectual e política de uma nova geração de dirigentes e que se viu obrigada a reclusão da vida do aparelho por força da orientação golpista e sectária do grupo conservador que até então dominava o partido.

A desestalinização abriu campo para maior autonomia dos PCs no mundo inteiro e suscitou no Brasil um grande esforço dos quadros partidários para romper com as interpretações mecanicistas da sociedade brasileira que caracterizavam o pensamento comunista. E principalmente com o espírito conspirativo-golpista que sempre caracterizou a fraseologia radical do partido e lhe obrigou a uma marginalidade espantosa na vida institucional brasileira.

Tal renovação partidária se evidencia com toda a clareza na *Declaração sobre a política do PCB*, datada de março de 1958. Por isso, conhecida como a *Declaração de Março*. Nela estão contidos todos os elementos de mudança de interpretação da sociedade brasileira e, o que é mais importante, anunciados os pontos básicos que irão nortear a prática dos comunistas a partir de então, levando-os a uma produtiva participação no embate sindical, partidário, cultural e institucional no país. Mário Alves se destaca entre os redatores do documento e a partir daí, vai influir decisivamente na formulação da política partidária. Os textos das resoluções e teses quase sempre guardarão a sua marca e em tudo, seus próprios textos

¹⁶² ALMEIDA, Francisco Inácio de. *A luta de Salomão Malina, o último secretário*, p. 81. No seu depoimento, Malina afirma que em meio à tormenta da desilusão da época, "muitos camaradas, ao invés de tentar uma análise marxista do stalinismo, passaram a negar o próprio marxismo..."

passarão a expressar o pensamento hegemônico na direção. No campo teórico, se operava um grande esforço de rompimento com o sectarismo e o dogmatismo que marcaram a aplicação do stalinismo à realidade brasileira. No campo político, uma abertura ainda mais significativa. Segundo um dos participantes do secretíssimo grupo escolhido para a confecção do documento, Jacob Gorender, tudo começou em julho de 1957, quando Giocondo Dias, então secretário de Prestes em substituição a Arruda Câmara, convidou ele e Mário Alves para redigir um documento justificando a necessidade de mudança na direção partidária. Após uma reunião com o próprio Prestes escreveram o documento, que recebeu pequenas alterações. Ele ensejou mudanças de nomes na Comissão Executiva já no mês de agosto. Mas só no mês de dezembro, de fato, a mudança de orientação política se impôs. Diz Gorender:

A esta altura, Dias me convidou para uma reunião, à qual também vieram Mário Alves, Armênio Guedes e Alberto Passos Guimarães. Em numerosas reuniões, sob as altas temperaturas do verão carioca, de dezembro de 1957 a fevereiro de 1958, debatemos os diversos temas e chegamos à redação final do que tomou a denominação de Declaração *Política de Março de 1958*.¹⁶³

Os memorialistas dão sempre entusiasmados testemunhos sobre esse documento. Para Salomão Malina, ali se operou uma viragem histórica nas concepções sobre o Brasil e o mundo. O partido colocou, pela primeira vez, a possibilidade real de uma transição pacífica ao socialismo como resultado da democratização crescente da vida nacional, da ação do movimento operário dentro da legalidade democrática, da utilização de todas as formas legais de luta, da ação parlamentar e extra-parlamentar do partido e das demais forças democráticas, das reformas profundas nas estruturas econômica e política. Enfim, transformações radicais no país que deveriam ser operadas pelo percurso do seu próprio desenvolvimento. Malina destaca a incorporação da questão democrática como o mais importante elemento da nova orientação partidária que passa a ser, não sem dificuldades internas, o elemento central de uma política pacífica de transição para o socialismo.¹⁶⁴

¹⁶³ GORENDER, Jacob. op. cit. p. 33.

¹⁶⁴ ALMEIDA, op. cit. p. 179. Para Malina, a Declaração alterou até mesmo a política de alianças do PCB, que passou a ser mais aberta, buscando com isso unir todos os setores democráticos e nacionais. A priorização da questão democrática, na sua avaliação, permitiu ao partido lutar pela legalidade e influir no processo real por meio de uma política de articulação com as forças nacionalistas e democráticas. Foi um tempo de novo crescimento e retomada dos espaços perdidos. "É preciso ver, no entanto, que esse processo de renovação foi contraditório e obstaculizado por um quadro internacional que apresentava, de um lado, a força das idéias dos chineses que defendiam uma visão de revolução terceiro-mundista e, de outro, o impacto da Revolução Cubana, vitoriosa em janeiro de 1959 e feita

Para Moisés Vinhas, o documento representa na trajetória do PCB um momento de inflexão, de ruptura qualitativa. Mas adverte: a ruptura não foi radical e a nova linha política, em que pesem as críticas ao "Manifesto de Agosto", de 1950 e ao programa do IV Congresso, de 1954, guardará muitos pontos de contato com a anterior e, sob certos aspectos, permanecerá mesmo tributária desta. Segundo Vinhas, o que permite, apesar de tudo, qualificá-la como de ruptura é que ela acolhe a tese da coexistência pacífica a nível internacional, recusa a leitura catastrófica do capitalismo, admite que ele se desenvolveu no Brasil e afirma taxativamente o caminho pacífico para a revolução brasileira. A base da *Declaração de Março* os comunistas saem da clandestinidade e passam a atividade política aberta e semi-legal. Ainda em 1958, lançam a revista teórica *Estudos Sociais*, dirigida por Astrojildo Pereira e logo depois, o semanário *Novos Rumos*, dirigido por Mário Alves, publicações que cumprem importante papel no processo de renovação. Sua organização vem à luz do dia. Luiz Carlos Prestes e o Comitê Central, os Comitês Estaduais, Municipais e até Distritais instalam seus escritórios. As reuniões plenárias são realizadas abertamente nas sedes partidárias.¹⁶⁵

Gorender foi quem melhor sintetizou o esforço da Declaração para fazer o PCB iniciar o seu processo de autonomia política em relação à tutela anterior. Segundo ele, a nova linha política parte da premissa do IV Congresso do PCB que preconizava a revolução em duas

por meio de movimentos guerrilheiros. Esses dois acontecimentos inspiraram alguns camaradas a aderirem às teses favoráveis à luta armada pelo socialismo no Brasil. Evidentemente, isso teve um impacto negativo sobre o PCB, que estava iniciando com muitas dificuldades seu processo de renovação. Esses impactos externos (XX Congresso do PCUS, as teses terceiro-mundistas dos chineses e a Revolução Cubana) reforçaram internamente algumas tendências a se chocarem entre si. Tanto que, em 1962, um grupo resolveu romper, de vez, com o processo de renovação iniciado com a Declaração de Março de 1958 e decidiu sair do PCB para fundar o PCdoB". O fato é que desde o início da década de 1960, novas organizações de esquerda haviam quebrado o monopólio do PCB, muito embora não fossem ainda organizações da mesma expressão. É o caso da Organização Revolucionária Marxista-Leninista, mais conhecida como PO, por causa do seu jornal Política Operária, e a Ação Popular, desgarrada do trabalho de base da Igreja católica.

¹⁶⁵ VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*, p. 181 e 182. No clima eleitoral de 1958, o PCB faz alianças com vários partidos e apresenta candidatos sob a legenda do PTB. "O clima é de entusiasmo e de euforia, tanto mais que as forças democráticas e nacionalistas avançam no país. O PCB prepara-se para as eleições de 1960 e para realizar o seu V Congresso. Lança-se no esforço de reconstrução de sua influência no movimento sindical e obtém êxito; fortalece visivelmente sua organização. Em abril de 1960, o Comitê Central lança as suas teses. Durante o debate, fica claro que as divergências não se reduzem ao próprio Comitê Central, mas atingem vários organismos. As posições de Maurício Grabois, João Amazonas, Pedro Pomar e outros são contraditadas por Jacob Gorender, Mário Alves, Carlos Marighella, Moisés Vinhas e outros." Tal luta interna daria origem, em 1962, ao PCdoB, que preservou o antigo nome do partido por não aceitar a sua alteração para efeito de legalização. Esse pequeno núcleo stalinista estava agora sob a influência chinesa e considerava como válidas as teses do IV Congresso.

etapas, legado stalinista que se projetou para além da morte do seu idealizador. Tal concepção, como apontou Caio Prado Junior, era oriunda do VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928. Na sua primeira etapa, o curso da revolução brasileira seria anti-imperialista e anti-feudal, portanto, ela seria nacional e democrática. A segunda etapa, propriamente socialista. Inicialmente, a aliança de diferentes forças sociais asseguraria a derrota dos Estados Unidos e dos latifundiários. Juntos, o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional, sob a hegemonia do movimento operário, mudariam o país. Depois, o próprio desenvolvimento das forças produtivas libertas se incumbiria de conduzir o proletariado para a condição de força dirigente. A premissa era a mesma, afirma Gorender. Porém, não as inferências.

O documento reconhecia o desenvolvimento capitalista em curso no país, que até então o PCB se obstinava a negar, mas julgava que ele precisava amadurecer para facultar o advento do socialismo. Aí, entrava o elemento inovador, o diferencial da resolução: a tarefa dos comunistas devia ser a de lutar por reformas de estrutura a fim de que o desenvolvimento capitalista viesse a tomar um curso que o aproximaria do objetivo intentado, isto é, da revolução nacional e democrática. Avaliando a Declaração pouco antes do V Congresso, disse Mário Alves:

A esse documento cabe o mérito incontestável de haver rompido decididamente com as concepções dogmáticas e a política esquerdista do passado. Com ele iniciou-se o processo de elaboração de uma linha que reflete mais acertadamente a aplicação dos princípios marxistas-leninistas à realidade de nosso país.¹⁶⁶

Preciso, direto, com um senso aguçado de percepção da realidade e conhecedor das limitações teóricas dos antigos dirigentes, Mário Alves mete o dedo na ferida:

O oportunismo de esquerda que predominou por tantos anos em nosso Partido, sempre se caracterizou pela proclamação bombástica dos objetivos revolucionários e pela omissão quanto ao problema importantíssimo dos caminhos para a conquista do poder. Qualquer militante com alguma experiência sabe porém, que a questão mais complexa e difícil na política dos comunistas brasileiros não é a definição geral dos objetivos da revolução. A dificuldade maior tem consistido em determinar o

¹⁶⁶ ALVES, Mário. *As bases falsas de uma linha falsa*, Tribuna de Debates do jornal Novos Rumos, 20 a 26 de maio de 1960. Num longo artigo em defesa da Declaração, classificada por Maurício Grabois de ser expressão do "oportunismo de direita", Mário Alves rebate: "Quem quer que pretenda o retorno a uma linha sectária – e este é precisamente o seu caso (Grabois) – não pode deixar de opor-se às idéias fundamentais da Declaração." O constrangedor, ironiza Mário Alves, é que Grabois atacasse naquele momento um documento que ele próprio havia aprovado.

caminho concreto a seguir para alcançar tais objetivos, a tática a executar para atingir o poder revolucionário das forças anti-imperialistas e democráticas, partindo não de fórmulas abstratas, mas das condições reais em que nos encontramos.¹⁶⁷

A *Declaração de Março* foi praticamente mantida nas resoluções do V Congresso do PCB, realizado em 1960. Segundo os especialistas, o mais democrático e aberto de todos. Em lugar do enfrentamento com o regime defendido a partir de 1948, a acumulação de forças na luta democrática. Daniel Aarão Reis afirma que a partir de 1958, a diferenciação das elites enquanto representantes de interesses heterogêneos, o reconhecimento do papel democrático de alguns segmentos sociais e a aliança com alguns partidos ou políticos progressistas vão favorecer a idéia da Frente Única e substituir o recurso à força pelas lutas eleitorais. De outra parte, a nova tática, sem desconhecer a contradição entre a burguesia e o proletariado, considera que a contradição principal do país reside entre a nação e o imperialismo e que a vitória do progresso sobre o atraso, representado pelos latifundiários e pela exploração externa, pode se dá nos marcos do regime e não contra ele. Livres das inclinações conspirativas, os comunistas pleiteiam no V Congresso o caminho do desenvolvimento nacional, a legalidade constitucional e o fortalecimento do movimento social. Brigam pela hegemonia no movimento operário e apesar de sua inexpressividade parlamentar confiam na conquista da legalidade para a legenda a fim de poder atuar autonomamente nos embates eleitorais. Diz Aarão:

A crítica ao "esquerdismo" dos anos 50 deveria ser acompanhada pela preocupação com um eventual surto do "oportunismo" e do "revisionismo", referindo-se ao radicalismo inconseqüente dos anos 50 e a uma eventual e arriscada submissão do PC aos interesses da burguesia nacional, abandonando a sua "missão revolucionária".¹⁶⁸

Considerações à parte, o fato é que a Declaração retira o PCB do confinamento a que se viu relegado até então e o coloca em contato com a realidade brasileira. Obviamente, o

¹⁶⁷ ALVES, Mário. *Revolucionarismo em palavras, oportunismo na prática*, Tribuna de Debates do jornal Novos Rumos, 10 a 16 de junho de 1960. No entender do articulista, as teses representam um avanço, querem levar a Declaração para a frente e Grabois, com a fraseologia da ultra-esquerda, quer voltar ao passado (referência ao IV Congresso), levar o partido para trás.

¹⁶⁸ FILHO, Daniel Aarão Reis. *A revolução faltou ao encontro, os comunistas no Brasil*, p. 24.

documento reafirma o papel do PCB como partido que deve conduzir a classe operária ao socialismo, mas não coloca a revolução proletária como tarefa imediata.

As tarefas fundamentais que se colocam hoje diante do povo brasileiro são a conquista da emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares.¹⁶⁹

Com relação ao imperialismo, entende que o Brasil sofre a ação direta do capital monopolista estrangeiro através do comércio exterior, dos empréstimos financeiros e das inversões diretas de capital, inclusive em ramos fundamentais da indústria. No que se refere à estrutura agrária, a concentração latifundiária provoca a existência de uma imensa massa de assalariados rurais e camponeses sem terra. O monopólio da terra e as relações de produção pre-capitalistas não somente obstaculizam o desenvolvimento da agricultura como constituem sérios entraves ao processo de industrialização, restringindo consideravelmente a expansão do mercado interno. Para superar a sua condição de país subdesenvolvido, o país precisa se livrar dessas barreiras: a espoliação externa e o atraso no campo. Aí entra a burguesia nacional, parte expressiva dela interessada no desenvolvimento do país e, portanto, em clara oposição ao imperialismo. A minoria entreguista da burguesia nacional, ligada aos imperialistas na indústria, bancos e no comércio exterior tem que ser vencida no embate político.

No que se refere ao aparelho do Estado, a compreensão é a de que ele representa interesses heterogêneos e contraditórios. Aí estão, setores latifundiários associados ao capital

¹⁶⁹ *PCB: vinte anos de política, documentos, 1958-1979*, p. 39 a 69. A Resolução Política do V Congresso do PCB é um documento prolixo, palavroso, doutrinário, mas que demarca bem a posição do partido em relação ao momento: fortalecimento do movimento dos trabalhadores, aliança com o setor progressista da burguesia nacional, anti-latifundiário, anti-imperialista e democrático. Quanto ao essencial, o caminho da revolução, preconiza: "O caminho pacífico da revolução não significa conciliação de classes, passividade ou espontaneísmo. Significa unicamente a realização das tarefas revolucionárias sem que seja inevitável a insurreição armada ou a guerra civil. O avanço do movimento revolucionário por um caminho pacífico exige a mobilização das massas, a ação enérgica dos trabalhadores e do povo para quebrar a resistência das forças entreguistas e reacionárias. Exige a luta de massas, que não exclui os choques e os conflitos com os inimigos. Para transformar em realidade a possibilidade de um caminho pacífico da revolução é necessário desenvolver a luta de classes, condição indispensável ao fortalecimento da unidade e da organização dos trabalhadores e ao crescimento de seu papel na vida política do país." (pg. 62). Condicionalmente, entretanto, a via pacífica pode ser abandonada: "Em desespero de causa, os inimigos podem recorrer a violência para impedir a ascensão das forças revolucionárias ao Poder, criando uma situação em que a revolução não teria outra possibilidade senão a de uma solução pela luta armada. Enquanto acumulam forças para transformar em realidade a possibilidade de uma solução pacífica, o proletariado e seus aliados não devem jamais perder de vista que, em certas circunstâncias, as suas forças podem ser necessárias para tornar a revolução vitoriosa por um caminho não pacífico".

estrangeiro, principalmente o norte-americano, e da burguesia nacional. As forças reacionárias ocupam posições importantes e conseguem impor medidas anti-populares e anti-nacionais ao conjunto da população, cabendo as massas influir nos processos eleitorais para fazer avançar as suas reivindicações e conquistas. Tal ambigüidade do aparelho do Estado é exemplificada pelo Governo de Juscelino Kubitscheck, onde figura um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês.

Num cenário internacional favorável, quando um terço da humanidade já vive sob o socialismo, marcado pela presença diplomática da União Soviética, da afirmação da China e da revolução cubana, o Brasil deve lutar pela paz e pela coexistência pacífica entre os povos, independente do regime em que vivam. Em trinta detalhados tópicos, às vezes repetitivos, o documento define o caráter da revolução (anti-feudal – sic! – e anti-imperialista), a natureza da aliança democrático-nacionalista, reivindica a industrialização do país e pede melhoria das condições de vida população. A proposta alternativa é a de um Governo de coalizão, que deve conceder a legalidade ao PCB, cuja tarefa imediata é o fortalecimento da unidade do movimento operário. *"A classe operária e o povo brasileiro necessitam ter à frente de suas lutas um grande Partido Comunista, que seja poderoso do ponto de vista numérico e organizativo, consciente e firme do ponto de vista político e ideológico"*.¹⁷⁰

A partir daí, o PCB se bateu por esses objetivos. Iniciou sua nova jornada semi-legal na firme esperança de uma saída democrática para a revolução brasileira. Nas páginas de suas publicações, seus ideólogos iriam aprofundar essas teses e elas embalariam a utopia da negação do capitalismo pela via pacífica. Num artigo publicado por Mário Alves no segundo semestre de 1958, por exemplo, ele analisa os resultados eleitorais do período num quadro que considera marcado pelo agravamento da contradição entre o país em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano, impondo a necessidade de soluções não apenas no terreno econômico, mas, sobretudo na arena política.

É absolutamente clara a sua visão negativa do Governo JK, presidente que o PCB apoiou na expectativa de que pudesse ganhar a legalidade:

¹⁷⁰ *PCB: vinte anos de política*, p. 69. A idéia de partido, então prevalecente, era a de um partido de massas, não mais de um partido de profissionais, à maneira bolchevique: "As condições políticas atuais são particularmente favoráveis ao crescimento e fortalecimento do Partido e à conquista de sua legalidade. O recrutamento de novos militantes, a multiplicação dos efetivos do Partido, deve constituir uma preocupação constante de cada comunista. A concepção do Partido como uma pequena organização de propagandistas e agitadores, de "poucos, porém bons" corresponde ao estágio primitivo do movimento revolucionário e não pode prevalecer na situação nova em que vivemos."

A indefinição de uma política nacionalista ou a sua formulação apenas em termos de "slogans" gerais pode conduzir a equívocos como os de identificar-se a luta pelo desenvolvimento independente do país com a atual política de compromissos e vacilações do Governo do Sr. Kubitscheck.¹⁷¹

Colocando as medidas econômicas como foco do debate político, Mário Alves desenha com clareza os contornos da conjuntura no período pré-eleitoral:

No curso dos meses que precederam as eleições, não houve praticamente nenhum aspecto da política econômica e financeira, ou da política exterior, que não se convertesse em objeto de renhida polêmica entre as forças interessadas no desenvolvimento independente do país e os círculos que defendem, direta ou indiretamente, o "status" de dependência econômica e política no qual vicejam seus interesses investidos. A luta se trava também dentro do aparelho do Estado e no Governo. Em vista de seu caráter heterogêneo, que expressa um compromisso instável entre a burguesia nacionalista e setores latifundiários e capitalistas ligados a interesses imperialistas, o Governo do Sr. Kubitscheck realiza uma política vacilante e contraditória, que reflete o conflito entre as necessidades do desenvolvimento do país e as concessões ao capital monopolista estrangeiro.¹⁷²

Segundo o analista, a via juscelinista leva a orientação governamental a oscilar em torno de soluções de compromisso que intentam enquadrar os interesses do desenvolvimento capitalista do país nos limites asfixiantes da dependência ao imperialismo. As conseqüências da dependência do país ao imperialismo se fazem sentir não só nas dificuldades que afetam a nação como um todo mas, particularmente, no agravamento das condições e vida dos trabalhadores e das massas populares. Aqui, precisamente, articula Mário Alves com grande destreza o plano econômico com o cotidiano das pessoas, expondo com notável lucidez a natureza da política oficial:

Com a desvalorização cambial do cruzeiro, acentuou-se a pressão inflacionária. E o governo pretendeu fazer face aos problemas financeiros acionando o mecanismo tradicional que converte os trabalhadores nas maiores vítimas das vicissitudes econômicas: déficits orçamentários vultosos, seguidos de crescentes emissões, ascensão brusca do custo de vida e deterioração acelerada do poder aquisitivo dos salários e vencimentos.¹⁷³

¹⁷¹ ALVES, Mário. *3 de outubro e o movimento nacionalista*, Estudos Sociais, ano I, número 3 e 4, set. a dez. de 1958, p. 259-265.

¹⁷² ALVES, Mário. 3 de outubro...

¹⁷³ ALVES, Mário. 3 de outubro...

Da reflexão, o analista vai aos fatos. Na véspera das eleições, já se tornara flagrante o desnível entre a remuneração dos trabalhadores e das camadas médias e o índice de preços. Enquanto o salário-mínimo e os vencimentos do funcionalismo eram mantidos no nível de 1956, o índice dos preços ao consumidor no Distrito Federal se elevava de 64 por cento no período de janeiro daquele ano a setembro de 1958. E dos fatos, vai ao problema central de sua análise de conjuntura: o nacionalismo como divisor de águas.

Muito antes da batalha das urnas, já os setores nacionalistas e democráticos mais conscientes, entre eles os comunistas, afirmavam que as eleições constituiriam um relevante episódio da luta que travam as forças interessadas no desenvolvimento independente do país e os agrupamentos ligados aos interesses monopolistas estrangeiros. Cabe perguntar em que medida o pleito de 3 de outubro representou realmente um choque entre estas correntes, em que medida foi o nacionalismo um divisor de águas na campanha eleitoral.¹⁷⁴

No entender de Mário Alves, incorreu num esquematismo ingênuo, que ignora a complexidade do jogo político, quem pretendeu assinalar a contradição nacionalismo versus entreguismo apenas ali onde ela se apresentou em suas formas mais puras. O caráter regional das eleições e a heterogeneidade dos partidos, sem conteúdo programático definido, contribuíram para esvaziar o enfrentamento entre nacionalistas e entreguistas. Além disso, aponta o analista, as injunções partidárias, os interesses pessoais e contradições secundárias tornaram muitas vezes inviável a unificação de todas as correntes nacionalistas em torno de candidaturas comuns. Quando as forças nacionalistas se dividiram no apoio a candidatos opostos, evidentemente a contradição entre o nacionalismo e o entreguismo não apareceu claramente diante do eleitorado e grande parte deste não se decidiu em função desta contradição. Finalmente, contabilizando o pleito, que não alterou substancialmente a correlação de forças, mas fez oscilar o quadro regional em importantes estados com vitória da UDN na Guanabara e em Minas e do PSD para a Câmara Federal, conclui Mário Alves que o movimento nacionalista tem que sensibilizar as massas que sentem os efeitos do subdesenvolvimento no seu dia-a-dia, mas não conseguem associar as suas condições de vida à situação de dependência. E *tal associação é indispensável para dar substância à luta pela emancipação nacional.*¹⁷⁵

¹⁷⁴ ALVES, Mário. 3 de outubro...

¹⁷⁵ ALVES, Mário. 3 de outubro...

A compreensão do significado do nacionalismo na conjuntura do país nessa época é retomada por ele em vários artigos, sob vários pretextos. Numa resenha do livro *Dicionário Histórico-Filosófico*, de Rosental e Ludin, chama a atenção sobre o caráter progressista do nacionalismo em certas condições históricas e discorda da generalização do verbete da publicação que atribui ao termo conotações xenófobas. Para Mário, os marxistas precisam fazer uma leitura adequada do fenômeno considerando suas diversificadas manifestações entre os povos. Obviamente, seu interesse é o de excetuar o caso brasileiro.¹⁷⁶

Em quatro ensaios sucessivos, não assinados, mas certamente de sua autoria, porque além de publicados na página de opinião de *Novos Rumos*, de sua responsabilidade, guarda total identidade com o seu pensamento à época, desenvolve em detalhes a sua posição à respeito desse tema. Aí está estabelecida a sua compreensão do papel da burguesia na revolução brasileira, seu compromisso com o processo de emancipação nacional, sua natureza contraditória e suas relações com o capital monopolista estrangeiro. As teses desses ensaios podem ser resumidas em quatro blocos:

1) A burguesia é uma força social objetivamente interessada nas tarefas da revolução nacional e democrática. Ela se beneficia diretamente com o desenvolvimento econômico do país e isto a conduz a chocar-se com a situação de dependência diante do imperialismo e com os aspectos atrasados da estrutura econômica. Por sua natureza de classe, do ponto de vista objetivo, a burguesia é, pois, uma força que participa da revolução nacional e democrática em aliança com o proletariado e as demais forças revolucionárias. Está claro, porém, que o papel da burguesia se distingue do papel do proletariado, porque:

2) Sendo uma força social revolucionária da presente etapa a burguesia possui ao mesmo tempo tendências conciliadoras que tornam a sua atuação muitas vezes inseqüente e a conduzem a atitudes capitulacionistas diante do imperialismo;

3) Sendo aliada do proletariado na luta anti-imperialista e pela reforma agrária, a burguesia é também a classe que explora o proletariado, que vive e enriquece com a mais-valia produzida pelo proletariado. Na luta contra o imperialismo e contra os setores internos a ele associados, a burguesia apela frequentemente ao proletariado, busca o seu apoio para se fortalecer politicamente e é sensível a sua pressão. Mas isso não impede que a burguesia se esforce constantemente para elevar o grau de exploração da classe operária e para evitar as suas ações independentes, temerosa de que a classe operária possa assumir a hegemonia das massas trabalhadoras. Isto define a posição do proletariado que é a de buscar aliança com a

¹⁷⁶ ALVES, Mário. *Um conceito unilateral do nacionalismo*, *Novos Rumos*, 04 a 10 de dezembro de 1959.

burguesia para a luta pela emancipação nacional uma vez que esta é na presente etapa, a tarefa principal, a primeira entre todas as tarefas;

4) A burguesia como classe tem interesses objetivos na revolução nacional e democrática. Isto, porém, não se dá da mesma maneira e no mesmo grau para todos os setores da burguesia. Alguns setores, que estão longe de constituir a maioria, encontram maiores vantagens em se associar ao imperialismo na exploração do povo brasileiro, como é o caso do comércio exportador. No caso, porém, da burguesia industrial, os setores que se associam ao imperialismo variam conforme a conjuntura e frequentemente são substituídos uns pelos outros de tal maneira que um industrial hoje servil do imperialismo pode opor-se a ele amanhã e vice-versa.¹⁷⁷

Aí está mais bem trabalhada, a visão do problema aplicada à dinâmica política. De forma menos doutrinária que na Declaração e mais objetiva, o ensaio põe os pingos nos is e explicita a compreensão dos comunistas sobre os seus companheiros de viagem no processo revolucionário. Dois aspectos aí chamam a atenção: inicialmente, a reafirmação da questão da luta de classes cujo eixo decorre da exploração da mais-valia. Ela está na base do entendimento da realidade e em nenhum momento é esquecida pelo ensaísta. A posição de classe da burguesia decorre da sua situação de classe exploradora. Mas a sua condição de classe, momentaneamente tolhida pelo imperialismo em suas possibilidades de florescimento, a conduz a um enfrentamento específico que busca assegurar a autonomia necessária para que ela possa completar o seu ciclo de desenvolvimento. Tal especificidade cria o ambiente favorável de alianças e é disso que devem se valer os comunistas para realizar a sua intervenção histórica.¹⁷⁸

¹⁷⁷ *A Burguesia na Revolução Brasileira*, I, II, III e IV, Novos Rumos, de 05 a 11 de junho, de 12 a 18 de junho, de 19 a 25 de junho e de 26 de junho a 02 de julho de 1959.

¹⁷⁸ FILHO, Daniel Aarão Reis. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil*, p. 2 a 6. Refletindo sobre a utopia terceiro-mundista de um projeto nacional-estatista autônomo, o autor localiza a origem de tal movimento na primeira grande guerra, quando as desavenças entre as potências em litígio, abrem espaço para tais formulações. O Estado Novo Vargasista se inclui nessa onda de autonomia que se espalhou pelo mundo centrada em figuras carismáticas, num Governo forte e na defesa dos interesses nacionais. Durante a segunda grande guerra, as circunstâncias obrigaram as grandes potências a conciliar com estes projetos. Depois da conflagração, contudo, novas condições redefiniriam o curso dos fatos. O sonhado desenvolvimento autônomo com base num projeto nacional-estatista foi obrigado a se ajustar e perdeu algum fôlego. Houve algumas resistências como o peronismo na Argentina e o trabalhismo no Brasil, o aprismo no Peru, o movimento democrático-popular na Venezuela, entre outros, mas a proposta de um desenvolvimento dependente e associado aos capitais internacionais ganhou força nos anos 50 do século XX, criando uma linha de confronto entre nacionalistas e entreguistas. A vitória da revolução cubana (1959) e da revolução argelina (1962), o processo de descolonização da África negra e de independência no mundo árabe e muçulmano e a guerra do Vietnam no início dos anos 60, conferiram novo alento aos projetos terceiro-

O refinamento do pensamento do dirigente comunista se processa ao longo da evolução dos acontecimentos e sua análise ganha substância quando se desloca do mundo puramente conceitual para a avaliação de aspectos concretos da conjuntura. Aliás, seus artigos e ensaios nas publicações comunistas faziam grande sucesso dentro e fora da militância, seja pela consistência da argumentação – quando o caso era discussão teórica – seja pelo estilo sarcástico, demolidor, impiedoso com o adversário e/ou personagem eleito pelo comentarista. Gorender, para quem Mário tinha um brilhante currículo de jornalista político, é da opinião que os seus ensaios "de alto nível" guardam ainda hoje grande atualidade.¹⁷⁹

De fato, passados tantos anos desde a década de 1960, dá gosto ler um comentário seu a respeito de um fato prosaico qualquer. De imediato o tema escolhido ganha articulação com o contexto político vivido e se transforma num fato associado a um quadro geral repleto de sentido. É o caso do artigo "*Os torpedos do coronel Nemo*", publicado em meio à campanha presidencial de 1960, na qual os comunistas apoiavam o Marechal Lott.

O coronel Nemo Canabarro Lucas apregoava a "infiltração comunista" nos comitês eleitorais e ele – *monopolizador da campanha nacionalista* – disse Mário, *não pode transformar a candidatura em propriedade de nenhum grupo político e muito menos, de qualquer pretendente a caudilho*. Estabelecer discriminações contra qualquer corrente é desservir a candidatura Lott e fortalecer o janismo. No texto, o jornalista explicita o desassombro dos comunistas no apoio ao marechal nacionalista, o compromisso com a candidatura e sua popularização, *mesmo quando ela esteve a ponto de submergir* e as razões do apoio à causa democrática e nacionalista. Usando da franqueza e autoridade que a posição de diretor do jornal lhe confere, Mário afirma: *O caráter heterogêneo do apoio não autoriza controle de quem quer que seja. Respeitadas as diferenças, todos, sem distinção, podem atuar nos comitês*. Sarcástico, compara o coronel ao seu homônimo, personagem de Júlio Verne:

mundistas. Tal contexto marcou fortemente a conjuntura brasileira a partir da renúncia de Jânio Quadros. Portanto, de 1961 a 1964, avalia Aarão, o Brasil retomou a utopia autonomista confiante de que a tradição política do trabalhismo, atualizada pelo movimento nacionalista e popular, poderia constituir um caminho autenticamente brasileiro para o desenvolvimento do país. Jango encarnou o personagem central desse drama libertário e os comunistas viram nesse cenário um momento favorável para as mudanças estruturais.

O conjunto dos ensaios de Mário Alves representa uma leitura insubstituível desse momento crítico, uma análise tão criteriosa quanto possível da ação dos vários personagens e uma interpretação marxista dessa derradeira utopia nacional.

¹⁷⁹ GORENDER, Jacob. *Punição para os assassinos de Mário Alves*, Unidade, dezembro de 1981, pg. 11.

Enquanto o famoso capitão Nemo afundava navios inimigos, o coronel se compraz em lançar torpedos contra a própria candidatura que ele apóia.

Noutro trecho, dedicado à leitura do anti-comunismo do coronel, fulmina:

Quanto aos insistentes esforços do coronel Nemo para isolar os comunistas do movimento nacionalista seu insucesso encerra uma lição. Nemo sonha, há muito tempo, ser uma espécie de Nasser brasileiro. Quer um movimento nacionalista sob o seu comando, sem os comunistas e contra os comunistas. Mas o Nemo não é Nasser, nem o Brasil é o Egito. Nemo andou cortejando os sindicatos posando como líder de massas, mas não conseguiu iludir os trabalhadores e arrastá-los para a sua frente nacionalista anti-comunista. Formando uma consciência cada vez mais clara dos seus interesses a classe operária brasileira não está disposta a entregar a bandeira da emancipação nacional a nenhum aprendiz de ditador.¹⁸⁰

Franco, preciso, insubmisso, lúcido, racional e destemido. Quando o assunto ou o momento exigiam, o bom combate era travado. Às vezes, o jornalista disparava torpedos explosivos, certos. Como no texto pungente "*Lott pôs lenha na fogueira de Jânio*", onde analisa as declarações do candidato nacionalista reiterando sua autonomia em relação aos comunistas. Vale à pena lê-lo na íntegra pelo que representa como peça do jornalismo político opinativo. Uma pérola:

Nosso candidato a Presidência da República, o marechal Teixeira Lott, resolveu reiterar seus sentimentos anticomunistas e antisoviéticos numa entrevista em Belém do Pará”.

Obstina-se o marechal em repelir o apoio eleitoral dos comunistas. ‘Não tenho conhecimento’ – disse de cara fechada. Ora, um dos piores erros que se pode cometer em política é não tomar conhecimento dos fatos. Se o marechal está preocupado em negar a existência de compromissos entre ele e os comunistas, não havia necessidade de tanto azedume. Os próprios comunistas já afirmaram que não têm objetivos exclusivistas na campanha presidencial. Nada pediram, nem pedem ao candidato Lott. Exigem apenas que ele se mantenha fiel à causa nacionalista e democrática.

Parece, no entanto, que o marechal Lott insiste em dar manifestações públicas de um lamentável primarismo anticomunista. Não sente o ilustre chefe militar que o anticomunismo é uma bandeira de batalhas perdidas?

Porque repelir o apoio eleitoral dos comunistas, se estes são cidadãos que gozam dos direitos civis e estão obrigados, como todos os brasileiros, ao dever cívico do voto? Os comunistas escolheram o candidato que julgam melhor. Admitimos que o marechal Lott, com a sua formação e os seus preconceitos, julgue o comunismo um erro. Mas, se os comunistas acertam e escolhem um candidato melhor, isto é, o marechal Lott, porque repeli-los? Seria, além de uma demonstração de inépcia política, um gesto odioso impróprio de um católico.

¹⁸⁰ ALVES, Mário. *Os torpedos do coronel Nemo*, Novos Rumos, 29/11 a 02/02/1960. O estilo sarcástico, firme, fundamentado e de uma franqueza desconcertante já assinalado por alguns contemporâneos do biografado, é perceptível nesse texto.

Por ventura supõe o marechal Lott que o apoio eleitoral dos comunistas pode comprometê-lo de alguma forma com a ideologia marxista-leninista? Seria um temor irrisório. Não ignora o marechal que os comunistas já concertaram, em várias oportunidades, alianças eleitorais com os partidos que hoje o apóiam – o PSD e o PTB. E nem por acaso os próceres petebistas e pessedistas mudaram suas convicções católicas ou capitalistas. Mais estranha ainda é a seguinte afirmação do marechal Lott: 'Com os atuais dirigentes da União Soviética não é possível manter relações...' Esta afirmação absurda não pode deixar de ser condenada por todos os nacionalistas, por todos que vêem na candidatura Lott a esperança de uma política exterior independente para nossa pátria. O marechal Lott não deve desconhecer que uma das principais condições para assegurar a paz e a amizade entre as nações é uma política de não intervenção nos assuntos internos de cada país. A tese do marechal Lott tornaria inadmissível as relações entre países de regimes diferentes.

O marechal Lott acha que, por ser democrata e católico, não deve admitir relações diplomáticas entre o governo brasileiro e o soviético. Entretanto, o presidente Grouchi, Chefe do governo democrata-cristão da Itália, não só é partidário das relações com a URSS como vai a Moscou em visita cordial aos dirigentes comunistas. O general católico De Gaulle recebe Khrushchov amistosamente em Paris. E nem a Itália e a França deixaram de ser católicas e capitalistas, nem a URSS deixou de ser um país socialista.

O fecho do artigo é realmente brilhante pelo que representa de sensatez, equilíbrio e sabedoria política:

Se fizemos estas observações críticas à entrevista do marechal Lott, é precisamente porque o consideramos candidato das forças nacionalistas e democráticas e desejamos sua vitória. Declarações como essa de Belém do Pará podem ser consideradas propaganda janista e não propaganda lottista. Contando já com o suporte eleitoral da reação e do entreguismo, Jânio se lança agora à demagogia desbragada para tentar iludir o eleitorado de esquerda. Sua viagem a Cuba tem este objetivo. Não podemos permitir, sem o nosso protesto, que o marechal Lott ponha lenha na fogueira do janismo, movido simplesmente por preconceitos retrógrados.¹⁸¹

O sentimento do ensaísta, explorado em outros artigos, é o de que Lott não é a candidatura dos sonhos da esquerda, mas é a que a realidade indica. Apesar de sua atitude antisoviética e anticubana, o marechal representa os anseios de emancipação e progresso do país. Na opinião de Mário, em torno do candidato existem, ao lado de setores nacionalistas radicais e forças de esquerda, grupos reacionários que tentam assumir o patrocínio da candidatura e dar-lhe um cunho conservador. Lott é visto, pessoalmente, como portador de preconceitos que entram em conflito aberto com as posições das correntes nacionalistas e populares que o apóiam, especialmente, os comunistas. Mas isso não é considerado o aspecto principal de sua campanha.

¹⁸¹ ALVES, Mário. *Lott pôs lenha na fogueira de Jânio*, Novos Rumos, 8 a 14 de abril de 1960.

Contrastemos sua atitude firme pelo monopólio estatal do petróleo com a dubiedade do Sr. Kubitscheck. Consideremos sua disposição reiterada de limitar a remessa de lucros das empresas estrangeiras. Sua ausência de ligações com os grupos econômicos. Sua coerência na defesa da legalidade democrática. Suas manifestações favoráveis aos direitos dos trabalhadores.¹⁸²

Realista, o artigo conclui que nas condições da época, a candidatura refletia o papel preponderante que ainda exerciam na frente única forças sociais capazes de opor-se ao imperialismo em certa medida, a admitir determinadas transformações, mas incapazes de realizar uma política firme antiimperialista e popular, no mais puro estilo Fidel Castro. De acordo com o analista, a luta entre setores conciliadores e radicais acabaria por influir favoravelmente no curso dos acontecimentos, sendo fundamental, naquele momento, reforçar a candidatura nacionalista e popular *de forma a ficar bem claro para o povo os objetivos antiimperialistas e populares das forças que sustentam o marechal Lott. Esse é o caminho para vencer a demagogia janista.*¹⁸³

Apesar da brilhante análise, o povo quis Jânio, cujo apelo moralista e propaganda populista ofuscaram a presença de Lott. Jânio Quadros, diz Skidmore, entrou no cenário político como um corpo estranho. Por não estar nele definitivamente identificado como um líder anti-Vargas (embora ninguém o considerasse jamais um getulista) foi visto como um tipo capaz de transcender as linhas estabelecidas do conflito. Isso pareceu ainda mais possível por causa de sua bandeira carismática. Político não ortodoxo iniciou a sua carreira política como vereador. Em 1953 elegeu-se Prefeito de São Paulo. No ano seguinte, derrotou o campeão de votos (e corrupção) Ademar de Barros na disputa para o Governo do Estado.

A atração de Jânio baseava-se na sua imagem como o "anti-político", o amador honesto que oferecia a possibilidade de uma mudança profunda no sujo ambiente político. Daí a marca de sua vassoura, emblema com o qual embalou as campanhas eleitorais e se aproximou do povo humilde e da classe média. Personalista, estranho mesmo, irrompeu em 1959 como uma figura legendária no Brasil urbano que se anunciava desde Juscelino. Sua imagem pública estava associada à gestão eficiente do mais dinâmico estado da federação. A direita e a extrema direita não quiseram apostar as fichas no ademarismo, que tinha já uma péssima reputação. Foi para Jânio para se opor ao candidato dos nacionalistas e comunistas. Ele emplacou, com 48% da preferência do eleitorado, bem à frente de Lott, com 28% e de

¹⁸² ALVES, Mário. Lott e os comunistas, *Novos Rumos*, 69, de 15 a 21 de abril de 1960.

¹⁸³ ALVES, Mário. *Lott e os comunistas...*

Ademar de Barros, que obteve 23% dos votos. Mas levou na carona um vice-presidente atípico: o candidato da outra chapa. À época, a legislação eleitoral permitia esse expediente. Em meio a campanha, os contraditórios da preferência do povo elegeram essa esdrúxula chapa: Jan-Jan, Jânio para Presidência e Jango para a Vice. A meteórica ascensão levou à rápida agonia.

Nem bem completara oito meses de Governo, Jânio mergulhou o país em grave crise institucional. Numa atitude tão dramática quanto burlesca, renunciou ao cargo. Desejava voltar com mais força para governar com mais pulso. Num gesto bem ao seu estilo, aproveitou a ausência de Jango, que estava em visita oficial à China, e blefou. Imaginava que os militares, como já tinham feito os partidos, no período de campanha, temerosos da posse de um vice aliado dos comunistas, rogassem a sua volta, ao que imporiam novas condições, quem sabe o fechamento do Congresso que lhe bloqueava o caminho das reformas intentadas. Não aconteceu. De sorte que a esquerda acabou ganhando uma eleição que perdeu. Mas isso não se deu sem uma longa e acelerada seqüência de concertos e contradições.¹⁸⁴

Ao episódio da renúncia de Jânio, Mário Alves dedicou um ensaio chamado *Da crise de agosto à Frente de Libertação Nacional*, onde retoma seu arsenal teórico-conceitual na análise do embate das classes sociais no país segundo a ação dos seus principais personagens. Ao lado da arguta análise de conjuntura, já se percebe a evolução à esquerda de sua formulação em relação ao compromisso efetivo da burguesia nacional com a causa democrático-popular. E mesmo a advertência quanto aos meios pacíficos de luta política que podem ser abandonados caso a reação tome a iniciativa da violência. Pelo texto a seguir, percebe-se o quão de despropositado e sem sentido foi a declaração de Luís Carlos Prestes segundo a qual, *até mesmo um homem sério, como Mário Alves, defendeu na Comissão Executiva o retorno de Jânio para evitar o pior.*¹⁸⁵

¹⁸⁴ SKIDIMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, p. 231 a 251. Num capítulo intitulado "Entreato agonizante", o autor faz uma excelente retrospectiva do governo Jânio, até a data da renúncia, 25 de agosto de 1961. Para Skidimore, Goulart integrava-se com bem mais facilidade ao sistema político brasileiro que o excêntrico Jânio.

¹⁸⁵ MORAES, Dênis de e VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*, p. 164 e 165. "No dia em que o Jânio renunciou, um homem sério como Mário Alves defendeu na Comissão Executiva a tese de que nossa tarefa era luta pela volta de Jânio. A Comissão Executiva não concordou. Na mesma noite, divulgamos um documento nos posicionando a favor da solução constitucional, isto é, posse do vice-presidente. Nossa decisão teve grande influência na opinião pública, obtendo imediato apoio das massas. Além disso, Brizola, no Rio Grande do Sul, defendia a mesma coisa. Depois os sargentos da Aeronáutica e o III Exército aderiram à chamada Campanha pela Legalidade. E os planos de Jânio se frustraram. Queria fazer em 61 o que foi feito em 64. Um governo autoritário, em benefício dos monopólios." O depoimento de Prestes não encontra amparo nas posições defendidas por Mário Alves em vários dos seus escritos, antes e depois, do desfecho da crise.

O analista avalia a crise de agosto como um dos choques mais profundos entre os grupos comprometidos com o atraso e com a dependência do país e as “forças progressistas”. Em apenas alguns dias, diz, o povo brasileiro viveu uma experiência equivalente a vários anos de luta. Desenhou-se com maior nitidez o quadro das contradições existentes na sociedade, revelou-se a fisionomia real de cada corrente política, configurou-se a disposição das forças em confronto.

Causa imediata da crise de governo, a renúncia do Sr. Jânio Quadros pareceu surpreendente a muitos observadores que analisavam a superfície dos acontecimentos. A verdade, porém, é que após sete meses de vida o governo havia chegado a um impasse e debatia-se em meio a sérias contradições. Apoiado pela direita, mas comprometido com as promessas de campanha com a burguesia e consideráveis setores populares, havia nascido com a marca da duplicidade. Em obediência ao esquema eleitoral que apoiou sua candidatura, os postos-chave das forças armadas foram entregues a um dispositivo reacionário e o ministério composto predominantemente por homens de confiança dos círculos financeiros internacionais. Quando se tornou necessário, entretanto, obter cobertura política para a realização de certas reformas, sobretudo no campo da política externa, teve o Sr. Jânio Quadros que buscar o apoio de setores identificados com o pensamento nacionalista e popular. Sua política assumiu, deste modo, o caráter de um compromisso instável entre posições basicamente antinacionais e antipopulares e certas mudanças favoráveis aos interesses do país.

No que se refere à política externa, entende Mário Alves, a reformulação janista não mudou, no fundamental, a situação dependente que o Brasil ocupava na órbita do sistema imperialista, mas foi uma tentativa de conciliar essa dependência com algumas atitudes novas e de grande repercussão nacional. Sua dubiedade era evidente. Enquanto assumia a defesa da autodeterminação de Cuba, Jânio reafirmava fidelidade aos tratados interamericanos que atavam o país à hegemonia dos Estados Unidos. A expansão do comércio exterior em direção ao mercado socialista fazia-se acompanhar da consolidação das dívidas nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, além da obtenção de novos créditos que agravavam a dependência financeira do país.

Afastando-se em certa medida dos quadros tradicionais das relações externas do Brasil, tal política não significava uma ruptura da dependência ao imperialismo. Era, antes, uma iniciativa no sentido de continuar a dependência em novos moldes, sob formas mais adequadas à nova situação mundial.¹⁸⁶

¹⁸⁶ ALVES, Mário. *Da crise de agosto à Frente de Libertação Nacional*, Estudos Sociais, v.III, n. 11, dez-1961, p. 259 a 269. Publicado em dezembro de 1961, portanto, quatro meses após a renúncia, esse texto desqualifica a versão de Prestes segundo a qual Mário Alves teria nutrido alguma espécie de esperança no governo Jânio.

De outra parte, ao suprimir importantes controles cambiais e desvalorizar o cruzeiro, Jânio fez graves concessões aos interesses monopolistas estrangeiros, atendendo as exigências de setores ligados ao latifúndio e ao comércio exportador, assim como a círculos da grande burguesia interessados na abolição do subsídio cambial. Tal política econômico-financeira forçava a elevação acelerada do custo de vida, impunha maiores sacrifícios à população e acentuava o processo inflacionário. As aparentes incoerências governamentais tinham sua lógica interna. Expressavam a situação peculiar das classes dominantes no Brasil, particularmente da grande burguesia atada a um contexto internacional por múltiplos laços e interesses de classe. De outro lado, no entanto, os setores dominantes ligados ao processo de industrialização percebiam a necessidade de certas mudanças para a sustentação de seus próprios privilégios de classe. Isso os levava a entrar em conflito com os capitais monopolistas, na medida em que cogitavam novos mercados consumidores e fornecedores no exterior e a ampliação do mercado interno mediante algumas medidas de reforma agrária. Além do mais, temiam a radicalização da consciência política das massas e compreendiam a conveniência de efetuar reformas antes que o povo fizesse a revolução.

No entender do articulista, tais contradições das classes dominantes provocaram a instabilidade e comprometeram as bases do governo de Jânio. À medida que cumpria os compromissos que o vinculavam ao imperialismo e ao latifúndio, suscitava a oposição e a resistência das forças nacionais e populares. Quando adotava posições que saíam dos marcos da submissão tradicional ao imperialismo, feria poderosos interesses.

A política de respeito à autodeterminação de Cuba e de aproximação com os países socialistas e os países neutros, porquanto afetava o sistema de dominação na América Latina, não podia deixar de provocar uma aberta hostilidade dos grupos mais reacionários das classes dominantes, encastelados dentro do aparelho do Estado e armados com o controle dos comandos militares. Em tais condições, a política do Sr. Jânio Quadros, orientada no sentido de manter a dominação imperialista, embora com algumas mudanças destinadas a torná-la aceitável no Brasil e no mundo, não podia solucionar os problemas básicos e prementes do país, contribuindo para agravá-los. A inflação e a carestia em progressão acelerada eram os sintomas mais evidentes de que a crise estrutural continuava a aprofundar-se. Depois de sete meses no poder, o Sr. Jânio Quadros não tinha assegurado uma sólida base popular e, simultaneamente, enfrentava os ataques da reação externa. Sua renúncia, que significava uma capitulação diante da ofensiva dos setores mais reacionários, comprovou mais uma vez o malogro da política de compromisso com o imperialismo e o latifúndio.¹⁸⁷

¹⁸⁷ ALVES, Mário. *Da crise...*

Diante da solução conciliatória para a posse de Jango, que impôs ao país um parlamentarismo *sui generis*, da natureza híbrida do novo núcleo do poder, que inclui variadas representações, desde a centro-direita até nacionalistas como o próprio Presidente, não há muito que se esperar. Nascido de uma componenda, o conúbio não aponta para atitudes claras em relação às demandas do povo brasileiro. Para o dirigente comunista, as forças legalistas não apenas evitaram uma guerra civil iminente como asseguraram seu domínio sobre o Poder Executivo e a Presidência da República. O compromisso que assegurou a posse de Jango objetivava evitar o choque com a reação, que desejava o golpe e a quebra das regras constitucionais, temendo que esse fosse o ponto de partida para um processo de luta revolucionária das massas. Da crise, algumas lições foram extraídas. Primeiro: as massas e a vanguarda não estavam preparadas para uma luta de maior profundidade, muito menos para a eventualidade de uma brusca mudança das formas de luta. Em segundo lugar, a gravidade da situação levando o país à beira de uma guerra civil, expunha o grau das contradições e a radicalização da consciência das massas. Tal situação indicava a possibilidade de novos e mais violentos choques entre as forças da reação e as forças democráticas. Para isso, o PCB devia estar atento.

Em face da situação prenunciadora de novas crises, agrupam-se, de um lado, as correntes nacionalistas e populares que não aceitaram os termos de conciliação Jango-Tancredo que acolheu inúmeros golpistas. Aí estão o movimento operário, as organizações estudantis, setores militares, parlamentares nacionalistas e círculos da burguesia liderados pelos governadores Leonel Brizola e Mauro Borges. De outro lado, a reação. Com sua brigada de choque momentaneamente derrotada, prepara-se para voltar à carga. Com o desgaste de Lacerda, investem em Carvalho Pinto, Cid Sampaio e Juraci Magalhães. Em torno ao Gabinete de Tancredo Neves mexem-se os apaziguadores buscando neutralizar a reação e conter as forças populares. O PCB propõe a criação de uma Frente Libertadora Nacional para formar um governo de coalizão com as forças progressistas e acha que Jango, a depender de sua evolução à esquerda, pode ter importante papel nesse projeto. Frente à precipitação dos acontecimentos, o articulista embora compreenda a importância das eleições parlamentares que iriam ocorrer em outubro do ano seguinte para a modificação da composição da Câmara dos deputados, acredita que a gravidade da situação e a urgência dos problemas demandam solução mais rápida. E quem sabe, antecipando sua posição muitos anos antes da luta armada, anuncia nesse texto, claramente, a possibilidade da via revolucionária pegar o atalho da violência ao invés do caminho pacífico para o poder:

(...) O povo brasileiro vem empregando os meios legais que lhe são proporcionados pelo atual regime, vem utilizando todas as possibilidades existentes a fim de que as transformações da estrutura econômico-social se realizem pela via pacífica. Não é possível, entretanto, responder de antemão se os objetivos revolucionários serão ou não atingidos por este caminho, já que a resposta a tal problema depende não apenas das forças da revolução, mas também das forças da reação. Os inimigos do povo brasileiro resistirão, por todos os meios possíveis, à perda de suas posições. Se empregarem a violência para impedir a ascensão das forças revolucionárias ao poder, poderá ser colocada na ordem-do-dia a solução por um caminho não pacífico.¹⁸⁸

A pressão começava a subir e o tom dos discursos a esquentar. Muito se escreveu sobre Jango Goulart e vários autores encampam a idéia de que lhe faltou tino, personalidade e competência para realizar a transição do Brasil para uma sociedade moderna, onde desenvolvimento econômico e liberdade políticas não estivessem em contradição. Estancieiro gaúcho iniciado na vida política por Getúlio Vargas era dado a farras e mulheres, mas foi também sensível aos movimentos sociais e homem de diálogo. Como Ministro do Trabalho fora deposto no Governo Vargas por pressão da direita, que queria dificultar sua diplomação como herdeiro do getulismo.

Eleito duas vezes Vice-Presidente, com Juscelino e Jânio, chegara à Presidência em plena tempestade golpista. Conciliador, flexível, negociou com os militares e a direita sua nomeação sob o parlamentarismo. Sabia que não tinha a estatura de Getúlio. Nem faria uma Brasília, à maneira do desenvolvimentismo de JK. Oscilou pendularmente entre seus aliados até que se viu refém dos golpistas. Fez um atribulado percurso até que realizasse o que Jânio não conseguiu. Encarnou como ninguém o personagem ambíguo do burguês nacional que tanto ocupou o imaginário dos brasileiros à época. Mário Alves dedicou a Jango vários artigos e sob seu Governo escreveu ensaios sobre temas cruciais da vida brasileira. Num desses textos, intitulado “Golpe, imperialismo e democracia”, publicado no final de 1962, considera que a partir da renúncia de Jânio, foi rompida a relativa estabilidade política do país, que mergulhou a partir de então num período de sucessivas crises de governo, de agudos choques entre as forças detentoras do poder e de manifestações enérgicas de descontentamento das massas.

O sentimento de euforia, que predominava em amplos setores das classes dominantes durante o quinquênio "desenvolvimentista" de Kubitscheck cedeu lugar a um crescente temor

¹⁸⁸ ALVES, Mário. *Da crise...* p. 268. O texto guarda total identidade com a resolução do V Congresso, sendo de destacar a coincidência de estilos, fato que corrobora a versão dada por vários autores e entrevistados, segundo a qual, Mário era o redator preferencial da maior parte dos documentos da direção no período.

diante do agravamento dos problemas econômicos, das tensões políticas e dos antagonismos sociais.

A enfermidade tem causas profundas, não é um simples mal-estar e precisa de mudanças radicais para sua superação. A dependência externa, as relações atrasadas no campo, o vertiginoso processo inflacionário que se aprofunda como decorrência do próprio crescimento das forças produtivas, colocam a necessidade de uma saída real para a crise. Assim como a economia mudou, o Estado brasileiro também sofreu transformações. No entendimento do ensaísta, ele não é mais, quanto ao seu conteúdo de classe, idêntico ao que era logo após a Segunda Guerra, quando foram lançadas as bases do sistema constitucional.

Como decorrência do sistema capitalista, e em particular, do processo de industrialização, aumentou sensivelmente a participação e influência da burguesia nacional no aparelho do Estado, imprimindo-lhe a marca de sua natureza dúplice e conciliadora. No campo da luta política a reação estava representada por partidos como o PSD e a UDN. No campo nacionalista, Jango se integrava aos círculos dirigentes do PTB e outras forças favoráveis às "reformas de base" (aspas do articulista), a certas medidas com as quais espera solucionar os problemas nacionais nos marcos da estrutura vigente. Tais forças oscilam em relação ao capital estrangeiro e no limite da sua subalternidade não asseguravam mudanças substanciais nem na política externa, nem no campo do desenvolvimento das forças produtivas do país.

Goulart é visto como vacilante, expondo suas dificuldades para fazer avançar um projeto nacionalista debaixo do sistema parlamentarista, forma que fraciona o poder e dilui a autoridade governamental. Por outro lado, nada assegura que o presidencialismo, como desejado, possa garantir a ele e a burguesia nacional a chave para a saída da posição de dubiedade e conciliação. Do ponto de vista dos comunistas, no entanto, a questão é clara:

Em face da grande complexidade do quadro político, a política de alianças da classe operária não é um problema simples, sobretudo quando a burguesia nacional tende a aumentar sua participação no poder através de choques e, simultaneamente, de compromissos com o imperialismo e o latifúndio. Nestas condições, que garantia pode haver de que a luta pela libertação e o progresso seja vitoriosa e não frustrada durante largo período, pela conciliação com o inimigo? Esta garantia só pode consistir na unidade mais sólida e na mobilização mais intensa das forças básicas da revolução brasileira, das grandes massas trabalhadoras e populares - os operários, os camponeses, os estudantes, os intelectuais progressistas, a pequena burguesia radical.¹⁸⁹

¹⁸⁹ ALVES, Mário. *Golpe, imperialismo e democracia*, Estudos, Sociais, n. 15, dez-1962, p. 246 e 247.

Sem meias palavras, o texto afirma que só a união dessas forças *pode golpear profundamente a dominação imperialista e a estrutura latifundiária, fazendo fracassar as manobras de conciliação realizadas pela burguesia nacional, setor vacilante deste movimento.*¹⁹⁰ Portanto, a aliança ativa com a burguesia consiste em não perder de vista os interesses das massas que não devem se iludir com concessões que visam apenas ampliar o campo de manobras da burguesia e lhe abrir caminho para seu fortalecimento no aparelho do Estado.

Em outro ensaio dedicado ao mesmo tema, publicado dois meses antes do golpe, em meio ao aguçamento do embate, ele busca examinar o alinhamento das diferentes forças políticas do cenário nacional para esclarecer a natureza e o conteúdo das suas divergências. Mais uma vez, volta ao recurso da caracterização dos campos opostos e a descrição dos seus componentes. No lado da reação, situa os círculos dirigentes do PSD e da UDN que contam juntos, com a maioria no Congresso. Tais forças retrógradas têm sua base social entre os latifundiários mais atrasados e a burguesia associada ao imperialismo.

Embora não mantenham posições uniformes, essas forças representam essencialmente o campo conservador. Alguns desses setores sabem que é inviável e contraproducente a oposição a toda e qualquer idéia de reforma. Admitem certa margem de transigência com o objetivo de torná-las puramente formais e inócuas. Trata-se dos setores mais numerosos e que, à época, se autodenominavam "centro" para diferenciar-se da extrema direita. Na opinião de Mário Alves era o que havia de mais obsoleto na estrutura econômico-social e se encontrava em franco declínio do ponto de vista histórico.

No campo das forças nacionalistas encontram-se setores da burguesia, Jango, círculos do PTB e afins. No campo externo, buscando tirar proveito da nova correlação de forças advinda com o fortalecimento do bloco socialista e países não-alinhados. Eis a razão básica que explica os aspectos positivos da política do Itamaraty. Tal política é positiva quando se diferencia da posição tradicional de completa submissão, mas não constitui a expressão dos reais anseios de independência do povo. Suas relações exteriores, no fundamental, continuam se dando nos marcos da subordinação aos dispositivos dos tratados internacionais que limitam a autonomia do país. Moldes mais adequados de integração não significam libertação da influência imperialista.

¹⁹⁰ ALVES, Mário. *Golpe...* p. 246 e 247.

No campo interno,

a política da burguesia nacional é condicionada, igualmente, pela necessidade de levar em conta as aspirações antiimperialistas e democráticas das massas populares. Não com o objetivo de atender efetivamente a estas aspirações, mas com a intenção de realizar concessões parciais ao povo, atenuar o seu descontentamento em face dos problemas que se agravam, desviá-lo do caminho revolucionário e manter dentro dos limites convenientes aos seus interesses de classe as mudanças já inadiáveis.¹⁹¹

Goulart contém o avanço das forças populares realizando concessões e atende a pressão externa num jogo cada vez mais arriscado e sem resultados substantivos. As eleições parlamentares não alteraram a correlação de forças na Câmara dos Deputados e, entre as queixas do embaixador americano Lincoln Gordon das

limitações arbitrárias e da esterilização dos capitais estrangeiros, aumenta o impasse, expressão da contraditória e difícil situação da ala nacionalista da burguesia brasileira que operava no limite temendo exceder-se e perder o controle da situação. Diante dos fatos, acredita o articulista que "a política de conciliação continuará a expressar-se através da aliança do PTB com as chamadas forças "centristas" do PSD e de outros partidos, aliança que já conduziu ao compromisso do plebiscito e, na medida em que isto dependa de seus promotores, poderá conduzir a outros conchavos em torno do futuro sistema de Governo e das "reformas de base."¹⁹²

Nessa situação, os comunistas não podem negar-se a lutar pelas reformas, a pretexto de admitirem apenas as soluções revolucionárias. Isso seria renunciar a ação política capaz de impor revezes às forças da reação e fortalecer a frente antiimperialista e democrática. Seria isolar-se do povo e abandonar as massas à influência dos que pretendem iludi-las. Seria renunciar ao papel de vanguarda da revolução embora sob a capa de uma fraseologia revolucionária. Entretanto, ao travar as lutas pelas reformas, é necessário distinguir claramente quais são as mudanças imediatas suscetíveis de aprofundar a luta contra o imperialismo e o latifúndio. As lutas populares não podem se confundir com a dos reacionários "centristas", que falam em reformas de base para esvaziá-las de qualquer conteúdo efetivo, nem com a dos elementos da burguesia nacional que são partidários de certas reformas, mas estão sempre dispostos a barganhar com a reação e reduzi-las a tímidas mudanças aceitáveis pelo inimigo.

¹⁹¹ ALVES, Mário. *A burguesia nacional e a crise brasileira*, Estudos Sociais, n. 19, fev. 1964, p. 233.

¹⁹² ALVES, Mário. *A burguesia...*, p. 243.

A tarefa dos comunistas é desmascarar a tese da Aliança para o Progresso tão grata a Jango e a outros representantes da burguesia nacional, de que as reformas devem ser feitas para impedir a revolução bem como a idéia oportunista, difundida pelos nacionalistas de "esquerda", de que as reformas já são a própria revolução. Só assim, arremata o articulista, será possível ganhar as massas para a luta por reformas que se tornam um instrumento de aceleração, e não uma manobra de retardamento do processo revolucionário.¹⁹³

A evolução à esquerda do pensamento político de Mário Alves acompanha a velocidade dos acontecimentos. A essa altura, é possível identificar claramente no Comitê Central posições discordantes em relação à excessiva intimidade de Prestes e Giocondo Dias com o Presidente Goulart. Mário Alves, Jacob Gorender, Carlos Marighella e Apolônio de Carvalho, dentre outros, já manifestavam aí suas preocupações com o reboquismo prestista, todos, de alguma forma, tomando posições de esquerda. Nada ainda que vislumbrasse o desfecho trágico que acabou precipitando o país na ditadura.

Mário dedicará à política econômica de Jango e a reforma agrária, dois ensaios contundentes, de grande atualidade. Eram os temas mais relevantes da época. O primeiro, por causa da necessidade da retomada do processo de crescimento da economia e do controle inflacionário. O segundo, pelo que representava para a modernização das relações sociais no país emperradas pela presença do latifúndio e incorporação de milhares de pessoas ao mercado interno, condição decisiva para o avanço da acumulação de capital.¹⁹⁴

O programa econômico de Jango Goulart para o país foi formulado em fins de 1962 e pensado para um prazo de três anos e ficou conhecido como Plano Trienal. Escrito por um economista da ala nacionalista, Celso Furtado, foi tocado por Santiago Dantas. Ele esboçava um grupo de objetivos baseado em uma análise do crescimento econômico do pós-guerra e do impasse a que o país havia chegado em 1962. O plano reconhecia que o índice de inflação de 52% no ano de sua formulação, havia excedido os níveis toleráveis, tanto do ponto de vista de seu efeito sobre o investimento e sobre um maior crescimento, quanto da conseqüente exacerbação de tensões sociais. O diagnóstico salientava o fato de que qualquer tentativa de medidas antiinflacionárias deveria fazer parte de uma política geral para reatar os níveis de alto desenvolvimento, explicando que o declínio na taxa de crescimento seria bem mais

¹⁹³ ALVES, Mário. *A burguesia...*, p. 245.

¹⁹⁴ *Brasil Revolucionário*, n. 1, 1989, *Mário Alves: revolucionário e comunista*, p. 23. A publicação relaciona outros textos e ensaios de autoria de Mário Alves, entre os quais: O caráter da revolução brasileira, Sobre a Sudene, O café em São Paulo, Estudos sobre a América Latina e Notas sobre o cacau.

negativo para a população do que o desenvolvimento em curso com todas as suas deficiências. O plano propunha para tanto um programa simultâneo para combater a inflação que deveria chegar a apenas 10% em 1965, mantendo ao mesmo tempo, um índice de crescimento real da economia de 7 por cento. Concomitantemente, empreenderia um conjunto de reformas destinadas a favorecer o crescimento e eliminar barreiras institucionais, aliviando as notórias desigualdades de renda entre as classes e as regiões. Resumindo: um ambicioso programa que queria o melhor do pós-guerra, uma taxa de inflação nos níveis do governo Dutra e uma taxa de crescimento da época de Juscelino. Sem dúvida, ele foi uma importante peça na preparação da campanha do plebiscito para o retorno ao presidencialismo, o que assegurou a Jango fragorosa vitória, tida por muitos como uma nova eleição.

O Plano Trienal representou à época uma acurada formulação técnica do pensamento nacionalista num contexto de crise econômica e sua ambigüidade, ao recorrer ao apoio do capital estrangeiro, revelava, ao mesmo tempo, o máximo de refinamento a que chegou a corrente nacional-desenvolvimentista nos limitados espaços de um crescimento autônomo e independente no Brasil. Adotado em janeiro de 1963, o Plano Trienal suscitou acalorado debate na sociedade e, em especial, entre os setores progressistas.

Mário Alves participou por várias vezes dessas discussões, em associações de classe e universidades, e poucos meses depois de lançado o programa econômico de Goulart, seu ensaio sobre o tema foi publicado pela União Nacional dos Estudantes, ao lado de outro, de autoria do economista Paul Singer. Trata-se de uma dura crítica ao pensamento econômico oficial, feita a partir da perspectiva marxista, analisando as propostas, objetivos e contradições do plano. Após análise de suas limitações, formula soluções alternativas cuja implementação, no entanto, requer um ambiente político favorável capaz de priorizar medidas populares e nacionalistas que extrapolam os limites do governo Goulart.¹⁹⁵

Pela primeira vez no Brasil, diz Mário Alves, um plano governamental foi traçado tendo em vista, ao mesmo tempo, assegurar a taxa de crescimento econômico e reduzir a pressão inflacionária. Propõe-se superar o tradicional conflito entre duas correntes: de um lado, os "desenvolvimentistas", que preconizam o desenvolvimento econômico a qualquer custo, mesmo ao preço de uma inflação desenfreada; de outro lado, os "monetaristas", que recomendam estabilizar a moeda, mesmo com o risco de paralisar ou diminuir a atividade econômica. A primeira corrente marcou o governo JK e reflete os interesses da burguesia nacional. A segunda, expressa a posição dos círculos mais atrasados da economia brasileira. O

¹⁹⁵ ALVES, Mário. *Análise do Plano Trienal*, p. 47 a 90, abril de 1963.

Plano Trienal, portanto, distingue-se das correntes "monetaristas" e atende aos esforços da burguesia nacional para garantir o crescimento econômico. Mas não se trata de um plano de desenvolvimento como tal porque, entre outros motivos, suas projeções se limitam, no essencial, a acompanhar as tendências espontâneas do crescimento da economia brasileira. Na prática, quer apenas conservar a tendência prevalecente.

O que há de novo, diz o analista, é a intenção de reduzir a pressão inflacionária em proporções apreciáveis, ao mesmo tempo em que se mantém a taxa de aumento do produto real. Portanto, compreender o caráter do plano é saber por que interessa aos círculos dirigentes, inclusive os ligados à burguesia nacional, um programa de contenção do processo inflacionário. Entre os motivos está, inicialmente, a ameaça de hiper-inflação. Sendo útil às classes possuidoras, dentro de certos limites, como um instrumento de acumulação, a inflação torna-se negativa quando atinge um grau comprometedor.

Do ponto de vista econômico, a inflação galopante desorganiza a produção e o crédito, dificulta o cálculo de custos, atrapalha o fluxo produtivo. Do ponto de vista social e político, a elevação acelerada dos preços e a queda do salário real provocam a indignação, gerando tensões perigosas que ameaçam a estabilidade do regime.

De outra parte, a adoção da política de estabilidade atende às pressões externas, como as oriundas dos Estados Unidos, que impõe tal condição para a concessão de créditos dos seus programas de ajuda. Obviamente, as massas trabalhadoras têm de estar de acordo com o plano que combata a hiper-inflação e garanta o crescimento real, porque ela traz o emprego e conseqüentemente melhora as condições de vida do povo. Mas é indispensável distinguir porque determinadas forças se opõem à inflação, pois disso depende saber como pretendem elas reduzir o ritmo inflacionário. O Plano Trienal, afirma Mário Alves, ainda que proclame a intenção de manter o desenvolvimento contendo a inflação, está longe de identificar-se com as soluções nacionais e populares.¹⁹⁶

Esse é o problema do ensaio, seu núcleo analítico. Revirando as origens da inflação brasileira, aponta a desvalorização externa da moeda, decorrentes das relações de intercâmbio não equivalentes do comércio exterior, como uma das suas causas fundamentais. As trocas desfavoráveis valorizam os bens industriais importados e forçam os preços dos produtos primários para baixo. Todos os dados de exportação, especialmente do café, comprovam o fato. Deste modo, a desvalorização externa da moeda conduz o governo, cedo ou tarde, às emissões inflacionárias, seja para subvencionar diretamente o setor latifundiário-exportador

¹⁹⁶ ALVES, Mário. *Análise...*, p. 49

ou para suprir o sistema bancário com meios de pagamentos adicionais, seja para atender as despesas do Estado, afetadas pela alta geral dos preços internos, ou ainda para adquirir o câmbio necessário a operações oficiais. A inflação, portanto, acaba sendo uma transferência de prejuízos dos fazendeiros-exportadores para o conjunto da população, empurrando o salário para baixo e aumentando o custo de vida. Os subsídios e os financiamentos representam outras formas de favorecimento do setor exportador, praticadas por meios inflacionários. Principalmente nas épocas de superprodução, quando o governo é obrigado a absorver o excedente da produção.

Importante causa da inflação é também a reduzida oferta de alimentos, decorrente da estrutura agrária obsoleta prevalecente no país. O aumento da população e de sua renda per capita, sobretudo na área urbana, não tinha o acompanhamento de uma suficiente oferta de gêneros alimentícios, fazendo sempre os preços oscilarem para cima.

A transferência de lucros do capital estrangeiro é outra causa básica do processo inflacionário. Ela contribui para desequilibrar o balanço de pagamentos, desvalorizar a moeda nacional e diminuir a renda nacional. Finalmente, diz o analista, as pressões inflacionárias que criam graves desequilíbrios na economia estão vinculadas ao esforço de círculos da burguesia nacional para elevar a taxa de investimentos e industrializar o país sem que se realizem mudanças básicas na estrutura econômico-social.

A burguesia encontra na inflação um instrumento que lhe permite apoderar-se de parte apreciável da renda que caberia às massas trabalhadoras, mediante a "poupança forçada", isto é, a baixa prolongada do salário real nos períodos entre um e outro reajustamento do salário nominal. Por outro lado, ao dominar posições importantes no aparelho do Estado, a burguesia utiliza as emissões inflacionárias de papel-moeda como um meio fácil de concentrar recursos para o financiamento de obras básicas necessárias ao desenvolvimento capitalista, como centrais hidrelétricas, indústria siderúrgica, infra-estrutura rodoviária, etc.

Cria-se, desse modo, uma poderosa base para a industrialização do país, financiada por via inflacionária à custa de imensos sacrifícios do povo, enquanto são deixados incólumes os lucros do capital estrangeiro, os privilégios dos grupos econômicos e dos latifundiários.¹⁹⁷

As causas do processo inflacionário residem, por conseguinte, na estrutura econômico-social do país, na ação espoliativa e deformadora do imperialismo e do latifúndio. Se o desenvolvimento econômico tem sido acompanhado de uma inflação acelerada, isto se deve a que as forças da burguesia, que comandam a

¹⁹⁷ ALVES, Mário. *Análise...*, p. 55.

industrialização, seguem a linha de conciliação com os interesses monopolistas estrangeiros e os setores retrógrados.

Pode-se concluir dessa análise que não há contradição insolúvel entre o desenvolvimento econômico e a estabilidade monetária. É concebível o progresso do país sem inflação, ou com uma redução considerável da pressão inflacionária, desde que sejam realizadas reformas efetivas na estrutura da economia. Para as forças progressistas, uma política antiinflacionária de caráter nacional e popular deve consistir, precisamente, na adoção de medidas que assegurem o desenvolvimento econômico e removam as causas estruturais da inflação.¹⁹⁸

Aí está ressaltada a posição de esquerda do articulista em relação à política econômica de Jango que tem boas intenções, mas evita cortar o mal pela raiz. O governo responsabiliza o setor público como principal fator de geração do desequilíbrio e atribui à dificuldade de importação (desequilíbrio externo) a outra causa principal da inflação. Mas não deixa claro qual dos dois fatores é o mais importante. Por isso, sua política fica restrita a medidas financeiras e monetárias e evita interferir na dinâmica do setor externo. Por outro lado, o plano não associa o setor externo à questão da remessa de capitais estrangeiros. Busca compensar a omissão com a ênfase no estímulo às atividades de exportação, com vistas a aumentar a capacidade para importar. A postura é a mesma com relação ao câmbio.

A reflexão do articulista o leva ao posicionamento. Como o plano tem cerca de quatro meses de execução, *suas conseqüências demonstram, melhor do que quaisquer argumentos, a falsidade de suas teses e o seu sentido anti-popular. Ao impacto inexorável dos fatos, vão se dissipando as ilusões de alguns círculos nacionalistas e de esquerda.*¹⁹⁹

O plano começou a malograr precisamente no que representou o seu objetivo primordial: conter a inflação assegurando o desenvolvimento. Em lugar da contenção dos preços, o que se verificou foi o aumento sem precedentes do custo de vida. O autor apresenta dados da Fundação Getúlio Vargas que desqualificam o programa governamental. Ao mesmo tempo, apresenta o diagnóstico da Confederação Nacional da Indústria sobre a taxa de crescimento que havia remetido um preocupante relatório ao ministro San Tiago Dantas, bastante pessimista. Em meio a explicações, o governo Jango se debatia. Os fatos apontavam redução do consumo, contenção do crédito, rebaixamento dos salários e desvalorização da moeda. O fracasso do plano comprometia os entendimentos com os credores internacionais cujas dívidas estavam vencendo e para os quais novos empréstimos estavam condicionados ao êxito da política governamental.

¹⁹⁸ ALVES, Mário. *Análise...*, p. 56.

¹⁹⁹ *Idem*, pg. 87.

Naquela situação, assinalava Mário Alves, só restavam dois caminhos a Jango: pagar aos credores estrangeiros, mediante a redução da taxa de crescimento econômico e a imposição de duros sacrifícios ao povo, ou declarar a moratória, suspender o pagamento da dívida externa e tomar medidas efetivas para sanear a situação financeira, seguindo um rumo oposto ao indicado no Plano Trienal.

Para os comunistas, estava claro que o Plano Trienal foi uma bem construída tentativa de setores da burguesia nacional para conciliar o desenvolvimento econômico e a redução do ritmo inflacionário com a manutenção dos privilégios do capital imperialista e dos segmentos retrógrados. Diferenciava-se, certamente, nas intenções, dos esquemas que pretendiam estabilizar a moeda paralisando ou reduzindo o processo de desenvolvimento. Mas era inaceitável para as forças nacionalistas e populares, porque pretendia reduzir a taxa de inflação impondo maiores sacrifícios ao povo, sem tocar nos interesses dos grupos privilegiados.

A contraproposta progressista consistia em promover uma reforma cambial e política do comércio exterior, uma reforma tributária e uma reforma agrária, capazes de garantir os propósitos do crescimento sem inflação por um caminho muito diferente do plano de Celso Furtado. Medidas duras eram necessárias para tal objetivo. No campo da reforma cambial e do comércio exterior, era preciso, entre outras coisas: o monopólio das operações de câmbio pelo Banco do Brasil e a fixação de taxas exclusivamente pelo governo; suspensão temporária das remessas de lucros, *royalties*, juros, etc., para o exterior; suspensão temporária das dívidas no exterior; monopólio da exportação de café pelo governo para impedir a especulação; forte controle do comércio exterior.

No campo tributário e financeiro, seria necessário elevar as taxas de arrecadação do imposto de renda, para que ele chegasse a pelo menos 50% da receita federal; empréstimo interno compulsório para grupos de altas rendas, para formar fundo antiinflacionário; reforma bancária com vistas a aumentar o controle estatal; restrição do capital estrangeiro no terreno do crédito. Com respeito à reforma agrária era preciso eliminar o latifúndio e substituí-lo pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e pela propriedade estatal; alterar a forma de pagamento das desapropriações, substituindo o dinheiro por títulos resgatáveis a longo prazo e outras iniciativas destinadas a melhorar a oferta de alimentos, ampliar o mercado interno e modernizar as relações sociais.²⁰⁰

²⁰⁰ ALVES, Mário. *Análise...* p. 79 a 85.

O Plano Trienal ajudou Jango a restaurar o Presidencialismo, mas a sua inadequação à realidade e conseqüente falência, levou a direita a importantes vitórias eleitorais nas eleições posteriores e à crença generalizada, nos dois extremos, de que Jango não sabia governar. O fracasso da política econômica precipitava os acontecimentos. A direita e a esquerda aqueciam seus discursos, organizavam suas forças extra-legalmente e os acontecimentos pareciam conduzir o país ao colapso democrático, de um e de outro lado de onde os fatos fossem observados. A crítica de Mário Alves se encaixava nesse cenário conturbado, marcado por ameaças de golpe, ataques violentos entre os entreguistas e os nacionalistas, grande ambigüidade por parte do Presidente da República e uma intensa mobilização do movimento social e dos setores ligados ao latifúndio e ao imperialismo.

Um setor particularmente sensível era o campo. Na área rural se operava o início de um processo de radicalização jamais visto no país. Sob o influxo das Ligas Camponesas e da ação das forças progressistas, trabalhadores rurais ganhavam a cena e, pela primeira vez, enfrentavam abertamente os grandes proprietários de terra. É nessa conjuntura marcada pelo radicalismo e exaltação que camponeses e assalariados rurais ameaçam fazer a "reforma agrária, na Lei ou na marra". À bravata da esquerda, os latifundiários respondiam se armando para uma guerra iminente. O clima se acirrava e o que para o mundo rural era apenas a disputa pela propriedade da terra ganhava no contexto da política mais ampla uma dimensão mais profunda ligada às reformas estruturais propugnadas pela esquerda e os círculos mais avançados do governo, para os quais o país só avançaria se conseguisse desatar os nós que o amarravam a um passado econômico atrasado.

Darcy Ribeiro, que chefiou a Casa Civil de Jango Goulart, diz em suas *Confissões* que sua visão na época era a de que o socialismo constituía uma progressão do trabalhismo através da incorporação do campesinato ao sistema econômico e político brasileiro. A chave para isso era a reforma agrária e o controle das multinacionais. No seu entendimento, esse era o caminho brasileiro da revolução social. Não uma revolução cerebrinamente socialista, mas concretamente socialista pela impotência do capitalismo para promover uma prosperidade generalizável.

Tratava-se de levar à frente a Revolução de 1930, criando um governo nacionalista, capaz de enfrentar o estrangulamento imperialista. Um governo vinculado aos sindicatos, capaz de mobilizá-los para grandes atos de massa. Um governo socialmente responsável ante as populações pobres da cidade e do campo.²⁰¹

²⁰¹ RIBEIRO, Darcy. *Confissões*, p.292 e 293. "Conseguimos desencadear o mais amplo e profundo movimento reformista da história brasileira, atraindo para ele quase todas as esquerdas não radicais e toda a intelectualidade brasileira." No seu estilo muito pessoal, o antropólogo evolucionista se

Esse programa de reformas de base que Goulart acelerou, sobretudo a partir de janeiro de 1963, estava ligado também à necessidade de "desengarramento" no processo de desenvolvimento econômico. É o que acredita Skidmore. A reforma agrária, por exemplo, poderia ser defendida tomando-se por base o fato de que um arcaico sistema de propriedade rural impedia qualquer aumento da produção agrícola. Restringia, por outro lado, a expansão da economia financeira - e, portanto, o mercado para os bens manufaturados - no setor rural. Mas é óbvio que não apenas isso. Representava de algum modo, o enfrentamento e as tensões acumuladas ao longo do tempo, que no ambiente democrático suscitado pelo governo, encontrava condições de se expressar de forma mais aberta. Tais tensões projetavam-se em organizações e associações e se articulavam politicamente repercutindo seus anseios e interferindo no embate eleitoral.²⁰²

José Graziano e Maria de Nazareth Wanderley, na apresentação da coletânea que organizaram sobre o pensamento da esquerda nos anos 60, afirmam que a questão polarizou parte das chamadas reformas de base no início daquela década. Basicamente, estavam em jogo dois projetos de sociedade que pressupunham vias diferentes para o desenvolvimento, em particular, da agricultura brasileira. De um lado, os defensores da manutenção da grande propriedade como base do processo de desenvolvimento; e, de outro lado, o movimento camponês, que reivindicava uma reforma agrária radical, capaz de assegurar o livre e fácil acesso à terra para aqueles que a queriam trabalhar. A proposta dos trabalhadores aprofundava o caminho da democracia. A das forças retrógradas, a modernização conservadora.²⁰³

Os comunistas tinham particular interesse nessa questão. E sobre ela, Mário Alves refletiu num consistente ensaio, originalmente publicado na revista teórica do PCB. Nele, o dirigente comunista chamava a atenção para a urgência da reforma, reconhecida pela quase totalidade das correntes políticas e pelos mais diversos setores sociais. Inclusive, o imperialismo que, como os setores dirigentes de toda a América Latina, compreendeu a gravidade do problema agrário como um dos principais fatores de comoção revolucionária no continente. Principalmente após a revolução cubana, em 1959, que se baseou

confessa magoado (a dor que mais doía) com os comunistas que só conseguiam enxergar as mudanças com a roupagem revolucionária soviética ou cubana.

²⁰² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, p. 289.

²⁰³ SILVA, José Graziano da e WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Apresentação do livro *A questão agrária, textos dos sessenta*, p. VII a XII.

fundamentalmente na luta dos camponeses e significou uma dura lição para as forças pró-americanas. Eis porque, diz Mário Alves, o presidente Kennedy, em sua mensagem dirigida ao Congresso em 1961, com o fim de solicitar fundos destinados à Aliança para o Progresso, depois de acentuar que "a distribuição desigual das terras é um dos problemas sociais mais graves de várias nações da América Latina", condiciona a concessão de créditos à realização da reforma agrária.

Portanto, a questão da urgência era quase consensual. Se antes, a simples palavra de ordem de "reforma agrária" servia como divisor de águas para distinguir as forças revolucionárias das reacionárias, agora, tal formulação geral era totalmente insuficiente.

*Agora é necessário definir o caráter da reforma agrária que se pretende precisar os seus objetivos, determinar os meios para a sua consecução. Somente dessa forma será possível evitar que as massas camponesas e populares sejam enganadas pelas pseudo-soluções.*²⁰⁴

O palpitante assunto havia, naturalmente, chegado ao Congresso como projeto de Lei ou ocupava o programa estadual de alguns governadores que buscavam se antecipar ao governo federal com suas propostas, como foi o caso da "revisão agrária" de Carvalho Pinto, em São Paulo e do "plano piloto" de Cid Sampaio, em Pernambuco. Era preciso, por isso, separar o joio do trigo. No entender de Mário Alves, as medidas intentadas não anulavam o poder econômico e político dos latifundiários e ainda beneficiavam a classe com pagamento de vultosas indenizações em dinheiro. Além do mais, focavam muito mais o desenvolvimento capitalista no campo, preservando o latifúndio, do que o parcelamento democrático da terra. As pretensas reformas objetivavam criar, no máximo, uma camada de camponeses ricos que deveriam servir de barreira às idéias revolucionárias no campo.

Tais objetivos gerais das classes dominantes encontraram expressão concentrada num anteprojeto apresentado por Armando Monteiro, ministro de Agricultura, que resultou de um grupo de trabalho nomeado ainda na época de Jânio Quadros. Nele não se fala em extinção do monopólio da terra. Os critérios para caracterização das terras sujeitas à desapropriação são vagos. Ele refere-se a terras "sem utilização", "mal utilizadas", ou que, "embora utilizadas, sejam indispensáveis ao abastecimento de centros de consumo próximos", etc. Desse modo, a pretexto de respeitar propriedades que estariam sendo utilizadas economicamente, assegurava a subtração à reforma agrária de grande parte das terras agricultáveis dos latifúndios. Projeto vago e lento, segundo Mário Alves, para quem a desapropriação previa apenas o percentual

²⁰⁴ ALVES, Mário. *Dois caminhos da reforma agrária*, p. 66.

máximo de 10% da área global de toda propriedade rural privada e isto no dilatado prazo de dez anos.

Havia objeções contra essa tese, sob a alegação de que a fixação de um limite máximo atingiria não só o latifúndio atrasado, mas também as grandes plantações modernas, de tipo capitalista. Seria preciso, portanto, atentar para o que era realmente produtivo e fixar limites para o latifúndio, sem o que não se poderia diminuir os privilégios e levar à cabo, de fato, uma reforma verdadeiramente democrática. O que, aliás, seria útil também para combater a agricultura e pecuária extensivas, forçando a aplicação de capital e o uso de processos intensivos.

Sustentando as bandeiras levantadas nos encontros de lavradores e camponeses, o articulista considera que as áreas desapropriadas nas grandes propriedades produtivas devem ser geridas por cooperativas a fim de evitar a fragmentação e a diminuição da produtividade. O apoio indispensável do Estado e a diversificação nessas áreas alterariam o seu caráter monocultor e concentracionista, sem prejuízo para os avanços já assegurados.

Por sua vez, argumenta que a determinação de um limite máximo à extensão da terra não atenta contra a produtividade das explorações agropecuárias organizadas racionalmente, nem constitui medida de caráter socialista. Destina-se a assegurar a eficiência da reforma. Onde o limite máximo não é estabelecido, mais fácil se torna aos latifundiários escapar à desapropriação.²⁰⁵

Para o autor, reforma não é colonização. Essa é uma forma disfarçada de preservar o monopólio dos latifundiários. Não poderia haver orientação mais condenável uma vez que os latifúndios concentram as melhores glebas, não tanto quanto ao aspecto da fertilidade, mas, sobretudo no que toca à proximidade dos mercados e vias de comunicação. A tentativa de encobrir, com a bandeira da reforma agrária, uma política de colonização do *hinterland* inexplorado tem vários precedentes em outros países latinos e jamais passou de uma trama dos governos submetidos aos interesses dos segmentos oligárquicos. O deslocamento forçado de camponeses para regiões de fronteira, como o que foi proposto para dois milhões de nordestinos que deveriam ser enviados às zonas úmidas do Maranhão e da Bahia, é visto como um meio de aliviar a pressão camponesa sobre o latifúndio e permitir a transformação das grandes propriedades atrasadas em explorações capitalistas, que empregam processos tecnológicos modernos e dispensam mão-de-obra intensiva. Isso quer dizer que a reforma agrária exigida é aquela que começa próxima aos centros urbanos e das principais vias de

²⁰⁵ ALVES, Mário. *Dois...*, p. 70 e 71.

comunicação, pois é nestas zonas que se faz sentir com maior evidência o caráter anti-social do latifúndio e que se manifestarão com maior força os efeitos benéficos da redistribuição da propriedade territorial.²⁰⁶

Avaliando experiências de reforma em vários países, o ensaio defende a função social da terra que não comporta qualquer arranjo mascarado de exploração, como a meagem, a terça, etc, e condena veementemente o parasitismo que se esconde no país sob a capa do arrendamento:

A simples intenção de conservar em poder dos latifundiários as terras sujeitas a contratos de arrendamento e parceria denuncia o caráter fraudulento da pretensa reforma agrária, dado que os arrendatários e parceiros constituem precisamente a grande massa de aspirantes à propriedade da terra.²⁰⁷

Condenando o caráter burocrático-elitista do anteprojeto governamental, o ensaio denota que o curso que pretende dar à reforma é o das transformações lentas e graduais, realizadas de cima para baixo, através de compromissos e concessões mútuas do bloco de aliança das classes dominantes, tocado pela burguesia e latifundiários aburguesados. Tal curso exclui a participação ativa da massa camponesa. Resulta dessa concepção a natureza do órgão executor – a Superintendência da Reforma Agrária, Supra – burocraticamente centralizada nas mãos de dirigentes nomeados pelo governo federal. Essa estrutura impede a representação camponesa e de trabalhadores agrícolas no processo, mesmo em caráter consultivo.

A natureza profundamente antidemocrática da pretensa reforma revela-se, assim, no fato de que os maiores interessados na transformação da estrutura agrária acham-se totalmente excluídos dos órgãos incumbidos de executá-la. Outro é o caminho que corresponde aos interesses dos camponeses e do povo brasileiro. Não o do compromisso com o latifúndio, mas o da luta revolucionária para transformar profundamente a estrutura agrária. Essencialmente, essa transformação deve ter em vista a eliminação do sistema latifundiário e a entrega das terras aos camponeses. Deve ser uma reforma para as massas camponesas, e isto significa que beneficiará tanto os lavradores pobres e médios quanto os abastados, favorecendo ainda todas as forças interessadas no desenvolvimento econômico do país. Deve ser uma reforma que altere basicamente as relações sociais no campo e asseste um golpe demolidor na classe caduca dos latifundiários. Este curso exige a ação independente das massas camponesas, em aliança com a classe operária e todas as forças progressistas. É necessário reivindicar, portanto, que as organizações camponesas e os sindicatos de trabalhadores agrícolas estejam representados nos órgãos oficiais incumbidos de realizar a reforma agrária.

²⁰⁶ ALVES, Mário. *Dois...*, p. 73.

²⁰⁷ *Idem*, p. 79.

A presença e participação da massa camponesa eram decisivas para evitar a fraude e a deformação, dado o poder do latifúndio e sua influência na máquina governamental. E a participação ativa da massa funde a luta pela reforma agrária com a luta mais ampla por um novo poder político efetivamente democrático, capaz de empreender transformações profundas na estrutura econômico-social, de nortear-se pelos interesses populares e não pelos privilégios da minoria exploradora.

Temos ouvido, em relação à reforma agrária, um slogan que diz: reforma ou revolução". Mas esta opção só pode servir àqueles que pretendem uma pseudo-reforma a fim de deter o processo revolucionário. Os camponeses, os operários, o povo brasileiro, estão por uma reforma que seja uma revolução.²⁰⁸

Vista sob a ótica da radicalidade democrática de Mário Alves, a reforma agrária, abolindo privilégios e combatendo o monopólio da propriedade da terra, aterrorizava a direita, que passou a enxergar nisso o questionamento da esquerda ao direito da propriedade em geral.

Atentos ao embate institucional e aos movimentos sociais, os grandes proprietários de terra recorriam a todos os meios: seus parlamentares, seus quadros no governo, a imprensa à sua disposição. E, bem antes de qualquer outra força golpista, começaram a se preparar militarmente para a deposição de Jango Goulart. Um porta-voz desse segmento reacionário, o deputado mineiro Padre Vidigal, pregava abertamente no Congresso sua homilia bélica, espalhando a dissidência e conclamando ao golpe: *Armai-vos uns aos outros*.²⁰⁹

²⁰⁸ ALVES, Mário. *Dois...*, p. 83.

²⁰⁹ Almino Afonso, depoimento ao autor concedido em outubro de 2001. O Padre Vidigal, segundo Afonso, era um exemplo claro da agressividade da direita. Mas não era o único a propalar tais idéias. De certa forma, pontuava a radicalidade da esquerda que tinha em Brizola seu principal representante e que usava ostensivamente a rádio Mayrink Veiga para fazer a propaganda do *Grupo dos Onze*, organização que devia assumir a resistência armada em caso de ameaça de interrupção institucional. Francisco Julião e suas *Ligas Camponesas* representavam também fator de preocupação para a direita, ambos, segundo Almino Afonso, extrapolando, indo muito além da capacidade de forças que "nós tínhamos".

CAPÍTULO VI

A desilusão com o reformismo e a formação da Corrente Revolucionária do PCB (1964-1967)

Fugindo da ditadura. Um Esquema para Discussão: aonde foi que nós erramos? O difícil recomeço. Um ano na prisão. Formação da Corrente: os elos partidos da oposição de esquerda. Saída da Comissão Executiva. Em Minas Gerais. Conversa com o PCdoB. Por um partido renovado. Nasce o PCBR. O começo do fim. Ou o fim do começo?

O Brasil adentra o ano de 1964 sob o fogo cruzado dos adeptos do reformismo, cada vez mais exaltados, de um lado, e do outro lado, as forças conservadoras, agregando um conjunto heterogêneo de segmentos que incluía proprietários de terra, a maioria da Igreja Católica, partidos políticos de direita como a UDN e muitos setores do PSD, militares e, o mais grave, parcela ponderável da classe média assustada com o crescimento da esquerda e sensível ao discurso anti-comunista amplamente difundido na chamada grande imprensa, cujos expoentes mais destacados eram os jornais *O Globo* e *O Estado de São Paulo*. O fracasso do Plano Trienal e as vãs tentativas de San Tiago Dantas para manter a esquerda unida numa frente frente pelas reformas, abriram espaço para o endurecimento dos discursos dos pólos extremos. A partir de janeiro de 1964 os acontecimentos se precipitavam numa rapidez extraordinária e a velocidade com que evoluía a conjuntura prenunciava instabilidade.

Nem o reformismo envolvia toda a esquerda, nem a esquerda agia de forma homogênea frente aos fatos. O próprio secretário-geral do PCB deu seu testemunho de que havia no governo pessoas em postos importantes que tinham posições mais radicais que ele mesmo, como era o caso de Darcy Ribeiro, Chefe da Casa Civil de Jango, a quem Prestes considerava esquerdista, isto é, defensor de opiniões e atitudes mais ousadas e ambiciosas que as recomendadas pelo moderado PCB, já aquela altura, preocupado com os desdobramentos golpistas que poderiam advir de um enfrentamento desnecessário com os militares.²¹⁰

²¹⁰ MORAES, Dênis de e Francisco Viana, *Prestes: lutas e autocríticas*, p. 173: "Quinze a vinte dias antes do golpe, Jango mandou me entregar uma cópia do Projeto Brasil,, através de Darcy Ribeiro, seu Chefe da Casa Civil. Não queria apresentar o projeto sem nosso apoio. Levei o assunto à Comissão Executiva, que o aprovou, mas considerou que ainda era pouco. Marighella e Mário Alves estavam nessa posição esquerdista. Me chamavam de janguista. Entreguei o projeto de volta ao Darcy e ele ficou muito satisfeito. Aliás, todas as vezes que eu falava com Darcy ficava chocado: ele tinha posições esquerdistas. Darcy sempre criticava nossa orientação. Nós nos opusemos ao levante dos sargentos em Brasília e não participamos da reunião dos sargentos do Automóvel Clube. Darcy foi o maior responsável por ela."

O campo da chamada esquerda incluía o Comando Geral de Greve, o Pacto Sindical de Unidade e Ação e o Comando Geral dos Trabalhadores, puxando o movimento operário. Na área rural, as Ligas Camponesas e a ULTAB exerciam grande influência, impulsionadas pelo Ministério do Trabalho, dirigido por um integrante da Frente Parlamentar Nacionalista, o "petebo-comuno-nacionalista" segundo o jornal *Estado de São Paulo*, Almino Afonso. O conjunto de forças integrava também a União Nacional dos Estudantes, UNE, o PCB e o iniciante PCdoB, em menor escala. Os "jacobinos" possuíam uma retórica mais acalorada. Compunha essa ala ruidosa, muitos militantes do PCB que se impacientavam com a política de cooperação e conciliação com a burguesia nacional, líderes estudantis com ligação à Ação Popular, aí ainda uma ramificação do movimento juvenil ligada à Igreja Católica, algumas lideranças operárias independentes da tutela do movimento, intelectuais e escritores, alguns dos quais integrantes da Organização Marxista Política Operária e o Grupo dos Onze, organismo patrocinado por Leonel Brizola, desde 1963, atuando como deputado federal no Rio de Janeiro. Dotado de grande carisma pessoal e capaz de exaltar a platéia de qualquer comício com seus pronunciamentos eletrizantes, Brizola ganhou enorme projeção nacional pelo seu papel na Campanha da Legalidade, quando levantou o Rio Grande do Sul e o III Exército para assegurar a posse de Jango no episódio da renúncia de Jânio Quadros, ocorrido em 25 de agosto de 1961.

No entendimento de Almino Afonso, importante personagem da época, integrante da ala esquerda do PTB e membro da Frente Parlamentar Nacionalista, Brizola teve papel decisivo no desenrolar dos acontecimentos que culminaram com a interrupção do regime democrático.

De fato, afirma de todos nós, ninguém terá contribuído mais do que o Brizola para a exacerbação. Você pode imaginar o que é você ter uma rádio, que ele conseguiu ampliar para um alcance nacional e pregar em cadeia a luta armada? Com isso, eu não estou querendo, nem de longe, diminuir o caráter reacionário da direita, que tinha também outras motivações: a luta social, a reforma agrária, o capital estrangeiro, a impressão que eles tinham que todos aqueles movimentos do período representavam uma ascensão do comunismo ou, pelo menos, da esquerda. Entretanto, é preciso dizer que do nosso lado também houve quem insuflou, provocou, tocou fogo na coisa. E de nós todos, eu diria que duas fontes cumpriram muito esse papel: o Brizola e o Francisco Julião. Quando se convoca à luta armada, ou se vai para a serra ou organiza-se clandestinamente. Agora, usar uma cadeia de rádio... E isso também se refletia negativamente contra Jango, dando a impressão de que o Brizola fazia algo como alter ego do Jango. Era como se o Brizola fizesse a provocação e o Jango fizesse o golpe.²¹¹

²¹¹ Almino Afonso, depoimento concedido ao autor em outubro de 2001. A influência de Brizola se fazia sentir até mesmo no interior da direção comunista. É o que relata Paulo Schilling em *Como se coloca a direita no poder*, p. 195: "Grandes setores da organização não foram contaminados pelo revisionismo capitulacionista de Prestes. Poucos dias antes do golpe, tivemos uma prova concreta disso. Recebemos, na direção do semanário brizolista '*Panfleto*', a visita de Carlos Marighella e Mário

Golpe era algo de que se falava como nada naquela época. Ele podia vir de todos os lados. Da direita, da esquerda. Inclusive da Presidência. O PCB chegou a pensar numa reforma constitucional que garantisse a re-eleição de Jango em 1965. Para fazer frente à gravidade da situação econômica do país, Jango havia tentado fechar o Congresso no segundo semestre de 1963, chegando para tanto a solicitar o estado de sítio, pedido depois retirado por falta de apoio generalizado. No Governo da Guanabara, Carlos Lacerda conspirava. Magalhães Pinto em Minas. No dizer de Daniel Aarão, a crise institucional que se avassalava então contaminou dois veneráveis suportes do regime brasileiro: as forças armadas e a igreja católica.

Nas primeiras, divisões verticais e horizontais colocaram em xeque suas bases de organização: a hierarquia e a disciplina. A segunda, perdeu coesão e unidade, dividida entre a maioria conservadora, assustada com a ameaça dos 'sindicalistas' e 'comunistas', e uma minoria progressista, favorável às reformas sociais.²¹²

A crise era profunda, tinha raízes no passado e aparecia no cenário do embate das classes sociais dividindo os segmentos dominantes e incluindo como nunca a classe trabalhadora. As dificuldades dos partidos políticos e das principais lideranças do país se referiam a perguntas cruciais para a solução da crise: como harmonizar os interesses das indústrias modernas e dos setores agrários? Como conciliar as exigências do crescimento do capitalismo brasileiro com os interesses do capital internacional? Como conter a inflação sem afetar o ritmo de desenvolvimento? Como enfrentar a desigualdade social e regional? Qual o limite suportável de participação popular?

A esquerda apresentava o seu programa de reformas e pugnava pelo aprofundamento da luta nacionalista e democrática. No contraponto, a iniciativa privada se preocupava com o futuro dos seus lucros, com a ameaça latente ao capital internacional e com o aprofundamento das lutas sociais. Cuba era um sinal claro de passagem de um governo nacionalista para o campo socialista. O alinhamento dos setores conservadores e a perplexidade da população frente aos fatos, compondo um grande bloco de centro cujo eixo se deslocava cada vez mais para o campo da direita.

Alves. Vinham comunicar que estavam totalmente de acordo com a pregação e ação revolucionárias de Brizola e que somente seguiam no partido porque tinham ainda esperanças de conseguir modificar a posição do mesmo, livrando-o do oportunismo de Prestes e da virtual tutela que Jango exercia sobre o partido."

²¹² FILHO, Daniel Aarão Reis. *A Revolução faltou ao encontro, os comunistas no Brasil*, p. 22.

O limite do tolerável estava muito perto. Severo Salles observa, muito apropriadamente, que o populismo havia chegado a uma disjuntiva extrema. As transformações sociais, econômicas e políticas, fruto do desenvolvimento integrado ao capitalismo internacional, vigorosamente impulsionado no período Kubistchek, impunham um novo desafio aos setores das classes dominantes que recorreram ao expediente de mobilização das massas para assegurar a governabilidade: ou substituíam o populismo por outro regime, provavelmente autoritário e situado na via de modernização conservadora ou rompiam com as modalidades de conciliação e de representação inorgânica que praticava, buscando alterar aspectos importantes da estrutura da sociedade brasileira, estendendo a democracia a limites mais amplos, inclusive a suas projeções econômicas e sociais.²¹³

Prevaleceu a primeira via: anti-democrática e anti-popular. O golpe de 1964 pode ser visto, nesse sentido, como uma contra-revolução preventiva. Contra uma revolução almejada que estava na imaginação de muitas pessoas, ainda que não se constituísse uma possibilidade a curto prazo. Ele foi dado para permitir o ambiente necessário para a retomada do crescimento, o controle do movimento popular, o aprofundamento da associação com o capital estrangeiro e a transformação lenta e segura da economia brasileira. Por mais evidentes que tenham sido os retrocessos políticos daí decorrentes, seus objetivos eram essencialmente os de garantir o que hoje comumente se chama de fundamentos da economia do país. No campo político, ressalta Gorender, deve ficar claro que a articulação golpista não visou a conquista da hegemonia da fração multinacional - associada da burguesia, como defendem vários estudiosos do período. Ela teve em vista exatamente o oposto: a cessação do controle já ineficiente das classes subalternas por meio da ideologia consensual do populismo e sua substituição pelo controle coercitivo extremado. Em termos gramscianos, tratava-se de realçar o elemento da força em detrimento do elemento do consenso. Na execução dessa reviravolta, a fração modernizadora da burguesia agiu de maneira que lhe coubesse a liderança do conjunto de classe.²¹⁴

²¹³ SALLES, Severo. *Ditadura e luta pela democracia no Brasil*, p. 49 e 50. A percepção do colapso do populismo, tomada de empréstimo a Octávio Ianni e a idéia do golpe como contra-revolução preventiva, que chegou até mesmo a ser usada por elementos de direção do golpe militar, são, a meu ver, apropriadamente utilizadas por Severo Salles para entender a natureza da crise política naquele momento e explicar a atitude extra-institucional da reação frente ao agravamento da crise econômica e social. A legitimidade, no entanto, não foi alicerçada na busca de um novo consenso, mas na imposição da força.

²¹⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, p. 57.

Alguns fatos concretos ilustram com bastante propriedade o clima vivido no país às vésperas do golpe 1964. Em primeiro lugar, o comício de 13 março no Rio de Janeiro, realizado na Central do Brasil, considerado o maior comício já realizado na história do país. Seu preparo foi revestido de grande pompa e a expectativa para a sua realização agitava os meios políticos e sindicais do país. Desde o dia anterior, diz o historiador Marco Antonio Villa, o coronel Domingos Ventura, comandante da Polícia do Exército, iniciara os trabalhos de varredura em toda a região próxima ao local. O I Exército tinha iniciado o planejamento da segurança do ato havia duas semanas, proibido o vôo de aviões comerciais na área no dia do comício e obrigado os compradores de armas de fogo a solicitar autorização oficial. Cerca de 80 mil pessoas lotaram a Praça Cristiano Ottoni para ouvir Jango e Brizola, carregando sua pistola na cintura. Os militantes e simpatizantes do PCB organizaram passeatas que saíram de sete diferentes pontos do Rio. Os dizeres das faixas davam o tom do comício: *Manda brasa, Presidente; Cadeia para os gorilas; Legalidade para o PCB; Chega da bagunça apelidada de democracia; Osvino taca a faca nos trustes; Os trabalhadores querem armas para defender o Governo; Jango, assine as reformas que nós fazemos o resto.*²¹⁵

O Presidente falou sobre três temas básicos: a reforma agrária, o voto para os analfabetos, soldados, marinheiros, cabos e sargentos e a legalidade para o PCB. Era a primeira vez que tocava publicamente no assunto. A reforma agrária ocupou grande parte de sua fala:

Com pagamento prévio em dinheiro, não é reforma agrária, como consagra a Constituição, é negócio agrário que interessa apenas ao latifundiário. Sem reforma constitucional não poderá haver reforma agrária autêntica. No final do discurso, Jango conclamou o Congresso Nacional a ir de encontro às reivindicações populares "para que compreendam o sentido social e a ação governamental.

Garantiu a encampação de várias refinarias e a melhoria da vida de milhares de inquilinos, com uma lei especial sobre aluguéis. Ovacionado pela multidão, o Presidente assistiu ao lado da sua bela esposa, Maria Tereza, a chuva de panfletos onde se lia: *Jango 65.*²¹⁶

No dia 17 de março, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio, confiante e seguro, o secretário-geral do PCB, exultava:

²¹⁵ VILLA, Marco Antonio. *Jango, um perfil (1945-1964)*, p. 171 a 173.

²¹⁶ Idem. p.178.

Não podemos ficar encerrados no círculo de giz da legalidade. Hoje, o essencial é a luta pela recomposição do governo. Justamente porque se aguçam as contradições, justamente porque avança o processo de polarização entre patriotas, nacionalistas, de um lado, e reacionários e entreguistas, de outro. O que precisamos é de um governo apoiado no povo e que queira dar passos adiante. Estamos elaborando no dia-a-dia, na prática, o caminho da revolução brasileira.²¹⁷

O entreato da agonia veio no dia 19. Uma esquerda super-confiante e afetada viu irromper em São Paulo uma resposta espetacular ao comício da Central do Brasil. A direita põe na rua meio milhão de pessoas numa Marcha da família com Deus pela liberdade, imensa manifestação de repúdio à movimentação pelas reformas de base e pelo aprofundamento do processo democrático.

No dia 30 de março, Jango compareceu a uma reunião de sargentos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro e provocou com essa atitude imediata reação dos conspiradores militares. Eles consideraram que a o comparecimento do Presidente a uma simples reunião de sargentos esfrangalhava a hierarquia militar, estabelecendo conexão direta entre eles e rompendo com as normas disciplinares que sustentam o comportamento da tropa. No dia seguinte, o general Olímpio Mourão Filho, iniciou a sedição em Minas Gerais. O golpe, finalmente, entrava em marcha. E pegou o PCB desprevenido.

Muito anos depois, constrangido, o velho chefe comunista admitia:

A verdade sobre 64, enfim, não é outra. Não nos preparamos como seria necessário. Acreditamos no Jango, no Assis Brasil e em seu esquema militar, no almirante Aragão, comandante dos fuzileiros navais, que garantia cortar a cabeça dos golpistas que se levantassem contra o governo. Ele também não resistiu e nós ficamos numa situação muito difícil. Na noite de 31 de março, muitos companheiros não tiveram para onde ir.²¹⁸

A sensação de impotência generalizada aumentava com a consolidação do golpe. Se a perplexidade era grande nos quadros de direção do PCB, era muito maior ainda nas bases do partido. O clima de frustração coletiva no seio da esquerda se seguiu à derrota do movimento pelas reformas de base. A via pacífica propagada pelo PCB para a chegada ao socialismo estava com o golpe, definitivamente enterrada na história da revolução socialista no país.

²¹⁷ VILLA, Marco Antônio. *Op. cit.* p. 187.

²¹⁸ MORAES, Dênis de e VIANA, Francisco, *Op. cit.* p. 173.

Imediatamente começou a procura pelos culpados, dentro e fora do partido. Desde muito tempo, já estava configurada no Comitê Central do PCB uma clara divisão entre janguistas e o que alguns autores chamaram de facção cubana ou facção fidelista. De um lado, formulando a alta política partidária, numa aproximação cada vez mais íntima com Jango, Prestes e seu homem de confiança, Giocondo Dias. Eles tinham acesso direto ao Presidente e junto ao deputado Marco Antonio Tavares Coelho, estabeleciam os conchavos e entendimentos por cima. De outro, uma tendência à esquerda já então bastante nítida liderada por Mário Alves e Carlos Marighella. Mário foi o primeiro membro da direção do PCB a visitar oficialmente Cuba em 1961, juntamente com Roberto Morena, a convite das Ligas Camponesas cujo trânsito com Fidel Castro era livre. Seus artigos no jornal *Novos Rumos* e suas atitudes de solidariedade à revolução cubana não deixavam dúvidas. Sua intransigente posição a respeito da reforma agrária e sua enorme simpatia pelos movimentos de invasão de terra, o aproximaram muito de Francisco Julião, dirigente das Ligas. Mário Alves teria sido convidado pelo próprio Julião para dirigir um jornal do organismo destinado a propalar as idéias da guerrilha no país.²¹⁹

Gorender, que a tudo isso acompanhou de perto, como membro do Comitê Central, chama a atenção para o fato de que as Teses para o VI Congresso, que havia sido marcado para 1964, já manifestavam uma mudança substancial na concepção do partido sobre a revolução brasileira. Eis o seu relato:

Embora confirmasse a linha do V Congresso, desviava-se dela em dois aspectos essenciais. O caráter dúplice e conciliador da burguesia nacional era posto em muito maior relevo e se acentuava a natureza restritiva da aliança com ela. Em seguida, a via da luta armada recebia espaço bem mais extenso e sua possibilidade se colocava

²¹⁹ MIR, Luís. *A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*, p. 275. A viagem de Mário Alves a Cuba foi relatada ao autor pelo arquiteto Farid Helou, elemento de ligação da ALN com Fidel. A Com relação ao posicionamento de Mário Alves e Marighella à respeito da ocupação de terras, Mir afirma (p. 70) que os dois defendiam essa posição no Comitê Central por oposição a Giocondo Dias que insistia em manter a política de negociação do conflito agrário. A atitude de Mário deve ter despertado a simpatia de Julião, que buscava ampliar a sua influência fora da área rural. Se por um lado, Julião não conseguiu cooptar Mário Alves para o seu projeto de luta armada que, afinal, acabou se revelando um fiasco, não resta dúvidas, no entanto, que a aproximação com a questão camponesa e a viagem à Cuba contribuíram decisivamente para a evolução do pensamento político do dirigente comunista. A referência ao convite para dirigir uma publicação da guerrilha está na pg. 65 do livro em causa. Marco Antônio Tavares Coelho afirma em *Herança de Um sonho*, p. 319: "A ofensiva esquerdista ganhou relevo com a política do Partido Comunista de Cuba de fomento à criação de grupos para a luta guerrilheira no interior do Brasil. A primeira investida dos cubanos se dera em 1962, através das pessoas que participavam do movimento das Ligas Camponesas no Nordeste."

quase a par com o caminho pacífico, ainda preferencial, mas recheado de previsíveis episódios de violências parciais.²²⁰

Entre os integrantes da Comissão de Teses estavam Luís Carlos Prestes, Carlos Marighella, Mário Alves, Elson Costa, o próprio Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira e Francisco Gomes. Curiosamente, quatro adeptos da via armada (Marighella, Mário, Gorender e Câmara Ferreira) e os demais reformistas.

Aliás, é de notar desde o início do governo Jango Goulart a evolução à esquerda do pensamento político de Mário Alves. Sua visita à China e Cuba, sua interlocução com as correntes de esquerda de fora do PCB e a grande desconfiança do papel das elites burguesas no processo nacional contribuíram decisivamente para que se fosse formando, no interior da direção do PCB, uma tendência influente que se multiplicava nos principais órgãos de comunicação do partido e que era majoritária na secretaria nacional de formação política, responsável pela preparação dos quadros dirigentes intermediários e parte da militância de base. Ideólogo, por excelência, Mário Alves não apenas amadureceu pessoalmente sua leitura crítica do caráter da revolução no país como tratou de levar o debate ao seio do Comitê Central e aonde isso fosse possível. Respeitando é claro, as normas disciplinares e estatutárias.

O advento do golpe, pegando a todos de surpresa, acentuaria essa tendência que já vinha se esboçando desde o final do governo Juscelino. Tanto é assim que o primeiro documento partidário depois do primeiro de abril de 1964, intitulado *Esquema para Discussão*, foi de sua autoria, segundo alguns, ou aprovado por sua influência, segundo outros autores. Na opinião de Gorender, o documento resultou de uma conjuntura muito efêmera e a transitória maioria de esquerda que o aprovou não expressava a visão majoritária da direção, com grandes dificuldades de segurança para se reunir. Ilhados no Rio, Marighella, Mário Alves, Jover Telles, Giocondo Dias e Orlando Bonfim faziam a primeira autocrítica pós-golpe responsabilizando o pacifismo de Prestes pela rendição sem resistência. Tratava-se de uma confissão de culpa:

Absolutizamos a possibilidade do caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada. Embora nos documentos do P. se afirmasse que um dos caminhos possíveis para a conquista de um governo nacionalista e

²²⁰ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, p. 70. Ver também VINHAS, Moisés. *Op. Cit.* p. 194 e 195.

democrático era a ação armada do povo e de parte das Forças Armadas, em resposta a uma tentativa golpista, estávamos inteiramente despreparados para isso no terreno político, ideológico e prático (apesar das sucessivas crises e ameaças de golpe, não havíamos discutido a situação militar, não tínhamos meios para assegurar o funcionamento do P. em quaisquer condições etc). É necessário examinar as causas da vitória da reação e assumir uma posição autocrítica a fim de traçar uma orientação acertada. Essa autocrítica deve ser feita com equilíbrio. Não devemos ocultar os erros cometidos, nem cair no negativismo. Neste esquema, cujo objetivo é orientar o P. para a ação prática imediata, damos apenas o primeiro passo no sentido de examinarmos as causas dessa derrota. Com a contribuição do P. será possível aprofundar a análise autocrítica e avançar no caminho da compreensão e superação de nossos erros.²²¹

O documento alegava que houve uma grande subestimação das forças da reação e de sua capacidade de desfechar um golpe, ao mesmo tempo em que se superestimava a força e a capacidade de luta do dispositivo militar de Goulart. Na realidade, a reação em seu conjunto (extrema-direita e demais forças reacionárias e pró-imperialismo) tinha fortes posições no aparelho do estado e nas forças armadas, além de potentes meios de propaganda capazes de influir na opinião pública.

Sobre o *Esquema* se criou uma mística. Para Ronald Chilcote, por exemplo, naquele momento Prestes havia perdido, temporariamente, o poder e a autoridade, de fato, no PCB. O *New York Times* fazia coro com tal interpretação. Segundo o jornal americano, havia sido criado um triunvirato no partido composto por elementos baianos, entre os quais, Giocondo Dias, Mário Alves, Carlos Marighella e Jacob Gorender. Um triunvirato, sui generis, de quatro membros, portanto.²²² Puro folclore da imprensa. Na realidade, o *Esquema para discussão* refletia a visão de Mário Alves, Marighella, Gorender, Jover Telles e Apolônio de Carvalho, cujos pontos de vista eram majoritários na Comissão Executiva desde, pelo menos, 1963. Mas Prestes, de fato, ficou com o prestígio abalado. Não apenas pela sua ingenuidade com relação ao dispositivo militar de Jango. Mas principalmente depois do golpe, quando em 9 de abril, a polícia política descobriu em sua casa de São Paulo, volumosa documentação contida em vinte cadernetas de notas com detalhadas anotações sobre pessoas e decisões do PCB, que tornaram-se a base de uma prolongada investigação policial que durou seis meses e

²²¹ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, p. 95. Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, data de maio de 1965.

²²² CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro, conflito e integração*, p. 143. A nota do *New York Times*, do dia 16 de outubro de 1964, circula quando Prestes já havia reconstituído a sua maioria. Segundo a fonte, o triunvirato assumiu a liderança removendo Prestes da função dirigente, mas permitindo que permanecesse como cabeça do partido para evitar embaraços assim como dissensões provocadas pela esquerda, especialmente pelo PCdoB.

permitiu o indiciamento de mais de 70 dirigentes. Cerca de 60 deles foram julgados por um Tribunal Militar em 1966 e condenados, tendo seus direitos políticos cassados por 10 anos pelo marechal Castelo Branco. Entre estes, estava Mário Alves, cujo nome liderava a relação dos nomes mencionados nas cadernetas, com 152 menções. Em consequência disso, foi condenado pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo a sete anos de prisão.²²³

No mês de junho, Mário Alves foi detido numa reunião clandestina no bairro de Vila Isabel, Rio de Janeiro. Amarga então um ano de cadeia. Por causa disso não esteve presente na primeira reunião do Comitê Central realizada em São Paulo, em maio de 1965. Ali, Prestes e Giocondo já haviam reconquistado a maioria dos membros da direção. Mais que isso: a reunião tornou transparente a linha a seguir. Tratava-se de reafirmar as resoluções do V Congresso e responsabilizar os "desvios de esquerda" pela superestimação precipitada das próprias forças, avaliação exagerada das possibilidades objetivas, ações precipitadas, isolamento das massas, sectarismo etc. No dizer de Gorender, havia responsáveis maiores e menores pelo golpismo no interior do PCB.

Os maiores precisavam ser individualizados, os menores eram referidos no plural sem face. Assim é que os ataques individualizados se concentram na Comissão de Educação (Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho) e na direção sindical (Jover Telles). Já estavam escolhidos os bodes expiatórios a serem sacrificados. Apesar de acusados de golpismo, nenhum dos indiciados tinha participação na alta política partidária, ao contrário de Prestes e Dias, diretamente envolvidos na manobra golpista de Jango.²²⁴

Nesta reunião, o CC aprovou uma resolução dura, oposta ao *Esquema* e destituiu Mário Alves da Comissão Executiva, substituído por um jornalista alagoano, Jaime Miranda. Tudo, óbvio, na ausência de Mário, que continuava preso. Como já era prática nas defecções da organização, os divergentes foram mandados para vários estados numa espécie de exílio brando, para que pudessem se arrepender dos pecados: Mário Alves, para Minas Gerais, Marighella para São Paulo, (Jacob Gorender já havia sido despachado para o Rio Grande do

²²³ CHILCOTE, Ronald H. *Op. cit.* p. 143 e 191. A folha corrida de Mário Alves para com a revolução deve ter sido substancialmente ampliada com o episódio das Cadernetas. A fama do dirigente já era muito grande entre a repressão e um documento do punho do próprio Prestes reconhecendo sua projeção e importância foi de grande utilidade para a polícia política organizar seu dossiê. Sua vida de asceta havia sido devassada pela irresponsabilidade e negligência de seu chefe, que segundo Gorender, tinha a estranha mania de colecionar anotações.

²²⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, p. 97.

Sul), Jover Telles para a Guanabara e Apolônio de Carvalho para o Estado do Rio de Janeiro.²²⁵

A avaliação agora considerava que os comunistas tinham abandonado a bandeira da legalidade democrática nas mãos do inimigo e avaliado mal a correlação de forças, colocando para o partido tarefas que estavam acima de suas possibilidades no momento.

Em princípios de 1964, diz a Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista, quando Goulart, movido por seus próprios objetivos políticos, procurou aproximar-se das forças populares, acentuou-se, em nossa atividade, o afastamento da linha política do V Congresso. Subestimamos a importância política que tinha para o povo brasileiro a realização das eleições e não cuidamos de aplicar a resolução eleitoral aprovada pelo CC, ao mesmo tempo em que estimulávamos o golpismo continuísta de Goulart. Ao invés de alertar as massas e convocá-las à luta contra a ameaça de um golpe de direita, claramente revelada na ação de Lacerda, Ademar e seus sustentáculos militares, lançamos a nota da Comissão Executiva de 27/3/1964, na qual, ao lado da reivindicação de formação imediata de um novo governo que ‘pusse termo à política de conciliação’, transferíamos o centro do ataque para o Parlamento, exigindo a reforma constitucional e ameaçando o Congresso. ‘O plebiscito – dizia a nota – deverá ser convocado pelo Congresso ou, no caso de omissão, protelação ou recusa deste, pelo próprio Poder Executivo’. Permitíamos, desta forma, que a defesa da legalidade fosse utilizada pelas forças da reação para enganar amplos setores da população e arrastá-los ao golpe reacionário. E na prática abandonávamos a orientação tática contida em nossa linha política.²²⁶

A raiz dos erros comunistas, diz a resolução, residia numa falsa concepção, de fundo pequeno-burguês e golpista, da revolução brasileira. Vale dizer que o epíteto pequeno-burguês, assim como de esquerdista, tinha na vida partidária um caráter condenatório irrecorrível. Nesse momento concreto, a resolução atacava aqueles que queriam substituir a revolução como fenômeno de massa pela ação de cúpula ou do partido. Esse teria sido o erro de Mário Alves e da esquerda do CC. Daniel Aarão Reis Filho, para quem os comunistas não chegaram a entender de fato as razões da derrota, creditou ao uso ritual da defecção interna como instrumento de purificação, a saída encontrada por ambas as tendências em litígio. Venceu a tradição do "bode expiatório", já operada na reconstrução partidária após a crise stalinista.

Segundo o PCB, cabia ao ‘esquerdismo’ a responsabilidade pelo golpe. Para os demais, a responsabilidade recaía sobre o ‘direitismo’. Para os primeiros tratava-se

²²⁵ VINHAS Moisés, *O Partido*, pg. 237. A reunião de maio de 1965 marca o começo do fim da militância de Mário Alves no PCB. Seu afastamento da Comissão Executiva é a primeira punição partidária. Perde espaço também na imprensa, passando o novo jornal do período, *Voz Operária*, a ser dirigido por Orlando Bonfim.

²²⁶ CARONE Edgard, *O PCB, 1964 a 1982*, pg. 26.

de esconjurar os líderes nacionalistas e comunistas que quiseram ir longe demais. Para os segundos, era necessário fazer rolar as cabeças dos dirigentes do PCB, a de Prestes em particular. Em comum, a idéia de que a derrota podia ser explicada por uma falha no mecanismo de direção política. Corrigida, ou substituída esta peça, podia-se recomeçar de onde se estava. Com as mesmas premissas, os mesmos esquemas explicativos, e as mesmas expectativas. A 'crise de direção', um velho espantalho do movimento comunista internacional, possibilitaria fazer a economia do processo de reflexão que a realidade da derrota impunha.²²⁷

Tanto a derrota quanto as insuficientes racionalizações dela precipitaram insatisfações latentes, diz Aarão. Em meio à perplexidade e desorientação, amadureceu um processo crítico. O descontentamento levou à formação de um bloco oposicionista. Começou a nascer a *Corrente Revolucionária*. De início, agrupou-se em torno de dirigentes tradicionais que já se destacavam por sua história de militância e pela contribuição à renovação da mentalidade comunista. Eram quadros de longa trajetória e personalidades influentes. Alguns deles, como Mário Alves, Jacob Gorender e Carlos Marighella, por acaso, todos baianos, jogaram papel decisivo nos anos críticos de 1958-1960. A estes, se somavam Jover Telles, o legendário Apolônio de Carvalho e Joaquim Câmara Ferreira. Mas já em 1966 formava um vasto movimento, mobilizando, seguramente, a maior parte dos núcleos ativos do PCB.

A partir de então, o eixo da discussão estava voltado para o caráter da revolução brasileira, o papel dirigente a ser desempenhado pelo movimento operário e o delicado tema da luta armada. Esse foi o divisor de águas, a questão que seduziu, envolveu e dividiu a esquerda brasileira naquele momento inicial da ditadura militar.

Do núcleo de dirigentes o debate se espalhou rapidamente pela juventude do partido. As bases estudantis, diz Aarão Reis, ganhavam autonomia. Fugiam ao controle das instâncias formais, estabeleciam relações entre si, inclusive no plano interestadual, mantinham contatos e recebiam influências da POLOP e do PCdoB. Rompiam assim com as tradições de luta interna dos comunistas, sempre dependentes das orientações e manobras providas da cúpula. De fato, a centralização partidária privilegia as iniciativas 'pelo alto', sem falar nos limites impostos pela clandestinidade e pelo cerco da polícia política. Neste quadro, os dirigentes em oposição tendem a 'arrastar' as bases que dirigem ou sobre as quais exercem influência pelo mecanismo de 'assistência'. A emergência das bases estudantis autônomas subverteu tais tradições. Desde 1965 começaram a formar um veio próprio.²²⁸

²²⁷ FILHO, Daniel Aarão Reis. *A revolução faltou ao encontro*, p. 47.

²²⁸ Idem, p. 48 e 49. "Desde 1965, Marighella definia uma formulação própria, favorável à luta armada. Mário Alves tinha a mesma inclinação, mas se distinguia por nuances significativas. Apolônio

No interior do PCB, desde 1965, Marighella desenvolvia formulações favoráveis à luta armada. No seu libelo contra a ditadura, escrito logo depois da prisão num cinema no bairro da Tijuca, no Rio, episódio marcado pela bravura do dirigente, ele afirmava textualmente:

A realidade socioeconômica brasileira poderá levar ao aparecimento de guerrilhas e outras formas de luta surgidas da experiência das massas. É importante ter em conta tais formas de luta, ao organizar a luta de resistência e ao levar avante a frente única anti-ditadura, o que, mesmo partindo do nada, pode fazer crescer a caudal subterrânea e chegar ao objetivo imediato: a derrota da ditadura.²²⁹

E arremata, para arrepio da direção do PCB, na época:

A revolução cubana é um exemplo ilustrativo de que na América Latina – ou pelo menos em muitos países latino-americanos – nada há a esperar de uma via pacífica para a conquista da independência ou do progresso social. As eleições são apenas um termômetro para as classes dominantes aquilatarem o grau de consciência do povo. E, a fim de impedir uma solução definitiva a favor das massas, por meios legais e constitucionais, as elites não vacilam: empregam a violência e vão ao estado de sítio, quando não ao golpe. Sem que o povo organize sua própria força e sem que disponha de seus próprios recursos (desde a autodefesa de massas à sua organização armada), sem admitir a possibilidade de insurreição popular, somente com base na confiança em relação à capacidade dirigente de setores burgueses interessados em reformas, é impossível libertar o povo.²³⁰

Mário Alves, a seu modo, já vinha desde 1960 formulando as suas idéias sobre a limitação política da burguesia nacional, sempre caracterizada como ambígua e vacilante, e que era obrigada, pelas circunstâncias a se opor ao imperialismo. Todos os seus escritos da época sublinham a necessidade de não deixar a ela a função dirigente do processo político. Tal percepção, o levaria depois a superar a visão etapista do processo revolucionário,

de Carvalho e Jacob Gorender enfatizavam mais o trabalho de rearticulação do movimento social e de reorganização de um partido revolucionário. Jover Telles, depois se saberia, já se inclinava pelo PCdoB. “Esses dirigentes arrastaram as suas bases e deram origem a novas organizações, a exceção de Jover Telles. Quanto às dissidências, elas se pulverizaram. Com acordos demasiadamente genéricos e dirigentes muito jovens e inexperientes não formaram lastro suficiente para estruturar uma organização partidária nacional”.

²²⁹ MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*, p. 141. Num capítulo do livro, intitulado "O papel das forças populares e nacionalistas", pondera o autor: "Nenhuma possibilidade legal pode ser desprezada, desde os entendimentos pela cúpula à luta jurídica ou à luta de caráter humano pela solidariedade aos presos políticos e suas famílias, aos perseguidos políticos e exilados, luta que tem uma importância imensa e que jamais pode ser relegada a segundo plano. Mas é evidente que a solução do problema brasileiro por uma via pacífica se distanciou enormemente da realidade, depois do emprego da violência pelos inimigos do povo."

²³⁰ Idem, p. 142.

defendendo um governo popular que fosse capaz de, ao mesmo tempo, iniciar as medidas necessárias à implantação do socialismo. Com relação à luta armada, manifestou formalmente seu ponto de vista num ensaio publicado na Tribuna de Debates número 3, de outubro de 1966, sob o pseudônimo de Martim Silva:

Em vista do poder que detém as forças reacionárias, do emprego sistemático da violência pela reação e da agressividade do imperialismo yanque na América Latina, a vitória da revolução nacional e popular não será resultado de uma simples evolução gradual e pacífica, baseada na via eleitoral, mas o coroamento de uma árdua e prolongada luta de massas, na qual será necessário recorrer a todas as formas de ação, pacíficas e não pacíficas, legais e ilegais, desde a participação nas eleições e os protestos mais elementares até as greves econômicas e políticas, as manifestações de rua e a insurreição armada.²³¹

O VI Congresso, marcado para dezembro de 1967, era esperado com ansiedade por todos. Mas muitos já conspiravam abertamente, cientes da inclinação reformista da maioria prestista e angustiados com o fechamento crescente do regime que buscava sua institucionalização. Apesar de não ser a única organização de esquerda – pelos menos, três outras estavam em pleno funcionamento por volta de 1966, a POLOP, o PCdoB e a AP, que havia aderido ao marxismo – o PCB ainda era a maior delas e a sua escolha estratégica interessava a todos. Alguns, como Mário Alves, acreditaram até quase o encontro decisório do PCB que seria possível influir nesse processo. Havia um clima favorável e as bases estavam sensíveis. Apolônio de Carvalho comungava desse ponto de vista: *Os setores críticos do PCB se fortalecem ao dominar politicamente o debate interno. E começam a aparecer como prováveis vencedores do VI Congresso: amadurece a possibilidade de dotar o partido de nova orientação política.* Otimista por natureza, Apolônio não atentou para duas coisas: o uso deliberado da máquina pela direção e a fragmentação que tomara conta da Corrente que ele próprio admitia ter muito mais questionamentos do que pontos em comum.²³²

Afora a intensa atomização do debate interno, os dirigentes estavam mergulhados em suas atividades partidárias. Em Belo Horizonte, desde que saiu da prisão, Mário Alves dedicou-se a reorganização do partido, sua atuação nos movimentos sociais, especialmente no

²³¹ MIR, Luis. *Op. cit.* p. 177.

²³² CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*, p. 197. O aparelhismo foi tal que o próprio Apolônio de Carvalho, e todos os delegados da Conferência Estadual do Rio de Janeiro, romperam com o PCB em setembro, alegando fraude na preparação do VI Congresso. Preventivamente, os prestistas já haviam se decidido a impedir o acesso a todos os delegados dissidentes, já considerados elementos fracionistas.

movimento sindical e sua inserção no limitado jogo eleitoral permitido pelo regime. Já em 1966, participa na clandestinidade do enorme esforço das forças de oposição para derrotar eleitoralmente a ditadura, apoiando a candidatura ao Governo de Minas Gerais do ex-prefeito de Belo Horizonte, Israel Pinheiro. O PCB havia decidido apoiar o Movimento Democrático Brasileiro em estados estratégicos, onde começava a se formar uma aliança anti-ditatorial.²³³

Como dirigente estadual do PCB em Minas Gerais, Mário desempenhou também importante papel na reconstrução do movimento operário, fato evidenciado no depoimento de Conceição Imaculada de Oliveira, secretária do Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem, que liderou a vitoriosa greve da Belgo-Mineira, em 1968:

De 64 a 67, o PCB consegue se reorganizar em Minas Gerais nas indústrias e sindicatos. Esse trabalho foi feito por Mário Alves, Mário Zanconato e Gilney Amorim Viana. Queríamos a união entre o movimento estudantil e o movimento operário." Dezesesseis mil trabalhadores arrancam do Ministro Jarbas Passarinho, pela primeira vez depois do golpe, um aumento de 10 por cento acima do índice oficial.²³⁴

Foi forte a sua influência sobre as bases estudantis do PCB. Prova disso é que na luta interna, embora tenha sido derrotado na Conferência Estadual, que deslocou para Minas pelos menos dois representantes do Comitê Central, Moisés Vinhas e Marco Antônio Tavares Coelho – este último mineiro e extremamente bem relacionado localmente, venceu entre os universitários de Belo Horizonte e Juiz de Fora. Resultado de sua passagem pelo estado foi o fortalecimento da Dissidência local, que deu origem a várias organizações revolucionárias, que forneceram quadros para POLOP, COLINA, a ALN, além do PCBR.²³⁵

Os membros da Corrente se encontravam com alguma frequência. Miguel Batista e Apolônio de Carvalho foram anfitriões de muitos desses encontros. Marighella, Câmara Ferreira, Mário Alves, Jover Telles e Jacob Gorender mantiveram relações muito próximas

²³³ VINHAS, Moisés. *Op. cit.* p. 237 e 238.

²³⁴ MIR, Luis. *Op. cit.* p. 308.

²³⁵ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Op. cit.* p. 323. "Representando o Comitê Central, participei da Conferência Estadual de Minas Gerais. Nela predominou o pensamento da direção nacional, contra os pontos de vista de Mário Alves, que, depois, evoluiu para a criação de outro agrupamento político." Ver também Moisés Vinhas, *O Partidão*, pg 252. Comentado o embate da luta interna no período relembra o memorialista: "Em Minas Gerais, Mário Alves é derrotado na Conferência Estadual graças às intervenções e ao trabalho de Dimas Perrin, José Paulo Neto, Moisés Vinhas e Humberto Lopes, entre outros; mesmo assim, a influência de Mário Alves persistiu dando origem a várias frações."

até o início de 1967 e todos guardavam vivas esperanças de *uma confluência unitária dos diversos grupos que constituíam a Corrente*.²³⁶ A esperança maior era a da formação de um partido renovado, que pudesse no seu conjunto avançar para formas de luta mais radicais e abandonasse a ilusão reformista. Marighella implodiu o caminho da luta interna, expectativa alimentada por muitos dos dissidentes, quando compareceu sem autorização do Comitê Central a Cuba, no segundo semestre de 1967, para a reunião da OLAS, Organização Latino-Americana de Solidariedade, a tricontinental fidel-guevarista, cujo foco era a disseminação da guerrilha no continente. Ali fez um duro pronunciamento pelo rádio criticando o pacifismo do PCB e anunciando sua disposição para iniciar a guerrilha no Brasil. A resposta foi imediata. Uma resolução do Comitê Central de setembro de 1967 expulsa o dirigente, enfraquece a dissidência, ejetando-a, automaticamente, do Congresso dificultando com isso a possibilidade de luta unitária. Tal fato criou graves dificuldades no relacionamento de Marighella com Mário Alves.²³⁷

Em dezembro, a direção do PCB completou a limpeza ideológica. Após inviabilizar a presença da oposição, amparada na interpretação de que ela já havia se decidido por outros rumos, expulsa os líderes da Corrente, que tomam conhecimento do fato pela imprensa. Para Mário Alves, era o fim de um longo ciclo de militância e um recomeço difícil, mas necessário. Saem com ele, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Manoel Jover Telles, Miguel Batista dos Santos e Joaquim Câmara Ferreira. Ferreira e Marighella constituem em abril de 1968 o Agrupamento Comunista de São Paulo, depois transformado em Ação Libertadora Nacional, retomando a idéia original da Aliança de Libertação Nacional, da década de 30, agora ambientada a uma concepção de combate de guerrilha e a uma organização partidária descentralizada e vanguardista, desburocratizada e estimuladora de atividades autônomas por parte de seus membros.

Quanto a Mário Alves e os demais, o entendimento era de que a luta armada não podia suprimir a idéia do partido marxista-leninista tradicional, quer dizer, do partido entendido como um destacamento avançado da revolução, formado por militantes profissionais e totalmente dedicados à causa. Voltava-se, portanto, a concepção bolchevique de partido, afastada a possibilidade de um partido de massas, com a implantação da ditadura. Esse era um

²³⁶ CARVALHO, Apolônio de. *Op. cit.* p. 198.

²³⁷ CARONE, Edgard. *Op. cit.* p. 399. Uma resolução do Comitê Central, em setembro de 1967, expulsa o "camarada Menezes", codinome de Marighella por sua conduta incompatível com a condição de membro do partido. Outras medidas disciplinares são aplicadas a várias dirigentes estaduais e nacionais por atividade divisionista, prática fracionista e descumprimento de suas obrigações.

instrumento indispensável ao processo revolucionário cuja tarefa imediata era a luta armada, muito embora ela não pudesse substituir o conjunto do processo que incluía, além de várias outras formas de luta, a ligação orgânica com o movimento de massas. Logo depois das punições e intervenções aplicadas pela direção do PCB em setembro de 1967, o núcleo desse grupo articulou uma reunião nacional. Ela ocorreu em outubro, em Niterói. Estavam presentes representantes de vários estados, entre os quais o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Estado do Rio e Guanabara. Ninguém de São Paulo. Daí saiu o grupo fundador do PCBR, cuja constituição oficial se deu no dia 17 de abril de 1968, curiosamente, na Serra da Mantiqueira, mesmo local onde Mário Alves, 25 anos antes, havia tomado parte da reunião reconstitutiva do PCB, que ficou conhecida como *Conferência da Mantiqueira*. Desde o início desse ano, Mário Alves passara a residir em São Paulo. Foi lá que se encontrou por um dia inteiro com ex-companheiros agora dirigentes do PCdoB, a convite de Arruda Câmara. Juntamente com Jacob Gorender, conversou longamente, e pela última vez, com João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, sem termos de entendimento, uma vez que o PCdoB estava aferrado à concepções muito diferentes das que defendiam os dissidentes àquela altura, especialmente em relação à autonomia do partido e ao caráter da revolução brasileira. Após aquele encontro decidiram Mário e Jacob, por em prática a construção de uma nova organização.

À assembléia fundadora, chamada de Primeira Conferência Nacional, estavam presentes 25 pessoas, entre ex-membros do CC do PCB e delegados de alguns estados. O programa se baseou em texto redigido por Mário Alves e representava uma síntese do que havia de mais avançado em relação ao pensamento do PCB. Intitulado de Linha Política, o documento de apenas 18 páginas, estava dividido em quatro blocos que tratavam do caráter da revolução brasileira, da situação mundial, do caminho tático a seguir e da natureza do partido marxista-leninista que se desejava construir. No primeiro bloco, a análise ressaltava a especificidade do capitalismo brasileiro cujo desenvolvimento era inibido pelo imperialismo e latifúndio, mas assinalava a impossibilidade da burguesia nacional, por sua subordinação e dependência, vir a exercer algum papel revolucionário no processo político nacional. Tal classe, tornou-se dominante numa época em que o proletariado busca desempenhar um papel independente e o socialismo torna-se fator decisivo no desenvolvimento social. Como classe exploradora seus interesses se opõem frontalmente aos das grandes massas trabalhadoras. Isso faz com que tenda a solucionar suas contradições com o imperialismo e o latifúndio através de compromissos, e não por via revolucionária. Dessa forma, o desenvolvimento da sociedade brasileira só pode se verificar se for impulsionado por uma revolução popular, capaz de

derrubar o poder da minoria latifundiária e burguesa e libertar completamente o país do domínio imperialista, realizando uma reforma radical na estrutura agrária, abrindo deste modo o caminho para o socialismo. A tese se completa com a atribuição ao proletariado industrial de força dirigente da revolução, classe mais interessada na transformação radical da sociedade. A esse setor se somam os assalariados agrícolas, as massas camponesas, estudantes e intelectuais e vários segmentos das camadas médias da população. O objetivo da revolução é destruir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário e sua substituição por um Governo Popular Revolucionário.²³⁸

O avanço da formulação em relação à concepção do PCB está na desqualificação da burguesia nacional como força potencialmente revolucionária. Sua atuação no Golpe de 64 e sua posterior adesão aos golpistas era a prova concreta do estágio de subordinação/associação a que havia chegado, temerosa da transformação qualitativa da luta democrática em processo revolucionário, a escapar do seu controle. O reconhecimento, por sua vez, da importância do operariado industrial, valorizando na análise a contradição entre ele e o estado burguês latifundiário como elemento preponderante, levava por associação à idéia de que a revolução deveria ter o caráter socialista uma vez que não havia mais a etapa burguesa a ser cumprida. Este tipo de tese, novidade para os egressos do PCB, já vinha sendo defendida pela POLOP desde a sua constituição, repetindo com alguns ajustes um velho bordão leninista.

O documento aponta a luta armada como o único caminho brasileiro para a revolução, em vista do emprego sistemático da violência pela minoria dominante e da agressividade do imperialismo, a vitória da revolução não pode advir de meios pacíficos, da via eleitoral ou do jogo político convencional. Como a democracia nas condições pós-golpe não passa de uma farsa, o povo deve ir à guerra revolucionária que começa com a guerra de guerrilhas vista como o núcleo do exército revolucionário. A grandeza, diversidade e desigualdade do país sugere o campo como área preferencial para sua instalação, que deve se dar onde haja condições para isso. As guerrilhas atuarão como detonadores do movimento revolucionário e ao de espalharem devem fustigar e desmoralizar as forças armadas, galvanizando a consciência popular. Mas embora a tarefa imediata seja a luta armada, não se pode esquecer a necessidade de impulsionar o movimento de massas nas cidades e nas áreas rurais. Isto porque o movimento guerrilheiro precisa de bases sociais e, ao contrário do que diz a teoria foquista, a luta armada não constitui um processo independente que se baste a si mesmo. A luta de guerrilhas deve entrelaçar-se com as greves econômicas e políticas da classe operária, com

²³⁸ FILHO, Daniel Aarão Reis e SÁ, Jair Ferreira de. *Op. cit.* p. 161 a 164.

ações camponesas pela terra, com manifestações de rua dos estudantes etc. Tal formulação exige um partido de vanguarda marxista-leninista. A ele cabe dirigir o processo revolucionário, combater o revisionismo e o oportunismo, desencadear a luta armada e assegurar a unidade do movimento revolucionário.²³⁹

Tratava-se de uma guinada de grande amplitude em relação a tudo que os comunistas professavam até aqui. Ao mesmo tempo, o documento expressava a evolução à esquerda do pensamento de vários membros da direção do PCB que haviam sido apanhados de surpresa pelo golpe. Impotentes em 1964, buscavam agora dar uma resposta à violência institucional. Ao mesmo tempo, havia a necessidade de solidariedade prática à Cuba, cada vez sob maior pressão dos Estados Unidos. E uma das formas de aliviar essa pressão era desconcentrar a atenção dos Estados Unidos sobre Fidel. Guevara, que acabou morrendo nas selvas bolivianas em 8 de outubro de 1967, estava totalmente engajado nesse projeto e tratou disso, pessoalmente, com várias lideranças comunistas na América Latina. Inclusive no Brasil.²⁴⁰

Gorender, que esteve no ato de fundação do PCB, considerou tempos depois a Linha Política de abril de 1968 um documento "ecclético", que buscava enlaçar a tradição doutrinária marxista à pressão avassaladora pela luta armada incondicionada. As pressões, na realidade, irrompiam de todos os lados. Inicialmente, do próprio regime militar cuja lógica de permanência se desdobrou numa maquinação engenhosa de desmoralização dos fundamentos da democracia e da imposição de garrotes cada vez mais apertados. O aprofundamento dessa política levou ao que Marighella chamou, acertadamente, de fascistização do regime. Num segundo momento, da própria militância, inconformada com a derrota de 1964 e, sobretudo, com a capitulação passiva e omissa das forças dirigentes de esquerda. Aí jogou papel decisivo o vigor juvenil de grande número dos quadros, a maior parte oriunda do movimento estudantil, ao que se pode atribuir a enorme inclinação pela radicalidade da luta armada e urgência de seu desencadeamento. A inexperiência desse segmento e sua precoce condução a posições de destaque suscitavam a idéia romântica de reprodução no Brasil do feito heróico dos guerrilheiros cubanos. Corrobora esse ponto de vista, os números apresentados por Marcelo Ridenti, segundo os quais quase a metade dos militantes das organizações de esquerda no país, entre 1960 e 1970, tinha menos de 25 anos. Quando o limite de idade era de

²³⁹ Idem p. 177.

²⁴⁰ MIR, Luís. *Op. cit.* p. 198. O jornalista afirma que o Che esteve em São Paulo com Marighella, em reunião clandestina, onde articulou o papel do dirigente comunista no levante continental. Junto a outros dirigentes pecebistas já em plena conspirata, planejou detidamente as operações e firmou com Marighella o compromisso de tocar o projeto adiante.

35 anos, esse percentual chegava quase a 80%. Quando o critério tomado em conta era o grau de instrução, os que haviam passado pela universidade representavam 60% dos atingidos por processos judiciais.²⁴¹

Como já assinalado, a fragmentação do movimento comunista internacional provocada pela implosão do stalinismo, a conseqüente luta sino-soviética e depois a emergência de Cuba, colocaram novos dados no tabuleiro, suscitando por toda parte o surgimento de novas organizações revolucionárias e a quebra do monopólio ideológico do PCB, que, aliás, não teve no Brasil produção teórica relevante, até o aparecimento de Caio Prado Junior. A maioria dos seus quadros com vocação intelectual só iria ter vida própria e impulsionar suas atividades enquanto intelectuais, após o rompimento com os estreitos limites impostos pelo partido. Nesse sentido, a ligação com a China, caso inicial do PCdoB, e, em especial, com Cuba, impunham novas concepções de luta e releituras dos "textos sagrados" do comunismo no país. A expulsão de alguns dirigentes tradicionais foi a gota d'água que faltava para a convergência de tais pressões e fora do controle da máquina partidária os novos dirigentes puderam implementar com mais facilidade tais formulações.

Não havia muito espaço à frente: Além do limitado "círculo de giz da legalidade", o caminho da luta armada. Desfeito o namoro com a burguesia nacional, o próximo enlace tinha de priorizar a classe operária. Das três intrincadas questões, essa, talvez, tenha representado o passo mais acertado, quando se tem em mente o que viria a acontecer no processo de "abertura". Quanto à constatação do caráter conservador da burguesia brasileira, a história encarregou-se de comprovar. A tragédia foi o caminho da luta armada.

Sua avaliação extrapola os nossos objetivos. Mas não há dúvida que a esquerda sofreu com tal opção naquele momento uma dupla derrota: militar e política. Ao menos, a extremada resistência que ofereceu e os absurdos que foram praticados pela repressão policial-militar para exterminá-la ajudaram a revelar a face brutal e sanguinária dos militares envolvidos com a repressão que acabaram exportando seu know-how de horrores para o Chile e a Argentina, onde a violência semeou o sofrimento e a morte numa escala muito maior e mais assustadora.

Poucos viveram em intensidade esse processo de superação do stalinismo e do reformismo no Brasil como Mário Alves. Em vida e na morte. Sua vida foi totalmente dedicada à revolução: dos 16 aos 47 anos de idade. E a sua morte, resultado de bestial rito de tortura, foi um fato político em sua trajetória de militante profissional. No derradeiro combate, onde impôs aos algozes a altivez e a dignidade que lhe marcaram a militância, totalmente

²⁴¹ RIDENTI, Marcelo. *Op. cit.* p. 122 e 123.

indefeso, comportou-se de maneira exemplar sem delatar ou comprometer ninguém. O Estado teve que sumir com o seu corpo para não arcar com o ônus de um cadáver político que podia comprometer a imagem do Exército e do governo militar. No rito macabro de sua covarde execução em dependências do I Exército, a ditadura deu curso a seu programa de eliminação física dos mais importantes dirigentes comunistas do país. Poucos encarnaram com tanta autenticidade a glória e a tragédia da esquerda brasileira.

Um homem sério, como disse Prestes. Um intelectual brilhante, para Gorender. Um dos quadros mais preparados que o partido já teve, testemunha Luís Contreiras, dirigente comunista baiano. Um pai muito carinhoso, presente, apesar da vida que levávamos, recorda Lúcia Vieira Caldas, sua filha. Um sujeito culto, com certo ar monacal, para Moacyr Werneck de Castro. Um marido amado, excelente chefe de família, segundo sua mulher, Dilma Borges Vieira. Íntegro, de uma coerência muito acima da sua, confessa Darcy Ribeiro. Duro, muitas vezes sarcástico, mas sem ser grosso, lembra João Falcão. Cáustico, às vezes bruto nos embates, admitiu o amigo Apolônio de Carvalho. Marco Antônio Tavares Coelho afirma que era quase impossível vencê-lo num debate por causa de seu raciocínio ágil. Dos melhores jornalistas de esquerda da sua geração, impiedoso quando necessário. Um autêntico capapreta que nunca falava de si mesmo e vivia como um asceta, no dizer de Élio Gáspari. Tinha desde cedo sua parcela de genialidade, admite o irmão, o psiquiatra Juvêncio Alves. Um camarada do maior gabarito e de grande experiência partidária, segundo o legendário Gregório Bezerra. Um valente revolucionário, para o dirigente comunista Dinarco Reis. Talentoso e bravo, segundo Boris Tabacof, que iniciou sua vida pública como socialista e é hoje um dos expoentes da burguesia brasileira. Um homem tranqüilo, altivo, seguro, que sabia ouvir e perguntar, foi a impressão que guardou o jornalista Álvaro Caldas. Esnobe, para um ressentido Leôncio Basbaum. Um dirigente de grande prestígio e capacidade política, para Luís Mir. Uma pessoa simples, tratável, educada, com uma inteligência viva e atenta, irônico em algumas ocasiões, recorda o colega de faculdade José Newton Alves de Souza. Um sujeito de uma vontade muito firme, de um caráter muito seguro, extremamente eficiente e inteligente, além de muito trabalhador, assegura o ex-deputado federal Fernando Santana. Um cara formidável, um companheiro, para Aristeu Nogueira. Ele não dava muita chance da pessoa entrar na vida dele, queixou-se a irmã caçula, América Alves de Souza Vieira Marques. Era uma pessoa muito crítica, criativa, escrevia muito bem. Uma dessas pessoas que foram obliteradas pelo marxismo soviético, opina o ex-dirigente comunista baiano Armênio Guedes. Um mártir, para o historiador Luís Henrique Dias Tavares.

Frei Beto, autor de um sofrido e belo livro sobre a relação dos domicanos com a luta armada, profetizou: um dia, os desaparecidos ressurgirão das trevas semeadas pela ditadura. Para a família de Mário Alves, a fada da saudade não trouxe de volta um fio de seus cabelos negros. Sua mulher morreu em 1985, com o coração destroçado, sem saber, de fato, o destino do cadáver de seu marido. Sua filha viveu intensamente a esperança de que a redemocratização pusesse um termo as suas angústias. Em vão?

Que essa tese, pelo menos, ajude ao *Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro* a reparar ausência tão injustificada entre os seus seletos verbetes. E faça justiça ao nome de um baiano que por seus próprios méritos, talento e inteligência, escreveu com sangue seu nome na história brasileira.

CONCLUSÕES

Entre 1958 e 1964, a esquerda brasileira realizou um grande esforço de inserção na vida institucional estimulada por uma conjuntura nacional favorável e influenciada pelo êxito de novas experiências socialistas, na China e em Cuba. Sua adesão ao processo democrático, eleito como via preferencial para o avanço do movimento revolucionária no país, não se deu sem ambigüidades e oscilações. Basicamente, duas razões justificaram tal comportamento: a experiência traumática de 1947 que resultou na cassação da legenda pelo Tribunal Superior Eleitoral e a desconfiança em relação aos reais compromissos democráticos de setores importantes da sociedade brasileira, como aqueles ligados à União Democrática Nacional, militares de altas patentes, os latifundiários e o capital estrangeiro, que nunca viram com simpatia a forma como esse processo vinha se verificando naquela época.

Segmentos representativos da esquerda, inclusive setores dirigentes do próprio Partido Comunista Brasileiro, alimentavam a expectativa da constituição de um núcleo de poder alinhado aos interesses nacionalistas e reformistas, posição para onde tentaram empurrar João Goulart, visto como um governante oscilante e contraditório. Esses setores mais à esquerda exigiam atitudes e políticas mais firmes frente ao capital estrangeiro, ao latifúndio e aos militares golpistas e ao desejarem intensamente o aprofundamento do processo democrático acabaram, sem que assim o quisessem, comprometendo o seu curso.

No interior da direção do PCB, esse embate se travava entre os setores "janguistas", liderado por Prestes e Giocondo Dias e a "esquerda cubana", cujos expoentes eram Mário Alves e Carlos Marighella, cujas posições se aproximavam do Grupo dos Onze (brizolista) e das Ligas Camponesas (ligadas a Francisco Julião). Entre essa corrente, a luta armada já se anunciava (com muito alarde e pouca força operacional) como uma possibilidade concreta no processo revolucionário brasileiro e dela se ocuparam vários articulistas nas teses para o VI Congresso do PCB, marcado para 1964, mas que só acabou ocorrendo três anos depois.

Na conjuntura anterior ao golpe de 64, havia uma dupla justificativa para a adoção da luta armada como procedimento revolucionário: a defesa da legalidade, permanentemente ameaçada pela extrema-direita e agências ligadas ao capital internacional e o início de uma guerra de guerrilhas que, a exemplo de Cuba, poderia viabilizar a derrubada do regime e sua passagem ao socialismo. Oficialmente, o PCB confiava a defesa da legalidade ao "dispositivo militar" do Governo Jango, chefiado pelo general Assis Brasil. E, confiante, advogava a candidatura do próprio Presidente João Goulart para as eleições que deveriam se realizar em 1965, muito embora ele estivesse constitucionalmente impedido de disputar o pleito, uma vez

que a legislação vigente não permitia o expediente da re-eleição. Sempre haveria, contudo, a possibilidade de uma saída legal.

A interrupção do processo eleitoral pelo golpe de 64 jogou por terra o continuísmo janguista e o levante armado das correntes que preconizavam abertamente tal postulação, representando, de fato, uma vitória política e militar da direita sobre o conjunto das forças de esquerda. Parte expressiva dela não descartou o tema da guerrilha que foi colocado como principal item da agenda pós-64, mas agora sob o signo da fragmentação, dispersão e divisão de forças, sem que daí resultasse qualquer ameaça real ao regime imposto à nação.

A forma açodada e sem planejamento que marcou as primeiras incursões armadas das organizações de esquerda não se enquadrava nos esquemas conhecidos de guerra de guerrilhas, caracterizando-se muito mais como confiscos e expropriações para constituição de fundos para a revolução do que como operações político-militares. À exceção da região do Araguaia, onde foi estabelecida uma base guerrilheira pelo PCdoB, descoberta e massacrada pelo Exército, nenhuma outra grupamento conseguiu chegar a essa fase de operações. Grande parte das operações da esquerda armada não chegou a ter significado explicitamente político, salvo os seqüestros de embaixadores estrangeiros que alcançaram uma dimensão pública face à cobertura da imprensa e as repercussões internacionais.

Alguns dirigentes jogaram papel decisivo no processo de reconfiguração das forças de esquerda nesse período. Mário Alves esteve entre os mais destacados, desde o primeiro momento. Isto é, quando no interior do Comitê Central se abriu o debate a respeito do caminho da revolução brasileira em meio à ebulição de 1963 e 1964. Influuiu decisivamente no interior do partido, liderou com destaque a sua corrente de esquerda e lutou incessantemente para construir uma oposição dentro do PCB capaz de derrotar a supremacia prestista. Simpático à luta armada não abria mão do instrumento político do partido e sob o influxo da pressão pela adoção de ações armadas imediatas tentou manter unido um núcleo de dirigentes até a sua expulsão do PCB em 1967. A precipitação dos acontecimentos acabou arrastando todos ao combate desigual com o regime, naquelas condições, militarmente inviável. A esperada superação do reformismo pacifista e eleitoral pela luta armada acabou se frustrando e o endurecimento da repressão trouxe o desmantelamento das organizações da esquerda revolucionária e a eliminação física de seus principais dirigentes.

A ascensão da direita, iniciada com o golpe de 1964 se consumou dez anos depois com o completo esfacelamento da corrente revolucionária da esquerda brasileira. A sua ação, entretanto, não foi de todo infrutífera. Dela derivaram alguns inegáveis avanços como o expresso por uma nova leitura da sociedade, baseado numa análise sociológica e

historicamente mais consistente, a compreensão do papel subordinado e ambíguo da burguesia nacional no processo de mudança social, a urgência da reforma agrária como meio de democratizar o acesso à terra e melhorar as condições de vida da população do campo e baratear os alimentos na área urbana e, principalmente, a necessidade de encontrar caminhos alternativos aos preconizados pelas tradicionais organizações de formação stalinista para o processo da revolução brasileira. Um das bandeiras levantadas, não por todas as organizações da esquerda revolucionária, mas por muitas delas, dizia respeito ao papel a ser desempenhado pela classe operária na modernização da sociedade e sua atuação como força dirigente num possível contexto revolucionário. De fato, o processo da abertura política que levou à redemocratização pôs no centro dos acontecimentos exatamente um partido construído no seio do movimento operário e que viria depois a se colocar como principal alternativa de poder no quadro institucional.

É de notar também que a insurgência da esquerda armada contribuiu para criar laços de solidariedade diferenciados no interior do movimento comunista, antes marcado pela excessiva submissão aos interesses da União Soviética. Essa oxigenação da mentalidade da militância permitiu uma compreensão mais crítica das fraquezas dos regimes comunistas e conseqüentemente contribuiu para aprimorar o entendimento das contradições e dificuldades no interior do próprio bloco socialista, cujos erros praticamente não se admitia nos moldes stalinistas tradicionais.

De alguma forma, os erros das décadas de 60 e 70 permitiram alguns acertos posteriores com ganhos inegáveis no campo teórico, na leitura política dos acontecimentos, na superação do dogmatismo e desunião crônica que prevaleceram no tempo dos "anos de chumbo". Obviamente, alguns podem relativizar esses ganhos e mais que isso, discutir os enormes custos que representaram, inclusive com a perda de preciosas vidas.

Independentemente do ponto de vista de que se parta, o fato histórico concreto é que não se pode dissociar o avanço democrático posterior das incursões da esquerda pelo campo da luta armada, seja para justificar um possível - e discutível - atraso na abertura do regime, seja para entender o tortuoso processo de revisão política em que todos os setores se viram mergulhados pela imposição dos fatos.

Só à luz desse entendimento é possível compreender como uma homem experiente, culto, informado e coerente como Mário Alves tenha se decidido e levado muitos dos seus liderados a opção pela luta armada. Não constitui ela nenhum absurdo no seu percurso de dirigente revolucionário. Ao contrário: revelou-se como o caminho mais digno, recomendável àqueles que guardavam a pureza revolucionária, a coerência com tudo que defenderam durante todo o

tempo em que se viram à frente de uma organização comunista. Ademais, a revolução chinesa e a revolução cubana, os acontecimentos internacionais como a guerra do Vietnã e a luta anti-colonialista sugeriam que a luta armada naquelas condições se colocava como uma alternativa com alguma possibilidade de êxito na luta contra o regime. Num contexto ditatorial, esse elemento ganhava destaque podendo, acreditar a esquerda, conquistar de imediato a simpatia da população. Trágico erro tático cujo desfecho só foi compreendido depois de seus nefastos resultados...

A contribuição de Mário Alves se deu em todas as etapas desse processo. Na longa construção de um partido revolucionário ao qual ele dedicou 31 dos seus 47 anos de vida e na superação da crise desse partido, da qual resultou sua morte. Seus escritos, sua militância, sua ascendência e projeção são evidências do papel que exerceu no interior do PCB e da esquerda revolucionária. Se de alguma forma não é possível compreender o Brasil dos anos 50 e 60 sem estudar a influência da esquerda naquela conjuntura, para se entender o real significado da sua atuação é indispensável conhecer a vida de homens como Mário Alves.

Ele encarnou no mais alto estilo as melhores qualidades de um dirigente revolucionário: estudioso, coerente, disciplinado, combativo, audaz, destemido, humilde, responsável, totalmente entregue à causa da revolução. Seu brilho e inteligência, de alguma forma, foram embotados pelo enquadramento da vida partidária, cujo rigor disciplinar e estreiteza ideológica sufocavam as qualidades individuais a pretexto da equiparação de todos pela circunstância militante. Mas ainda assim destacou-se: como tradutor, ensaísta, formulador político, excepcional profissional de imprensa, dirigente a quem deve ter custado muito a convivência no ambiente intelectual da direção comunista onde se via nivelado a ex-militares, simples operários e muitos companheiros de precária formação teórica e cultural.

Suas reconhecidas qualidades o levaram a posições de destaque no meio do movimento revolucionário do país. Sua opção política equivocada, a uma morte bestial e prematura. No violento ambiente do Brasil dos anos 60/70 os militares bloquearam a prática da divergência, da disputa e do debate. Os que ousaram enfrentar o regime pagaram um preço muito caro pela rebeldia. Mário Alves, como Marighella, não estavam dispostos a compactuar com a institucionalização do regime e suas análises os levaram ao duro dilema: aceitar as regras permitidas pelo limitado espaço institucional concedido ou abraçar a via da luta aberta contra a ordem, que, naquele momento, representava o ponto de vista mais avançado no interior dos grupos de esquerda. Fizeram a escolha mais perigosa e na condição de líderes da luta armada contra a ditadura passaram a ser encarados como seus mais perigosos adversários. Por isso, no clima de combate que se seguiu a 1968, estavam entre aqueles marcados para morrer. Eles

representavam o que de mais consistente, combativo e capaz a esquerda originária do PCB conseguiu gerar ao longo de sua história. O passado de lutas, a grandeza moral, mas, sobretudo o exemplo pessoal desses dois (mas não só deles, de muitos outros) incomodava profundamente o regime ditatorial, o sórdido ambiente da alta política brasileira e aos expoentes das forças armadas que temiam a repetição no país do exemplo de Cuba.

A eliminação física de dirigentes desse porte passou a ser uma questão prioritária no combate à subversão. Tornou-se imperativo golpear a cabeça da esquerda revolucionária, o seu núcleo pensante e a sua memória, o exemplo e os símbolos maiores da resistência. Isso asseguraria as condições ideais para o desenvolvimento do projeto econômico em curso e sua legitimação política. Era o que imaginavam os ideólogos do regime.

As diferentes circunstâncias de morte dos dois atestam a deliberação prévia da execução: Marighella foi morto numa emboscada, metralhado por temerosos adversários que podiam com relativa facilidade realizar a sua prisão, uma vez que estava só, sem segurança alguma; Mário, capturado sem armas, indefeso, foi friamente trucidado em poucas horas de suplício. A partir de então, os agentes da repressão passaram a eliminar os quadros de maior destaque em todas as organizações de esquerda, inclusive o PCB. Elas foram literalmente desmanteladas durante a década de 1970. O massacre, iniciado de fato em meados de 1969, se prolongou até 1976, quando o terror do estado brasileiro se convenceu de que havia, finalmente, vencido a "guerra subversiva adversa".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Francisco Inácio de. *O Último Secretário. A luta de Salomão Malina*. Brasília, Fundação Astrojildo Pereira, 2002.

ALVES, Mário e SINGER, Paul. *Análise do Plano Trienal*. Rio de Janeiro: Editora Universitária da UNE, Cadernos Políticos, número 2, 1963.

ALVES, Mário. *Dois caminhos da reforma agrária, Brasil, a questão agrária: texto dos anos sessenta*. São Paulo: CIPES, Coleção Brasil/Estudos, número 1, 1980.

_____. *Sete normas de comportamento na prisão e no tribunal*, mimeo., sem local e sem data.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

ALVES, Juvêncio. *Cabral 17*. Bahia: Agora Editora Gráfica, 2000.

ALVES, Raul. *Totô Frazão, o sociólogo matuto*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1942.

AMADO, Jorge. *O Cavaleiro da Esperança*. Rio de Janeiro: Vitória, 1956.

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira. Um estudo de ascensão social*. Salvador: Edufba/EGBa, 1996.

_____. *Quarenta e cinco anos da Universidade da Bahia*, in: Universitas. Salvador, 1991, págs. 5 a 17.

BACELAR, Jeferson. *Mário Gusmão: um príncipe negro na terra dos dragões da maldade*, Tese, Doutorado em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2003.

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil, 1961-1964*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República. Das origens a 1889*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

_____. *História Sincera da República. De 1889 a 1930*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

_____. *História Sincera da República. De 1930 a 1960*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

_____. *Uma vida em seis tempos: memórias*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

BEZERRA, Gregório. *Memórias (Primeira parte: 1900-1945)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

_____. *Memórias (Segunda parte: 1946-1969)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

BETO, Frei. *Batismo de sangue, os dominicanos e a morte de Marighella*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política, 2 vs.* Brasília/São Paulo, UNB/Imprensa Oficial do Estado, 2000.

_____. *O conceito de sociedade civil*, Rio de Janeiro, Graal, 1982.

BOJUNGA, Cláudio. *JK, o artista do impossível*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

BHUKARIN, N. *O Imperialismo e a economia mundial*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

CABRAL, Reinaldo & LAPA, Ronaldo. *Desaparecidos Políticos*, Rio de Janeiro, Edições Opção, 1979.

CALDAS, Álvaro. *Tirando o capuz*, Rio de Janeiro, Codecri, 1981.

CARONE, Edgard. *A República Velha*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.

_____. *O PCB – 1922-1943*, v. 1, São Paulo, Difel, 1982.

_____. *O PCB – 1943-1964*, v.2, São Paulo, Difel, 1982.

_____. *O PCB – 1964 – 1982*, v.3, São Paulo, Difel, 1982.

CARVALHO, Apolônio. *Vale a pena sonhar*, Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

CASTRO, Moacir Werneck. *Mário Alves, um fio para puxar a meada*, in: Folha de São Paulo, 8/11/1981, sem indicação de página.

_____. *O esqueleto no armário*, in: Jornal do Brasil, pg. de opinião, s/d.

CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião, o rei dos cangaceiros*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro, conflito e integração*, Rio de Janeiro, Graal, 1982.

COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho, as memórias de um comunista*, Rio de Janeiro, Record, 2000.

CORREA, Hércules. *A classe operária e seu Partido*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*, Rio de Janeiro, Codecri, 1982.

DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964, Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*, Rio de Janeiro, Vozes, 1981.

_____. *O jogo da direita*, Rio de Janeiro, Vozes, 1989.

DULLES, John W.F. *O Comunismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

FALCÓN, Gustavo. *As elites de outrora*, in: *Revista da Bahia*, número 15, pgs. 31 a 40, Bahia, EGBa, 1990.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

FEBVRE, Lucien. *O aparecimento do livro*, São Paulo, Unesp/Hucitec, 1992.

FILHO, Daniel Aarão Reis. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. *Uma revolução perdida – a história do socialismo soviético*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil*, <http://www.artnet.com.br>, Gramsci e o Brasil.

_____ & SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução – Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

_____ & MORAES, Pedro de. *1968 – A Paixão de uma utopia*, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1988.

_____ & GARCIA, Marco Aurélio. *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil – Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. O pensamento político de Carlos Marighella: a última fase, In: NOVA, Cristiane e NOVOA, Jorge, *Carlos Marighella, o homem por trás do mito*. São Paulo: Unesp, 1999.

FONTES, José Raimundo. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista (1888-1930)*, Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1982.

_____. *A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política (1930-1947)*, Tese, Doutorado em História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1996.

_____. *Marighella e o movimento operário baiano no período da “redemocratização” (1945-1947)*, In: NOVA, Cristiane e NOVOA, Jorge, *Carlos Marighella, o homem por trás do mito*, São Paulo, Unesp, 1999.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*, Rio de Janeiro, Codecri, 1979.

FILGUEIRAS, Otto. *Guerreiro da grande batalha*, in: *Brasil Revolucionário*, ano VI, número 20, São Paulo, 1996.

GARCIA, Marco Aurélio. *PCBR: da formação à tentação militarista*, in: *EM TEMPO*, ano III, número 93, 5/12/1979.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura envergonhada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

GIANNOTTI, J. A. *Certa herança marxista*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, São Paulo, Ática, 1998.

_____. *Marxismo sem utopia*, São Paulo, Ática, 1999.

_____. *Punição para os assassinos de Mário Alves*, in: *Unidade*, pg. 11, dezembro de 1981.

GRAMSCI, Antônio. *A formação dos intelectuais*, Portugal, Rodrigues Xavier, 1972.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo,. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia – 1930 a 1964*, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1982.

JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*, São Paulo, Global, 1980.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella, o inimigo número 1 da ditadura*, São Paulo, Sol e Chuva, 1997.

KELLER, Suzanne. *O destino das elites*, Rio de Janeiro, Forense, 1967.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre a História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. *Era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

LENINE, W. I. U, *Obras Escolhidas*, vs. 1, 2 e 3, São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos, memórias de militância*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

LINS, Wilson. *Remando da Valentia*, São Paulo, Livraria Martins, 1967.

_____. *O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*, São Paulo, Nacional, 1983.

MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*, São Paulo/Bahia, Brasiliense/Edufba, 1994.

MARINI, Rui Mauro. *Subdesarrollo y Revolución*, México, Siglo Veintiuno, 1975.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, *Obras Escolhidas*, vs. 1, 2 e 3, Rio de Janeiro, s/d.

MARTINS, Hélio Leôncio, *A revolta dos marinheiros, 1910*, São Paulo, Editora Nacional, 1988.

MEYER, Victor. *Determinações históricas da crise da economia soviética*, Bahia, Edufba, 1995.

MILLS, Charles Wright. *A Imaginação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

_____. *A elite do poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

MIR, Luís. *A revolução impossível, a esquerda e a luta armada no Brasil*, São Paulo, Best Seller, 1994.

MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*, São Paulo, Boitempo/Fundação Perseu Abramo, 1999.

MIRANDA, Orlando. *Obscuros heróis de Capricórnio, contribuição à memória brasileira*, São Paulo, Global, 1987.

MORAES, João Quartim de. *A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro*, in: *História do Marxismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

MORAES, Denis de & VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*, Rio de Janeiro, Vozes, 1982.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*, Rio de Janeiro, Letras e Artes, 1963.

NOVA, Cristiane & NÓVOA, Jorge. *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, São Paulo, Unesp, 1999.

PACHECO, Eliezer, *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1984.

PAIM, Antônio, *O socialismo brasileiro*, Coleção Pensamento Social-Democrata, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2002.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memórias do PCB*, Relume-Dumará, 1995.

PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

PELLEGRINO, Hélio. *A burrice do Demônio*, Rio de Janeiro, Rocco, 1989.

PENNA, Lincoln de Abreu. *Roberto Morena, o militante*, São Paulo, Expressão Popular, 2006.

PCB: Vinte anos de política, Documentos (1958-1979), São Paulo, LECH, 1980.

PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio histórico e políticos*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

_____. *A formação do PCB*, Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*, Minas Gerais, Itatiaia, 1960.

PINHEIRO, Áurea Paz. *Notas sobre história, memória e biografia*, Piauí, UFPI, 2002.

PRADO JR, Caio. *A revolução brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1966.

REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

_____. *A elite baiana face aos movimentos sociais, 1824-1840*, in: Revista de História, São Paulo, 1976.

REIS, Dinarco. *A luta de classes no Brasil e o PCB*, v. 1, São Paulo, Novos Rumos, s/d.

_____. *A luta de classes no Brasil e o PCB*, v. 2. São Paulo, Novos Rumos, 1987.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, São Paulo, Unesp, 1993.

RISÉRIO, Antônio. *Fernando Santana, um adorável comunista*, Rio de Janeiro, Versal, 2002.

ROCHER, Guy. *Sociologia Geral*, v. 5, Lisboa, Presença, 1971.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *O PCB: os dirigentes e a organização*, in: História Geral da Civilização Brasileira, v. 10, cap. III, São Paulo, Difel, 1981.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*, Bahia, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

SACHS, Eric. *Qual é a herança da revolução russa?*, Bahia, Práxis, 1988.

_____. *Marxismo e luta de classes*, Bahia, Praxes, 1987.

SADER, Emir. *Século XX, uma biografia não-autorizada*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

SALLES, Severo, *Ditadura e luta pela democracia no Brasil, o início da distensão política (1974-1979)*, Bahia, Quarteto, 2003.

SANTOS, Raimundo. *Crise e pensamento moderno do PCB dos anos 50*, in: História do Marxismo no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República*, Bahia, Edufba, 1999.

SCHILLING, Paulo R. *Como se coloca a direita no poder; 1, os protagonistas*, São Paulo, Global, 1979.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil*, Rio de Janeiro, UFRJ/Boitempo, 2001.

SANTANA, Carlos. *Intelectuais, planejamento e clientelismo*, Bahia, Contexto e Arte, 2002.

SERRA, Sônia. *O Momento: história de um jornal militante*, Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1987.

SILVA, Sandra Regina Barbosa da. *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*, Dissertação, Mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2004. Humanas, UFBA.

SKIDIMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SIMÕES, Ruy. *A Faculdade de Filosofia e sua identidade perdida*, Bahia, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição à história do PCB*, São Paulo, Global, 1984.

SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários. Memórias da guerrilha*, São Paulo, Global, 1980.

TABACOF, Boris. *Perdidos & Achados*, São Paulo, Hucitec, 2005.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*, São Paulo/Bahia, Unesp/Edufba, 2001.

TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.

THOMPSON, E. P. La sociedad inglesa del siglo XIII: lucha de classes sin clases?, in: *Tradición, revuelta y consciência de clase*, Barcelona, Crítica, 1979, pg. 13-61.

VASQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo democrático e sindicalismo na Bahia (1942-1947)*, Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1986.

VIEIRA, Romualdo Leal. *Sento-Sé, rico e ignoto*, Bahia, Imprensa Oficial, s/d.

VILLA, Marco Antônio. *Jango, um perfil (1945-1964)*, São Paulo, Globo, 2004.

VINHAS, Moisés. *O Partidão, a luta por um partido de massas (1922-1974)*, São Paulo, Hucitec, 1982.

Entrevistas

Antônio Paim, intelectual e escritor baiano, vivendo atualmente no Rio de Janeiro.

América Alves de Souza Vieira Marques, irmã caçula de Mário Alves.

Apolônio de Carvalho, dirigente comunista e companheiro de Mário Alves.

Aristeu Nogueira, dirigente comunista e companheiro de Mário Alves.

Armênio Guedes, jornalista baiano, dirigente comunista e companheiro de Mário Alves.

Luís Henrique Dias Tavares, jornalista e historiador.

Almino Afonso, ex-deputado federal, foi Ministro do Trabalho no Governo Jango.

Leda Jesuíno, educadora, colega de Mário Alves de faculdade.

Fernando Santana, ex-deputado federal, companheiro de Mário Alves.

Jacob Gorender, dirigente comunista, historiador, companheiro de Mário Alves.

José Newton Alves de Souza, professor, colega de Mário Alves de faculdade.

João Falcão, jornalista, companheiro de Mário Alves.

Juvêncio Alves, médico, escritor, irmão de Mário Alves.

Lígia Zitelman de Oliva, socióloga, colega de Mário Alves de faculdade.

Lúcia Vieira Caldas, filha única de Mário Alves.

Jornais e Revistas

O Momento (1945-1947)

Novos Rumos (1959-1964)

Estudos Sociais (1958-1964)

EM TEMPO (1979-1980)

Revista da Bahia (1988-1990)

Documentos

Autos de qualificação e interrogatório, Poder Judiciário, Auditoria do Exército, 1ª Circunscrição Judiciária Militar, 1969-1970 – Depoimentos de Salathiel Teixeira Rolim, René Louis Laugery de Carvalho, Antônio Carlos Nunes de Carvalho, José Carlos Brandão Monteiro, Raimundo José Barros Teixeira Mendes e Paulo Sérgio Granado Paranhos;

Ação declaratória movida contra a União por Dilma Borges Vieira e Lúcia Vieira Caldas, Justiça Federal do Rio de Janeiro, 1981;

Acórdão da sentença da ação declaratória, Tribunal Federal de Recursos, 1987;

Documentação acadêmica, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA;

Documentação pessoal, acervo da família.